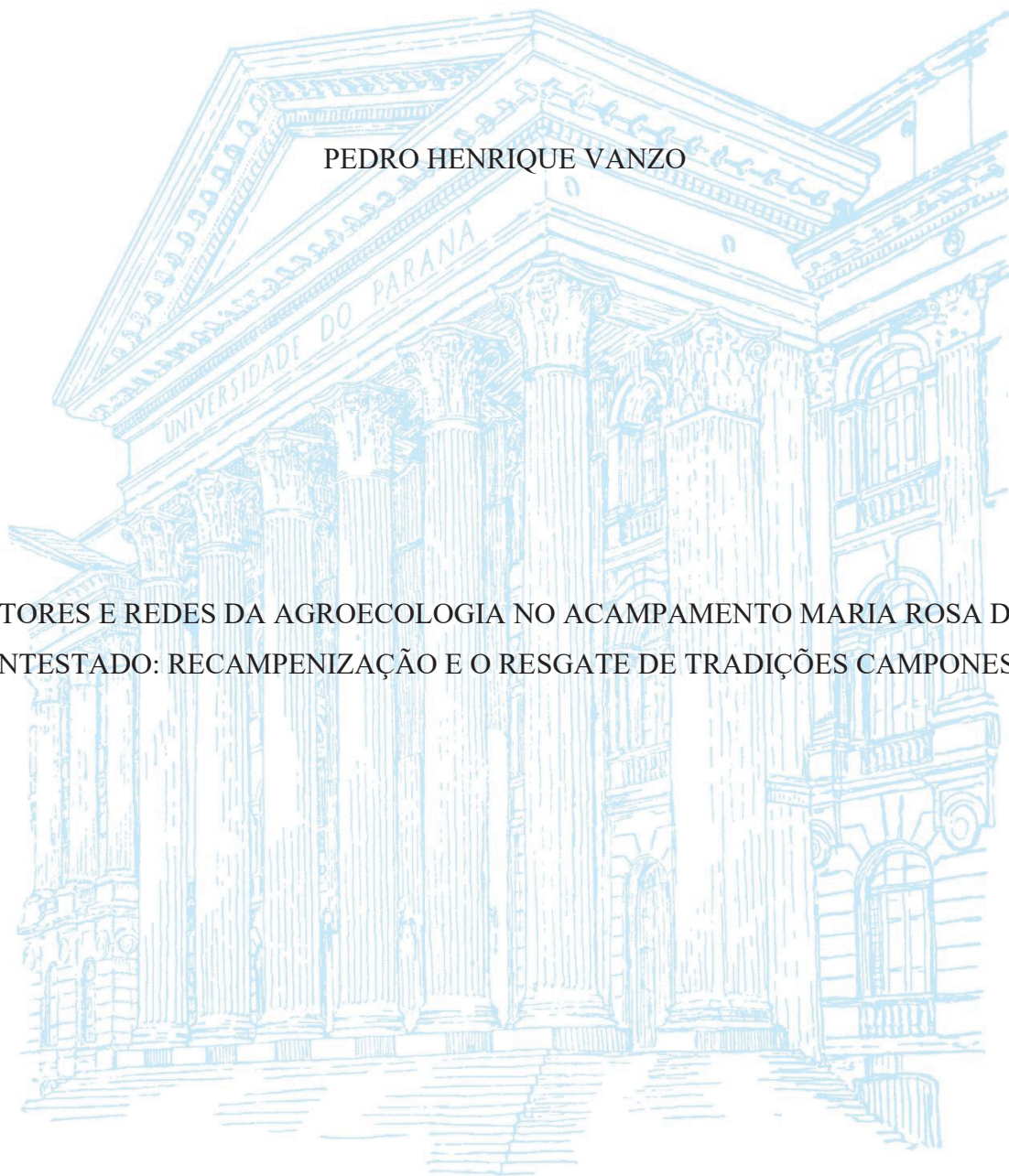


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PEDRO HENRIQUE VANZO

ATORES E REDES DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO  
CONTESTADO: RECAMPENIZAÇÃO E O RESGATE DE TRADIÇÕES CAMPONESAS



CURITIBA

2022

PEDRO HENRIQUE VANZO

ATORES E REDES DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO  
CONTESTADO: RECAMPENIZAÇÃO E O RESGATE DE TRADIÇÕES CAMPONESAS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSocio), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Paula, Pedro Henrique Vanzo de

Atores e redes da agroecologia no acampamento Maria Rosa do  
Contestado : recampanização e o resgate de tradições camponesas. /  
Pedro Henrique Vanzo de Paula. – Curitiba, 2022.

1 arquivo online : PDF.

Dissertação (Mestrado profissional em Sociologia) – Setor de Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Alfio Brandenburg

1. Camponeses – Usos e costumes - Paraná. 2. Sociologia rural.  
3. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Brasil). 4. Ecologia agrícola. I.  
Brandenburg, Alfio, 1949-. II. Título.

CDD – 305.5633



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001016032P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de PEDRO HENRIQUE VANZO DE PAULA intitulada: **ATORES E REDES DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO: RECAMPENIZAÇÃO E O RESGATE DE TRADIÇÕES CAMPONESAS.**, sob orientação do Prof. Dr. ALFIO BRANDENBURG, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 14 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

14/03/2022 16:32:19.0

ALFIO BRANDENBURG

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

14/03/2022 16:20:55.0

EVERTON LAZZARETTI PICOLOTTO

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA )

Assinatura Eletrônica

14/03/2022 16:23:46.0

RODOLFO BEZERRA DE MENEZES LOBATO DA COSTA

Avallador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## AGRADECIMENTOS

Construir uma dissertação é ter que reconhecer, logo de início, que todo o trabalho será realizado por inúmeras mãos. Apesar de todo meu esforço pessoal no interior dessa pesquisa, desde o início eu nunca estive sozinho. Pelo contrário: sem essas outras mãos, toda pesquisa nunca aconteceria. À essas mãos, corpos, mentes e suas parcerias comigo, eu agradeço muito.

Agradeço, em primeiro lugar, a minha família. A presença inabalável de minha esposa Ingrid e de minha filha Maria ao meu lado, em todos os momentos da vida, foram de fundamental importância. Sem elas e todo o apoio, a construção da pesquisa seria inconcebível. Receber o amor e o carinho que vem delas é o grande sentido da vida, e essa pesquisa em particular leva junto todo o afeto e os atravessamentos construídos juntos por nós três. Vocês são a base elementar de todo ar que percorre minha vida. Eu amo muito vocês.

Também agradeço à família que se estende para além de mim mesmo, e também por onde moram minhas raízes mais profundas. À minha mãe Rosemeire, meu pai Djalma e sua companheira Venerinda, meu irmão João e sua esposa Pamela, minha irmã Bárbara e seu marido Lennyn, meu sobrinho Joaquim, meu sogro Israel e minha sogra Rosemeire, e meu cunhado Guilherme e sua companheira Byanca, que sempre acreditaram em mim e me incentivaram a correr atrás dos meus sonhos. Aos demais membros familiares e amigos, também meu muito obrigado por toda a força.

Agradeço também com muito carinho todo o apoio e parceria de meu orientador, Alfio. Sem suas palavras, paciência, orientação e diálogos, essa pesquisa não teria se tornado o que se tornou. Graças a ele, o cunho Sociológico dessa pesquisa ganhou vida de forma mais leve e feliz. Seu companheirismo ajudou muito a construir essa pesquisa, e suas contribuições ultrapassaram, inclusive, os limites e fronteiras da academia.

Um agradecimento também a todo corpo docente e discente do Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGSocio) da Universidade Federal do Paraná. Toda formação que tive, as conversas e trocas, as aulas ministradas, tudo foi de enorme importância em todo meu processo no Mestrado. Ricas relações sociais com pessoas incríveis e brilhantes.

Igualmente, um agradecimento a própria Universidade Federal do Paraná, que tem sido uma de minhas casas desde o ano de 2015, quando ingressei no curso de Graduação em Ciências Sociais. Importante ainda ressaltar a existência e relevância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que em todo processo de Mestrado me apoiou subsidiando uma bolsa. Tal apoio é imprescindível para o desenvolvimento da ciência brasileira, tão brilhante e sufocada ao mesmo tempo. Em meio a tempos de

negacionismos, a ciência brasileira resiste, respira e se transforma por meio daqueles inconformados com tal situação. Um viva para a Universidade Pública e para a Ciência no Brasil. Resistiremos.

Por último, mas nada menos importante, um agradecimento especial aos camponeses e camponesas de nosso Brasil, em especial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a toda comunidade do Acampamento Maria Rosa do Contestado. Não só sem vocês essa pesquisa não teria o menor sentido, como também com vocês eu aprendi (e continuo aprendendo) todos os dias. A luta pela terra, por melhores condições de vida e de trabalho para população camponesa no Brasil, e a luta pela Reforma Agrária, são movimentos grandiosos e extremamente valiosos para o nosso país. Graças a essas lutas e conquistas, temos a possibilidade de vislumbrar um novo e diferente futuro para o nosso Brasil. A luta de vocês inspira – e respira - mudanças, esperanças e solidariedade. Por todo carinho recebido, por tanta generosidade e solidariedade, um muito obrigado. Sigamos juntos em prol do combate às injustiças sociais e ambientais que historicamente assolam nosso país. Pátria livre, venceremos.

## RESUMO

À luz das contribuições clássicas e contemporâneas do campo de estudos da Sociologia Rural, nos aprofundamos em investigar, para essa pesquisa, uma ruralidade particular para o contexto brasileiro, qual seja, uma ruralidade marcada pelos fenômenos da recampenização e da ecologização, através da existência e atuação ativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Construindo um forte movimento no rural brasileiro desde as últimas décadas do século passado, o MST vem contribuindo em alterar a realidade agrária e fundiária no Brasil, através da reconstituição do movimento camponês no país e o levantamento constante da pauta da Reforma Agrária para dentro - e também para fora - do Estado brasileiro. Já na última virada de século, o Movimento também vem incluindo outras pautas em suas ações, tal como a pauta ecológica, e vem, desde então, promovendo a Agroecologia no interior de Acampamentos e Assentamentos rurais espalhados pelo Brasil. Tais movimentos nos instigaram a procurar compreender, enquanto objetivo e exercício central da pesquisa, os verdadeiros sentidos das ações e das práticas da Agroecologia no interior do MST, e com isso acabamos nos aproximando de uma realidade e de um acampamento rural específico: o Acampamento Maria Rosa do Contestado. Localizado no município de Castro – PR, e mobilizando cerca de 65 famílias na produção de alimentos agroecológicos desde 2015, o Acampamento Maria Rosa do Contestado nos permitiu conhecer contornos singulares da ecologia emergente naquele território, através do desenvolvimento cotidiano da vida e do trabalho de dezenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Seguindo a orientação teórica-metodológica da Teoria Ator-Rede, principalmente através das contribuições de Bruno Latour, fomos seguindo atores e redes da agroecologia no interior do acampamento Maria Rosa e conhecendo melhor os contornos da ecologia emergente naquele território. O movimento de seguir os atores e mapear as redes da agroecologia naquele acampamento nos permitiu conhecer uma diversidade de atores humanos e não humanos no interior de tal processo (ecologização), que tem tido como característica principal o resgate de tradições camponesas por parte dessa população que tem voltado ao rural brasileiro em busca de construir vida e trabalho. É, conforme constatamos através dos trabalhos de campo naquele território, uma agroecologia que tem se construído tendo como base uma ancoragem em memórias e tradições de famílias que nasceram e se criaram no rural brasileiro, ao mesmo tempo que também uma prática de vida e de trabalho que se modifica e se atualiza constantemente à luz de novos conhecimentos e experiências cotidianas. É, para todos os efeitos, uma agroecologia emergente fruto de processos de continuidades, mas também de rupturas, no que diz respeito a produção e reprodução da categoria social do campesinato no Brasil. Tem sido, assim, uma agroecologia de tradição e de tradução simultaneamente, através do resgate de tradições camponesas que, por sua vez, são confrontadas também com um mundo moderno globalizado em questão.

Palavras-chave: Campesinato brasileiro. MST. Recampenização. Agroecologia. Resgate de tradições.

## ABSTRACT

In the light of classic and contemporary contributions from studies of Rural Sociology, we delve deeper into investigating a particular rurality for the Brazilian context, that is, a rurality marked by the phenomena of recampanization and ecologization, through the existence and active role of the Landless Rural Workers Movement (MST). Building a strong movement in the Brazilian countryside since the last decades of the last century, the MST has contributed to change the agrarian and land ownership reality in Brazil, through the reconstitution of the peasant movement in the country and the constant survey of the Agrarian Reform agenda inwards - and also outwards - the Brazilian State. At the turn of the century, the Movement has also been including other agendas in its actions, such as the ecological agenda, and since then has been promoting Agroecology within rural camps and settlements throughout Brazil. Such movements instigated us to seek to understand, as a central objective and exercise of the research, the true meanings of the actions and practices of Agroecology within the MST, and with that we ended up approaching a reality and a specific rural encampment: the Acampamento Maria Rosa do Contestado. Located in the city of Castro - PR, and mobilizing about 65 families in the production of agroecological food since 2015, the Acampamento Maria Rosa do Contestado allowed us to know the unique contours of the emerging ecology in that territory, through the daily development of the life and work of dozens of rural workers. Following the theoretical-methodological orientation of the Actor-Network Theory, mainly through the contributions of Bruno Latour, we followed agroecology actors and networks inside the Maria Rosa camp and got to know better the contours of the emerging ecology in that territory. The movement of following the actors and mapping the agroecology networks in that camp allowed us to get to know a diversity of human and non-human actors within this process (greening), which has had as its main characteristic the rescue of peasant traditions by this population that has returned to the Brazilian countryside in search of building life and work. It is, as we have seen through fieldwork in that territory, an agroecology that has been built based on an anchoring in memories and traditions of families who were born and raised in the Brazilian countryside, at the same time as a practice of life and work that is constantly modified and updated in the light of new knowledge and everyday experiences. It is, for all intents and purposes, an emerging agroecology, the result of processes of continuities, but also of ruptures, with regard to the production and reproduction of the social category of the peasantry in Brazil. It has thus been an agroecology of tradition and translation simultaneously, through the rescue of peasant traditions that, in turn, are also confronted with a modern globalized world in question.

Keywords: Brazilian peasantry. MST. Re-championship. Agroecology. Rescue of Traditions.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**FIGURA 1** – MATRÍCULA DO IMÓVEL FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ

**FIGURAS 2 E 3** – AGRONEGÓCIO E MONOCULTIVOS EM CASTRO, NA ESTRADA DO MARACANÃ

**FIGURA 4** – DISTÂNCIA DA FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ E MUNICÍPIO DE CASTRO

**FIGURAS 4, 5 E 6** – ENTRADA DO ACAMPAMENTO MARIA ROSA NA ESTRADA DO MARACANÃ; BANDEIRA DO MST NA GUARITA DO ACAMPAMENTO; E PINTURA COM O NOME DO ACAMPAMENTO E DUAS CRIANÇAS NO LOCAL

**FIGURA 7** – KOMBI BRANCA DE CLAUDINEI À ESQUERDA E ESTRADA DE CHÃO NO INTERIOR DO ACAMPAMENTO

**FIGURA 8** – CASA DE CLAUDINEI QUE FIQUEI ABRIGADO NOS DIAS NO MARIA ROSA

**FIGURA 9** – VISTA PRIVILEGIADA DA PARTE DA FRENTE DA CASA, COM PLANTAÇÃO DE REPOLHO E CANA DE AÇUCAR

**FIGURA 10** – VISTA DA PARTE DE TRÁS DA CASA DE CLAUDINEI, DA LAVOURA DA FAMÍLIA VIZINHA

**FIGURAS 11 E 12** – PARTE DA HORTA E LAVOURA RECENTEMENTE FEITAS POR CLAUDINEI

**FIGURAS 13, 14 E 15** – LOTE E PLANTAÇÕES DE SANTANA E LEODIL

**FIGURA 16** – SANTANA E LEODIL EM FRENTE À SUA CASA

**FIGURAS 17, 18 E 19** – ALGUNS PORCOS E DOIS DOS CHIQUEIROS COMUNITÁRIOS (EXISTEM AO MENOS 5 BARRACÕES COMO ESSE DE CHIQUEIROS COMUNITÁRIOS)

**FIGURA 20** – HORTA DE REPOLHO ROXO

**FIGURA 21** – REPOLHO CORAÇÃO DE BOI

**FIGURAS 22, 23 E 24** – UM PASSEIO PELO LOTE DE DONA JUDITE E SUAS PLANTAÇÕES

**FIGURA 25** - JUDITE E SEU ABACATEIRO PLANTADO A 6 ANOS ATRÁS

**FIGURAS 26 E 27** – ANIMAIS DE CRIAÇÃO DE JUDITE E SEUS FILHOS

**FIGURAS 28 E 29** – HORTA E LAVOURA DE LEODIL E SANTANA: MILHO ENQUANTO ALIMENTO PREDOMINANTE DA ÉPOCA (NA PRIMEIRA FOTO, O MILHO ESTÁ EM SEGUNDO PLANO)

**FIGURA 30** – PORCOS RECÉM NASCIDOS DE LEODIL E SANTANA

**FIGURAS 31, 32 E 33 – ESTUFA CONSTRUÍDA POR TONINHO, EM SEU PRÓPRIO LOTE, PARA CULTIVO DE TOMATE**

**FIGURAS 34, 35 E 36 – ESTUFA CONSTRUÍDA POR TONINHO, NO LOTE DE SUA IRMÃ (PATRÍCIA), PARA CULTIVO DE TOMATE, ALFACE, PIMENTÃO E MORANGO**

**FIGURAS 37 E 38 – VACAS AINDA FILHOTES DE TONINHO E SUA FAMÍLIA**

**FIGURAS 39 E 40 – TRATOR E TOBATA DE NATALINO**

**FIGURAS 41, 42, 43 E 44 – CRIAÇÃO DE VACAS DE NATALINO E QUEIJOS PRODUZIDOS POR ELE E SUA ESPOSA IRANI**

**FIGURAS 45 E 46 – FOTOS AÉREAS DO ACAMPAMENTO MARIA ROSA EM 2014 (PRIMEIRA FOTO) E 2019 (SEGUNDA FOTO)**

## LISTA DE SIGLAS

|           |                                                                        |
|-----------|------------------------------------------------------------------------|
| AGU       | Advocacia Geral da União                                               |
| ANT       | Actor-Network Theory                                                   |
| CAD/PRO   | Cadastro de Produtores Rurais                                          |
| CAPES     | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior            |
| CARACOL   | Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo                           |
| CCA-PR    | Cooperativa Central da Reforma Agrária do Estado do Paraná             |
| CEB's     | Comunidades Eclesiais de Base                                          |
| CEPPUR    | Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas                  |
| CMEI      | Centro Municipal de Educação Infantil                                  |
| CNBB      | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil                              |
| CPT       | Comissão Pastoral da Terra                                             |
| CRAS      | Centro de Referência da Assistência Social                             |
| CTP       | Centro de Treinamento Pecuário                                         |
| DAP       | Declaração de Aptidão ao Pronaf                                        |
| EJA       | Educação de Jovens e Adultos                                           |
| ELAA      | Escola Latinoamericana de Agroecologia                                 |
| ENA       | Encontro Nacional de Agroecologia                                      |
| ENCONTTRA | Coletivo de Estudos Sobre Conflitos por Território e por Terra         |
| ETR       | Estatuto do Trabalhador Rural                                          |
| FGV       | Fundação Getúlio Vargas                                                |
| FNDE      | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação                          |
| IAP       | Instituto Água e Terra                                                 |
| IBGE      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                        |
| IESOL     | Incubadora de Empreendimentos Solidários                               |
| IF        | Instituto Federal                                                      |
| IFPR      | Instituto Federal do Paraná                                            |
| INCRA     | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                    |
| IPARDES   | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social             |
| JAC       | Juventude Agrária Católica                                             |
| MAB       | Movimento dos Atingidos por Barragens                                  |
| MAJUP     | Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular Isabel da Silva |
| MEB       | Movimento de Educação de Base                                          |

|          |                                                             |
|----------|-------------------------------------------------------------|
| MEC      | Ministério da Educação                                      |
| MG       | Minas Gerais                                                |
| MMC      | Movimento das Mulheres Camponesas                           |
| MP       | Ministério Público                                          |
| MST      | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                |
| ONG      | Organização Não Governamental                               |
| PAA      | Programa de Aquisição de Alimentos                          |
| PL       | Partido Liberal                                             |
| PNAE     | Programa Nacional de Alimentação Escolar                    |
| PPGSOCIO | Programa de Pós-Graduação em Sociologia                     |
| PR       | Paraná                                                      |
| PROEC    | Pró Reitoria de Extensão e Cultura                          |
| PRONAF   | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PSL      | Partido Social Liberal                                      |
| PT       | Partido dos Trabalhadores                                   |
| SEAB     | Secretaria da Agricultura e do Abastecimento                |
| SEED     | Secretaria da Educação                                      |
| SPU      | Secretaria do Patrimônio da União                           |
| UDR      | União Democrática Ruralista                                 |
| UEPG     | Universidade Estadual de Ponta Grossa                       |
| UFPR     | Universidade Federal do Paraná                              |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                                      | <b>14</b>  |
| 1.1 TEMA DA PESQUISA E OBJETO DE ESTUDO .....                                                                                                                                                  | 16         |
| 1.2 PROBLEMA DA PESQUISA E OBJETIVOS.....                                                                                                                                                      | 23         |
| 1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....                                                                                                                                                               | 25         |
| 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO .....                                                                                                                                                                | 34         |
| <b>2 O RURAL BRASILEIRO ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO .....</b>                                                                                                                                    | <b>36</b>  |
| 2.1 MUDANÇAS AGRÁRIAS E OS PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO DO<br>MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO RURAL E NA AGRICULTURA<br>BRASILEIRA.....                                                       | 36         |
| 2.2 MODERNIZAÇÃO DO RURAL, MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO,<br>EMERGÊNCIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E IMPACTOS NAS FORMAS<br>DE VIVER E TRABALHAR DAS POPULAÇÕES RURAIS NO BRASIL ..... | 38         |
| 2.3 O CAMPESINATO ENQUANTO CIVILIZAÇÃO E CULTURA PRÓPRIA E<br>CATEGORIA SOCIAL PARTICULAR: OUTRAS E NOVAS FORMAS DE VIVER E<br>TRABALHAR NO RURAL BRASILEIRO.....                              | 42         |
| 2.4 LUTAS POR ACESSO E PERMANÊNCIA NA TERRA, RECAMPENIZAÇÃO,<br>REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS/ACAMPAMENTOS RURAIS E O<br>MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) .....             | 49         |
| 2.4.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): UMA<br>HISTÓRIA DE RESISTÊNCIAS E DE LUTAS CAMPONESAS POR ACESSO E<br>PERMANÊNCIA NA TERRA NO BRASIL .....                         | 54         |
| 2.5 UM RURAL EM ECOLOGIZAÇÃO: A AGROECOLOGIA ENQUANTO OUTRO (E<br>ALTERNATIVO) MODELO AGROALIMENTAR.....                                                                                       | 66         |
| <b>3 "OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR": SEGUINDO ATORES E MAPEANDO<br/>REDES DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO<br/>CONTESTADO .....</b>                                                 | <b>71</b>  |
| 3.1 CONTEXTO TERRITORIAL E JURÍDICO DO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO<br>CONTESTADO .....                                                                                                           | 73         |
| 3.2 APROXIMAÇÃO EMPÍRICA E ESTUDO DE CAMPO: OS CAMINHOS QUE ME<br>LEVARAM "ATÉ LÁ" .....                                                                                                       | 79         |
| 3.3 EXPLORANDO POSSIBILIDADES, SEGUINDO ATORES E MAPEANDO REDES E<br>CAMINHOS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE GRUPOS E OS DIAS NO MARIA<br>ROSA DO CONTESTADO .....                                 | 82         |
| 3.3.1 – OS DIAS EM CAMPO NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO<br>.....                                                                                                                      | 84         |
| <b>4 HUMANOS E NÃO HUMANOS MEDIANDO O SOCIAL: OS SENTIDOS, AS<br/>PRÁTICAS E AS CONTROVÉRSIAS DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO<br/>MARIA ROSA DO CONTESTADO .....</b>                            | <b>131</b> |

|                                                                                                                                                                                      |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.1 A MEDIAÇÃO DO SOLO E A OPORTUNIDADE OFERECIDA PELA TERRA: UM RETORNO AO RURAL, RECAMPENIZAÇÃO, IDENTIDADE E CONDIÇÃO CAMPONESA ENQUANTO FORMAS DE LUTAR POR REFORMA AGRÁRIA..... | 132        |
| 4.1.1 UM RETORNO À TERRA E ÀS ORIGENS E A RECAMPENIZAÇÃO DO RURAL BRASILEIRO.....                                                                                                    | 132        |
| 4.1.2 VOLTANDO AO RURAL E (RE)CONSTRUINDO A IDENTIDADE E A CONDIÇÃO CAMPONESA DE VIDA E DE TRABALHO .....                                                                            | 138        |
| 4.1.3 RECAMPENIZAÇÃO E CONDIÇÃO CAMPONESA DE VIDA ENQUANTO FORMAS DE LUTAR POR REFORMA AGRÁRIA E COMBATER INJUSTIÇAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NO BRASIL .....                            | 142        |
| 4.2 MEMÓRIAS EM AÇÃO RESGATANDO TRADIÇÕES: OS PRINCIPAIS SENTIDOS E PRÁTICAS DA ECOLOGIA EMERGENTE NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO .....                                     | 148        |
| 4.3 AGIR E NÃO AGIR PODEM AMBOS INDUZIR AÇÃO: PRINCIPAIS CONTROVÉRSIAS DA AGROECOLOGIA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE NO MARIA ROSA .....                                  | 182        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                                                                   | <b>194</b> |
| <b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                                                                                                            | <b>202</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa de mestrado está inscrita no interior do Programa de Pós-Graduação de Sociologia (PPGSocio) da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa de Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente, no eixo temático Mundo Rural e Meio Ambiente. A pesquisa teve início no ano de 2020, ano em que ingressei no programa de Mestrado. Porém, de forma geral, assume-se que a pesquisa se inicia ainda no fim do ano de 2018/começo de 2019, período em que eu estava finalizando minha graduação em Ciências Sociais pela UFPR. Nesse período, diversas mudanças em minha vida pessoal me levaram a conhecer as temáticas no interior da Sociologia Rural, e com isso reestruturar todo o projeto em torno da Monografia que acabei desenvolvendo enquanto projeto de conclusão de curso.

À época, as principais mudanças que tive em minha vida pessoal que me levaram a me aproximar das agendas de pesquisa nas quais estou hoje inserido, são relacionadas ao tema da dos movimentos sociais no campo e da agroecologia, e com isso dos processos agroalimentares de produção, distribuição e consumo de alimentos. Nesse sentido, em fins de 2018, eu e minha esposa estávamos decidimos a encararmos nossos processos alimentares à luz de um posicionamento crítico frente a qual alimento estávamos tendo acesso e como usávamos esses alimentos em nosso cotidiano. A percepção que fomos sentindo era de que nossos hábitos alimentares não estavam saudáveis, e com isso nosso próprio corpo e saúde também não. Nessa direção, redirecionarmos nossas críticas e posições frente aos alimentos e aos modelos agroalimentares de produção, distribuição e consumo desses alimentos, fez com que mudássemos nossa rotina em torno da alimentação em si e, consequentemente, nossa rotina de vida como um todo. Refletir sobre como e do que se alimentar, nos colocou frente a um posicionamento crítico e político em torno desses processos agroalimentares, que por sua vez foi responsável por reestruturar toda forma de produzir e reproduzir vida no interior de nossa família, e, posteriormente, meus caminhos de pesquisa acadêmica em questão. Na época, nossa filha Maria tinha apenas 1 ano, e estava recentemente sendo introduzida aos hábitos alimentares que, por sua vez, refletia nossos próprios hábitos (meu e de minha esposa). A crítica a esses hábitos e práticas, então, nos levou a repensarmos nossos processos em torno do viver, e esses movimentos nos levaram, consequentemente, as temáticas em torno da agroecologia e dessas novas redes alimentares ecológicas em emergência. Nesse ínterim, meu projeto de TCC foi completamente reestruturado, e com isso comecei minhas novas aventuras para tentar

compreender melhor, à luz do conhecimento sociológico, o universo do rural brasileiro, e mais especificamente a Agroecologia emergente nesse rural.

Nesse caminho, passamos a nos aproximar de novas e outras redes alimentares que não as convencionais (lojas de supermercados). Assim, conhecemos algumas feiras de produtos orgânicos e agroecológicos, e nesse processo de construção de novos locais de consumo de alimentos saudáveis, nos deparamos com algumas iniciativas na cidade de Curitiba, em especial a Rede Produtos da Terra – PR. A rede Produtos da Terra - PR comercializa, na cidade de Curitiba e região, cestas de produtos oriundos da reforma agrária, da agricultura familiar e da economia solidária. Além das cestas comercializadas semanalmente, a rede também promove feiras e participa de eventos esporádicos para comercializar seus produtos e levar adiante os alimentos agroecológicos produzidos pela reforma agrária e pela agricultura familiar no Brasil, em especial na região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Ela foi criada no ano de 2016, e é fruto da articulação entre a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Estado do Paraná (CCA-PR), de empreendimentos da Economia Solidária da cidade de Curitiba, bem como de organizações de consumidores urbanos que se articularam e contribuíram para criação e desenvolvimento da rede. Quando conhecemos essa rede, foi através de uma feira, e desde então passamos a consumir as cestas, entregues toda semana em diferentes pontos da cidade de Curitiba.

Ao conhecer a rede, no ano de 2019, me aproximei primeiro como consumidor e simpatizante de suas ações, conforme já relatei, e depois enquanto um integrante ativo dos processos de gestão da rede. Me tornei membro do empreendimento Sinergia – Alimentos Saudáveis que é, junto com a CCA-PR, quem realiza a gestão dos processos de comercialização dos produtos da rede. Até meados de 2021, vim desenvolvendo principalmente a função de comunicação com os consumidores das cestas, auxiliando nos processos de pedidos, de entregas das cestas, de contato com os consumidores, etc. Também já realizei inúmeras outras tarefas, que vão desde a separação das cestas até os processos logísticos de entregas delas para os consumidores nos pontos de coleta, o que me permitiu uma aproximação mais integrada dos processos e dos atores envolvidos. Nessa direção, fui me aproximando cada vez mais dos processos cotidianos em torno da agroecologia e do rural brasileiro, conhecendo pessoas, entendendo processos e organizações, e, enfim, conhecendo atores e redes que me guiaram, em certa medida, em todo processo de elaboração dessa pesquisa de mestrado que vos apresentarei.

Ao descobrir novas formas de viver e de atuar no mundo, a rede Produtos da Terra e todas as pessoas que estão envolvidas nela - direta ou indiretamente – foram, pouco a pouco, me ajudando a construir novos contornos de meu "eu", inclusive de meu "eu"

profissional/sociológico. Assim, não só foi se desenvolvendo um novo Pedro no que diz respeito a novas formas de conceber a vida e as ações neste mundo, como também delineando um "novo" sociólogo, agora embebido do rural brasileiro e de suas temáticas. No interior desses processos, foi então se construindo uma agenda de pesquisa na qual eu fui gradativamente me apropriando no intuito de desenvolver essa pesquisa de Mestrado em questão, que tem se tornado, por sua vez, um movimento no qual o principal objetivo estabelecido tem sido o de conhecer e/ou compreender as ecologias (agroecologias) emergentes no rural brasileiro e quais os seus sentidos nas vidas dos múltiplos atores que habitam esse rural. Com isso em mente, fomos nos adentrando no universo do rural brasileiro, buscando entradas, realizando recortes, entendendo realidades distintas e estabelecendo com maior objetividade o objeto de estudo que tem como propósito descobrir e analisar as ecologias emergentes e seus diferentes sentidos que atores múltiplos e diversos atribuem à suas ações e suas construções de identidade em um Acampamento Rural específico: o Maria Rosa do Contestado.

### 1.1 Tema da pesquisa e Objeto de estudo

Nesse universo do rural brasileiro que é tão complexo e gigante, do ponto de vista epistemológico, alguns temas em específico sobre esse rural foram ganhando destaque e me chamado a atenção e, sobre eles, fui me debruçando com maior profundidade na intenção de construir essa pesquisa em questão. Ao ser introduzido a noção de ruralidade, onde temos no rural brasileiro contemporâneo uma complexidade e heterogeneidade de situações e configurações de vida e de trabalho, fui entendendo a necessidade de estabelecer alguns recortes no que diz respeito a essa realidade complexa, chegando assim, por sua vez, nos estudos sobre o campesinato no Brasil através de noções como a de recampanização e ecologização do rural brasileiro. Com isso, foi se delineando um universo de pesquisa que tem por pano de fundo - mas também, evidentemente, de frente -, um rural vivido e construído pela Agroecologia e pelos movimentos sociais no campo, mais especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No recorte, portanto, que foi estabelecido em torno do rural brasileiro e suas heterogêneas formas de vida, os movimentos protagonizados por atores do MST e da Agroecologia foram, assim, os fenômenos nos quais me debrucei e nos quais, então, procurei compreender melhor através dessa pesquisa de Mestrado. Estabelecido, portanto, o recorte temático no interior dos estudos rurais e mais especificamente da Sociologia Rural, esse estudo/pesquisa teve seu pontapé inicial.

Os estudos sobre o campesinato, em especial no Brasil, possuem inúmeras leituras e reviravoltas, do ponto de vista das formas de produção do conhecimento, e que fazem, assim, essa categoria social ser complexa de ser estudada e ao mesmo tempo contraditória. Em longos percursos teóricos em torno dessa categoria social, inúmeras são as vertentes de análise que discorreram/discorrem sobre as origens, desenvolvimento ou ainda o futuro dessas pessoas que se caracterizam por suas condições camponesas de vida e de trabalho. No emaranhado teórico construído no percurso dos estudos sobre essa categoria social, no Brasil, a partir de fins do século XX, o campesinato passou a ser representado historicamente por uma maneira singular de civilização e de cultura. Em contexto de modernidade, tem ficado evidente que os camponeses e agricultores familiares não mais representam uma reprodução clássica e "tradicional" do campesinato, tal como as sociedades pré-capitalistas por exemplo, justamente por ser amplamente reconhecido pela literatura brasileira a influência que os processos de modernização capitalista tiveram nas estruturas agrárias mundiais, mas nem por isso é uma categoria social de pessoas que se deslocaram de sua "condição camponesa" de existência.

De acordo com Maria Wanderley (2003), conforme temos visto através da história, os processos de transformação do campesinato brasileiro não são simplesmente sua transição de um espaço "isolado" para outro "englobante", nem sua inserção integral na economia e sociedade moderna, mas sim representam processos de rupturas e continuidades em relação a suas formas de produção e reprodução da vida em decorrência dos processos de transformação ocasionados pelo modelo da modernização capitalista. Nessa direção, tem ganhado cada vez mais importância os direcionamentos analíticos que discorrem que a imposição do modelo empresarial de tipo industrial de agricultura não tem gerado formas sociais de produção únicas e homogêneas, mas sim configurações heterogêneas de um mundo rural marcado pela atuação de diversos atores que, apesar de serem representados no momento histórico de um mundo moderno (capitalista) em questão, preservam também suas tradições e seus movimentos de adaptação à esse mundo. No contexto atual de estudos sobre o campesinato brasileiro, importante ressaltar que as categorias de "agricultor empresarial" ou "agricultor moderno" não correspondem a totalidade do rural e não podem ser concebidas enquanto referências unitárias sobre o mundo rural brasileiro. Nesse contexto (últimas décadas do século XX) é que a noção de ruralidade emerge enquanto categoria analítica e teórica de um rural marcado pela heterogeneidade de formas de vida, e fundamentalmente pela capacidade de adaptação e resistência do campesinato frente aos novos modelos industriais e modernos de agricultura.

A crítica à modernização da agricultura tem se colocado em diversos países e contextos por atores que acabam por assumir, então, uma "condição de vida camponesa" em resposta às

contradições desse modelo. Especificamente no contexto brasileiro, parte da sociedade (pesquisadores, movimentos sociais, instituições de ensino, etc.) tem olhado para o rural enquanto um ambiente promotor de alternativas para a solução de problemas sociais, ambientais, políticos e econômicos. Assim tem emergido visões sobre o rural, de um lado, como integrado ao conjunto da sociedade brasileira, não mais "isolado", e de outro como um local que mantém certas particularidades históricas e sociais enquanto realidade própria. Um rural emergente enquanto um espaço físico diferenciado e, conforme discorre Wanderley (2001, p. 32), "enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência "identitária") e lugar onde se vê e vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)". É uma visão que acaba por supor então um lugar onde se tem formas particulares de vida e de trabalho, não simplesmente como um lugar de investimento ou reservas de valores (orientações englobantes do modelo capitalista).

Disso tem surgido, já fazem algumas décadas, a necessidade de olharmos para o rural brasileiro enquanto esse lugar heterogêneo e diversificado de vida e de trabalho - como propôs autoras como Maria Wanderley acima citada -, que carrega consigo um grande potencial de desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental e político, considerando a agricultura familiar e camponesa como forma adequada para responder as exigências negativas geradas pela agricultura moderna. Assim, tem-se visto também que o enfoque puramente produtivo das políticas para a agricultura gerou um grande problema de exclusão desse campesinato brasileiro, excluindo-o dos processos de desenvolvimento e sujeitando-o a condições precárias de vida. Seus processos de adaptação, resistência e produção/reprodução da vida são elementos cruciais para situarmos a importância dos agricultores familiares e camponeses enquanto um "ator coletivo" que reivindicam condições de vidas cotidianas e particulares num contexto de modernização, de disputas de poder e de projetos de desenvolvimento social, político, econômico e ambiental.

A diversificação (heterogeneidade) do rural tem se colocado, dessa maneira, enquanto palco de fatores dinâmicos e como fonte de conflitos a respeito do que é o rural hoje em dia, quem são seus atores e quais os seus diferentes usos e características principais. Parte significativa dos espaços rurais ainda correspondem, frequentemente, as zonas mais fragilizadas dos territórios nacionais – em especial no Brasil - no que se refere ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais, especialmente aqueles fornecidos pelas instituições públicas. O compromisso, portanto, de compreender o rural como espaço diversificado de vida, tem sido o de - para os estudos rurais e para essa pesquisa em particular -, concebê-lo enquanto um espaço singular com reivindicações próprias, e inseri-lo também

como protagonista nos programas políticos de desenvolvimento assumindo assim uma posição reparadora no que diz respeito aos processos da modernização que o rural e as agriculturas vêm enfrentando de forma desigual e mais acentuada desde os últimos dois séculos, que acabou marginalizando a existência do camponês e do agricultor familiar dos processos políticos participativos das sociedades modernas, e em especial da sociedade brasileira. No interior desse rural heterogêneo que busca um novo lugar para suas populações na estrutura da sociedade brasileira, tem ganhado destaque ações como a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e movimentos de retorno ao rural (recampenização) que pessoas e famílias vêm realizando em prol de atribuir um novo futuro – mas também presente - para camponeses(as) e agricultores(as) familiares de todo Brasil. É, portanto, sobre/com esses movimentos e ações que essa pesquisa de mestrado tem construído seus caminhos.

Estudos sobre o rural brasileiro tem demonstrado que, no período da redemocratização do Brasil (década de 1980), diversos movimentos novos passaram a compor o quadro de organização desse rural, através da ação de novos atores que, por razões diversas, reestruturam suas vidas e consequentemente reorganizam o espaço rural à luz de novas práticas e ações de vida e de trabalho. Destacam-se que, nesse período, inúmeras reivindicações voltam a compor o quadro político brasileiro em relação aos conflitos por terra no país, em especial demandas que dizem respeito a questões de acesso e permanência legítima na terra, e com isso a pauta da Reforma Agrária retorna para agenda política brasileira enquanto assunto de grande importância e ainda não resolvido para as populações rurais no Brasil. Com esses movimentos e reivindicações, acabaram por culminar no surgimento dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, marcados, portanto, pela emergência de um "novo" rural. Trata-se, conforme tem se colocado nos estudos contemporâneos, de um padrão de ruralidade marcado por processos conhecidos como recampenização do rural, através da ação de atores distintos, muitos deles ex-camponeses fruto de movimentos de êxodo rural ocasionados pela emergência da agricultura moderna em meados do século XX, ou ainda com descendência genealógica camponesa, que reassumem, dessa forma, uma condição camponesa de se viver. Trata-se, conforme Brandenburg (2018) muito bem colocou, de um padrão de ruralidade que procura (re)produzir a vida e o trabalho através de resgates e das memórias espelhadas nas comunidades camponesas tradicionais, construindo novas identidades e dando sentido a ação e as práticas desses novos atores.

Ao nos depararmos com essas novas configurações heterogêneas do rural brasileiro enquanto estruturadoras de novas organizações individuais e coletivas de vida e de trabalho, muito tem se destacado que a dimensão política da recampenização em torno de elaborações de

estratégias e resistência tem se tornado elemento central no que diz respeito a vida e sobrevivência dessas populações rurais e suas condições camponesas de se viver. Junto ainda da dimensão política, recentemente os debates em torno de questões ecológicas também tem sido fenômeno marcante e inovador nesse novo rural, que tem sido marcado por novas relações entre esses novos atores com os ambientes e recursos naturais que os rodeiam, contribuindo em todo processo de reestruturação de vida e de trabalho no rural brasileiro como um todo. Desses novos atores, se destaca a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como um dos mais expressivos representantes desse novo rural no país.

O MST - um dos maiores movimentos sociais do Brasil, e, talvez, da América Latina -, irá surgir, portanto, dos movimentos de decomposição do regime militar no país (1964-1985), no período acima mencionado de redemocratização e emergência de novos espaços e atores no rural brasileiro. É momento de emergência de novos movimentos e configurações no que diz respeito às lutas e conflitos por terra no Brasil, a partir da atuação de novos atores que requalificam e reconfiguram as lutas por acesso e permanência na terra em nosso país. Fruto de diversas articulações entre sociedade civil, partidos políticos, parcela da igreja católica e movimentos sociais do campo já existentes anteriormente - tais como as Ligas Camponesas, que surgiram na década de 50 e foram extintas após o golpe militar em 1964 -, o MST passa a assumir uma luta pela terra de caráter inovador no contexto brasileiro, e muito importante para a história brasileira das lutas camponesas, visto que os processos de conquista de terras em contraposição aos grandes latifúndios, conquistando novos espaços e formando os Assentamentos Rurais, tem promovido movimentos importantes no que diz respeito às mudanças na estrutura agrária/fundiária em nosso país.

Nesse sentido, muito tem se afirmado, no interior do MST, a importância do acesso e permanência na terra e, com isso, a defesa em torno das políticas de Reforma Agrária. Através da realização efetiva de tais políticas (de Reforma Agrária), o Movimento defende o combate a grandes problemas estruturais em nosso país, como a desigualdade social crescente, os níveis de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional, a alta concentração de riquezas e de terras em mãos de poucos, etc. Nessa direção, a luta que começa com o acesso à terra tem se esforçado em garantir, em primeiro lugar, os direitos básicos dos camponeses e camponesas do Brasil no que diz respeito a garantia e permanência de seus meios de existência, suas construções de identidades e a produção e reprodução de seus modos de vida e de trabalho. Dessa forma, a luta por acesso e permanência na terra, através de movimentos de territorialização, tem sido importantes direcionamentos no que diz respeito aos enfrentamentos e lutas de resistência do campesinato brasileiro frente as políticas excludentes que, historicamente, ele (campesinato)

enfrentou – e ainda enfrenta - no contexto político brasileiro de desenvolvimento social. Somado a isso, acerca de duas décadas tem crescido no interior do MST os debates em torno dos modelos agroalimentares, através do surgimento de críticas contundentes dos atuais paradigmas de desenvolvimento rural. Nessa direção, o contexto de emergência das agriculturas ecológicas se soma às lutas do MST, e a partir da última virada de século, o MST vem adotando a Agroecologia enquanto modelo e paradigma de desenvolvimento da população camponesa no Brasil. Através da ecologização da agricultura e das práticas e modelos agroecológicos, o MST tem reestruturado não só seus processos agrícolas e produtivos – junto do desenvolvimento de um posicionamento crítico ao modelo do agronegócio vigente -, como também toda sua forma de existência e ação no mundo, no que toca aos paradigmas de vida e de trabalho constituídos pela modernidade e que dizem respeito a diversas dimensões da vida: política, social, cultural, econômica, ambiental, ética, etc. Assim, através de suas "novas" atuações políticas e ecológicas, novamente o MST vem sendo protagonista no que diz respeito a construção de novos espaços no rural brasileiro, e mais do que isso, a construção de novos projetos/propostas de desenvolvimento para nosso Brasil.

Assim, no interior do mesmo movimento de (re)construção e (re)estruturação do rural brasileiro, que é marcado pelas ruralidades e suas formas heterogêneas de vida e de trabalho, onde os camponeses(as) são agora colocados enquanto um dos protagonistas de tais processos, irá emergir também um movimento do rural que se caracteriza, então, por sua "ecologização". Esse rural ecológico em emergência encontra em sua gênese por volta da década de 70, em plena faze da modernização intensiva, por meio de um movimento de agricultores alternativos. Antes disso, no contexto europeu, já havia surgido movimentos de agriculturas alternativas (agricultura biológica; agricultura biodinâmica; agricultura natural). No Brasil o movimento por outra agricultura surge enquanto contramovimentos à modernização conservadora, através da atuação de movimentos sociais avessos às políticas de industrialização e modernização da agricultura, que passa a se organizar e propor o restabelecimento das relações com a natureza e os recursos naturais, principalmente no que diz respeito a produção agrícola. Com isso contribuíram com a construção também de novas relações sociais no que diz respeito ao universo rural (BRANDENBURG, 2017).

No Brasil, a ecologização é fenômeno que começará a ser sentido na década de 90, logo após a Eco-92 (Rio-92). Esse evento repercute na ação de entidades governamentais, da sociedade civil e nos movimentos sociais de modo geral. Entre os movimentos que passa a ecologizar-se situa-se o movimento sindical e o MST. Esse movimento procura colocar os camponeses(as) e agricultores(as) familiares enquanto protagonistas na construção de novos

projetos e alternativas que se contrapõem ao modelo paradigmático do sistema moderno/capitalista na agricultura, criando, dessa forma, novas práticas e ações eminentemente políticas no que diz respeito aos processos agroalimentares de produção, distribuição e consumo de alimentos. Nesse contexto irá emergir, por exemplo, a Agroecologia enquanto um outro modelo – ou ainda, um modelo alternativo – que buscará, sob a égide da sustentabilidade, reconfigurar os processos agroalimentares (de produção, distribuição e consumo de alimentos), concomitantemente a reconfigurações em também outras esferas, como por exemplo as relações sociais, ambientais, políticas e econômicas advindas desses processos (agroalimentares). A agroecologia, enquanto uma das expressões desse movimento de ecologização da agricultura, vem propondo no Brasil - desde fins do século XX e começo de XXI -, modelos, práticas, conceitos, metodologias, e ações de construção de novos paradigmas em torno dos processos agroalimentares e, conseqüentemente, novos paradigmas no que diz respeito às formas de viver, produzir e se reproduzir no interior de coletivos e/ou movimentos sociais.

Muito similar ao movimento de recampanização e desenvolvimento de um "novo" rural, a ecologia – e mais especificamente a Agroecologia - está também marcada fundamentalmente pela dimensão política, enquanto um movimento que promove novas reflexões, ações e práticas sobre problemas sociais latentes, como por exemplo a desigualdade social, a pobreza e a miséria, a insegurança alimentar e nutricional, etc. E justamente por se pautar no protagonismo das populações camponesas e agricultoras familiares, a Agroecologia tem promovido ações de "baixo para cima", ou seja, um posicionamento crítico em relação ao modelo agroalimentar vigente através de práticas de populações tradicionais (indígenas, camponeses, quilombolas, etc.), onde há uma ação que parte, num primeiro momento, dos recursos ambientais e humanos já existentes no interior dessas populações tradicionais e locais, através de suas formas próprias de produção do conhecimento e suas formas de manejar os recursos naturais em prol de suas próprias necessidades e construção de seus projetos de desenvolvimento social. Dessa maneira, a ecologização da agricultura, e mais especificamente a Agroecologia, procura sustentar suas ações através do conhecimento gerado por sistemas camponeses tradicionais e que foram desenvolvidos e/ou herdados de geração em geração, ao longo dos séculos. Por isso mesmo, é que se fala em Agroecologias, no plural. Não há, nesse sentido, uma só ecologia em emergência – quando pensamos no movimento de ecologização do rural -, mas sim diversas e plurais ecologias na mesma medida em que existem também diversas populações e diferenças étnicas em nosso país. Nessa direção, falar em Agroecologia é automaticamente discorrer também sobre a heterogeneidade de formas de viver - ou fazer - a agroecologia, levando em consideração a multiplicidade de formas de produção e reprodução da vida e do trabalho de

diferentes populações, que por sua vez fornecem as bases de sustentação desse modelo agroalimentar.

Já a justificativa em se partir desses conhecimentos tradicionais e das condições camponesas de se viver, é que os sistemas produzidos por essas populações tradicionais, no que diz respeito principalmente as relações com a natureza e os recursos naturais, são muito mais complexas e equilibradas do que o modelo industrial de agricultura, que por sua vez promove certa simplificação e otimização dos ecossistemas e dos recursos naturais em questão. Além do mais, destaca-se que são sistemas que, por serem complexos do ponto de vista ecológico, conseguem manejar ecossistemas partindo de recursos próprios desses ecossistemas, sem ter a necessidade de recorrer ou ainda de depender de recursos externos, tal como hoje os modelos de agricultura de base industrial (moderna) dependem.

Entendendo que a Agroecologia é uma luta em prol do camponês(a) e do(a) agricultor(a) familiar, como protagonistas de construção de um novo desenvolvimento rural sustentável que nos possibilite vislumbrar um novo futuro possível - ao mesmo tempo em que tece suas críticas ao atual modelo agroalimentar arregimentado pelo agronegócio -, o MST vem promovendo a Agroecologia no interior de seus Acampamentos e Assentamentos da Reforma Agrária, enquanto movimento de reestruturação dos paradigmas produtivos e de novas propostas de organização individual e coletiva desses espaços. Nesse sentido, inúmeros são os exemplos de Acampamentos e/ou Assentamentos rurais que vem desenvolvendo experiências e práticas tendo como base de estruturação os direcionamentos da Agroecologia, como é o caso, por exemplo, do Acampamento Maria Rosa do Contestado, localizado no município de Castro – PR. Isso posto, o Maria Rosa acabou se tornando não somente aquilo que entendemos por "objeto" de estudo, como também, e principalmente, o local próprio de produção de conhecimento que aqui vim apresentando em torno das noções de ruralidades, recampanização e ecologização do rural brasileiro. Assim, encara-se o Maria Rosa não somente enquanto objeto dessa pesquisa de Mestrado, mas também o próprio sujeito dela.

## 1.2 Problema da pesquisa e Objetivos

Pensando no rural marcado pelos fenômenos da recampanização e ecologização, como bem exemplificados pela existência e ação do MST e da Agroecologia (e mais especificamente do Acampamento Maria Rosa do Contestado), essa pesquisa é conduzida a reflexões sobre o principal ator/sujeito social protagonista desses processos: os agricultores e agricultoras

camponeses(as). Nessa direção, alguns questionamentos passaram a ser formulados por mim, e que foram, por sua vez, os motivos que impulsionaram o desenvolvimento dessa pesquisa em questão. Desses questionamentos, aponto os principais: de que forma esse campesinato (MST, Agroecologia e Acampamento Maria Rosa) (re)produz identidades em torno da ecologia levando em consideração esses saberes ambientais (agroecológicos) dos quais se utilizam como base de seus processos sociais e agrícolas? Qual seria (ou quais seriam), a ecologia (agroecologia) que emerge no Maria Rosa (levando em consideração a diversidade de ecologias existentes)? Como é definida/estabelecida essa Agroecologia no Maria Rosa e quais são suas práticas? Quais seriam, também, os sentidos que esses sujeitos atribuem às suas práticas de ecologização? Quais suas motivações/interesses enquanto atores do rural que se recampenizam e se ecologizam? E ainda, ao se recampenizar e ecologizar, quais os efeitos e impactos que esse (novo) rural exerce na construção de suas vidas?

Ao me fazer esses questionamentos, todo direcionamento da pesquisa começa a ser mais objetivamente desenhado, no sentido de que até então, os esforços eram mais no plano teórico de revisão de literatura e conhecimento prévio do universo em questão. Até agora, apresentei as temáticas e os recortes de estudo, no sentido de construir um universo específico para construção da pesquisa de Mestrado. Com isso, dos questionamentos levantados anteriormente, irão surgir, portanto, os principais objetivos da pesquisa em questão, quais sejam: (1) conhecer a realidade do acampamento Maria Rosa e procurar entender, a partir dos atores desse acampamento, quais são suas práticas agroecológicas; 2) investigar quais são os sentidos atribuídos as práticas agroecológicas, e procurar compreender quais são, portanto, as ecologias (agroecologias) que emergem no acampamento em questão; e 3) compreender a agroecologia desenvolvida no Maria Rosa mapeando quais são seus atores e as redes que se formam a partir de suas práticas cotidianas.

Tendo desenhado as intenções da pesquisa, e no interesse em atingir esses objetivos propostos, ficou estabelecido como movimento necessário uma experiência empírica (trabalho de campo) com uma abordagem metodológica de caráter etnográfico com esses agricultores e agricultoras camponeses, através principalmente da observação participante e entrevistas com esses sujeitos enquanto prática e técnica de pesquisa. Dessa forma, se desenha, também, o recorte metodológico que esse estudo estabeleceu como forma de construir o caminho da pesquisa em questão, isto é, quais seus meios de transporte e por quais vias caminhar, na intenção de atingir os objetivos e responder, ainda que de forma não definitiva, os questionamentos por ela levantadas. Para além das técnicas e métodos de pesquisas mencionados, seguir os atores agroecológicos e as redes que emergem a partir do Maria Rosa,

tal como Latour (2012) bem discorreu através da Teoria Ator-Rede, é movimento central no que diz respeito a orientação teórico-metodológica que essa pesquisa tem procurado seguir.

### 1.3 Metodologia da pesquisa

O Acampamento Maria Rosa do Contestado é fruto de articulações de ocupações de terra no estado do Paraná que o MST vem desenvolvendo a décadas. A ocupação do território onde está o Acampamento Maria Rosa se deu em agosto de 2015, e desde o período de ocupação, o Acampamento em questão vem desenvolvendo todos seus processos de vida e de trabalho da população acampada tendo como base os preceitos agroecológicos. Se destacando no estado do Paraná, e até mesmo em todo Brasil, o acampamento possui hoje 65 famílias, todas produzindo alimentos de forma agroecológica, desde 2015. Já são mais de 6 anos de experiências e relatos em torno da Agroecologia, e que automaticamente me chamou a atenção para o desenvolvimento dessa pesquisa de mestrado em questão. Destaca-se ainda que conheci o Acampamento Maria Rosa ainda antes de estruturar essa pesquisa, devido a minha atuação na rede Produtos da Terra que já relatei anteriormente. Ao conhecer as experiências desenvolvidas no Maria Rosa, e ter contato direto com pessoas e com alimentos advindos de lá, pude ir, aos poucos, conhecendo melhor a realidade do local. Ao perceber que inexistiam pesquisas sobre/com o Acampamento em questão, e mais especificamente sobre a questão agroecológica que eles vêm desenvolvendo por lá, foi então decidido que essa pesquisa de Mestrado iria direcionar seus olhares para o Acampamento Maria Rosa e as experiências desenvolvidas pelas pessoas/famílias que lá estão acampadas.

Já na direção, portanto, da orientação teórico-metodológica que essa pesquisa procurou seguir, indo das leituras sobre o universo da pesquisa em questão (estudos rurais no Brasil, recampanização, MST e Reforma Agrária, ecologização e Agroecologia), e passando também por outras leituras teóricas no que diz respeito a esse universo, chegamos também ao recorte estabelecido pela Teoria Ator-Rede, enquanto paradigma de estudos que nos auxiliam a pensar, dentre diversas questões, as orientações teórico-metodológicas dessa pesquisa.

A Teoria Ator-Rede (ANT, da sigla em inglês Actor-Network Theory), como ficou conhecida mundialmente, é um apanhado teórico-metodológico cunhado por um conjunto de pesquisadores das ciências, tecnologias e sociedades, que emerge a partir da década de 80. Seus principais expoentes são Michel Callon, John Law e Bruno Latour. No Brasil, tem se difundido muito as leituras em torno de Bruno Latour, quando se trata de Teoria Ator-Rede. Será,

portanto, de Bruno Latour que nos valeremos com maior afinco em relação à procura de alternativas teóricas que consigam dar conta de analisar o universo que viemos discutindo a respeito do fenômeno da ecologização da agricultura e da experiência do MST, mais especificamente do acampamento Maria Rosa do Contestado. Conforme aponta Latour (2012), a Teoria Ator-Rede não deve ser um manual que apliquemos a determinada realidade, mas sim um conjunto de ideias que precedem a "aplicação" teórica propriamente dita. Nas palavras dele, a ANT não se aplica a nada em particular, mas sim são os fenômenos em questão que podem ser aplicados a ela. Por isso mesmo, é uma orientação dialeticamente teórica e metodológica de pesquisa.

De acordo com Bruno Latour (2012), a Teoria Ator-Rede não é um eixo teórico-metodológico que pretende dar luz aos fenômenos estudados, muito menos é um corpo teórico fechado em si mesmo e cheio de certezas. Nesse sentido, o contrário disso é o grande motor propulsor da ANT, ou seja, são as incertezas que devem mover o pesquisador em seus estudos. Da mesma forma, ainda de acordo com Latour, a Teoria Ator-Rede não deve ser utilizada enquanto um manual que seja aplicado a determinada realidade, mas sim um conjunto de ideias e pensamentos que precedem a utilização de técnicas e métodos de pesquisa. Por isso mesmo, é um eixo teórico-metodológico que constitui parte dessa pesquisa e que norteia seus encaminhamentos propriamente metodológicos que a seguir vos apresentarei.

Ao problematizar o significado de palavras como "sociedade" ou ainda "natureza", e as dicotomias criadas pela modernidade em torno desses conceitos e noções, Bruno Latour, em especial em sua obra *Reagregando o Social* (2012), discorre que existe certo problema de difícil compreensão na tradição sociológica no que diz respeito a forma com que a "sociedade" foi concebida em relação a outros fenômenos. Nessa direção, aponta o autor que a tradição separou a sociedade de outros fenômenos, como por exemplo a natureza, e por isso mesmo necessitou de leis e teorias próprias de estudo que dessem conta de explicar o que é a sociedade à luz da separação desta (sociedade) com o resto dos fenômenos de nosso mundo. Assim, ainda de acordo com Latour, a ideia de sociedade enquanto um fenômeno que se distingue de outros, acabou colocando-a enquanto um domínio específico, fazendo com que por muito se concebesse ela (sociedade) enquanto um adjetivo como outro qualquer, tal como quando separamos por ordens qualitativas objetos que podem ser feitos dos mais variados materiais e conteúdos. Esse direcionamento da tradição sociológica será criticado por Latour, que irá defender que o social não deve ser concebido enquanto um material ou domínio específico que seja atribuído aos fenômenos, tal como encontramos em certas expressões, como por exemplo "fato social" ou "fenômeno social". É por isso então que, esses esforços de Latour serão

importantes não apenas para repensarmos o termo "sociedade" e ainda a própria disciplina da Sociologia como um todo, mas também, e principalmente, para nos oferecer novos direcionamentos de como estudar – ou ainda de como não estudar, como ele próprio diz - determinados fenômenos, à luz de novas e outras compreensões acerca do que entendemos por "social" e, portanto, do que se constitui os fenômenos que iremos estudar em nossas agendas de pesquisas.

Os esforços de Latour – através da orientação da ANT - serão importantes ferramentas para repensarmos, ou ainda redefinirmos, a própria noção de "social" e por consequência a própria disciplina da Sociologia e suas aplicações. De acordo com ele:

Já não se sabem ao certo se existem relações específicas o bastante para serem chamadas de "sociais" e agrupadas num domínio especial capaz de funcionar como uma "sociedade". O social parece diluído por toda parte e por nenhuma em particular. Assim, nem ciência nem sociedade permaneceram estáveis o suficiente para cumprir a promessa de uma forte "socio-logia" (LATOUR, 2012, p. 19, grifos do autor).

Assim, Latour desempenhará esforços não para negar a existência da sociedade, muito menos para afirmar certo "fim do social e fim da sociedade" (tal como fez Margaret Thatcher em seu polêmico discurso na década de 90), mas sim está fazendo um movimento de retirar o "social" de uma posição isolada e diferenciada em relação a outros domínios da vida, na intenção de reagregá-lo no conjunto de relações (associações) com esses próprios outros domínios (psicológicos, econômicos, políticos, ambientais, etc.). Isto é, a sociedade, "longe de representar o contexto no qual tudo se enquadra, deveria antes ser vista como um dos muitos elementos de ligação que circulam por estreitos canais" (LATOUR, 2012, p. 22). Assim, de acordo com Latour, Sociologia não será mais definida enquanto uma "ciência do social", mas sim enquanto uma busca constante de (novas) associações, com outros domínios até então distantes ou distintos do característico "social" da tradição sociológica. Social, portanto, não mais representante daquilo que se entende por "sociedade", ou por "fenômeno social" (de forma geral, elementos do domínio do humano e de suas relações com outros humanos), mas sim enquanto um fenômeno que possui a capacidade de agregar outros elementos e domínios que até então não são concebidos enquanto fenômenos capazes de serem também, por si próprios, do domínio do social. O social, assim, não enquanto um produto acabado (de um domínio exclusivo), mas enquanto produto de constantes associações, um movimento fluído de circulação entre diversos domínios diferentes. Nas palavras dele, "esse é o motivo pelo qual definirei o social, não como um domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular, mas apenas como um

movimento peculiar de reassociação e reagregação" (LATOUR, 2012, p. 25). Nessa direção é que Latour propõe pensarmos a sociedade não enquanto algo "social", mas sim algo "coletivo".

Pensando então a ideia de ator social enquanto movimento teórico-metodológico que elucida diferentes ações de pessoas e coletivos em prol da construção de determinados fenômenos que irão ser estudados pelos sociólogos – tal como podemos pensar os fenômenos da recampanização e ecologização do rural brasileiro –, Latour vai discorrer que não devemos, em primeiro lugar, determinarmos que atores serão exclusivamente da ordem do "social" – e, portanto, atores humanos –, e em segundo, que não basta restringirmos os atores desses fenômenos estudados ao simples papel de informantes de casos previamente conhecidos, mas sim, conforme ele diz, é preciso devolver aos atores a capacidade de elucidarem por si próprios suas realidades e com isso determinarem do que e por quais caminhos seus mundos são construídos e desenvolvidos cotidianamente. Nessa direção, Latour vai dizer que não se trata, portanto, dos sociólogos imporem determinadas ordens aos fenômenos que estão estudando, muito menos limitar a um conjunto pequeno de atores (humanos) que são aceitáveis, mas sim, como a própria ANT prega, é necessário "seguir os atores" para descobrir de quais formas a existência coletiva é constituída por eles.

Trazendo para essa pesquisa em específico, que procura compreender, dentre outras coisas, qual a ecologia que emerge no acampamento Maria Rosa e quais os seus sentidos, não basta delimitarmos previamente quais serão os elementos que constituem essa realidade naquele Acampamento em questão, mas sim, antes, enquanto procedimento metodológico, é necessário seguir os atores (humanos e não humanos) no Maria Rosa e entender através deles do que e como a realidade em torno da Agroecologia é construída naquele território em questão. Em outras palavras, a ecologia que emerge no Acampamento Maria Rosa e os sentidos que os atores atribuem às suas ações e práticas, só podem ser previamente conhecidas na medida em que realize o movimento de seguir os atores e entender através deles de que e como seus mundos são constituídos. Esse é o principal movimento, portanto, que essa pesquisa está procurando realizar no Acampamento Maria Rosa, qual seja, seguir os atores e conhecer por eles a realidade daquele território em questão, pensando em toda ideia de reagregar o social que Latour vem propondo, agora em torno do fenômeno da Agroecologia.

Com isso, reforça Latour que é importante então não procurarmos determinadas ordens nos fenômenos que estamos pesquisando, mas sim que essa ordem será estabelecida pelos próprios atores (humanos e não humanos) que estão inseridos na realidade desses fenômenos. Isto é, a tarefa de atribuir ordem e definir o "social" – e do que ele é constituído –, deve ser de responsabilidade dos próprios atores, e não do pesquisador em questão. Por isso mesmo que o

social, então, é um fenômeno nunca acabado, e não possível de ser definido previamente, mas vai se formando e ganhando dimensões na medida em que os atores envolvidos vão delineando quais elementos e fenômenos se agregam e/ou se associam – ou ainda, se desmantelam - para formar suas realidades "sociais". O social enquanto um movimento, nunca acabado, mas sim em constante reagregação e reassociação. Para o pesquisador, no caso, Latour diz que cabe se encarregar de compreender e descrever as conexões (redes) e ações, de atores humanos e não humanos, e quais são suas influências recíprocas. Em nosso caso, tem então sido o movimento realizado em prol dessa pesquisa, isto é, em primeiro conhecer e seguir os atores, procurar entender suas ações, práticas e sentidos (em relação a agroecologia), e em segundo mapear possíveis redes que surgem a partir da ação desses atores diversos, e assim entender em que medida esses atores e ações se influenciam/permitem/impedem reciprocamente de agir (ou não agir).

Nessa direção, portanto, importante termos em mente, antes de pensarmos em técnicas e métodos de pesquisa propriamente ditos, que pensar em MST e Agroecologia não é concebê-los enquanto fenômenos completamente fechados em si mesmos, ainda que levando seus contextos históricos em consideração, mas sim que são fenômenos que se encontram em pleno processo formativo, ainda não acabado, e quem, portanto, forma e fornece os elementos para tal formação são os próprios atores desses fenômenos, e não o pesquisador. Nessa sociologia proposta por Latour (sociologia das associações), não existe uma centralidade na ação, pois humanos e não humanos podem todos agir e formar grupos, ou ainda podem todos ao mesmo tempo influenciar, induzir ou impedir ações de outros atores. Esses elementos, portanto, são uma das grandes contribuições da ANT no que diz respeito à essa pesquisa em questão, de quais seus direcionamentos teórico-metodológicos e quais suas reflexões em torno da tentativa de compreender os sentidos das ações de ecologização da agricultura e do rural que emergem a partir do Acampamento Maria Rosa.

Assim, no curso de uma pesquisa, em que o investigador se preocupa em compreender os sentidos da ação (tal como uma das principais questões que nos move em nossa pesquisa), vai afirmar Latour (2012, p. 77) que "qualquer entrevista, narrativa ou comentário, por trivial que pareça, enriquecerá o analista com um conjunto assombroso de entidades para explicar o curso de uma ação". E são essas entidades, portanto, que devem ser "seguidas" no curso de pesquisa que se preocupa em compreender o sentido da ação de um determinado fenômeno. É através do ato de se alimentar de controvérsias, conforme diz Latour, que o pesquisador terá uma melhor possibilidade de compreender os sentidos da ação. E as ações, então, irão ser reveladas pelos relatos dos próprios atores. O pesquisador interpela os atores, eles dizem os

sentidos de suas ações e as costuras e teias que elas vão formando com outros atores (humanos e não humanos), e outras ações. Tem sido, então, elementar saber os sentidos das ações em torno da ecologização no Maria Rosa (tal como formulados nas perguntas e objetivos dessa pesquisa), e também, evidentemente, compreendermos quem são esses atores da ecologização e quais conexões suas ações possuem com outros atores e outras ações no interior do fenômeno em questão.

Já no que diz respeito aos métodos e técnicas pensados para essa pesquisa, a observação e participação nos processos camponeses de produção agroecológica, então, são atividades das quais a pesquisa realizou como forma de obter informações do universo dos atores pesquisados, bem como de buscar atingir os objetivos propostos por ela. Além da observação participante, também se entendeu a necessidade de realização de entrevistas com os atores no Maria Rosa, pois, conforme bem pontua Poupart (2008), as entrevistas e as ações de interrogar os atores são ótimos movimentos para uma melhor compreensão de suas realidades sociais. Visto que a pura observação tem suas limitações e possui dificuldades em compreender certas percepções, sentimentos, motivações, crenças e/ou previsões (SELLTIZ et al., 1967), as entrevistas informais tem auxiliado no alcance dos objetivos propostos por essa pesquisa, de forma mais objetiva.

De acordo ainda com Poupart (2008), certa justificativa epistemológica para se utilizar entrevistas é de que elas são um dos melhores mecanismos para apreensão dos sentidos que os atores atribuem à suas ações, justamente um dos componentes de investigação dessa pesquisa. Ao serem entrevistados, a intenção é a de que os sujeitos podem oferecer descrições (verbais ou não) de processos relacionados às suas construções enquanto camponeses e da agroecologia que uma simples observação pode não detectar, além de ser possível exprimirem também alguns possíveis delineamentos no que diz respeito aos seus processos de construção de identidades e produção e reprodução da vida individual e familiar. Contudo, a entrevista, nesse trabalho de campo, não tem sido concebida isoladamente das atividades de observação e participação, mas sim constituem-se como uma espécie de prolongamento da pesquisa em campo, um complemento diretamente relacionado aos processos de observação etnográfica que foram realizados no Acampamento em questão.

Por essa razão, foi entendido que era menos importante realizar diversas entrevistas do que poucas, porém aprofundadas. Foram, assim, como Beud e Weber (2014) discorreram, "entrevistas etnográficas", algo como uma conversa, uma troca de saberes, do que simplesmente um questionário pré-programado, onde não há uma relação de sentido único, onde apenas o

pesquisador questiona entrevistados, mas sim uma troca, uma relação recíproca fruto das observações e participações vividas em campo.

Já em relação ao caráter etnográfico da pesquisa, importante alguns apontamentos. Tim Ingold (2016), por exemplo, discorre sobre a banalização da etnografia enquanto método, sendo vista como meio para atingir um resultado final esperado. Segundo o autor, a banalização descaracteriza não só a própria etnografia, como também a disciplina por trás dela. A etnografia pode se definir enquanto com alguns métodos próprios, mas não apenas como um método em si. Assim como Ingold, Mariza Peirano (2014) também discorre sobre o erro de encarar a etnografia enquanto método proporcionador de resultados esperados pelo pesquisador. De acordo com Peirano (2014, p. 383), etnografia são "formulações teórico-etnográficas". Para ela, etnografia não é método, é também teoria, uma vez que a cada nova pesquisa etnográfica realizada, novas formulações teóricas também se desenvolvem.

Portanto, para essa pesquisa a etnografia é pensada enquanto ferramenta que articula os diálogos entre a pesquisa em campo e as teorias sociológicas que iremos articular ao longo do trabalho, contribuindo na construção daquilo que Peirano chama de formulações teórico-etnográficas. Essas formulações teóricas são estabelecidas, por exemplo, no confronto entre a literatura produzida em torno dos movimentos camponeses e da agroecologia e suas compreensões nativas em torno desses termos e suas aplicações objetivas na realidade dos sujeitos, tal como fomos vendo no Acampamento Maria Rosa. Além disso a etnografia é encarada por mim como o processo da imersão em campo, a participação de corpo e alma – tal como Wacquant (2002) dissertou - nos processos camponeses de produção agroecológica, nos quais tenho procurado adquirir elementos para compreensão desse rural (recampenização, ecologização, MST e Agroecologia) e desse modelo agroalimentar ecológico em emergência, quais suas principais características e quais seus sentidos na vida dos sujeitos. Como disse o próprio Wacquant (2002, p. 11), é "através de um trabalho metódico e minucioso de detecção e de registro, de decodificação e de escritura capaz de capturar e transmitir o sabor e a dor da ação, o som e a fúria do mundo social", que tenho pretendido, sociologicamente, resgatar e imergir em campo.

O campo, nesse caso, foi realizado em um Acampamento da Reforma Agrária, o Maria Rosa do Contestado, localizado no município de Castro-PR. Foram três momentos distintos em campo: o primeiro eu fui sozinho, entre os dias 24 e 28 de junho de 2021, e foi uma primeira aproximação empírica com o acampamento e uma espécie de "mergulho etnográfico" na comunidade em questão; já a segunda e a terceira vez que fui ao acampamento, foi para terminar de investigar aquelas questões que dizem respeito aos objetivos do trabalho, e para finalizar a

pesquisa em questão, tendo em vista que o processo de qualificação da dissertação de Mestrado já havia acontecido, e algumas coisas ficaram pendentes de serem resolvidas antes do término da dissertação e da pesquisa. Assim, fui uma segunda vez ao acampamento no dia 20 de novembro de 2021, acompanhado de minha esposa e de minha filha, e uma terceira (e última vez) no dia 11 de dezembro de 2021, agora acompanhado de meu orientador.

A escolha desse acampamento se justifica, primeiro, pelo cenário de construção desse novo rural em recampanização (que tratamos acima pela atuação do MST), e porque é referência em produção agroecológica no Estado do Paraná. Em segundo lugar, a escolha do Maria Rosa se deu por ser um local recente de atuação do MST e da Agroecologia no Estado do Paraná: diferente de outros Assentamentos Rurais que já são referências em produção agroecológica no Brasil, como é o caso do assentamento Contestado, localizado no município de Lapa-PR, por exemplo, o Maria Rosa é um acampamento que foi ocupado em agosto de 2015, e em seus apenas 6 anos de existência, vem conseguindo mobilizar cerca de 65 famílias na produção camponesa e agroecológica de alimentos, e na produção e reprodução de novas formas de viver e trabalhar no rural brasileiro. Além disso, a decisão de realizar o trabalho de campo nesse local é fruto de minha própria proximidade com ele, tendo em vista minha participação ativa na rede Produtos da Terra – PR, conforme discorri anteriormente. Nessa rede pude conhecer e manter contato com inúmeros atores (inclusive agricultores e agricultoras) que tornaram palpável minha ida a campo já com certa familiaridade em relação à dinâmica desses sujeitos e do acampamento em que vivem.

Tenho pensado que para compreensão da realidade camponesa e da agroecologia enquanto outro paradigma de vida, com práticas sociais e agrícolas específicas, é indispensável acompanhar essa realidade em seus aspectos mais particulares e internos. Visto que a Agroecologia é pautada nas práticas e no protagonismo dos camponeses, e também que essas práticas são heterogêneas, a produção agroecológica acaba por extrapolar simples conceituações e manuais ou cartilhas práticas. Como Wacquant (2002, p. 12) mesmo discorreu sobre a arte do pugilismo, o que valeu para compreensão do boxe para o autor equivale para mim na compreensão do processo camponês de vida agroecológica<sup>1</sup>: é preciso um mergulho

---

<sup>1</sup> Importante evidenciar uma grande diferença entre o que Wacquant fez e o que eu tenho feito nessa pesquisa: enquanto ele efetivamente se tornou um boxeador, e dessa prática cotidiana (cerca de 2 anos) partiu para compreensão da "arte do pugilismo" em seus aspectos mais gerais e particulares, eu não pretendi me tornar um camponês, mas sim participar e observar de processos camponeses nas práticas diárias e cotidianas, o que é uma grande diferença teórico-metodológica. Wacquant, nesse caso, é importante para pensarmos a construção do conhecimento enquanto um processo no qual o corpo se torna um vetor desse conhecimento, ou seja, as dinâmicas que tenho vivenciado pelo trabalho de campo certamente tem perpassado todo o meu corpo, e é dessa forma que o conhecimento por mim absorvido tem se desenvolvido também em algo objetivo, material, e (também, é claro) corpóreo.

pessoal em seus processos mais íntimos e internos, "partir do próprio corpo como instrumento de investigação e vetor do conhecimento".

Conforme disse esse autor, é através de uma "experimentação carnal" permanente que é possível incorporar e compreender determinadas práticas, que podem se construir, no caso da produção camponesa agroecológica, por processos sensoriais de acesso e contato direto com a terra (solo), a semente, as plantas e os animais, os processos de moradia e vida comunitária, e disso também as práticas de manejo de solo, de rotação de culturas, etc. Importante salientar que os camponeses e a agroecologia não se constituem só de teoria, é fundamentalmente na prática cotidiana que eles se constroem e se realizam, e é dessa prática que tenho também tentado me ocupar enquanto pesquisa sociológica.

A importância do contato direto com os atores sociais (acampados e acampadas no Maria Rosa) se justifica porque suas práticas de vida e de produção agroecológica remetem diretamente aos próprios objetivos que essa pesquisa se propõe investigar, além de possuírem experiências preciosas sobre a Agroecologia e seus processos, desdobramentos, desenvolvimentos, potencialidades e também seus limites. Nesse contexto, conforme Melucci (2005) afirma, tem se tentado constituir um jogo relacional entre pesquisador (eu) e os pesquisados (acampados e acampadas): de um lado, enquanto sociólogo, carrego comigo certas categorias conceituais e analíticas que muitas vezes podem não condizer com a realidade observada, e de outro existem as categorias nativas dos próprios atores que dão sentido à suas ações e discursos. A ideia desse jogo relacional, que propôs Melucci, é a de diminuir a distância entre pesquisador e pesquisados, onde o pesquisador passa a assumir uma participação mais intensa no mundo dos atores sociais, diminuindo assim, o máximo possível, as fronteiras que separam as distintas realidades.

Não tem sido, nesse caso, uma simples "exploração" da realidade social dos sujeitos no Maria Rosa, mas sim um jogo relacional, de trocas e reciprocidade que tenho procurado viver em processos que, ao mesmo tempo em que observo e agrego constantemente novas informações, também participo e procuro trocá-las com os sujeitos. Foram nos processos de acordar cedo junto do pessoal, conversar com quem encontrar no caminho, ir caminhar em lavouras, curral, galinheiros, chiqueiros; são nos processos de observar o manejo do solo, de lavar, colher alimentos, frutos, ovos; são, por fim, nos processos de observação e participação do mundo social dos atores (suas formas de organização de vida e de trabalho) que tem morado a riqueza analítica e teórica dessa pesquisa e desse trabalho de campo em específico.

## 1.4 Estrutura do trabalho

Após essa introdução (enquanto primeiro capítulo), o trabalho está estruturado em três outros capítulos, cada um contendo algumas subseções no que diz respeito ao conteúdo respectivo trabalhado em cada capítulo.

O capítulo 2 desenvolve uma leitura teórica e uma revisão de literatura acerca dos estudos rurais, especificamente os estudos rurais desenvolvidos no Brasil. Trazendo algumas subseções, o capítulo se direciona em discorrer a trajetória dos estudos rurais no Brasil, seus principais expoentes e temas que foram – e estão sendo – trabalhados ao longo das décadas de emergência desses estudos em nosso país. De forma geral, o capítulo pretende não apenas dar conta dos direcionamentos teóricos e analíticos em torno das temáticas trabalhadas por essa pesquisa, como também trazer elementos para pensarmos os estudos rurais no Brasil e suas implicações em diferentes realidades cotidianas. Evidente que não é um capítulo que buscou exaurir toda contribuição dos estudos sobre o rural no Brasil, mas sim focou em dar ênfase naqueles estudos que, direta ou indiretamente, se conectam à nossa pesquisa.

Já os capítulos 3 e 4 trazem os elementos do trabalho de campo que foi desenvolvido no Acampamento Maria Rosa do Contestado. O capítulo 3 começa abordando alguns elementos da história do Acampamento, o surgimento e as articulações por traz do movimento de ocupação do território. Depois, traz uma leitura acerca da realidade jurídica e legal em torno do território em questão e os impactos disso na comunidade do Maria Rosa, no que diz respeito a sua atual situação de Acampamento, e não Assentamento Rural. Assim, o capítulo finaliza tecendo uma descrição dos trabalhos de campo e os dias vividos por mim naquele território, uma espécie de relato etnográfico de como foram esses trabalhos de campo e suas experiências (os dias vividos, pessoas que conheci e conversei, situações cotidianas vividas, etc.). Dito de outra maneira, o capítulo 3 centra-se em demonstrar, entre diversas questões, como foi o processo de seguir os atores e mapear as redes da agroecologia no acampamento Maria Rosa.

Ao fazer isso, o capítulo 4 finaliza tecendo análises sobre alguns eixos (que abarcam inúmeros atores e redes) que foram aparecendo na pesquisa de campo enquanto eixos fundamentais que dizem respeito a realidade do território e das pessoas que lá vivem, e principalmente sobre o projeto agroecológico em construção naquele território: em primeiro a questão em torno do acesso e permanência na terra (e com isso os movimentos de retorno ao rural – recampenização, e também de construção de identidade e condição camponesa de vida e de trabalho); depois, um eixo sobre a questão ecológica e de desenvolvimento da proposta agroecológica do acampamento, suas principais práticas e sentidos (principal seção no que diz

respeito aos objetivos propostos por essa pesquisa, e por onde traremos reflexões para pensar qual é a ecologia que emerge no Maria Rosa, seus sentidos e práticas cotidianas na realidade dos sujeitos em questão); e por fim uma seção sobre as principais controvérsias da agroecologia no Acampamento Maria Rosa, focando em questões como, por exemplo, a relação do Acampamento com o Estado e as políticas públicas - em especial a ausência dessas políticas públicas -, com foco nas políticas de Reforma Agrária e de possíveis incentivos aos escoamentos da produção de alimentos do Acampamento, uma das principais barreiras e limites no interior do projeto agroecológico em desenvolvimento naquele território em questão.

## 2 O RURAL BRASILEIRO ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO

Os estudos sobre o Rural no Brasil, em especial os inseridos no interior da Sociologia, começam a aparecer com maior representatividade no contexto da década de 60, ainda que não seja aqui o início dos estudos clássicos a respeito desse rural. O fenômeno do rural, nesse contexto, passa a emergir com maior originalidade ao contexto próprio da realidade brasileira, mas ainda representando um universo (rural) em pré-modernização (BRANDENBURG, 2018). Ainda assim, é uma década muito importante, pois não só emergem com maior força os estudos rurais no país, como também é momento de constituição de novos paradigmas e vertentes de análises sobre esse rural e suas populações, conforme vai discorrer Wanderley (2011). Dessas vertentes, seus principais expoentes e temáticas trabalhadas, apresentamos as principais que foram revisadas por nós, e que se conectam, em certa medida, às temáticas e objetos que essa pesquisa tem se ocupado.

### 2.1 Mudanças agrárias e os paradigmas de desenvolvimento do modo de produção capitalista no rural e na agricultura brasileira

Um desses novos paradigmas de análise sobre o rural brasileiro que vai emergir a partir da década de 60, conforme discorre Wanderley (2011), diz respeito a certa resolução de um antigo dilema em torno do feudalismo/capitalismo no Brasil. Para muitos, o modo de produção do país, principalmente no rural brasileiro, ainda possuía muitos traços do que se entendia por um regime feudal de produção, ou seja, o rural como categoria de um passado ainda não "desenvolvido", ou ainda o rural como sinônimo de atraso e obstáculo para o desenvolvimento. Esse debate se reverbera através da discussão clássica sobre o rural que, na época, ainda era muito presente pelos debates marxistas em torno da temática do desenvolvimento do modo de produção capitalista<sup>2</sup>, em especial do desenvolvimento desse modo de produção na agricultura e no meio rural.

---

<sup>2</sup> O debate clássico sobre o rural, tendo em vista a perspectiva da corrente marxista clássica, diz respeito a como esse universo (rural) se transformou em decorrência do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse debate clássico, levando em consideração seus maiores expoentes (Marx, Lênin e Kautsky), o mundo rural tenderia, pouco a pouco, a se transformar a ponto de perder suas características "originais", segundo a tendência de industrialização/urbanização que o modo de produção capitalista propõe. Nesse sentido, o rural, de forma genérica, tenderia a "desaparecer", levando consigo as categorias sociais (campe sinato) que nele habitava (o exemplo clássico é o que Marx chamou de acumulação primitiva do capital, que ele analisou na Inglaterra, onde o capitalismo em formação foi responsável pela expropriação em massa dos trabalhadores rurais e a transformação deles em proletários). Dessa forma, o mundo rural acabaria por representar a estrutura clássica do modo de funcionamento do capital, ou seja, a divisão de classes básica desse sistema: de um lado a burguesia, representada pelos capitalistas, e de outro os proletários, representados pelos novos trabalhadores assalariados. O camponês,

Contudo, esse novo paradigma que passa a emergir no Brasil começa a superar, em certa medida, esse debate posto pela corrente marxista clássica de transição do feudalismo para o capitalismo, e através de uma falta de consenso sobre qual modo de produção o país se encontrava e quais relações sociais nele se engendravam. É um novo paradigma com certa "originalidade", ou seja, são novos estudos que focam especificamente na realidade do Brasil, levando em consideração seu contexto histórico particular, e se distanciando, assim, do "padrão comum" de desenvolvimento do modo de produção capitalista colocado pelos clássicos (tal como Marx observou na Inglaterra e Lênin na Rússia, por exemplo). Nesse sentido, vai ser um paradigma que se consolida pela afirmação do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, diferente das visões que postulavam ser ainda uma agricultura de tipo feudal. Porém, um capitalismo "diferente", seguindo um caminho não tão clássico assim<sup>3</sup>.

Nessa direção, tem-se a elaboração teórica de que "o capitalismo que se reproduz no Brasil tem particularidades que decorrem de sua condição colonial original, da significação estrutural do sistema de escravidão e da importância histórica da concentração da terra" (WANDERLEY, 2011, p. 24). Desse desenvolvimento do capitalismo brasileiro e suas particularidades históricas, destaca-se um fator primordial para compreensão das mudanças no rural brasileiro, que é o que José de Souza Martins (2020) salientou sobre as relações de trabalho que esse modo de produção desenvolveu aqui. Diferente do modelo clássico (marxista), onde o desenvolvimento do capitalismo se dá pela formação do proletariado (trabalhador assalariado), o capitalismo na agricultura brasileira se desenvolveu, principalmente, por relações não capitalistas de produção, no que diz respeito a dinâmica do mercado de compra e venda de força de trabalho, que se deu através da análise que Martins realizou sobre uma dupla mudança: primeiro na transição do trabalho cativo (ou seja, do trabalhador escravo) para o imigrante

---

nesse caso, tenderia a "desaparecer", se "desintegrar" ou ainda ser "destruído" (para usar os termos dos próprios autores marxistas clássicos) enquanto categoria social, para ocupar um lugar respectivo no modo de produção capitalista, ou seja, se tornar um capitalista ou um proletário. Dessa forma, a acumulação primitiva que Marx observou na Inglaterra, foi vista como um "tipo ideal" da forma com que o capitalismo deveria ser instaurado em diferentes países pelo mundo, e foi assim que os seus seguidores, em especial Lênin, conduziram seus estudos e procuraram mostrar as mesmas tendências do desenvolvimento do capitalismo que Marx observou no contexto Europeu, só que em outras realidades e contextos (que no caso de Lênin, se tratou do contexto Russo). Para maiores detalhes sobre essa discussão clássica da questão agrária e do campesinato, conferir os próprios autores clássicos: Marx (2017a, 2017b); Lênin (1982); Kautsky (1972a, 1972b); assim como também autores contemporâneos que revisitaram tais debates, como: Abramovay (1990); Silva e Stolcke (1981); Vanzo (2021).

<sup>3</sup> Para mais detalhes dessa discussão, do desenvolvimento do capitalismo no rural brasileiro, importante conferir José de Souza Martins (2020), que vai tratar da transição do regime de trabalho escravo para o regime de trabalho livre, através da substituição do trabalhador escravo para o imigrante colono, principalmente nas lavouras de café no estado de São Paulo. O período que Martins analisa (século XIX e XX), vai representar o momento de desenvolvimento do capitalismo no rural brasileiro, mas sob relações de produção, principalmente relações de trabalho, que são ainda não capitalistas. O que resulta na análise de que o capitalismo que se desenvolve no rural brasileiro, é ainda um capitalismo forjado por relações não capitalistas de produção, apesar da acumulação de capital que no país estava em processo de desenvolvimento.

colono (europeu) que, a partir do século XIX, migra para o Brasil e ajuda a consolidar o regime de trabalho livre; e segundo pela transferência do cativo do trabalho para o cativo da terra, ou seja, o trabalho se torna livre, mas a terra se torna escrava do capital, tal como Wanderley (2011) também discorreu e definiu como uma "aliança perversa" entre capital e propriedade fundiária que pode ser observada na realidade histórica do Brasil, remontando essa história desde o período colonial.

Esse paradigma, assim, formou uma visão clara de que, ainda que seja o capitalismo o sistema que coordena a atividade agrícola do Brasil, não quer dizer necessariamente que possui trabalhadores rurais (campesinato) que reproduzam uma relação clássica das relações de trabalho do capital (burgueses x trabalhadores assalariados). Isso nos conecta diretamente aos estudos de Alexander Chayanov (1974; 1981)<sup>4</sup>, um autor importante que acabou elaborando uma teoria sobre o campesinato contraposta as visões marxistas clássicas ainda no começo do século XX, e que, junto dos marxistas, compôs as polêmicas e discussões que dominaram boa parte do século XX no que diz respeito aos estudos agrários em questão (SILVA e STOLCKE, 1981; PLOEG, 2016).

## 2.2 Modernização do rural, mudanças nas relações de trabalho, emergência de movimentos sociais no campo e impactos nas formas de viver e trabalhar das populações rurais no Brasil

No mesmo contexto de produção desse novo paradigma e de emergência dos estudos sobre o Rural no Brasil, estava em curso no país novos processos sociais, que vão transformar a realidade agrária brasileira (WANDERLEY, 2011). Tal processo ficou conhecido como

---

<sup>4</sup> Alexander Chayanov propôs uma análise particular da unidade de produção familiar camponesa, se contrapondo as teorias de caráter nacional e universal que as teorias marxistas propunham. Suas principais sínteses vão na direção de afirmar que o campesinato é uma categoria social que não consegue – e nem deve – ser explicada através das chaves analíticas do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Dado que não existe necessariamente a categoria de salários na unidade familiar camponesa, são inaplicados os conceitos de trabalho assalariado, de mais valia, de lucro, etc. Nessa direção, Chayanov não só inaugurou outra corrente teórica sobre o campesinato, como também ajudou – e continua a ajudar – a elucidar o lugar que essa categoria social vem ocupando nas estruturas sociais em diferentes tempos e espaços. Com isso, o rural, e mais especificamente o campesinato, vão se tornando objetos de estudos que não podem ser encarados enquanto representantes "clássicos" das características do modo de produção capitalista. Nesse sentido, tanto o rural como o campesinato se abrem a possibilidades heterogêneas de análise que mais tarde (já no fim do século XX) vão começar a emergir com maior força especificamente no Brasil. Apesar do fato de que os estudos de Chayanov ainda são poucos conhecidos pelo mundo (em língua portuguesa, por exemplo, nem existe tradução da principal obra do autor, e a mais próxima é a tradução para língua espanhola, realizada por pesquisadores na Argentina só na década de 70), suas teorias acabaram reverberando, direta ou indiretamente, nos estudos sobre o campesinato que vem sendo elaborados na contemporaneidade, em especial aos estudos realizados no Brasil a partir das décadas de 80 e 90. Assim, tem-se para muitos "neochayanovianos" que esse autor não só contribuiu para elaboração de outra corrente teórica sobre o campesinato, mas também que foi um verdadeiro gênio (PLOEG, 2016) sobre tal teoria.

modernização da agricultura, que, ancorada nas ideias da Revolução Verde<sup>5</sup>, cunhou uma modificação intensiva, quanti e qualitativamente, na produção agrícola do Brasil. Assim, com a emergência e o desenvolvimento dos processos de modernização (fim da década de 60 e início de 70), os estudos rurais brasileiros basicamente acabaram focando apenas nas relações sociais de produção, nas mudanças das práticas agrícolas e nas transformações devido ao desenvolvimento do capitalismo no rural brasileiro, fazendo com que a abordagem sociocultural sobre o rural fosse deixada de lado (BRANDENBURG, 2018). Essa abordagem deixada de lado, vai emergir mais tarde, mais ou menos a partir do fim da década de 80 e início de 90 (nas próximas seções nos voltaremos a ela com maiores detalhes).

Ainda de acordo com Wanderley (2011), acompanhado da modernização da agricultura, vai emergir junto uma forte visão crítica sobre esse processo que prometia "modernizar o Brasil e o mundo". Nesse sentido, diversos estudos foram sendo realizados com um posicionamento crítico frente aos processos de modernização em curso. Dentre os diversos estudos, ganha destaque os da autora Ângela Kageyama (1985), que realizou estudos onde mostrou fortes discrepâncias entre o desenvolvimento da modernização da agricultura em diferentes regiões do Brasil, dando destaque a grande concentração desses processos no estado de São Paulo. Com esses estudos em questão, foi ficando evidente uma visão de que "a modernização da agricultura brasileira não transformou o rural a ponto de se poder considerá-lo totalmente moderno, nem se completou a ponto de padronizar os processos produtivos e os modos de vida" (BRANDENBURG, 2018, p. 12).

Assim, considera-se que esse momento de modernização da agricultura brasileira é um momento de refluxo para o campesinato e para a questão agrária do país (WANDERLEY, 2011). Refluxo porque é momento de ruptura e desenvolvimento de duas principais linhas teóricas sobre o rural no Brasil: a primeira vertente via o rural como um ambiente em urbanização, que tendia a padronização e homogeneização da vida social e dos processos produtivos, através do crescimento dos complexos agroindustriais, da emergência do capital financeiro, da crescente acumulação de capital na agricultura brasileira, e também, é claro, do

---

<sup>5</sup> Revolução Verde é o nome atribuído ao fenômeno que teve início em meados do século XX, e é caracterizado por um conjunto de iniciativas com suporte tecnológico que acabou por transformar as práticas agrícolas estabelecidas até então, aumentando significativamente a produção de alimentos em escala global. Esse fenômeno da Revolução Verde se baseou em algumas principais características: modificação genética dos organismos; mecanização da produção; uso intensivo de produtos químicos; produção especializada via monocultura, etc. Em consequência à implantação desse fenômeno, observaram-se alguns resultados imediatos: uso intensivo de recursos naturais (água, solo, etc.) no cultivo de plantas; alta dependência de máquinas tecnológicas oriundas de países desenvolvidos (e com isso, alta dependência de países subdesenvolvidos); redução da biodiversidade local e das diversidades genéticas das plantas; aumento da concentração de renda por poucas pessoas e grupos (ZANONI e FERMENT, 2011; PLOEG, 2008).

desaparecimento do campesinato; do outro lado, tem-se outra vertente em emergência que é caracterizada pelos críticos da modernização, que viam no rural um processo heterogêneo, não representante de uma reprodução clássica do capitalismo mundial, e muito menos que esse processo de modernização constituía uma via única e consensual para o desenvolvimento agrícola do país (WANDERLEY, 2011; BRANDENBURG, 2018). Essa segunda corrente teórica se desenvolveu para evidenciar as contradições da modernização capitalista na agricultura brasileira, bem como buscou dar espaço e voz para o lado "não homogeneizado" do rural brasileiro, como bem exemplificados pelos estudos realizados com os trabalhadores rurais, principalmente da cana de açúcar, na zona da mata de Pernambuco (SIGAUD, 1979; HEREDIA, 1979; PALMEIRA, 1977).

Esse momento de modernização, de acordo com Wanderley (2011), é também responsável por inaugurar outro grande eixo de estudos sobre o rural no Brasil, que se caracterizou por analisar os processos de subordinação do trabalho e as resistências dos trabalhadores rurais no país, tais como bem exemplificados pelos estudos acima mencionados com os trabalhadores rurais em Pernambuco. Com a modernização em curso e constantes transformações na realidade rural brasileira, muitos trabalhadores rurais sofreram sérias consequências, como expulsões e expropriações, o que os levou a mudar radicalmente suas formas de vida, elevando para cima os índices de êxodo rural e a migração para zonas periféricas de grandes centros urbanos.

Nessa nova vertente de estudos sobre o rural no Brasil, a principal mudança que vai ser evidenciada é nas relações de trabalho. O que era um país ainda regulado por relações não capitalistas de produção - conforme bem salientou José de Souza Martins (2020) -, passou a contar com maior força do regime de trabalho assalariado (ou seja, o proletariado em formação, aqui sim similar ao que Marx observou na acumulação primitiva do capital na Inglaterra séculos atrás). Nesse novo contexto, de modernização e do aprofundamento de processos de expropriação de trabalhadores rurais, ganhou destaque análises sobre o "trabalhador volante", que são os típicos trabalhadores que vendem sua força de trabalho para ir trabalhar muitas vezes bem longe de onde vivem e/ou moram (um dos locais mais comuns de constituição e análise desse trabalhador volante, foi nos engenhos de cana de açúcar). Dessa maneira, um dos maiores obstáculos para esse tipo de trabalhador era o reconhecimento legal de seus direitos trabalhistas, tais como outros trabalhadores rurais vinham tendo assegurado pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que, a partir de 1963, existiu como forma de tentar garantir melhores condições de trabalho (direitos trabalhistas) para os trabalhadores rurais (WANDERLEY, 2011).

Desse contexto então, vão ganhar destaque as análises críticas da modernização no que diz respeito aos estudos das relações de trabalho no meio rural brasileiro, que passaram a evidenciar que, no Brasil, a miséria dos trabalhadores estava sendo uma condição "ideal" diretamente relacionada a crescente acumulação capitalista em questão. Outro grande estudo que vai evidenciar tais relações é o de Maria Aparecida de Moraes Silva (2006) que estudou trabalhadores volantes que se mobilizavam do Vale do Jequitinhonha (MG) para o estado de São Paulo para trabalhar no corte da cana de açúcar. Dessa maneira, o que vai ganhar destaque é que, apesar do país estar passando por um momento de modernização, e com isso uma premissa (falsa) de que iria melhorar a qualidade de vida da população, é crescente e alarmante os níveis de miséria, pobreza e desigualdade dessa população, principalmente no que diz respeito ao meio rural brasileiro. Nessa vertente de estudos, que buscou evidenciar as contradições da modernização no meio rural brasileiro, principalmente através das relações de trabalho e das condições miseráveis que os trabalhadores rurais vinham enfrentando, também foi fundamental certa ruptura entre os dois principais paradigmas sobre o rural brasileiro, que já foram mencionados acima: de um lado uma visão que via uma hegemonia do capitalismo, não deixando espaço para nenhuma outra explicação do que era, ou o que viria a ser, o rural brasileiro (visão que vai na direção favorável aos processos de modernização), e de outro visões que buscaram ver o "outro lado da história" do rural brasileiro, em contraponto à modernização, ou seja, o dos trabalhadores em situações precárias, em trabalhos análogos a escravidão. Dessa condição precária, é que passa a emergir um processo em que esses próprios trabalhadores passaram a entrar, de forma crescente, na cena política em busca de melhores condições de vida.

O que se tem, então, são estudos e análises dos movimentos camponeses em emergência que, apesar da forte repressão que tiveram com o início do regime militar (em 1964), representavam lutas e resistências frente ao projeto homogeneizador da modernização (nesse sentido, ganha destaque as Ligas Camponesas que, a partir da década de 50, começaram a mobilizar trabalhadores rurais em luta por melhores condições de vida e de trabalho)<sup>6</sup>. Nesse contexto, esses camponeses representavam a heterogeneidade do rural brasileiro, com destaque para as formas não capitalistas de produção (visão herdeira à de Chayanov), dando ênfase nas questões de resistência desses camponeses em relação ao projeto de modernização, através de mobilizações por terra (acesso e permanência na terra) e por melhores condições de vida e de trabalho, principalmente por aqueles que foram expropriados.

---

<sup>6</sup> Para melhores detalhes sobre as Ligas Camponesas, conferir autores como Manuel Correia de Andrade (2009) e Francisco Julião (2009).

Com o processo de modernização, vai se estabelecer, portanto, processos de mudanças e transformações que, em muitos dos casos, não foram benéficos para as populações habitantes do rural brasileiro (tais como as situações das relações de trabalho e das condições dos trabalhadores rurais que foram mencionadas a cima). Dessa maneira, a modernização, por consequência, faz também acender, num outro lado da história, novas mobilizações a respeito do campesinato no Brasil. Vai afirmar Wanderley (2011) que, apesar da modernização, o campesinato brasileiro, enquanto categoria social resistente e sobrevivente, vai continuar a se constituir e desenvolver no Brasil, quebrando os argumentos da linha teórica que proclamavam o fim inevitável do campesinato no país devido aos processos de desenvolvimento do capitalismo. Grandes contribuições teóricas foram fundamentais e muito importantes para se manter viva a existência do campesinato brasileiro, tais como os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (2009), que vai já na década de 60 desenvolver análises sobre os "sitiantes" enquanto categoria social esquecida pelos projetos de desenvolvimento do país, focando na pobreza desses indivíduos frente ao contexto brasileiro; os estudos de Antônio Candido (1964; 2009) sobre os "caipiras" paulistas e as formas de solidariedade que desenvolvem num contexto de "mínimos sociais" básicos para sobrevivência; os estudos de Otávio Guilherme A. C. Velho (2009) sobre o conceito de camponês e sua aplicação à análise do rural brasileiro; e os estudos de Octavio Ianni (2009) sobre a "utopia camponesa" e o campesinato enquanto categoria social revolucionária na simples afirmação de sua existência e identidade particular.

### 2.3 O campesinato enquanto civilização e cultura própria e categoria social particular: outras e novas formas de viver e trabalhar no rural brasileiro

Dessas análises emergentes sobre o campesinato brasileiro e sobre também outras e alternativas formas de agricultura frente aos processos de modernização, vai criando-se outra vertente de estudos que aos poucos vai evidenciando a principal (mas não única) contradição em relação a essa categoria social: de um lado se destaca os projetos de autonomia desse campesinato, suas organizações internas e suas formas particulares de levar a vida e o trabalho, e de outro os mecanismos de subordinação ao capital, principalmente no que diz respeito às relações crescentes com o mercado, ou seja, um elemento externo à organização interna da família camponesa, tal como Ploeg (2016) sistematizou, revisitando as teorias de Chayanov, sobre os equilíbrios internos e externos das unidades familiares camponesas na contemporaneidade. Assim, o camponês vai se delineando enquanto um ator social específico, o que significa afirmar que "sua reprodução não se aplica apenas pela subordinação ao capital,

mas também pela sua própria capacidade de resistência e adaptação" (WANDERLEY, 2011, p. 83). Dessa forma, vai se construindo um camponês específico, que vai ser fruto daquilo que mais tarde Wanderley (2003) vai tratar sobre os processos de rupturas e continuidades de seus movimentos de produção e reprodução da vida e de trabalho. É momento, assim como os outros anteriores, de forte tensão entre as duas principais correntes teóricas já explicitadas anteriormente, onde vão se constituir dois principais conceitos sobre o campesinato brasileiro: de um lado o conceito de decomposição (remontando aqui a primeira linha teórica que propõe o fim do campesinato, tal como a corrente marxista clássica), e do outro o conceito de diferenciação, que vai levar em conta o camponês brasileiro como um ator particular, não homogêneo e não reprodutor das clássicas explicações do modo de produção capitalista (WANDERLEY, 2003). Apesar dos processos de modernização, vem sendo evidenciado, assim, que os camponeses não perdem por isso suas "condições de vida camponesa" (PLOEG, 2008; 2016), ainda reprodutoras no contexto contemporâneo de transformações do mundo moderno.

Contudo, o que vai ser destacado nesse contexto de modernização (década de 70), é que esses processos não geraram (assim como propunham alguns) formas homogeneizadas de vida social, nem muito menos uma única forma de produção/reprodução no rural brasileiro. Irá afirmar Wanderley (2003) que o campesinato se constituiu historicamente (em especial no Brasil), enquanto uma forma específica de civilização e de cultura, mas que não se desenvolve de forma isolada ao conjunto da sociedade, mas sim se constitui exatamente numa relação dialética com a sociedade englobante, principalmente no que toca as relações mercantis (tal como Chayanov no começo do século XX também discorreu sobre a "coexistência" das formas econômicas do campesinato em relação a outras estruturas econômicas, como a capitalista, por exemplo). Dessa maneira, "o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade" (WANDERLEY, 2003, p. 45).

Ploeg (2016), ao voltar para as leituras de Chayanov, muito bem reforçou também que o campesinato nunca foi uma categoria social isolada do conjunto da sociedade, mas sim o contrário disso, mantém com ela relações constantes (principalmente mercantis) que, em muitos casos, são também importantes para se pensar a possibilidade de produção e reprodução do desenvolvimento interno da unidade familiar camponesa. A questão será sempre importante saber de qual sociedade englobante e de qual campesinato se está falando. As definições, nesse caso, devem ser estabelecidas de acordo com o contexto particular de cada região/grupo social que está em questão na análise. Ainda, como discorre a própria Wanderley (2003, p. 47), "mais

do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor "moderno", teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais", sem contar ainda suas diferenças locais e/ou regionais no contexto brasileiro. Isso porque, o agricultor familiar (e o camponês em específico), é também, sem dúvida, um ator do mundo moderno, o que quer dizer que não é um indivíduo "do passado", mas sim que produz e reproduz sua vida no presente (em vista para o futuro) num contexto moderno de um mundo globalizado.

Então, vai se desenhando formas de analisar o campesinato que levam em consideração as adaptações que essa categoria social é capaz de realizar em relação as condições modernas de produzir e de viver em sociedade, recebendo influências da sociedade englobante, ao mesmo tempo em que preserva costumes e tradições em prol da produção e reprodução de sua família. O que surge como consideração importante a ser feita, então, é a capacidade de resistência e adaptação (WANDERLEY, 2014) dos camponeses em relação aos novos contextos econômicos e sociais advindos dos processos de modernização capitalista. Nesse sentido, não foi mais possível considerar o campesinato em sua forma "clássica" (tal como as formas pré-capitalistas), porque esteve - e está - em curso processos de profundas transformações histórico-sociais dessa categoria social em específico. Contudo, importante frisar novamente que, apesar de estarem ocorrendo transformações, essas não são de caráter homogeneizador, e a "tradição" camponesa não é abolida: ao contrário, é constantemente resgatada como forma de orientar os processos de vida e de trabalho, bem como de produção e reprodução familiar.

É por isso que, autoras como Wanderley (1996; 2003; 2000; 2009; 2011; 2014), vai nos auxiliar para compreensão do campesinato enquanto um fenômeno histórico e dinâmico: muda, se transforma e de adapta constantemente. Nesse sentido, como diz a própria autora, considerar um "tipo ideal" de camponês é negar-lhe todo seu historicismo próprio, ou seja, é negar toda sua constituição histórica-contextual particular. É claro que, para fins teóricos e Sociológicos, o esquema teórico-metodológico do "tipo ideal" é muito útil e pode auxiliar de forma definitiva para compreensão do universo estudado, mas em relação ao campesinato, atribuir um tipo ideal para ele pode – e provavelmente irá – afetar sua compreensão enquanto categoria social dinâmica e não estática no espaço-tempo (é por isso que, para todos os efeitos, o campesinato é uma categoria social que será sempre definida e/ou modificada de acordo com a realidade empírica e objetiva dos sujeitos em questão). Nessa direção, é um enorme equívoco considerar, por exemplo, o campesinato como o mesmo que agricultura de subsistência: é evidente que o caráter da subsistência está presente na categoria social do campesinato, mas resumi-la a isso é

negar todo processo dinâmico de vida do camponês que vai muito além da simples subsistência (WANDERLEY, 2003).

Já no caso particular do Brasil, os processos de rupturas e continuidades são específicos da realidade histórica e singular que o país atravessou (e continua atravessando). É através da natureza histórica e estrutural do capitalismo agrário brasileiro, através da "aliança perversa" entre capital e propriedade fundiária, do trabalho escravo, da alta concentração de terras nas mãos de poucos, nos altos índices de desigualdade social, enfim, que devemos direcionar nossos olhares para compreender o campesinato e o lugar que ele ocupou e ocupa na sociedade nacional, levando em consideração não só sua dimensão econômica e produtiva, mas também a social, cultural, política e ambiental (tal como procuraremos fazer ao longo do trabalho ao pensar o desenvolvimento da proposta agroecológica no interior do acampamento Maria Rosa do Contestado).

Desse movimento, é momento de, no Brasil, o campesinato começar a se deslocar da simples análise do caráter econômico, para compor um quadro mais amplo de compreensão (aquilo que tratamos antes sobre as análises socioculturais do campesinato que haviam sido deixadas de lado), ou seja, o campesinato não mais como simples categoria de caráter exclusivamente produtivo e econômico, mas sim enquanto uma categoria social de caráter qualitativo, de valores sociais e culturais (WOORTMANN, 1990). Nesse sentido, as próprias noções teóricas do campesinato, assim como de agricultor familiar, passam a ser revisitadas e retrabalhadas num contexto de novas elaborações teóricas não só dessas categorias sociais em específico, como de todo universo rural em questão. Nesse contexto (década de 80 e 90), a categoria social do agricultor familiar passa a ocupar um lugar central sobre os estudos do campesinato brasileiro, principalmente por fortes pressões de movimentos sociais do campo (WANDERLEY, 2011).

Como vai afirmar a própria Wanderley (1996), o termo "agricultura familiar" que emerge nas décadas de 80 e 90, não é novo para o contexto do Brasil, mas o significado e utilização que passa a assumir é de um caráter de renovação e novidade nos estudos rurais brasileiros, especificamente nas Ciências Humanas (como a Sociologia Rural, por exemplo). Com isso, muitos esforços foram realizados para se tipificar o que era um agricultor familiar no Brasil, o que, mais tarde (início da década de 90), vai resultar na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pelo Estado brasileiro. O Pronaf, então, vai assumir papel fundamental em não apenas reconhecer a agricultura familiar como representante legítima do rural brasileiro, mas também fornecer a possibilidade de ela passar a ocupar um lugar importante na estrutura e nos projetos de desenvolvimento do Brasil. Contudo, apesar dos

esforços positivos que o Pronaf trouxe, o termo agricultura familiar (ou agricultor familiar), foi objeto de muita discussão e contradição, pois acabou homogeneizando categorias sociais diversas sob o guarda-chuva conceitual da "agricultura familiar", dificultando análises em relação ao caráter heterogêneo que essa própria agricultura poderia compreender no contexto brasileiro.<sup>7</sup>

Nesse sentido da heterogeneidade do rural brasileiro e da agricultura familiar, inúmeros e diversos arranjos sociais podem ser tipificados sob o guarda-chuva conceitual que o termo agricultura familiar poderia representar no Brasil. Como vai afirmar Wanderley (1996), o campesinato, então, é uma das possíveis categorias sociais que correspondem a agricultura familiar no país, e que vai se constituir enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade. Contudo, outros arranjos sociais também podem ser encontrados sob o conceito maior de agricultura familiar, tais como agriculturas e agricultores que representam formas de produzir condizentes aos processos de modernização capitalistas promovidas a partir da segunda metade do século XX (agricultores empresariais, agricultores capitalistas, agronegócio, etc.). É por isso que, a crítica feita por Neves (1995) sobre o risco de homogeneizar os agricultores brasileiros encaixando-os todos no conceito maior de agricultura familiar, é pertinente para o contexto brasileiro, pois inúmeros arranjos sociais funcionam dentro dessa tipificação conceitual, e muitas vezes operam de formas contraditórias e não compatíveis entre si.

A agricultura camponesa, portanto, vem a ser uma das formas de agricultura familiar, contudo "ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global" (WANDERLEY, 1996, p. 3). Nessa direção, Wanderley vai realizar um interessante esforço na tipificação do campesinato brasileiro, assumindo a postura de que essa categoria social vai se caracterizar, principalmente, como um grupo que, para além da garantia de sobrevivência no presente, procura um projeto para o futuro, no qual o interior da família continue a se reproduzir de geração em geração. Ou seja, para garantir o presente e planejar o futuro, o camponês recorre ao passado, que lhe permite constituir um saber tradicional, herdado de geração em geração. Essa característica é definidora do campesinato, além, e principalmente, do aspecto familiar que essa categoria social assume

---

<sup>7</sup> Uma das críticas mais pertinentes nesse contexto é de Delma Pessanha Neves (1995), que vai discorrer que o Pronaf, apesar dos ganhos positivos que trouxe, acabou homogeneizando a categoria social do agricultor familiar, impedindo assim que novas e outras análises emergissem com vista a compreender o rural em sua verdadeira heterogeneidade e especificidade no contexto próprio de agricultura familiar que existe no Brasil.

para si, isto é, o caráter familiar é fundamental para o campesinato pois ele assume os contornos da relação família-trabalho-produção (tal como Chayanov postulou, e depois Ploeg revisitou, acrescentando outros elementos sobre os principais equilíbrios que a família camponesa percorre em sua produção/reprodução).

Nessa mesma direção teórica, Wanderley (2014) discorre que vai se ter então uma ideia de campesinato que se constitui enquanto uma cultura própria, ou seja, não só definido enquanto uma forma social de produção, mas também correspondendo um modo de vida e uma cultura bem específicos. Assim, a agricultura camponesa passa também a ser vista enquanto categoria social inserida profundamente num território, ou um "lugar de vida e de trabalho" (WANDERLEY, 2009), onde há um convívio com outras categorias sociais, formando maneiras de sociabilidade específicas no espaço-tempo. Ainda que esse campesinato contemporâneo tenha perdido a importância e o significado que tinha nas sociedades tradicionais (pré-capitalistas), ainda continua a se reproduzir nas sociedades modernas (em especial no Brasil). Assim, tem-se que hoje, o campesinato se reproduz no interior das sociedades capitalistas modernas, num duplo processo de conservação e dissolução, rupturas e continuidades. Apesar de sofrer influências externas, é um campesinato que procura ainda utilizar os recursos que existem no interior da unidade camponesa, como forma de resistência e adaptação ao mundo moderno/globalizado. No caso particular brasileiro, é importante ressaltar novamente que o campesinato que se forma/formou aqui é fruto das particularidades próprias do país (herança colonial, concentração de terra, etc.), e por isso mesmo é uma categoria social que historicamente ocupou um lugar secundário na estrutura social, historicamente impossibilitado de desenvolver todas suas potencialidades legítimas enquanto categoria social específica, e excluído dos projetos de desenvolvimento que o país acabou trilhando.

Dessa forma, a história do campesinato brasileiro é automaticamente uma história sobre as lutas que essa categoria social sempre enfrentou para legitimar seu reconhecimento e lugar na sociedade brasileira. É uma história de lutas e resistências, na mesma medida em que também é uma história de construção e conquistas de processos de autonomia. E justamente por ser uma história relegada a uma posição secundária na estrutura social do país, que é historicamente um grande problema que se estabelece em torno de uma disputa conceitual entre as categorias "campesinato" e "agricultura familiar", que ocupou e ainda continua a ocupar o debate acadêmico em torno dessas categorias sociais. Em destaque, Wanderley (2011) ressalta que o termo "camponês" foi praticamente abolido durante o regime militar (1964-1985), pois remetia automaticamente a uma categoria tida como "subversiva" (como bem exemplificado pelo fim

das Ligas Camponesas), sendo substituído por categorias como "agricultores de subsistência", "pequenos agricultores", "produtores de baixa renda", etc. Ou seja, o termo camponês sendo substituído por outros que carregam um forte conteúdo depreciativo, ou pelo menos no mínimo preconceituoso.

Porém, a partir das décadas de 80/90, o termo camponês volta a ser utilizado com maior frequência, observando-se uma revalorização dessa categoria principalmente pelos movimentos sociais como forma de crítica e resistência perante os processos de modernização em curso. Com isso vem também novas e alternativas práticas agrícolas (como por exemplo a Agroecologia), como uma espécie de resposta aos efeitos negativos que a modernização da agricultura trouxe, sendo uma espécie de recusa aos processos dessa modernização. O objetivo central do "retorno" do camponês e do campesinato no cenário brasileiro, vai ser então a "afirmação da autonomia dos agricultores familiares, portadores de uma experiência camponesa e de sua capacidade de assumir, sob outros moldes, o progresso da agricultura e do meio rural brasileiros" (WANDERLEY, 2011, p. 98). Como afirma a mesma autora (2014) em outro momento, a representação da agricultura brasileira associada diretamente aos grandes projetos monocultores e/ou agroexportadores é na verdade fruto de uma "amnésia social" que negou historicamente a contribuição do campesinato para a sociedade nacional. É essa amnésia social, portanto, que a "volta" do camponês nas décadas finais do século XX vai procurar desmontar e reconstruir à luz de novas ações e estratégias, principalmente dos movimentos sociais de lutas pela terra.

Com essa revalorização do camponês, com as fortes capacidades de mobilização de movimentos sociais se mostrando cada vez mais aptos a expressar suas próprias demandas, além do aprofundamento das críticas aos processos de modernização da agricultura, os estudos rurais no Brasil vão dar um grande salto qualitativo a partir da década de 80 (WANDERLEY, 2011). Em primeiro lugar, se avalia como um salto devido a crescente valorização da dimensão espacial do rural brasileiro, ou seja, devido a debates centrados na compreensão sincera do que é o mundo rural brasileiro e qual sua relação com a sociedade ao redor (mundo urbano), e segundo porque desenvolvem-se afirmações sobre a centralidade do conhecimento sobre os sujeitos rurais, compreendendo toda sua diversidade e complexidade. É momento de que o rural brasileiro, e mais especificamente o campesinato, passam a se consolidar enquanto espaço cultural singular, com características próprias que dão sentido a um mundo particular, o "mundo rural" (BRANDENBURG, 2018; WANDERLEY, 2011).

Nesse contexto, é momento de constituição de novas vertentes dos estudos rurais no Brasil, que irão focar na diversidade desse rural, e mais especificamente na própria

caracterização e conceituação do termo "rural". Estudiosos como José Eli da Veiga (2002) chegam ao debate para problematizar alguns dados do IBGE sobre as categorizações do que é o rural e urbano no Brasil. A crítica desse autor vem no sentido de que, segundo esses dados do IBGE, o rural era concebido enquanto um lugar da falta, da ausência e da miséria, concebendo como rurais apenas pequenos municípios que mal tinham estruturas "urbanas". Na mesma direção, Ricardo Abramovay (2003) também se soma nesses estudos ao criticar (também) os dados utilizados pelo IBGE sobre o rural brasileiro (enquanto local do atraso, da carência de serviços e falta de cidadania). Vai discorrer Abramovay que esses dados sugerem certa "urbanização do campo", tendendo a caracterizar os locais rurais enquanto espaços que, inevitavelmente, irão se tornar urbanos algum dia.

Assim, estudos como esses vão auxiliar, mais tarde, na constituição do rural brasileiro enquanto fenômeno múltiplo e heterogêneo, de várias identidades e significações: pequenos e médios produtores agrícolas; camponeses; acampados e assentados da Reforma Agrária; trabalhadores assalariados; comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombolas; povos da floresta; faxinalenses; ribeirinhos; como também atores do agronegócio; turismo rural; etc. (BRANDENBURG, 2018; WANDERLEY, 2011). É, portanto, um momento de emergência de novas abordagens sobre o rural, com destaque para as que focaram, de um lado, nas atividades agrícolas do rural, e de outro abordagens sobre um "outro" rural, não necessariamente agrícola. É momento, então, de surgimento de alguns conceitos fundamentais para compreensão do rural no Brasil, conforme discorre Wanderley (2011).

#### 2.4 Lutas por acesso e permanência na terra, recampanização, Reforma Agrária, Assentamentos/Acampamentos Rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Já voltando um tanto atrás na história dos estudos do rural e do campesinato brasileiro, em conjunto a vertente de estudos que buscou focar nas relações de trabalho e nas condições precárias nas quais os trabalhadores rurais se encontravam no interior do processo de modernização (décadas de 60, 70 e 80), vai se destacar também outra vertente que vai emergir, ainda de acordo com Wanderley (2011), se caracterizando por estudos sobre a concentração fundiária e as lutas pela terra no Brasil. Como vai afirmar a autora, em toda a história do país, mas principalmente a que diz respeito ao período de modernização, os conflitos sociais rurais foram predominantemente de um caráter de luta pela terra, e isso por um motivo simples: na história fundiária do país, uma crescente acumulação de capital sempre acompanhou uma

também crescente concentração de terra (o que nos remete diretamente desde o processo colonial, ainda no século XVI, até os dias atuais). Essas discussões irão demarcar estudos que acabaram focando na temática da Reforma Agrária, bem como na formação e desenvolvimento de movimentos sociais no rural brasileiro em processos de lutas e conflitos por terra no país.

Com ênfase para essas temáticas em torno da Reforma Agrária e das lutas e conflitos por terra no Brasil, ganha destaque a obra que Miguel Carter (2010) organizou, composta de diversos artigos e estudos de diferentes teóricos sobre esse tema no país. A obra tem como foco o tema da injustiça social, mais especificamente focando na acentuada desigualdade social que o Brasil enfrenta desde o período colonial, dando ênfase na desigualdade na estrutura fundiária (remontando, assim, o período da colônia, da concessão de sesmarias, do trabalho escravo, etc.).

Assim como Wanderley (2011) e Brandenburg (2018) já haviam acentuado, Carter (2010) vai na mesma direção em afirmar que a década de 80 (redemocratização do país) foi palco e espaço de emergência de lutas protagonizadas por movimentos sociais em prol da Reforma Agrária, como também a emergência de novos estudos sobre essa temática em âmbito acadêmico. Nesse contexto, uma das grandes questões em torno da Reforma Agrária e das lutas por terra, foi a evidência desses problemas no Brasil em relação a sua estrutura histórica, ou seja, estrutura fundada e alimentada pela desigualdade social crescente. Nesse sentido, a luta por terra e pela Reforma Agrária no Brasil é, conseqüentemente, uma luta contra a desigualdade social. Nessa direção, Carter conseguiu sistematizar alguns pontos negativos que a desigualdade social no Brasil vem produzindo ao longo dos anos, destacando, por exemplo, que a desigualdade social no país é um fenômeno automaticamente ligado ao difícil combate de redução da pobreza; que altos níveis de desigualdade reduzem a qualidade de vida da população brasileira; que a desigualdade faz reduzir a confiança social (confiança nos outros e no Estado); que a desigualdade cria contraditórios projetos de desenvolvimento, produzindo uma sociedade desconexa e segregada; que a desigualdade prejudica o Estado de direito, tornando o meio jurídico um projeto nada imparcial; e que a desigualdade enfraquece, por isso, a democracia política no Brasil. Além de outros diversos pontos que poderiam ser mencionados, em resumo, tem-se então que a luta pela Reforma Agrária é uma luta que veio se constituindo no Brasil, desde a década de 80, para além da exclusiva redistribuição de terras, contemplando uma luta em combate a esses pontos negativos que foram mencionados acima sobre a desigualdade social no país. A luta por Reforma Agrária é, assim, uma luta por justiça social.

O Brasil, como já é conhecido por muitos, é uma das nações mais desiguais de todo o mundo<sup>8</sup>. Isso, por consequência, se relaciona diretamente com a reforma agrária porque, como vai assinalar Carter, as nações com maiores índices de desigualdade no mundo são também, por consequência, as que possuem os menores índices de implementação de programas para a Reforma Agrária<sup>9</sup>. É nesse sentido que, na relação entre Reforma Agrária e desigualdade social, destaca-se que, quanto maior forem as políticas de Reforma Agrária, mais forte é o combate à desigualdade social. Ainda no que diz respeito ao contexto do Brasil, o autor destaca também as grandes diferenças regionais desse país. Em termos de desigualdade e pobreza, tem-se que o rural e o Nordeste do Brasil são os locais por excelência dos maiores índices de desigualdade social.

A Reforma Agrária, então, tem sido, historicamente, um instrumento clássico de redistribuição da riqueza e de combate aos níveis crescentes de desigualdade social, já desde a Antiguidade (CARTER, 2010). Já em tempos modernos, são vários os países que passaram por reformas agrárias significativas desde o século XVIII e XIX, mas vai ser no século XX que vai ganhar maior importância e preeminência. É por isso considerado, conforme discorre Carter, como o século por excelência da Reforma Agrária no mundo<sup>10</sup>, destacando reformas significativas que realizaram países de orientação socialista como a União Soviética, China, Coreia do Norte, Vietnã, Cuba, Etiópia, grande parte dos países do Leste Europeu, assim como também países com outras experiências ideológicas e de Governo, como por exemplo México, Bolívia, Guatemala, Egito, Indonésia, Argélia, Síria, Iraque, Irã, Líbia, Portugal, Peru, Itália e Chile.

Estudando a fundo as literaturas sobre esses diferentes tipos de Reforma Agrária pelo mundo, vai discorrer Carter que existem, de forma genérica, dois tipos diferentes de reforma agrária: uma primeira que vem "de baixo", ou seja, que a demanda por Reforma Agrária vem da própria sociedade, e a outra que vem "de cima", que são reformas em que a demanda surge do próprio Estado. São assim, de acordo com o autor, historicamente as duas maiores forças

---

<sup>8</sup> Inúmeros são os pesquisadores que realizaram e realizam estudos sobre a desigualdade no Brasil. Muitos deles, inclusive, estão sendo mencionados nesse trabalho. A desigualdade social no Brasil é histórica, presente em toda sua estrutura de formação e desenvolvimento, e não tem cessado de crescer, não só no Brasil, como no mundo todo. Como exemplo, em 2019, uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), chamada de "A Escalada da Desigualdade", mostrou isso através de inúmeros dados estatísticos. Para maiores informações, consultar Neri (2019).

<sup>9</sup> Para maiores detalhes sobre isso, consultar tabela 1.4 em Carter (2010, p. 55-56).

<sup>10</sup> Carter (2010) vai se basear em larga literatura sobre diferentes reformas agrárias pelo mundo, por isso vale a pena consultá-lo para maiores informações e detalhes sobre esses estudos realizados, levando em consideração que cada reforma agrária realizada deve-se ter em conta o contexto histórico-social que cada país se encontra no momento de tal reforma. Nesse sentido, a Reforma Agrária pode ser entendida enquanto fenômeno mundial, mas não é homogênea nem se depara sempre com os mesmos problemas estruturais a serem enfrentados.

propulsoras da Reforma Agrária pelo mundo. Contudo, destaca ele que, apesar de existirem as reformas que vem "de cima", ou seja, que são promovidas pelo Estado, nenhuma política de Reforma Agrária faz sentido sem uma sociedade que também demanda por ela. Se existe uma política de Reforma Agrária, é porque o contexto histórico do país em questão se encontra devedor no que diz respeito a distribuição de terras (ou, no caso, de distribuição de riquezas). Assim, "o pontapé inicial de qualquer programa de distribuição fundiária, portanto, depende da demanda da sociedade" (CARTER, 2010, p. 49).

Já no que diz respeito ao Brasil nesse plano de estudos que Carter realizou sobre diferentes Reformas Agrárias pelo mundo, destaca o autor que, aqui, pode-se observar uma das mais insignificantes experiências de Reforma Agrária que o século XX observou. Isso porque, as políticas que puderam ser observadas na história do Brasil (no que toca ao contexto do século XX, mais especificamente na segunda metade do século), foram políticas de caráter conservador em relação a tal Reforma. Assim sendo, enquanto outros países enfrentaram Reformas Agrárias de caráter progressista, no Brasil a Reforma Agrária ocorrida aqui ficou denominada de "conservadora" (CARTER, 2010; DELGADO, 2010; FERNANDES, 2000, 2010). Conservadora por diversos motivos, entre eles, os principais apontados pelos autores em questão: em primeiro, as motivações das políticas de Reforma Agrária aqui foram, predominantemente, motivações surgidas em reação a protestos sociais, e não uma reforma promovida genuinamente pelo próprio Estado; segundo, os principais objetivos das reformas no Brasil foram para apaziguar conflitos rurais no país, além de não cumprirem qualquer alteração significativa na estrutura fundiária, para que não fossem prejudicados os grandes proprietários de terras, favorecendo os interesses do próprio Estado e também, é claro, desses próprios grandes proprietários; terceiro, as políticas de Reforma Agrária no Brasil não conseguiram promover boas relações entre o Estado e os movimentos sociais, tornando sempre essas relações transformadas em tensão e conflito, havendo muita criminalização de protestos sociais em prol dessas políticas, e muita violação de direitos humanos em relação a população do meio rural brasileiro; e por quarto, a Reforma Agrária no país promove poucos apoios (financeiros, logísticos, culturais, etc.) aos assentamentos criados<sup>11</sup>.

Importante ressaltar que, apesar de existirem proximidades entre o Estado e os movimentos sociais (como exemplo da proximidade entre o Partido dos Trabalhadores - PT e

---

<sup>11</sup> Para maiores detalhes dos motivos de ser considerada conservadora a reforma agrária ocorrida historicamente no Brasil, consultar tabela 1.3 em Carter (2010, p. 53-54), onde o autor explicita as características conservadoras comparando-as a características progressistas de reformas agrárias, através de um balanço de fatores ocorridos no próprio contexto e história do país, bem como de comparações a outros contextos dos quais o autor se ocupou em seus estudos.

o MST), a Reforma Agrária não conseguiu cumprir a promessa de se tornar progressista a partir do ano de 2002 (com a posse do presidente Lula). De forma geral, destaca-se que a estrutura fundiária do Brasil permaneceu (e ainda permanece) super concentrada, sem falar ainda dos benefícios e "conquistas" que grandes proprietários de terras (representados hoje pelo agronegócio) continuam a ter no país (mesmo depois de todo Governo de Lula, e posteriormente os de Dilma Rousseff). De forma resumida, desde o período colonial até os dias atuais, a estrutura fundiária/agrária do Brasil permanece com praticamente as mesmas características, ou seja, permanece concentrada, desigualmente distribuída e sob poder e domínio de poucos. Mesmo com a modernização ocorrida no século XX, e ainda com a redemocratização do país na década de 80, a forte presença de pessoas ligadas aos grandes latifúndios do Brasil exercem fortes pressões para manter o "status quo" do regime agrário brasileiro. Assim sendo, Delgado (2010, p. 98) vai discorrer que, para se ter uma efetiva reforma agrária no Brasil, é necessário mexer nas estruturas da realidade fundiária, ou seja, as condições ligadas a estratégia do agronegócio no Brasil (hoje o principal setor representante da estrutura agrária conservadora no país), são, simultaneamente, "matriz da moderna questão agrária e representam um obstáculo ao desenvolvimento nas forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos da Reforma Agrária".

Assim, conforme os autores que foram sendo discutidos aqui vem destacando, se tem que desde a modernização no século passado (a partir da década de 60 e 70 no Brasil), se tem defendido, de um lado, a ideia de que a Reforma Agrária é um fenômeno do passado, já superado pela modernização (visão essa correspondente aos favoráveis da modernização, ou seja, são os mesmos que defendem o fim do rural e o desaparecimento do campesinato, conforme já viemos discutindo anteriormente). Essa visão foi muito ancorada por um grupo de economistas da USP, liderados por Antônio Delfim Netto, que mais tarde, no ano de 1967, vai assumir o Ministério da Fazenda do Governo Militar, e vai começar a implementar suas teses em prol da modernização conservadora (DELGADO, 2010). De outro lado, tem-se também simpatizantes que evocam a Reforma Agrária enquanto medida reparadora da história do país, sendo um fenômeno que pode auxiliar na diminuição da pobreza (principalmente no rural brasileiro), promover a inclusão social e reduzir a acentuada desigualdade social. Nessa linha teórica, a Reforma Agrária se trata de uma "dívida histórica" para com a população pobre do campo (para aqueles que permanecem no campo e também para aqueles que foram obrigados a sair). Além disso, é defendido que, com fortes programas de Reforma Agrária, o Brasil teria também um forte aumento na produção de alimentos para o consumo interno do país, garantindo assim uma Soberania Alimentar, sem contar ainda os ganhos e vantagens de caráter ecológico

que se tem atribuído ao rural brasileiro e aos agricultores familiares (em especial o campesinato e as populações tradicionais). Desse ponto de vista da ecologia, fortes programas dessas políticas consequentemente poderiam promover novos e outros programas de desenvolvimento, com maiores índices de sustentabilidade (desenvolvimento sustentável). Dessa forma, dentre os atores que protagonizam tais lutas em prol dessas políticas públicas no Brasil atual, ganha destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

#### 2.4.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): uma história de resistências e de lutas camponesas por acesso e permanência na terra no Brasil

O MST é um movimento social, fundado oficialmente no ano de 1984, na cidade de Cascavel-PR, e se caracteriza por um movimento de camponeses e camponesas sem-terra no Brasil que lutam em prol do acesso e permanência na terra, por melhores condições de vida e de trabalho, e, principalmente, lutam em prol da Reforma Agrária no país. Porém, para compreendermos melhor o MST, como nasceu e se desenvolveu, é necessário voltarmos novamente para a história específica do Brasil. Como já demonstrado anteriormente, há um forte consenso de muitos pesquisadores de que qualquer questão fundiária e/ou agrária no país vai estar ancorada em sua estrutura histórica-colonial, desde o século XVI. Assim, a luta pela terra que o MST vai desenvolver no Brasil a partir das décadas de 70 e 80, encontra fortes raízes históricas de séculos de existência.

Conforme discorre Fernandes (2000), a história do Brasil é marcada pela colonização e invasão de territórios indígenas, através da escravidão em prol da formação da economia capitalista no país. Assim, a luta e resistência começou já no Brasil a mais de 500 anos, com a invasão do colonizador europeu, através de muita resistência dos povos indígenas aqui residentes, e posteriormente do escravo trazido do continente africano. Desde então, começaram as lutas contra a exploração e a escravidão, contra o cativo da terra (MARTINS, 2020), contra a expropriação e expulsão, "que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas" (FERNANDES, 2000, p. 25). Assim, a história de colonização e desenvolvimento do Brasil é também uma história de incessantes lutas e guerras, de enfrentamentos constantes, principalmente no que diz respeito ao acesso e permanência na terra.

Dentre as inúmeras e incansáveis lutas em relação a terra e ao cativo no Brasil, dos indígenas a Zumbi dos Palmares, podemos destacar duas que marcaram significativamente a história mais recente dos confrontos por terra e melhores condições de vida no país. A primeira

delas foi a Guerra de Canudos, e a segunda a Guerra do Contestado<sup>12</sup>. Tanto uma como a outra, mesmo ainda os inúmeros outros confrontos, foram protagonizados por camponesas e camponesas, indígenas e escravos (ou descendente de escravos), imigrantes e populações marginais. As lutas dessas pessoas, ainda que variando o contexto social de cada confronto em particular, foram sempre marcadas pelas dificuldades, exclusões e pobreza na qual se encontravam essas populações, principalmente no que dizia respeito ao acesso e permanência digna na terra. Dessa forma, são lutas que, de forma geral, sempre colocaram em evidência a enorme contradição e desigualdade social que existe em nosso país, mostrando, cada vez mais, a necessidade de reformas no plano fundiário/agrário em prol de melhoria de qualidade de vida desses indivíduos.

Já na história ainda mais recente (século XX), podemos destacar também outro contexto de lutas por terra e melhores condições de vida e de trabalho, que, em meados do século, foi protagonizada por camponeses e camponesas no Nordeste do Brasil, e que tem forte ligação histórica – para além das já citadas - com as lutas protagonizadas, mais tarde, pelo próprio MST. Essas lutas se caracterizaram pela formação, na década de 50, das Ligas Camponesas. As Ligas, como vão discorrer autores como Fernandes (2000), Julião (1962) e Andrade (1963), foram uma forma de organização política que, a partir do fim da ditadura Vargas (1945), começaram a ser organizadas por proprietários de terra, parceiros, posseiros e meeiros, que resistiam e enfrentavam as formas de expropriação e expulsão de suas terras. No ano de 1954, em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, em uma propriedade denominada de Engenho da Galiléia, foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco, que depois ficou conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia. A criação dessa primeira liga agregou ganhos positivos aos trabalhadores rurais no que diz respeito às lutas e demandas por melhores condições de vida e de trabalho, bem como acesso e permanência da terra. Por isso, até a década de 60, já haviam se espalhado por quase todos os estados brasileiros, e vinha em movimento crescente através de significativos ganhos políticos, sociais, culturais e econômicos para os camponeses e camponesas envolvidos nessas lutas. Porém, com o golpe militar de 1964, sofreram dura perseguição e violação de direitos, até virem a se extinguir em decorrência do golpe.

Assim, o período de Ditadura Militar (1964-1985), foi momento de forte refluxo para as lutas camponesas no Brasil, que se depararam com a falta de espaços possíveis de organização de suas pautas e demandas. Vai ser, então, na abertura política e no processo de

---

<sup>12</sup> Para maiores detalhes dessas guerras e confrontos mencionados, conferir Fernandes (2000).

redemocratização do país (década de 80), que as lutas camponesas voltam a emergir com maior força e representatividade no rural brasileiro (WANDERLEY, 2011; FERNANDES, 2000, 2010; DELGADO, 2010; BRANDENBURG, 2018; CARNEIRO, 2012). É nesse contexto, então, que vai surgir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contudo, junto dessa história estrutural da realidade brasileira, enquanto fenômeno fundamental para compreensão da formação e desenvolvimento do MST, é importante ainda, antes de tratar do Movimento propriamente dito, ressaltar o papel que setores da Igreja Católica, em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tiveram em sua trajetória de formação e desenvolvimento.

Como já informado algumas vezes ao longo do texto, as décadas de 60 e 70 foram, no Brasil, décadas de muitas mudanças significativas no cenário rural brasileiro, devido aos projetos de modernização em curso. Como também já informado, o golpe militar no ano de 1964 foi um acontecimento que corroborou fortemente para implementação de tais políticas de modernização no território brasileiro. Nesse sentido, a modernização no rural brasileiro contou com o respaldo não só dos representantes dessas "novas" políticas (grandes proprietários de terras, latifundiários, setores ligados ao agronegócio, etc.), como também do próprio Estado (Governo militar). Além desses "clássicos" simpatizantes da modernização no Brasil, aqui se destaca a Igreja, em especial a Católica, como também outra instituição que, pela grande maioria de seus membros, corroborou com o Golpe de 1964, dando respaldo à suas ações de repressão aos movimentos sociais e populares. Mas, com o tempo, alguns setores da Igreja passaram a recuperar certa "liberdade" e, com isso, desenvolver possíveis mecanismos e estratégias contrárias ao regime ditatorial (POLETTTO, 2010). Isso posto, é importante reconhecermos que, até mesmo uma instituição religiosa como a histórica religião Católica, possui em seu interior diversidades de visões e setores de ação que operam, muitas vezes, de formas divergentes e contraditórias entre si. Por isso o risco de encarmos as Igrejas (católicas ou não) enquanto blocos monolíticos e homogêneos.

Nesse contexto, então, surgirão setores da Igreja católica que passaram a se articular de forma contrária ao regime militar, e com isso contribuíram na construção de pautas e demandas conectadas diretamente aos movimentos sociais e populares. Ivo Poletto (2010) sistematizou de forma interessante esses setores, quais sejam: um primeiro destaque é do surgimento, em 1952, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que foi criada com o propósito de "levar para o diálogo do episcopado formas que consideram mais evangélicas de realizar a missão da Igreja" (POLETTTO, 2010, p. 139). Além da CNBB, ganha destaque a Juventude Agrária Católica (JAC) que tinha por missão evangelizar o rural brasileiro, e com isso, acabaram por participar ativamente na elaboração de lutas em prol da Reforma Agrária junto dos camponeses.

A JAC é uma boa expressão de setores específicos da Igreja que não apoiavam o golpe, e por isso, em consequência, foram também perseguidas pelos militares. Outro setor ainda importante de ser destacado no interior da Igreja Católica, são as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) que, criadas na década de 70, se caracterizam por grupos de cristãos (bispos, principalmente) que, inspirados na leitura comunitária da Bíblia, tinham como propósito atuar na realidade de suas vidas através da organização de diferentes formas de reivindicação, através de iniciativas de trabalho cooperado e a da criação de frentes populares que visam modificar estruturas sociais já consolidadas e, em grande maioria, opressoras. Todos esses setores (assim como o Movimento de Educação de Base - MEB, os núcleos de cultura ligados à educação popular de Paulo Freire, etc.), foram os antecedentes da criação da própria CPT. Assim como não compreendemos o MST sem o repertório histórico das lutas pela terra no Brasil, não compreenderíamos a CPT sem os seus antecedentes históricos.

Vai ser então, conforme discorre Poletto, no período de maior repressão do regime militar (com Médici no poder, de 1969 a 1974) que os setores da Igreja acima mencionados, passarão a desenvolver ações e estratégias contrárias ao regime e favoráveis as lutas dos movimentos sociais e populares. Nesse contexto, com a publicação do Ato Institucional Cinco (AI-5) e, portanto, de maior intensificação de repressão do regime militar, ganha destaque alguns movimentos realizados no interior da CNBB. A partir de 1973, alguns bispos passaram a publicar documentos contendo seus posicionamentos críticos frente a realidade brasileira, através de críticas profundas do sistema econômico nacional e das diferentes formas de violência promovidas pela ditadura, iluminados através de uma reflexão bíblica e teológica. Assim sendo, esses documentos acabaram expressando "compromissos públicos de setores da Igreja Católica em favor da construção popular de uma sociedade democrática que favorecesse a socialização dos bens, da cultura e do poder" (POLETTI, 2010, p. 143). É nesse contexto, portanto, que vai surgir, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que vai se conectar diretamente pelas lutas populares em torno da terra e do rural brasileiro.

Através de detalhados relatos da situação rural no Brasil, a CPT passou a apresentar análises críticas do processo de desenvolvimento no rural brasileiro (na mesma direção dos estudos que foram mencionados ao longo desse texto), através de denúncias das violências e do desrespeito aos direitos dos camponeses e camponesas. Além disso, a CPT contribuiu em evidenciar o debate sobre o solo (terra) enquanto um bem que deveria ser colocado a serviço da vida e saúde de toda população brasileira. É dessa forma que, em 1980, ancorada pela CPT, a CNBB irá colocar a questão da terra como tema central de sua Assembleia Geral. A partir daí, muito se avançou na definição de que a Igreja Católica defendia também, em alguns setores

específicos, os direitos de propriedade e permanência na terra. Disso então, é que surgirão análises sobre a terra enquanto uma "terra de trabalho", em contraposição a "terra de negócio/exploração" que se tinha na época, favorecendo uma compreensão da terra enquanto local legítimo que deve garantir boas condições de vida e de trabalho aos trabalhadores rurais brasileiros. A crítica à "terra de negócio", então, era de que essa terra não se destinava a fins sociais, mas sim a fins exclusivamente de especulação e/ou exploração que beneficiava poucas pessoas. Será aqui, portanto, a gênese do debate sobre a função social da terra, que mais tarde vai ser incorporada e melhor discutida na própria Constituição Federal de 1988.

De forma concreta, então, e ainda de acordo com Poletto, será através do Encontro da Pastoral da Amazônia Legal, realizado em 1975 em Goiânia, que vai surgir oficialmente a CPT. Ela nasceu, portanto, com o propósito de ajudar a Igreja a ter uma presença mais evangélica e acolhedora na realidade concreta dos povos da Amazônia, e acabou, assim, auxiliando para que os próprios povos se organizassem e se animassem para lutar em prol de seus direitos contra a opressão dos grandes grupos econômicos. Assim, da forma que foi se estruturando, a CPT acabou assumindo posteriormente outros rumos geográficos e nacionais, através da ideia de que, "no interior da Igreja a CPT devia articular, assessorar e dinamizar os que realizavam trabalhos em favor dos camponeses e, mais amplamente, devia provocar as igrejas locais a assumirem organicamente a causa dos direitos dos camponeses e seu planejamento pastoral" (POLETTTO, 2010, p. 147). Com essas ideias em curso, em 1979, a CPT já havia regionais em quase todos os estados do Brasil, e estava presente em quase toda luta por acesso e permanência na terra no rural brasileiro.

Ao longo de seus mais de 40 anos, a CPT, desde o início, acabou atuando de forma significativa no engajamento das lutas em prol da Reforma Agrária e em favor dos trabalhadores rurais brasileiros. Assim, a CPT acabou atuando com os povos da Amazônia em lutas a favor de suas florestas e contra o desmatamento; atuou também sobre os conflitos dos grandes rios e privatizações da água em Manaus; atuou também com pescadores ribeirinhos; camponeses sem terra; assim como atuou fortemente contra grandes empresas exploradoras (de trabalho e da própria natureza) e agropecuárias; etc. Além disso, a CPT "sempre afirmou não ser um movimento nem desejar substituir as organizações dos trabalhadores e das trabalhadoras" (POLETTTO, 2010, p. 153), e por isso mesmo, com sua forte atuação em quase todo território nacional, ajudou a construir e consolidar movimentos dos mais variados possíveis, como por exemplo o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), assim como o próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que discorreremos a seguir.

Será, portanto, no período da redemocratização do Brasil (década de 1980) que, inúmeras eram as reivindicações que acabaram por culminar no surgimento dos assentamentos rurais da reforma agrária, marcados pela emergência de um "novo" rural. Trata-se de uma ruralidade marcada por processos de recampanização do rural por atores distintos, muitos ex-camponeses ou com descendência genealógica camponesa, que reassumem a condição camponesa de se viver. Se trata de uma (re)produção da vida cuja memória resgatada estabelece formas de organização social espelhadas nas comunidades camponesas, constituindo identidades e dando sentido as ações desses sujeitos (BRANDENBURG, 2018). Brandenburg ainda destaca que são novas configurações que possuem um caráter heterogêneo de organização da vida individual e coletiva, ressignificando, por exemplo, processos e circuitos de comercialização, criando redes curtas de circulação de produtos e formando novas identidades de mercados regionais. Dentre as dimensões desse novo rural, a política se torna elemento chave para elaboração de estratégias de resistência, sobrevivência e reprodução da condição camponesa de se viver. Além disso, a dimensão ecológica - aliada diretamente à dimensão política - também é fenômeno inovador nesse novo rural, que é marcado pela atuação de novos atores que requalificam relações sociais e transformam suas lutas em reivindicações legítimas de suas distintas maneiras de organização da vida individual e coletiva. Desses novos atores, se destaca a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como um dos mais expressivos representantes desse novo rural no país.

O MST irá surgir - como já dito diversas vezes -, portanto, no contexto de decomposição do regime militar e de redemocratização do Brasil. Sua história, assim como ficou claro, não começa a ser contada apenas no ano oficial de sua formação (1984), mas remonta toda a história do Brasil, bem como das lutas recentes por terra e melhores condições de vida e trabalho no rural brasileiro. Significa o surgimento de novos espaços de recriação e reprodução da luta pela terra mediante a formação de um "novo camponês", tendo em seus processos de organização social e territorialização como permanentes da história do Movimento. A luta pela terra promovida pelo MST possui um fator territorial muito importante para a história brasileira das lutas camponesas, visto que "a conquista de um latifúndio e sua transformação em assentamento rural promove mudanças na estrutura fundiária" (FERNANDES, 2010, p. 173-174). Disso se conclui que o acesso à terra é condição essencial para o campesinato, pois é nessa terra conquistada que os camponeses irão assegurar seus meios de existência, suas construções de identidades e reprodução de seu trabalho de caráter familiar. A territorialização do MST por meio da ocupação de terras é então, como relata Fernandes, uma forma de enfrentamento, de resistência e de recriação do campesinato brasileiro.

De acordo ainda com Fernandes, pode-se categorizar a formação e desenvolvimento do MST em quatro diferentes momentos: i) sua gestação (1979-1984); ii) sua consolidação (1985-1989); iii) sua institucionalização (1990 até o presente) e iv) sua mundialização (1996 até o presente). O período de gestação é o momento que precede a fundação oficial do Movimento (ocorrida na cidade de Cascavel-PR no dia 22 de janeiro de 1984). Esse período é marcado pelas lutas de trabalhadores urbanos e camponeses que passaram a ficar mais intensas a partir da década de 1970 em prol da reconstrução da democracia no país e pela reconquista de direitos. Esse período é marcado pela recolocação da Reforma Agrária na agenda pública, e irá culminar em ocupações de terras a partir do ano de 1979 nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. O embrião do Movimento irá nascer então dessas primeiras ocupações que irão passo a passo se expandir para outras regiões do país.

O segundo momento, denominado por Fernandes de consolidação, refere-se a expansão do MST por todos os estados do Brasil, e a consolidação de suas estruturas organizativas e de sua identidade e alianças políticas. Esse momento é marcado pela redemocratização do país, e principalmente pelas disputas políticas em torno da criação da nova Constituição (1988), marcadas pela pressão da bancada ruralista (composta por diversos representantes do agronegócio) para impedir a execução das políticas sobre a Reforma Agrária. É um momento então de forte expansão de suas lutas, mas também de conflitos e contradições que impõem ao Movimento ainda mais a necessidade de articulação e alianças políticas. Já o terceiro momento, o da institucionalização, é marcado pelo investimento que o MST realizou em seus processos de organização interna, visto que foi momento também de fortes refluxos em decorrência das políticas austeras propagadas pelo Presidente Collor (1990-1992), e depois pelo segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). Por fim, o quarto momento, o da mundialização relatada por Fernandes, é o momento de ampliação internacional da luta do Movimento. Em 1996 o MST se filia a Via Campesina, que é uma articulação de movimentos camponeses criada em 1992 que inclui diversas organizações camponesas de diferentes regiões do planeta, e assim amplia sua luta para a dimensão global referente aos conflitos agrários.

Se constitui então que a luta camponesa promovida pelo MST é indissociável de sua organização social, que se estrutura por meio de comissões, núcleos ou setores que se encarregam da alimentação das pessoas, da saúde, da educação (principalmente de jovens e crianças), assim como também a promoção de processos de negociação política, divulgação e animação de suas lutas. Disso se elaboram três principais instâncias organizativas do Movimento: a primeira são as instâncias de representação, a segunda os setores de atividades e a terceira as organizações com registros públicos (FERNANDES, 2000; 2010). Além das

ocupações de terra, o MST também pratica ações de marchas, ocupações de prédios públicos, greves de fome, passeatas e manifestações públicas, etc.

A mobilização pela terra é uma luta heterogênea promovida pelo MST, que, nas palavras de Fernandes (2010, p. 180), se "constitui na práxis". A práxis, portanto, começa pelos seus trabalhos de base, na socialização políticas de seus integrantes. Além disso, a estrutura de organização adotada pelo Movimento é múltipla, plural e híbrida, se destacando como o movimento social mais bem organizado da América Latina (FERNANDES, 2010). Tendo como um de seus princípios fundamentais que marcam expressivamente sua identidade social e política, a luta contra a dominação do capital é fator chave para o MST, ou seja, seus integrantes batalham por construir novas experiências que permitam superar as relações sociais isoladas do trabalho familiar camponês, sem reproduzir as relações capitalistas de dominação e subordinação. A busca pela condição camponesa de se viver e de tudo que ela representa é então a principal bandeira de luta social e política que o MST irá promover, além de ser a principal ferramenta de sua articulação política, da (re)criação de suas identidades e de sua luta cotidiana. As estruturas organizativas da vida camponesa são então os princípios norteadores de construção de um mundo marcado pela não violência, não subordinação e principalmente pela emancipação e autonomia de povos historicamente oprimidos. Contudo, apesar das lutas do MST começarem nas mobilizações em prol da conquista de uma terra, suas reivindicações não param por aí. Na verdade, esse é só o começo de suas lutas, e não o fim delas.

De acordo com Carter e Carvalho (2010), assim como outros pesquisadores já mencionados anteriormente, as políticas de Reforma Agrária no Brasil historicamente foram de caráter conservador. Houveram políticas e mudanças, mas tímidas no que tocam a mudanças significativas na estrutura agrária/fundiária brasileira. Além disso, mesmo ocorrendo certas políticas, o Estado brasileiro quase sempre ofereceu escasso apoio aos Assentamentos da Reforma Agrária criados a partir da década de 80. Dessa maneira, o MST foi percebendo a necessidade de desenvolver estratégias para a luta e principalmente a manutenção das famílias na terra. É daí que surgem, por exemplo, os centros educativos, cooperativas e diversos programas voltados para a formação política e qualificação técnica de seus membros (CARTER e CARVALHO, 2010). É por isso uma luta "na" terra, para além do exclusivo acesso a ela.

O MST, conforme discorrem os autores aqui mencionados, é um movimento que luta em prol de uma Reforma Agrária progressista, ou seja, uma reforma que ajude a extinguir o latifúndio, limitando o tamanho da propriedade rural; que ajude na democratização do acesso e permanência na terra; que auxilie a romper o oligopólio das grandes empresas multinacionais (leia-se, agronegócio); e que diminua drasticamente os índices de desigualdade social no país.

Contudo, Carter e Carvalho salientam: uma Reforma Agrária progressista requer um Estado forte, alinhado as causas e demandas dos movimentos populares, no intuito de promover políticas que vão de encontro ao benefício de tais movimentos, e não contrários a eles, como tem ocorrido na história do Brasil, da colonização até os dias atuais. É por isso que, entre os pesquisadores do rural brasileiro, e principalmente da realidade agrária do país, "há um amplo consenso de que sem luta social não haveria distribuição de terras no Brasil" (CARTER e CARVALHO, 2010, p. 291). Porém, se destaca que, ainda contando com forte pressão dos movimentos sociais em prol de políticas de Reforma Agrária, os processos de implementação de um Assentamento no país são, na grande maioria, muito burocráticos e podem levar anos para serem concluídos.

Além da alta burocratização para implementação de Assentamentos, ficou evidente ao longo da história do Brasil que, mesmo contando com a pressão social, os processos de implementação de um assentamento foram, na grande maioria, palcos de constantes violações de direitos humanos dos camponeses. Principalmente desde a Ditadura Militar, foram constantes atos de assassinatos, ameaças de morte, torturas e agressões físicas daqueles camponeses que se mobilizavam pela reforma agrária no país<sup>13</sup>. Além disso, observou-se também que foi costume o Estado brasileiro implementar assentamentos em lugares mais "fáceis", ou seja, lugares que poderiam evitar conflitos mais graves com grandes proprietários de terras e latifundiários. E por fim evidencia-se também que, ao implementar um Assentamento, foi costume observar escasso apoio do Estado a esses Assentamentos, havendo uma omissão do Estado em destinar créditos e recursos para a habitação, educação, saúde, eletricidade e saneamento, equipamentos e máquinas agrícolas, etc. (*Idem*).

Além desses fatores externos ao MST e aos Assentamentos, destacam-se também fatores internos que tornam a luta pela Reforma Agrária um fenômeno de alta complexidade para a realidade brasileira. Isso porque, seria um grande engano acharmos que os Assentamentos e o próprio MST são homogêneos, mas sim é bem o contrário disso: o Movimento conta com a participação de diversas pessoas que são afetadas (e afetam) diferentes fatores como os sociais, culturais, econômicos, ambientais, políticos, etc., tornando a luta pela Reforma Agrária e a realidade própria do Movimento algo dinâmico que conta também com

---

<sup>13</sup> Para maiores detalhes dos números de violências no rural brasileiro, e sobre os conflitos no campo de forma geral, a CPT divulga anualmente (desde 1985) um relatório de conflitos no campo no Brasil, onde contém uma série de estudos e dados referentes a diversos temas no interior dos conflitos encontrados em todo território nacional, no que diz respeito as violações de direitos básicos de vida e de trabalho que historicamente as populações do campo vem sofrendo no Brasil. Para acesso a todos os relatórios divulgados pela CPT, conferir o site oficial: [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br), ou ainda o último relatório divulgado: CPT (2021).

fatores regionais e espaciais, além das diferenças socioculturais das famílias assentadas. Com isso posto, apesar da omissão do Estado (dificuldades externas) e a complexidade de organização dos Assentamentos devido a diversidade de seus integrantes (dificuldades internas), o MST tem desenvolvido interessantes estratégias no que diz respeito não só ao desenvolvimento dos Assentamentos propriamente ditos, mas também estratégias que conseguem contribuir para se pensar e aplicar projetos de desenvolvimento no rural brasileiro como um todo.

Ainda de acordo com Carter e Carvalho (2010), dentre algumas ações e estratégias desenvolvidas pelo MST ao longo dos anos que tem possibilitado uma luta pela Reforma Agrária com maior eficácia frente ao contexto brasileiro, se destacam: o MST tem desenvolvido uma grande habilidade de mobilização social em prol das lutas pela Reforma Agrária no Brasil; o MST tem desenvolvido grandes articulações de redes, de outros movimentos sociais e de grupos coletivos; o Movimento tem mostrado alta criatividade estratégica em prol de suas lutas e demandas; tem também diversificado a busca de apoios financeiros e com isso aumentado as possibilidades de maiores autonomias (principalmente em relação ao Estado); o MST tem demonstrado uma forte capacidade de construir alianças e parcerias políticas; além disso o Movimento tem realizado, e sempre buscou realizar, um grande investimento na formação de seus próprios integrantes; e por fim se destaca que o MST tem tomado grande cuidado com a dimensão subjetiva da luta social, através da promoção de místicas, ritos e símbolos que animam e cativam seus participantes.

Então, o processo que resume a luta pela Reforma Agrária é o processo não só da luta pela terra, mas principalmente também depois da conquista, ou seja, a luta "na" terra. Assim, "em vez de ser um ponto final das lutas, os projetos de assentamentos se constituíram num ponto de partida de novas demandas" (CARTER e CARVALHO, 2010, p. 302). Assim sendo, principalmente com o forte distanciamento do Estado brasileiro em prol das lutas por Reforma Agrária, o MST tem elaborado diversas iniciativas para cobrar o apoio efetivo do Estado e das políticas públicas<sup>14</sup>. Essa situação, então, tem desencadeado (desde a década de 80 até hoje) uma cada vez maior atividade operativa e estratégica do Movimento. Assim, a luta por Reforma

---

<sup>14</sup> Marcelo Carvalho Rosa (2010) discorre sobre uma "forma movimento" que o MST, desde suas origens, tem adotado como principal estratégia para conseguir um diálogo efetivo com o Estado brasileiro a fins de conseguir colocar em pauta diversas de suas demandas. Assim, o MST tem assumido essa "forma movimento" como sua principal característica das lutas pela Reforma Agrária, ganhando destaque no contexto brasileiro. Nessa mesma direção, Lygia Maria Sigaud (2010) vai discorrer sobre a "lona preta" utilizada pelo MST nos movimentos de ocupações de terra, enquanto instrumento legítimo em prol das lutas pela reforma agrária. A lona preta enquanto representação objetiva e simbólica da "forma movimento" do MST se organizar em favor e em benefício das conquistas e permanências na terra no Brasil.

Agrária que o MST tem protagonizado tem ganhado significado cada vez mais amplo, indo além da "simples" posse da terra. Novas demandas passam a ser incorporadas, como por exemplo demandas sobre questões de gênero, sobre ecologia, direitos humanos, saúde, educação, diversidade cultural, soberania alimentar, etc. Assim, uma das inovações mais importantes (que aqui se tornou o foco de análise dessa pesquisa em particular), é a questão ecológica que tem sido incorporada nas lutas do MST.

Diversos autores tem desenvolvido estudos desse fenômeno da ecologização do rural brasileiro, em especial a ecologização protagonizada pelo MST no estado do Paraná (NEGRI, 2005; GONÇALVES, 2008; BORSATTO, 2007; VALADÃO, 2012). Esses estudos mencionados tem evidenciado que, a partir do início do século XXI, o Movimento tem desenvolvido com maior potência diversas estratégias em prol da ecologização de suas práticas. Através da Agroecologia, o MST tem desenvolvido e participado de diversas ações que tem contribuído para mudanças significativas nas estruturas dos Assentamentos e Acampamentos, bem como mudanças também significativas no que diz respeito a relação do MST com a sociedade englobante. Isso quer dizer que, através da Agroecologia, novos circuitos de comercialização de alimentos têm se criado, e com isso renovado as relações entre campo-cidade, criando o que ficou conhecido como Redes Agroalimentares Alternativas.<sup>15</sup> A atuação do MST através da Agroecologia tem contribuído não só para mudanças significativas no plano da atividade agrícola propriamente dita, mas também tem proporcionado novas relações sociais, políticas, culturais e econômicas que tem com a natureza (ecologia) suas principais manifestações.

Conforme apontam os autores citados acima, a Agroecologia passou a ser uma bandeira de luta protagonizada pelo MST a partir do IV Congresso Nacional que o MST promoveu no ano de 2000 em Brasília. Nesse Congresso, o MST passou a incorporar em seu cotidiano de luta diversas preocupações no que diz respeito à questões ambientais decorrentes do desenvolvimento da atual agricultura moderna (convencional/industrial), promovendo críticas

---

<sup>15</sup> As Redes Agroalimentares Alternativas, de acordo com Goodman (2017), são novas redes catalisadoras de um desenvolvimento rural alternativo, que oferecem oportunidades mais diversificadas de sobrevivência e subsistência agrícola para os camponeses e agricultores familiares, prometendo certos "alívios" em relação a forte pressão do mercado e da agricultura industrial. Por isso mesmo, se estabelecem enquanto resistência frente a essas pressões, traçando identidades culturais e promovendo reflexões e ações dos sujeitos envolvidos nessas redes. São movimentos que pretendem reparar danos sociais e ecológicos provocados pela agricultura moderna e industrial, principalmente no que diz respeito à desigual distribuição de alimentos pelo mundo que levam a constantes crises de insegurança alimentar em diferentes nações. De acordo com Darolt et al (2016), as redes agroalimentares alternativas privilegiam os circuitos curtos de comercialização de alimentos, como as feiras de produtores; entrega de cestas; pequenas lojas ligadas aos produtores; venda na própria propriedade; assim como também as vendas institucionais (como por exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE).

contundentes ao modelo coordenado pelas políticas do agronegócio e, conseqüentemente, propondo novas alternativas de desenvolvimento da agricultura que respeite o meio ambiente e os recursos naturais e esteja alinhada com o desenvolvimento sustentável dos modelos agroalimentares. Assim, se destaca o Estado do Paraná como um dos pioneiros no desenvolvimento da proposta agroecológica no interior dos assentamentos e acampamentos rurais da Reforma Agrária (VALADÃO, 2012). Adriano Valadão (2012), ao estudar o desenvolvimento da Agroecologia no Assentamento Contestado, localizado no município de Lapa – PR, e Ricardo Serra Borsatto (2007) quando pesquisou o desenvolvimento da proposta agroecológica em projetos de desenvolvimento sustentável no litoral paranaense, com ênfase no Assentamento José Lutzemberger, localizado em Antonina – PR, deram destaque para as novidades que a proposta agroecológica trouxe para o cotidiano das famílias de agricultores e agricultoras nas regiões pesquisadas, principalmente no que diz respeito a, primeiro, formulação de novas propostas de produção e reprodução da vida e do trabalho no interior dos assentamentos em questão, e, segundo, críticas importantes em relação ao atual paradigma de desenvolvimento no rural brasileiro ancorado nas políticas do agronegócio e dos modelos agroalimentares de base industrial/moderna.

Apesar também de existirem diversas dificuldades do MST em implementar a Agroecologia nos Assentamentos, como bem sistematizou Paulo Sérgio Negri (2005) ao estudar a proposta agroecológica desenvolvida no Assentamento Dorcelina Folador, localizado no município de Arapongas – PR, como por exemplo a já mencionada falta de apoio do Estado; a heterogeneidade e divergências entre os próprios integrantes; complexidade sociocultural dos Assentamentos; falta de estruturas formativas sobre agroecologia para os membros do Movimento; etc., os autores acima mencionados conseguiram sistematizar experiências no estado do Paraná que tem conseguido driblar as adversidades e, assim, construir a Agroecologia nos Assentamentos/Acampamentos com resultados e benefícios surpreendentes para os seus integrantes. Dessa maneira, a ecologização do Movimento tem possibilitado não apenas mudanças significativas no plano das práticas agrícolas e da produção de alimentos que seus integrantes realizam, mas tem criado novos caminhos de lutas e estratégias ambientais que tem possibilitado ao MST – e também aos sindicatos rurais - a ocupar um lugar central nas lutas dos movimentos sociais/ambientais e populares no Brasil de hoje (PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2013).

## 2.5 Um rural em ecologização: a Agroecologia enquanto outro (e alternativo) modelo agroalimentar

Do movimento de (re)construção de um novo rural marcado pelas ruralidades e formas heterogêneas de expressões de vidas individuais e coletivas, que encontram na condição camponesa uma maneira legítima de expressão frente aos modelos de modernização e industrialização agrícolas, irá emergir também um movimento do rural que se caracteriza por sua "ecologização". Esse rural ecológico em emergência surge em decorrência de movimentos alternativos avessos à industrialização da agricultura, que passaram a se organizar tendo como pano de fundo as lutas sociais presentes a partir da década de 1970, e foi se constituindo enquanto um "movimento protagonizado por novos atores, na medida em que estes se estabelecem como personagens que restabelecem as relações com a natureza e constroem formas renovadas de relações sociais" (BRANDENBURG, 2018, p. 216).

De acordo com Brandenburg, nesse contexto das agriculturas ecológicas o camponês e agricultor familiar são colocados como protagonistas na construção de alternativas que se contrapõem ao modelo da racionalidade econômica/instrumental do sistema capitalista, criando assim novas culturas de reflexões/ações que irão se dissipar a outras esferas sociais e que possibilitarão novas construções eminentemente políticas e ecológicas relacionadas aos processos agroalimentares de produção, distribuição e consumo de alimentos. É nesse contexto que irá emergir, então, a Agroecologia enquanto uma alternativa para construção de modelos de agriculturas pautados sob a égide da sustentabilidade, reconfigurando os processos agroalimentares de produção, distribuição e consumo de alimentos e requalificando relações sociais, ambientais, políticas e econômicas advindas desses processos. Assim, tem como prioridade a construção de um novo rural que, sob o protagonismo do camponês e agricultor familiar, se pautará na construção de novos processos e saberes produtivos advindos de uma racionalidade ambiental emergente (LEFF, 2015).

Segundo alguns autores que promoveram a Agroecologia para dentro das discussões no interior da academia (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2000; SEVILLA-GUZMANN, 2006), a Agroecologia, portanto, irá se constituir enquanto um campo de conhecimento que, ao se opor aos modelos industriais de agricultura, vai propor elaborar e aplicar conceitos e princípios ecológicos para o desenho e desenvolvimento de agroecossistemas<sup>16</sup> sustentáveis, ou seja, é um

---

<sup>16</sup> Agroecossistema pode ser considerado como o mesmo que sistema de produção, unidade de produção ou até sistema agrícola. Compreende também um conjunto de ações que um agricultor pode realizar em sua propriedade de trabalho, considerando ter um sistema de gestão próprio. Em resumo, compreende relações entre plantas e animais que interagem num ambiente físico e químico que foi modificado pela ação humana para produção de

campo de conhecimento que procura disponibilizar alguns princípios ecológicos básicos, que são "sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis" (ALTIERI, 2012, p. 105), extrapolando, ao mesmo tempo, uma visão unidimensional dos agroecossistemas, considerando as interações entre seus componentes e a dinâmica complexa entre os processos ecológicos e sociais mais amplos, levando em consideração seu impacto não só em diferentes localidades, como também nas sociedades globais de uma forma geral. É, dessa maneira, um estudo holístico que, a começar pelo agroecossistema, abrange toda uma gama de elementos ambientais e humanos.

Em sua gênese, a Agroecologia – enquanto prática científica para dentro das ações e práticas agrônômicas de desenvolvimento de modelos agroalimentares - nasceu tendo como principal objetivo a ideia de manejar diferentes agroecossistemas para torná-los mais sustentáveis e ao mesmo tempo conseguindo manter, ou aumentar, a produção de alimentos que contribuam em reduzir impactos ambientais e sociais negativos (resposta direta e imediata as incongruências e contradições originadas pela industrialização da agricultura). Contudo, ainda se destaca que, historicamente, a Agroecologia acabou se desenvolvendo e consolidando em três principais momentos: primeiro como desenvolvimento de uma teoria crítica que irá fornecer conceitos e metodologias para o desenvolvimento de agriculturas sustentáveis (Agroecologia enquanto ciência para dentro dos estudos acadêmicos); depois como uma prática social em coerência com as teorias; e por fim enquanto um movimento social, com a mobilização de diferentes atores e segmentos sociais em prol das lutas por justiça social e ambiental.

No que diz respeito a Agroecologia enquanto um movimento social, ela ultrapassa o exclusivo desenvolvimento de práticas agrícolas em prol da produção de alimentos. Evidentemente que a prática agrícola agroecológica está presente na proposta de Agroecologia pautada pelos movimentos sociais, mas está muito além desse único propósito. A Agroecologia que hoje encontramos enquanto luta e bandeira política de movimentos sociais, está mais próxima de uma ideia de ideologia de vida do que de ações e práticas estritamente agrícolas de produção, distribuição e consumo de alimentos (como bem explicitado pela atuação do movimento de Mulheres no interior da Agroecologia, que pautam o protagonismo feminino e lutam contra os processos opressivos que as mulheres de forma geral vêm enfrentando ao longo da história). Nessa direção, a Agroecologia tem se traduzido a formas renovadas de produção e

---

alimentos, combustíveis, fibras e outros produtos que são utilizados para o consumo humano (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2000).

reprodução da vida (e do trabalho) no interior dos processos vividos por populações tradicionais e por movimentos sociais do campo e da cidade que procuram novas formas de viver em nosso planeta Terra, e com isso restabelecer uma conexão com a natureza e criar novos laços sociais no que diz respeito à construção de novos projetos e paradigmas de desenvolvimento social. Como bem expressa pela Carta Política (2018) elaborada no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em Belo Horizonte, em 2018, a Agroecologia que tem sido desenvolvida no interior dos movimentos sociais no Brasil, tem sido uma luta abrangente no que diz respeito a diversas pautas em torno dos temas da justiça social e ambiental em nosso país. Da Educação Popular a questões de Gênero, da Juventude no Campo ao cuidado com a Saúde, a Agroecologia dos movimentos sociais tem pautado firmes críticas ao atual paradigma de desenvolvimento social adotado pelos países mundiais, e em especial no Brasil. Disso, tem-se também a elaboração de contundentes propostas de renovações, no que diz respeito às novas formas de concebermos a produção e reprodução social de pessoas e coletivos que, a partir de também renovadas relações entre a humanidade e a natureza, traduzem novas formas de se viver em nosso mundo, com respeito e dignidade à natureza e aos próprios seres humanos, principalmente àqueles vítimas de processos de opressão.

Ainda se destaca que a Agroecologia surge também como fonte de conhecimento - científico e não-científico (tradicional) - que irá elaborar conceitos, metodologias, práticas e técnicas diversificadas para reproduzir ao máximo possível o que representa um ecossistema natural (ambiente onde se exhibe ciclagens eficientes de nutrientes e estruturas complexas com uma biodiversidade elevada). Seria então objetivo proporcionar ambientes equilibrados através de sinergismos entre os diferentes componentes de um sistema (plantas, animais, solo, água, clima, seres humanos, etc.), buscando a complementação entre esses componentes. Assim, a Agroecologia irá propor então "desenvolver uma agricultura que seja ambientalmente adequada, por um lado, e altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável, por outro" (ALTIERI, 2012, p. 43). Irá atuar, dessa forma, em seis principais multidimensões da sustentabilidade, de acordo com Caporal e Costabeber (2004): as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Através desses seis multidimensões compreende-se o "raio de ação" da Agroecologia enquanto um movimento de desenvolvimento de agriculturas sustentáveis que levam em consideração não apenas uma dessas dimensões, mas todas em conjunto em constante troca e diálogo entre si, formando-se então um processo holístico do qual se constitui a base de sua estruturação. A Agroecologia concebida enquanto um processo que atua em diferentes multidimensões, tal como proposto pelos autores acima, é uma Agroecologia que não permite, por exemplo, processos excludentes no interior de seu

desenvolvimento. Como exemplo, não seria Agroecologia se no interior do processo agroalimentar de produção agroecológica se está utilizando de trabalho escravo (ou análogo à escravidão), ou ainda mal remunerado e de más condições de trabalho (insalubridade, carga excessiva de trabalho, etc.). Isso quer dizer que, levando em consideração as seis multidimensões que Caporal e Costabeber relataram, não há um direcionamento único no interior da Agroecologia, que pensa, por exemplo, somente o processo produtivo de alimentos em consonância com a natureza e seus elementos. Tal como os movimentos sociais vem pautando, a Agroecologia expande fronteiras e atua em diversas frentes em prol da construção de uma nova sociedade, e consequentemente de novos processos produtivos, não somente os alimentares (apesar de ser por esses processos alimentares que a Agroecologia constrói suas bases de sustentação).

Ainda em sua gênese, importante frisar que está marcada fundamentalmente a dimensão política da Agroecologia enquanto ferramenta de reflexão e ação sobre problemas sociais latentes, como por exemplo a pobreza, insegurança alimentar e nutricional, impactos ambientais negativos, etc. Por isso, como princípio norteador irá adotar estratégias de ação de "baixo para cima" (ALTIERI, 2012), ou seja, partindo dos recursos ambientais e humanos já existentes das populações locais, de seus conhecimentos tradicionais, de suas formas de manejar os recursos naturais e de suas necessidades, aspirações e contextos. Assim, a Agroecologia irá se pautar, como ponto de partida, nos sistemas camponeses tradicionais desenvolvidos e/ou herdados ao longo dos séculos, tendo como justificativa que esses sistemas são complexos (ao contrário da simplificação/otimização que o modelo industrial propõe), além de serem adaptáveis as condições locais, onde contribuem para que esses camponeses manejem de forma sustentável ambientes - que podem ser dos mais adversos possíveis - e ainda consigam satisfazer suas necessidades sem depender de todo aparato externo que a agricultura de base industrial (moderna) depende.

Embora os princípios agroecológicos possam ter aplicabilidade universal, as bases tecnológicas por meio das quais esses princípios se tornam operacionalizáveis dependem, exclusivamente, das condições ambientais e socioeconômicas predominantes em dadas localidades. Além disso, importante salientar que os sistemas agrícolas camponeses de pequena escala "constituem um patrimônio ecológico para a humanidade e um recurso valioso para a sobrevivência planetária" (ALTIERI, 2012, p. 367). Por isso afirma Altieri que são as propriedades agrícolas diversificadas e sob manejo agroecológico do hemisfério Sul como a única forma viável de agricultura capaz de alimentar o mundo sob o cenário ecológico e econômico no qual estamos vivendo. Se constituiu, dessa forma, que a luta pela Agroecologia,

é uma luta em prol do camponês e do agricultor familiar, como protagonistas de construção de um novo desenvolvimento rural sustentável que nos possibilite vislumbrar um novo futuro possível.

O modelo industrial de agricultura gera uma constante degradação ambiental, assim como contribui com o aumento de problemas sociais como a desigualdade (e daí índices elevados de pobreza), a escassez de alimentos e até mesmo a fome em diferentes regiões do mundo. Esse modelo não tem conseguido dar conta de atender a demanda mundial de alimentos, e por isso não é mais possível concebê-lo enquanto viável. Daí a necessidade de se pensar um paradigma de desenvolvimento agrícola alternativo, que tem hoje na Agroecologia uma de suas principais expressões e que contribui em evidenciar a importância do camponês e agricultor familiar para se pensar projetos de desenvolvimento rural, que consigam eliminar as disparidades sociais e econômicas nas quais se encontram hoje essas populações rurais.

### **3 "OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR": SEGUINDO ATORES E MAPEANDO REDES DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO**

Era uma segunda feira de chuva e frio. O dia era 24 de agosto de 2015. Cerca de 230 famílias chegaram, por volta das 5 horas da manhã, na porteira da Fazenda Capão do Cipó, localizada no município de Castro – PR. Era um dia de luta pela terra, por melhores condições de vida e de trabalho. Era dia de ocupação e acampamento, que mesmo chuva ou frio não impediu que acontecesse. Era o início do Acampamento Maria Rosa do Contestado.

Celio conta que o pessoal começou a se concentrar em Curitiba desde o sábado (dia 23 de agosto de 2015). Passaram os dois dias (sábado e domingo) articulando os processos da ocupação. Mais e mais famílias iam chegando. Quando partiram para a Fazenda Capão do Cipó, na madrugada de segunda feira (dia 24), foram em mais de 20 carros e 1 ônibus escolar. Chegaram e cortaram imediatamente o cadeado da cerca da fazenda. Entraram no território e, conforme discorre Celio, logo os "piás" já começaram a organizar uma fogueira e o chimarrão. Pessoal passou a estudar o terreno, e na sequência foram erguendo os "barracos". Eram em torno de 230 famílias num total, sendo que em média 150 dessas vieram de outros Acampamentos/Assentamentos dar uma força para o processo de ocupação inicial.<sup>17</sup>

De acordo com as lideranças do acampamento, esse processo de ocupação já estava sendo planejado a cerca de 8 meses antes do dia 24 de agosto de 2015, devido aos processos judiciais em curso e as problemáticas que o território em questão vinha enfrentando no que diz respeito a sua situação irregular. Assim, a proposta de ocupação vinha seguindo os planos traçados pelo MST, em especial o Movimento no Estado do Paraná, de ocupar territórios e desenvolver imediatamente projetos de produção de alimentos, mas não qualquer produção e alimento: a proposta era, desde o início do planejamento, ocupar a Fazenda Capão do Cipó e desenvolver lá um projeto agroecológico de produção e reprodução da vida social. E assim foi, e tem sido. Isso porque, conforme já discorreremos anteriormente principalmente no capítulo 2, desde o ano de 2000, a Agroecologia vem se tornando uma das principais bandeiras de luta do

---

<sup>17</sup> A ideia de reunir o máximo de pessoas/famílias possíveis para uma ocupação de terras é uma das principais ferramentas de luta que o MST vem desenvolvendo ao longo dos anos. Quanto mais famílias envolvidas no processo de ocupação, maior é a força de resistência e a possibilidade de permanecerem no local acampados enquanto os processos de negociação com o Estado se desenvolvem. Dessa forma, um maior número de pessoas envolvidas no processo tende a evitar despejos e ações violentas por parte do Estado e suas instituições (polícia, exército, etc.). De acordo com as próprias lideranças do Movimento, a mobilização de famílias para as ocupações é fenômeno correspondente a práxis de ocupação de terra do MST, isto é, uma quantidade relativamente grande de famílias se mobiliza em torno de novos acampamentos, e depois que as negociações começam a caminhar, retornam para seus acampamentos/assentamentos de origem.

Movimento e a principal proposta de estruturação dos Acampamentos e Assentamentos espalhados pelo Brasil. Em especial no estado do Paraná, diversas são as experiências que, ao longo deste século XXI, vem desenvolvendo a Agroecologia no interior de Acampamentos/Assentamentos da Reforma Agrária (VALADÃO, 2012; NEGRI, 2005; GONÇALVES, 2008; BORSATTO, 2007).

O primeiro dia de uma ocupação de terras costuma ser muito tenso. Há uma incerteza do que vai acontecer, e quais serão as medidas tomadas pelo Estado em relação as famílias que estão no processo de ocupação. Historicamente, ocupações de terra no Brasil tendem a ser processos violentos, de conflitos com o Estado, fazendeiros e grandes proprietários de terras, e não costumam ser pacíficos e de fácil resolução. Já desde o período colonial, o Brasil enfrenta historicamente processos conflituosos em torno do acesso e permanência na terra (FERNANDES, 2000; CARTER, 2010), e na fazenda Capão do Cipó não foi diferente. Conforme discorrem as lideranças do Acampamento, o primeiro dia de ocupação estava, de fato, muito tenso. A polícia rapidamente chegou ao local, e nem mesmo um padre - que foi ao acampamento prestar solidariedade para o pessoal - pôde entrar. Contudo, para alívio das famílias, as 10 horas da manhã já haviam pronunciamentos de certas autoridades acerca do processo de ocupação, e uma audiência rapidamente passou a ser agendada com o pessoal. Conforme nos contou Celio, o MST, via INCRA, estava a praticamente 2 anos tentando negociação com o Estado acerca da área em questão, mas nada era feito. Foi, portanto, fruto da ocupação do dia 24, que as coisas começaram a caminhar mais rapidamente. Assim como o número de pessoas/famílias numa ocupação acontece também por estratégia política de negociação, a própria ocupação de terras tem sido a principal ferramenta dos movimentos sociais do campo para reivindicar Reforma Agrária frente ao Estado brasileiro (MEDEIROS, 1989; CARTER, 2010). Não fossem as ocupações, pouco se teria feito, no Brasil, em relação a políticas de Reforma Agrária (FERNANDES, 2000). O Maria Rosa, portanto, é mais uma dessas experiências de ocupação desenvolvidas pelo MST em prol da Reforma Agrária. A luta não cessou em 2015, e continua em curso. Como forma de mobilização, tem-se entendido que é necessário constantemente "Lutar, construir a Reforma Agrária Popular".<sup>18</sup> Esse é o grito que temos ouvido pelo MST, e no Maria Rosa em particular.

---

<sup>18</sup> "Lutar, construir a Reforma Agrária Popular", é hoje a principal palavra de ordem do MST. No ano de 2013 (MST, 2013), o Movimento lançou uma cartilha contendo seu atual Programa Agrário de desenvolvimento da Reforma Agrária Popular, e a partir deste documento, a palavra de ordem referida tem sido o principal movimento do MST em prol do acesso e permanência na terra, e consequentemente melhores condições de vida e de trabalho para população camponesa sem-terra. O próprio termo "popular" em Reforma Agrária Popular denota novos direcionamentos e entendimentos que o MST tem desenvolvido acerca das políticas de Reforma Agrária no Brasil, ganhando ainda maiores dimensões no contexto atual em que o INCRA, principal órgão realizador das políticas



O município de Castro está localizado na região dos Campos Gerais no estado do Paraná, a cerca de 160 km da capital, Curitiba. O município tem aproximadamente 72.125 mil habitantes, estimativa levantada pelo IBGE segundos os dados do último censo (2010) no qual constavam 67.084 habitantes (IBGE, 2021). Castro, assim como muitos municípios do Brasil, possui grande concentração de terras em domínio de grandes empresas e cooperativas agrícolas, e dispõe de altos índices de desigualdade social, sendo que 1/3 de sua população é vulnerável a pobreza, e 4% são extremamente pobres (IPARDES, 2021). O município teve fortes influências de políticas de imigração, que marcam a história de desenvolvimento da cidade até hoje. Exemplo mais forte disso é a imigração holandesa em meados do século passado, que revolucionou o meio agrário do município. Ao chegarem, os holandeses fundam a colônia de Carambeí e a Cooperativa Castrolanda, cooperativa que vai se tornar forte produtora de leite na região, e junto com outras, permitiram que Castro recebesse atualmente o título de "capital nacional do leite", sendo um dos maiores produtores de leite de todo Brasil (G1, 2021). Fora a pecuária famosa, a agricultura moderna (por meio do agronegócio), é bem expressiva na região, produzindo diversos alimentos "commodities", tais como soja e milho. Exemplo claro desse tipo de agricultura e de sua expressividade na região, estão representados nas Figuras 2 e 3, que são retratos dos arredores do acampamento Maria Rosa, que eu próprio constatei e registrei no caminho para o acampamento, na estrada do maracanã: praticamente toda estrada (cerca de 9 km), é rodeado de grandes monocultivos como esses representados pelas fotos a seguir (Figuras 2 e 3).

FIGURAS 2 E 3 – AGRONEGÓCIO E MONOCULTIVOS EM CASTRO, NA ESTRADA DO MARACANÃ

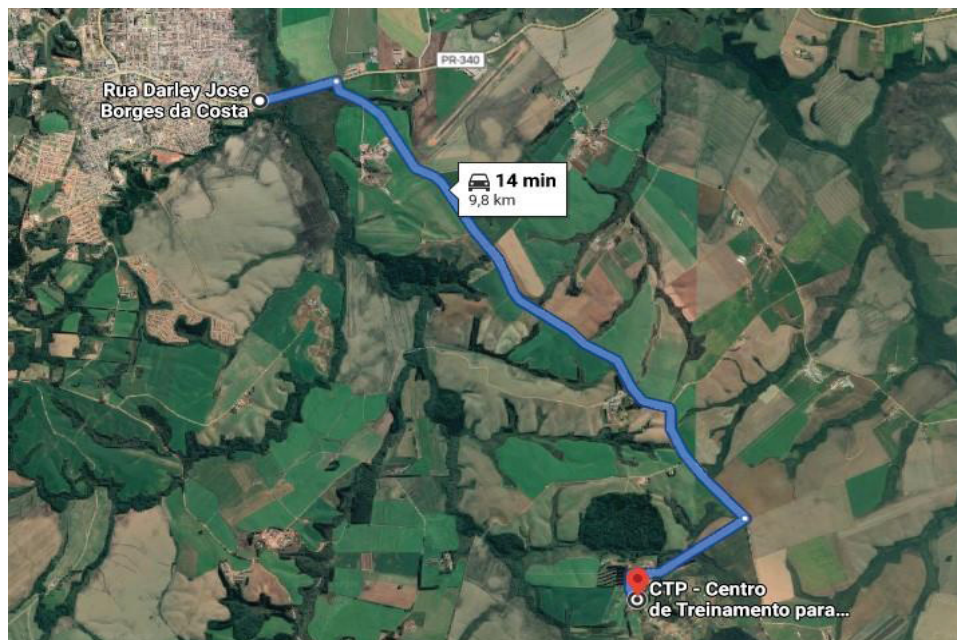




FONTE: O autor (2021)

O imóvel está localizado a uma distância de aproximadamente 10 km do núcleo urbano do município de Castro, de acordo com a lei municipal nº 63/2017, lei de perímetro urbano de Castro (CASTRO, 2021), conforme vemos na Figura 4 abaixo, e é considerado um imóvel rural, de acordo com o disposto no Estatuto da Terra, Lei Federal n. 4.504/1964 (BRASIL, 2021). O acesso ao imóvel se dá pela Rodovia PR-340 e estrada de chão (estrada do maracanã). Trata-se de um local que é um bem público, de propriedade da União.

FIGURA 4 – DISTÂNCIA DA FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ E MUNICÍPIO DE CASTRO



FONTE: foto retirada do Google Earth

De acordo com informações privilegiadas que pude recolher junto a equipe jurídica que tem acompanhado todo o processo em torno do Acampamento Maria Rosa, essa área da Fazenda Capão do Cipó foi cedida, em 1971, gratuitamente e formalmente pelo Ministério da Agricultura à Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. Em 1991 houve nova cessão pelo prazo de 10 anos, como está bem demonstrada pela matrícula do imóvel (Figura 1). Posteriormente, o imóvel foi transferido de forma irregular pela Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda à Fundação ABC (que engloba as Cooperativas Castrolanda, Batavo e Capal – Arapoti e ainda o Centro de Treinamento Pecuário – CTP). Tais instituições, ligadas a Fundação ABC, passaram a manter a posse injusta do bem, uma vez que permaneceram desenvolvendo suas atividades na área sem qualquer pagamento ou autorização legal. Dentre as atividades desenvolvidas no local, a Fundação ABC vinha realizando e promovendo soluções tecnológicas para o agronegócio (FUNDAÇÃO ABC, 2021), através de diversas experiências agrícolas de criação e desenvolvimento de tecnologias, tais como, por exemplo, a produção de adubos, agrotóxicos, sementes transgênicas, etc.

No ano de 2004, ao constatar a situação de posse irregular da terra pela Fundação ABC, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), junto da Advocacia Geral da União (AGU), ajuizaram ação de reintegração de posse do imóvel, que só no ano de 2013 obteve sentença favorável (procedente) para tal reintegração de posse à União, a qual o julgamento transitou em julgado (não poderia mais ser recorrido). Em 2014, com a manutenção das atividades particulares e irregulares na área desenvolvidas pela Fundação ABC, mesmo ainda com processo de reintegração de posse em tramitação, a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-PR), demandou à SPU a incorporação do imóvel ao Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2021), gerando o processo administrativo número 54.200.000914/2012-95. Tal ação se deu pelo disposto no artigo 188 da Constituição Federal, de que "a destinação de terra públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o Plano Nacional de Reforma Agrária" (BRASIL, 2021), que é regulamentado pelo artigo 13 da Lei 8.629/93, cujo texto diz: "As terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios ficam destinadas, preferencialmente, à execução de planos de Reforma Agrária" (BRASIL, 2021). Além disso, desde 2014 há uma liminar de despejo contra a Fundação ABC, determinado multa de R\$ 20.000,00 a qual, entretanto, nunca foi efetivada. Com esse cenário em vista, e com as negociações praticamente paradas, o MST ocupa a área, em agosto de 2015, reivindicando Reforma Agrária e pressionando o Estado a cumprir tal política como previsto na Constituição Federal.

Desde 2017, após inúmeras negociações e reuniões com representantes do poder público, do MST (perante o INCRA), da Superintendência do INCRA-PR, do Instituto Água e Terra (IAP), da Secretaria Estadual de Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e da Cooperativa Castrolanda (Fundação ABC), foram sendo apresentadas propostas de permuta da área ocupada (Fazenda Capão do Cipó), por uma área de propriedade do Estado do Paraná, utilizada pelo IAP (Fazenda Jeca Martins), além de duas outras propriedades de posse da Cooperativa Castrolanda, a Fazenda Barra Bonita e a Fazenda Taboãozinho. Com muita dificuldade em torno das negociações, em dezembro de 2017, cerca de 50 famílias estabeleceram acampamento na Fazenda Jeca Martins (444 hectares), inaugurando o Acampamento Padre Roque Zimmermann. O Padre Roque desde então vem construindo um modelo inovador de moradia e produção agroecológica, se destacando entre as experiências realizadas atualmente pelo MST na região e em todo Estado do Paraná, além de ser um território fruto de um saldo positivo em torno das negociações da área do Acampamento Maria Rosa.<sup>19</sup>

Já em junho de 2019, a Deputada Federal Aline Sleutjes (PSL-PR) veiculou em suas redes sociais um vídeo na presença do Secretário de Assuntos Fundiários do Governo Federal, Nabhan Garcia<sup>20</sup>, informando que seria encaminhado um ofício para a AGU a fim de realizar o despejo das famílias que moravam no Maria Rosa. No mesmo mês - por coincidência ou não -, o INCRA declinou e retirou interesse sobre a área para incorporação do imóvel ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Logo na sequência, já em 2020, surgiu interesse do Instituto Federal do Paraná (IFPR) em construir um campus na área, protocolado através do processo administrativo 10154.120089/2020-81. No meio ainda de todo esse processo, em julho de 2019 a União propôs ação de reintegração de posse (ação n. 500 9554-77.2019.04.7009) contra as famílias acampadas no local. Contra a decisão, as famílias impuseram agravo de instrumento

---

<sup>19</sup> O Acampamento Padre Roque é fruto do processo de ocupação e mobilização desenvolvido pelo Movimento em agosto de 2015, inaugurando o Acampamento Maria Rosa. As 50 famílias que foram pro Padre Roque estavam todas no Maria Rosa. Digo que o processo em torno do Padre Roque foi positivo pois é uma área ocupada em 2017, e já vem construindo um modelo de acampamento (futuro assentamento) que tem servido de inspiração para o MST em torno da criação e desenvolvimento de novos projetos de assentamento rural da reforma agrária. No Padre Roque, o modelo de moradia e produção tem seguido a ideia de "agrovila", conforme os próprios integrantes do Movimento discorrem, projeto que o MST vem construindo e desenvolvendo já desde os anos 2000 (ano em que a Agroecologia passa a assumir tema central dentro do Movimento), e se baseia num espaço de vida coletiva e de produção totalmente agroecológica. O Padre Roque se localiza também no município de Castro, e fica a apenas 20 minutos de carro do Maria Rosa, fazendo com que os dois acampamentos estabeleçam diálogos e parcerias diretamente conectadas aos interesses em prol da construção de projetos de assentamentos para os locais em questão.

<sup>20</sup> Luiz Antônio Nabhan Garcia é ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), entidade brasileira que reúne grandes proprietários rurais e parcela da classe política em prol do agronegócio, e atualmente um dos braços direitos e homem de confiança do atual presidente Jair Bolsonaro. Nabhan possui vínculos históricos com o agronegócio no Brasil, e se coloca veementemente contrário as políticas de reforma agrária e ao MST. Inimigo declarado do Movimento, Nabhan vem cumprindo a agenda de Governo de Jair Bolsonaro no que diz respeito às políticas públicas (ou ausência delas) para assuntos agrários e fundiários no Brasil (QUADROS, 2021).

(autos n. 5030028-47.2019.04.0000). Após a União autorizar o uso da área total pelo IFPR (através de despacho proferido em 25 de março de 2020 pelo superintendente Jean Paulo Dolinski), muita comoção atingiu as famílias acampadas e diversos setores da sociedade em prol das famílias em questão.

Com esse cenário em vista, no momento atual estão em curso diversas articulações entre a sociedade civil, a diocese da igreja católica em Ponta Grossa, a Prefeitura de Castro, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná, e pesquisadores da região em prol das famílias acampadas e contra o possível despejo delas da área. Na mesma direção, está em curso a construção de um projeto consolidado de utilização conjunta da área (pelo IFPR, pelas famílias acampadas e pelo CTP), sem haver necessidade de excluir qualquer uma dessas parcelas do território. Tal projeto tem sido construído pelo coletivo PLANTEAR<sup>21</sup> da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), através do projeto de extensão denominado "Mapeamentos Comunitários em Experiências de R-existência", registrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFPR desde 2018, projeto no qual eu próprio estou inserido desde maio de 2021.

No momento atual, após estudos e levantamentos preliminares acerca da situação jurídica do imóvel, uso e ocupação do solo, etc., o acampamento Maria Rosa, junto do coletivo PLANTEAR, estão desenvolvendo o projeto de planejamento popular territorial propriamente dito. Começando no mês de junho de 2021, o coletivo vem indo ao Maria Rosa uma vez por mês, no intuito de realizar oficinas e ir construindo junto da comunidade um projeto de planejamento territorial para o local. A primeira oficina ocorreu no dia 26/06/2021, e foi um primeiro momento de aproximação do coletivo e da comunidade, onde começaram a ser desenvolvidos um diálogo mais direto em torno da história das famílias acampadas no local, quais as suas atividades atuais no acampamento, quais os planos futuros para um possível Assentamento, etc. Minha aproximação, portanto, do coletivo PLANTEAR, para além das atividades desenvolvidas no interior do projeto do coletivo, tem me permitido uma aproximação mais direta com a comunidade do Maria Rosa, não apenas através do levantamento de estudos

---

<sup>21</sup> O coletivo PLANTEAR é composto por quatro grupos de pesquisa e extensão da UFPR, de diferentes áreas do conhecimento (geografia, arquitetura, direito, sociologia, etc.), que tem se articulado para estudos, análises e recomendações técnicas de uso e ocupação de diferentes territórios, promovendo o fortalecimento da necessária proteção e garantia de direitos territoriais pelo Estado brasileiro, através de políticas públicas de moradia, Reforma Agrária, etc. Os coletivos que compõem o PLANTEAR são: Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas - CEPPUR/Setor de Tecnologia/UFPR; Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo CARACOL/ Setor de Tecnologia/UFPR; Coletivo de Estudos sobre Conflitos por Território e por Terra - ENCONTTRA/Setor de Ciências da Terra/UFPR; e Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular-MAJUP Isabel da Silva - MAJUP/Setor de Ciências Jurídicas/UFPR.

e dados técnicos/jurídicos sobre a área em questão, como também através do contato direto com as pessoas e lideranças do acampamento. Nesse sentido, tal aproximação tem sido importante para construção não só do planejamento popular territorial desenvolvido no território, como também (e principalmente), para a construção dessa pesquisa em questão.

### 3.2 Aproximação empírica e estudo de campo: os caminhos que me levaram "até lá"

Ao pensar essa pesquisa de mestrado, desde o início<sup>22</sup> eu tinha convicção da necessidade de um trabalho empírico junto com a comunidade/acampamento/assentamento que eu iria posteriormente escolher para trabalhar. Independente de qual local seria<sup>23</sup>, a certeza que eu tinha – conforme a pesquisa ia se desenhando e as perguntas, os problemas e os objetivos iam se formando – era de que eu iria fazer um trabalho de campo. Isso se tornou uma prerrogativa em torno da minha pesquisa, e dentre várias incertezas e medos, a ida para o campo sempre foi uma certeza inabalável. Contudo, eu não poderia prever a chegada de uma pandemia.

Ao emergir a pandemia do Covid-19, no mês de março de 2020, tudo mudou. Todas as perspectivas da pesquisa se alteraram, inclusive todo processo de formação no curso de Mestrado no interior do Programa da Pós-Graduação em Sociologia (PPGSocio) se modificou por completo: as aulas foram todas substituídas pela modalidade online, e todo o processo de formação, as disciplinas cursadas e reuniões estabelecidas, desde então foram de forma remota. Consequentemente, meu trabalho e minha pesquisa também tiveram que ser repensadas. Existiria a possibilidade de um trabalho de campo? Se sim, quando? Como seria feito? Todas essas questões foram me acompanhando durante todo o primeiro ano de curso (2020), e a verdade é que continuam até hoje. Esse novo cenário pandêmico trouxe outras e novas perspectivas de pesquisa a serem levadas em consideração, e alguns outros planos foram sendo pensados e desenhados junto de meu orientador. Apesar de diversas outras perspectivas irem aparecendo no meio do caminho, eu continuava com a esperança de que um trabalho de campo ainda fosse possível de ser realizado. Acontece que entramos no ano de 2021, e fomos

---

<sup>22</sup> Participei do processo seletivo para o Mestrado no ano de 2019, e fui ingressar em março de 2020. À época, a pandemia ainda não existia, pelo menos não em termos globais, tal como hoje vivemos.

<sup>23</sup> No começo, ao elaborar o projeto de pesquisa para ingressar no programa, eu tinha planejado fazer trabalho de campo no assentamento Contestado, localizado no município de Lapa – PR. Contudo, fui sendo apresentado por novas experiências no estado do Paraná que tinham recebido pouca ou quase nenhuma atenção de pesquisadores na atualidade, como é o caso do acampamento Maria Rosa do Contestado, que tinha apenas 5 anos de existência na época (2020), e estava se desenvolvendo desde o começo com uma proposta diferenciada de produção ecológica. Nesse sentido, alinhado as perguntas e objetivos da pesquisa, decidiu-se ir ao Maria Rosa realizar essa pesquisa de mestrado em questão.

observando que a pandemia não iria embora tão cedo. Estamos hoje já no ano de 2022, e continuam a se contaminar e ainda morrer pessoas todos os dias. Mais do que não ir embora, a pandemia continua avassaladora. A pesquisa de campo, por sua vez, precisava de um novo direcionamento, e a ida à campo deveria ser repensada à luz de novas metodologias cabíveis de responderem, ou ao menos auxiliarem, na busca das respostas e esclarecimentos acerca dos objetivos e perguntas que minha pesquisa foi desenvolvendo ao longo do tempo. De fato, novos direcionamentos surgiram, e toda a história passou a se modificar por completo. Por sorte, o trabalho de campo e a pesquisa só tiveram a ganhar com isso.

Estando na encruzilhada metodológica de qual caminho seguir na pesquisa, entramos no mês de março de 2021 e todo cenário começou a se alterar. Em conversa com um colega, o professor Rodolfo Lobato (do departamento de Ciências Sociais da UFPR), contando sobre minha pesquisa e seus direcionamentos, fui convidado, por ele, a participar de um coletivo, chamado PLANTEAR, no qual vinha desenvolvendo projetos de mapeamentos comunitários no estado do Paraná (coletivo que já foi mencionado na seção anterior). Esse convite aconteceu pois o professor em questão estava inserido no coletivo, e no atual momento estava integrado justamente no projeto em torno do acampamento Maria Rosa, que por sua vez foi escolhido enquanto objeto de minha pesquisa de mestrado em questão. Devido a coincidência, após o convite feito, eu aceitei na hora. Passei a me integrar nas reuniões do coletivo, e fui me enturmando acerca dos processos internos em torno do planejamento em curso no acampamento Maria Rosa. Ainda sem ter uma decisão definitiva de qual direcionamento tomar em relação a minha pesquisa em particular, foi sendo desenhado, pelo coletivo e pela própria comunidade do Maria Rosa, a necessidade de início de trabalhos presenciais com a comunidade, na intenção de construir o planejamento popular territorial do local (tendo em vista o atual contexto territorial e jurídico do território em questão). Apesar dos riscos em torno da transmissão do vírus Covid-19, o processo de planejamento chegou em um momento que a ida ao acampamento não poderia mais ser adiada. Tendo em vista o processo de reintegração de posse da área e a instabilidade das famílias no local, existia (e existe) forte necessidade de certas articulações que podem vir a fortalecer o processo judicial na intenção de que as famílias não sejam despejadas do local, e ao contrário, que consigam benefícios de políticas públicas em prol da construção de um Assentamento rural e, portanto, de melhores condições de vida e de trabalho. Entre as articulações possíveis, o planejamento popular territorial desenvolvido junto com o coletivo PLANTEAR é um deles. Esse tipo de projeto era normalmente feito pelo próprio INCRA, em processos de implementação de Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, contudo, o INCRA não tem mais repasse de verba e não tem desenvolvido nenhum projeto nessa direção, cabendo

aos próprios movimentos do campo articularem parcerias em prol desses projetos. Enfim, o projeto desenvolvido pelo coletivo não poderia mais esperar, e a necessidade de passarmos a visitar presencialmente o acampamento já não era mais uma questão a ser discutida: o projeto precisava caminhar, independente dos riscos devido a pandemia.

Nessa situação, a questão da possibilidade do meu trabalho de campo em relação a pandemia em curso passou a ser novamente reestruturada. Se antes começava a ser desenhado um cenário no qual não seria possível fazer trabalho de campo, por outro – através desse contexto em que me inseri do coletivo PLANTEAR – foi sendo aberta para mim uma nova possibilidade, que está diretamente conectada a interesses específicos da comunidade do Maria Rosa em torno do desenvolvimento de projetos e pesquisas que podem, juntos, auxiliar nos processos judiciais em curso e na manutenção e permanência das famílias no local. Seguindo determinados preceitos de que uma pesquisa científica não se descola da subjetividade do pesquisador em questão, e, portanto, não está distanciada de determinados interesses, essa pesquisa ganhou a possibilidade de vislumbrar uma comunidade necessitada não apenas de pesquisas técnicas e científicas sobre o local em que vivem, mas também da construção de projetos objetivos e concretos que consigam auxiliar essa comunidade em seus processos de lutas e resistências em torno do acesso e permanência na terra onde estão. A pesquisa em questão, portanto, ganhou novos direcionamentos no que diz respeito a sua justificativa de realização, e ainda a sua intenção em torno do processo de construção do conhecimento. Se já havia a ideia de que o conhecimento científico não é neutro nem alheio aos processos sociais, culturais e políticos, nesse momento essa pesquisa em questão ganhou novo fôlego para ser realizada, ou seja, ganhou um novo propósito. Não será, assim, uma pesquisa por si só, limitada pelos "muros" da neutralidade científica. Está em curso também enquanto processo de luta e resistência em prol do acesso e permanência na terra; está em curso em defesa da Reforma Agrária; está em curso pela vida e pelo trabalho de agricultores e agricultoras do Acampamento Maria Rosa do Contestado. A pesquisa ganhou, enfim, uma nova razão de existência.

Assim foi. Com a previsão de irmos enquanto coletivo para o Maria Rosa no dia 26/06/2021, me programei para junto fazer um trabalho de campo no Acampamento, ainda com um caráter inicialmente exploratório. Articulei a pesquisa com meu orientador, entrei em contato com as lideranças do acampamento, e combinei com eles de ir no sábado (dia 26/06/2021) junto com o coletivo, e ao invés de voltar para Curitiba no mesmo dia (conforme o combinado com o trabalho que o coletivo iria desenvolver no dia em questão), eu permaneceria por mais 6 dias no local. Não foi exatamente assim que ocorreu, mas acabei indo um pouco antes, no dia 24/06, uma quinta feira, e permaneci até 28/06, segunda feira. Ao

estabelecer contato com as lideranças e alinhar a pesquisa com o orientador, e ao receber o aceite positivo das duas partes em relação a minha ida para lá, passei a articular minha estadia no local. Em conversa com uma amiga pessoal, integrante do MST e que mora atualmente em Curitiba, fui informado que seu companheiro, o Claudinei, estava morando no Maria Rosa a cerca de 3 meses, e que poderia, assim, me receber por lá. Claudinei era um recém chegado no acampamento, e já sendo integrante do MST a muitos anos, passando por diversas experiências em outros Acampamentos/Assentamentos no Estado do Paraná, havia ido ao Maria Rosa na intenção de estabelecer vida e trabalho e se assentar em um pedaço de terra no rural brasileiro. Em conversa e articulação com essa amiga e seu companheiro, fui então recebido no dia 24/06 por Claudinei, que me abrigou e cuidou de mim por todos esses dias em que permaneci naquele território. Claudinei foi minha porta de entrada ao Maria Rosa.

### 3.3 Explorando possibilidades, seguindo atores e mapeando redes e caminhos: o processo de formação de grupos e os dias no Maria Rosa do Contestado

Conforme foi colocado pela ANT e por nós seguido na intenção de trilhar os caminhos teórico-metodológicos dessa pesquisa, nessa nova concepção de social e de sociologia que Latour nos apresenta, ele dirá que será preciso devolver aos atores "a capacidade de elaborar suas próprias teorias sobre a constituição do social" (LATOUR, 2012, p. 31). Assim, não se trata mais de impor determinadas ordens aos fenômenos, muito menos limitar o número de atores/entidades aceitáveis, mas, como a própria ANT prega, é necessário "seguir os próprios atores" para descobrir de quais formas a existência coletiva é constituída e atribuída por eles. Em nosso caso particular, seguir os atores no acampamento Maria Rosa e descobrir por eles do que a realidade deles é constituída e como se constrói o fenômeno da ecologização naquele território, tendo em vista não ser um fenômeno exclusivo do "social", e muito menos acabado (pelo contrário, ainda em constante formação). Nessa direção, Latour vai se esforçar em mostrar a necessidade de não limitarmos o tipo de seres existentes (como atores) apenas aos atores do "mundo social" costumeiros, ou seja, os humanos<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Um ótimo exemplo de como podemos encarar outros atores não humanos como também construtores do "social", podemos extrair de Ailton Krenak (2020) em sua obra "Ideias para adiar o fim do mundo", onde o autor propõe nos apresentar um pouco de sua visão de mundo e de seu povo (povo Krenak). Ele nos mostra como alguns elementos da natureza (uma serra vizinha a aldeia de seu povo, o rio que corre ali perto) são concebidos não enquanto distantes ou de outro domínio da vida, mas constitui o próprio povo Krenak em sua totalidade e cultura. Ailton, ao nos mostrar seu mundo e como vive ele e seu povo, nos propõe que não são só os humanos os únicos seres que possuem uma concepção interessante do que é ser e estar vivo no mundo. É, por isso, uma ótima inspiração para nós e para essa pesquisa em questão.

Ainda reforça Latour que não devemos procurar ordem nos fenômenos pesquisados/estudados, mas que essa (ordem) é, em certa medida, estabelecida pelos próprios atores. Nessa direção, ao tentarmos compreender a ecologização da agricultura (tal como expressa no acampamento Maria Rosa), será necessário, estando de acordo com Latour, "seguir os atores" e descobrir (e posteriormente descrever) quais sentidos eles próprios assumem para o fenômeno em questão (ecologização), e assim rastrear as conexões e as controvérsias presentes nestes sentidos estabelecidos. Como diz o próprio Latour, a ANT "se considera mais capaz de vislumbrar ordem depois de deixar os atores desdobrarem o leque inteiro de controvérsias nas quais se meteram" (LATOURE, 2012, p. 44).

Assim, de acordo com Latour, o "social" tem a possibilidade de ir se desenhando enquanto um fenômeno ainda não formado, não definido *a priori*. Vai, sim, se formando e ganhando corpo na medida em que os próprios atores vão delineando quais fenômenos e domínios irão, pouco a pouco, se reagregando e se associando para formar então esse "corpo social". O social, no caso, enquanto um movimento, nunca acabado, mas sim em constante reagregação e reassociação. A ordem, neste caso, não existe antes do estudo começar, mas sim será desenhada na mesma medida que os atores construírem os sentidos de suas ações, e quais as relações com outros atores é possível estabelecer no curso dessas ações. O pesquisador, assim, deve se encarregar de estabelecer essas conexões, ou seja, as diferentes ações (de diferentes atores humanos e não humanos) e suas influências múltiplas e recíprocas. A ação desses atores, para Latour, são ações que podem permitir, negar, induzir, complicar, favorecer, enfim, se associar à outras ações e a outros atores.

Seguindo essa linha de raciocínio que Latour vem nos conduzindo, é importante ter clareza, então, de que não existem grupos sociais formados, mas sim existe um processo contínuo de formação de grupos. Trazendo para nossa pesquisa, não existe um MST, um acampamento Maria Rosa e uma Agroecologia totalmente formados, acabados, completamente delimitados, mas sim processos ainda em formação, fenômenos fluidos de constantes movimentos de novas associações e novas reagregações constantes (o que estamos, no fim das contas, em busca de descobrir). Isso porque, qualquer grupo em questão, conforme discorre Latour, não é concebido "isoladamente", mas sim em constante diálogo e interação com outros grupos. Em consequência, os atores estão, assim, em frequente circulação entre grupos, formando grupos (ou ainda separando grupos e formando outros novos).

Assim, para o autor, o pesquisador pode sair "pelo mundo rastreando as pistas deixadas pelas atividades delas na formação e desmantelamento de grupos" (LATOURE, 2012, p. 51). Ou seja, em nosso caso particular de pesquisa, podemos conceber o MST, o acampamento Maria

Rosa e suas experiências Agroecológicas enquanto um bloco "fechado", com suas estruturas previamente bem delimitadas, ou podemos, enquanto exercício analítico e indo de acordo com a sociologia das associações de Latour, conceber esses atores e grupos enquanto fenômenos ainda em formação, agregando e associando constantemente novos e outros elementos em seus processos contínuos de formação. É, portanto, nessa direção, que Latour vai nos alertar para ficarmos atentos às controvérsias. Controvérsias inseridas, então, no MST/Maria Rosa/Agroecologia enquanto agrupamentos ainda em formação, e essas controvérsias são o elemento fundamental para proporcionar ao pesquisador a possibilidade de rastrear as conexões sociais que os atores estabelecem uns com os outros, e assim conhecer, compreender, e descrever de que forma esses atores e grupos formam seus coletivos e de que forma agem e induzem reciprocamente ações e práticas sociais. É esse o exercício, portanto, da aproximação empírica e do estudo de campo realizado no acampamento Maria Rosa, que evidenciaremos a seguir. Como primeira aproximação discutimos, então, elementos de caráter exploratório sobre o processo de seguir os atores e mapear as redes que se formam no interior do acampamento em questão. Iremos atrás dos atores e de suas ações e conhecer as ecologias emergentes e seus sentidos, é o movimento constante e central que essa pesquisa tem procurado realizar, e é o que será apresentado a seguir.

### 3.3.1 – Os dias em campo no Acampamento Maria Rosa do Contestado

FIGURAS 4, 5 E 6 – ENTRADA DO ACAMPAMENTO MARIA ROSA NA ESTRADA DO MARACANÃ;  
BANDEIRA DO MST NA GUARITA DO ACAMPAMENTO; E PINTURA COM O NOME DO  
ACAMPAMENTO E DUAS CRIANÇAS NO LOCAL





FONTE: O autor (2021)

Cheguei pela primeira vez ao Maria Rosa no dia 24/06, por volta de 16:30 horas. Era uma quinta feira ensolarada. Não foi muito fácil entrar no acampamento<sup>25</sup>. O portão da guarita estava trancado, e eu não conseguia entrar com o carro lá dentro. Tive que ir a pé, e bater palma nas primeiras casas que eu avistava. A primeira casa é de dona Iracy – e que hoje já não se encontra mais no acampamento -, que mora com seu filho Aníbal (o primeiro a me receber), e

---

<sup>25</sup> Os acampamentos e assentamentos da reforma agrária são nacionalmente reconhecidos enquanto locais hospitaleiros e abertos a qualquer um que queira conhecer a realidade dos locais em questão. Contudo, há e sempre houve um enorme cuidado em saber quem entra e quem sai dos territórios, pois, conflitos, confusões e violências são esperados no interior de processos de acampamentos e assentamentos, levando em consideração o contexto histórico de lutas pela terra no Brasil. Somados a isso, a questão da pandemia trouxe um novo agravamento para os locais em questão: a propagação do vírus no interior dos territórios. Isso fez com que diversos locais elaborassem estratégias de controle de acesso de pessoas para evitar um fluxo grande e possíveis transmissões do vírus. É o caso do Maria Rosa que, em momentos de agravamento da pandemia (quando o número de contaminações e mortes estão elevados), eles limitam a entrada de pessoas no acampamento de forma a manter certa segurança quanto a transmissão do vírus. Esse era o contexto, no caso, de quando fui para lá pela primeira vez.

vizinho deles está a casa de Aniceto (segundo a me receber e primeiro a me guiar por dentro do acampamento). Ao contar o porquê eu estava lá, e que já havia tido contato com o Celio (liderança local) e com o Claudinei (quem me receberia lá), eles permitiram minha entrada, e me disseram qual o caminho eu deveria fazer para ir até a casa de Claudinei. Num primeiro momento, foi estranho estar lá. Depois de tanto tempo dentro de casa por causa da pandemia, eu estava de novo "fora", e em contato com outras pessoas. No local, só eu usava máscara. Minha presença era facilmente notada pelas pessoas do acampamento, não apenas por eu ser um estranho no local, mas também um estranho de máscara. Tive medo disso impedir meu trabalho por lá. Por sorte, não foi bem assim que aconteceu.

Andando no caminho que Aniceto me indicou, achei enfim uma kombi branca estacionada em frente a uma casa (Aniceto tinha dito que a kombi era de Claudinei, e que a casa dele era onde a kombi estava estacionada). Na foto a seguir (Figura 7), a estrada de chão e a Kombi de Claudinei à esquerda, quase escondida no meio das bananeiras.

FIGURA 7 – KOMBI BRANCA DE CLAUDINEI À ESQUERDA E ESTRADA DE CHÃO NO INTERIOR DO ACAMPAMENTO



FONTE: O autor (2021)

No caminho da busca pela kombi, passei por diversas casas, e vi muitas pessoas. Procurei acenar com a mão para todas pessoas que eu via, e de todas que me viam, eu recebia os cumprimentos de volta. Achei a kombi branca, portanto, achei a casa de Claudinei. Isso me aliviou, pois nunca tinha ido ao Maria Rosa, e tinha ficado com medo de me perder nas estradas de terra de lá<sup>26</sup>. Conheci o Claudinei, pois também não o conhecia pessoalmente. Claudinei foi

<sup>26</sup> Quando criança, eu tive muito contato com o rural brasileiro, mais especificamente o rural do interior do Paraná, na região de Londrina (onde nasci). Com diversos parentes que residiam no rural, e também amigos, era frequente minhas visitas a sítios, chácaras e fazendas na região. Quando eu ia, sempre ouvia histórias de que as estradas de

quem me recebeu, e minha porta de entrada ao Maria Rosa. Diríamos que um primeiro ator que eu segui, e que iria, por sua vez, se transformar em um elo de entrada na rede de atores da ecologia no acampamento Maria Rosa. Descobri que a casa onde ele estava (onde sua Kombi estava estacionada em frente), não era a casa dele. A casa em questão é de Zé Carneiro, que estava ausente do Maria Rosa naqueles dias. Para me abrigar de forma mais confortável, ele decidiu ficar na casa do Zé Carneiro, com permissão deste, e deixar a casa dele só para mim, pra eu ter mais "privacidade". A casa dele, onde fiquei abrigado nesses dias, é um pouco abaixo da casa de Zé Carneiro, bem perto e fácil de chegar. É uma casa de madeira (assim como todas as outras do acampamento), com 2 quartos, um banheiro, uma sala e uma cozinha. O banheiro no momento estava sem assoalho, e a cozinha estava sem encanamento na pia e sem gás no fogão. A casa foi meu abrigo e local, principalmente, utilizado para eu dormir, e o banheiro e a cozinha eu utilizava junto de Claudinei na casa de Zé Carneiro. Detalhe que na casa de Zé Carneiro não havia chuveiro, e para tomar banho eu tinha que me deslocar até a sede (barracão), onde havia um chuveiro comunitário. A seguir, imagens da casa onde fiquei (Figura 8), da vista de frente da casa (Figura 9) e da parte de trás (Figura 10).

FIGURA 8 – CASA DE CLAUDINEI QUE FIQUEI ABRIGADO NOS DIAS NO MARIA ROSA



FONTE: O autor (2021)

---

chão eram estradas que existiam no Brasil desde o começo dos tempos, e que eram tão grandes que eram capazes de atravessar todo território brasileiro. Constatando na prática a extensão dessas estradas de chão, onde por vezes percorríamos horas até chegar no sítio/chácara em questão, fui realmente acreditando que essas estradas poderiam me levar, caso eu quisesse, para qualquer lugar do Brasil. Já adolescente, ao ir visitar a chácara de um amigo, eu e mais alguns outros amigos nos perdemos na estrada de chão que dá acesso ao sítio dele. A partir desse dia, criei certo medo das estradas de chão, justamente por não reconhecer quais eram seus limites. Quando nos perdemos na estrada de chão, a imagem de que eu poderia terminar por chegar em lugares muito distantes de minha casa me assustou, e desde então criei muito respeito – e também um pouco de medo – de estradas de chão que eu não conheço. Depois de horas, achamos enfim o caminho de volta para o sítio de nosso amigo, para nosso alívio.

FIGURA 9 – VISTA PRIVILEGIADA DA PARTE DA FRENTE DA CASA, COM PLANTAÇÃO DE REPOLHO E CANA DE AÇUCAR



FONTE: O autor (2021)

FIGURA 10 – VISTA DA PARTE DE TRÁS DA CASA DE CLAUDINEI, DA LAVOURA DA FAMÍLIA VIZINHA



FONTE: O autor (2021)

Claudinei imediatamente me levou para conhecer o acampamento, e logo de cara passeamos pelo seu lote e também pelo de Zé Carneiro, onde Claudinei me mostrou seu trabalho e suas plantações recentes (Figuras 11 e 12), revelando a enorme importância que essas coisas (plantas, terra, canteiros, etc.) possuem na vida dele e da comunidade do Maria Rosa de forma geral (os objetos e atores não humanos que tanto discorreu Latour). Uma pena que depois, de acordo com relato dele, se perdeu quase tudo – dos canteiros recentemente feitos por ele –, devido as geadas ocorridas no mês de julho.

FIGURAS 11 E 12 – PARTE DA HORTA E LAVOURA RECENTEMENTE FEITAS POR CLAUDINEI



FONTE: O autor (2021)

Claudinei trabalhou muito na terra nesse curto tempo em que estava por lá. Foi me mostrando tudo que roçou, que plantou e até mesmo o que já havia colhido. Era feijão, milho, mandioca, banana, cana de açúcar, alho, cebola de cabeça, repolho, alface, couve, chuchu, e diversas outras coisas que Claudinei costumava lidar em seu trabalho na terra no Maria Rosa. No lote de Zé Carneiro (onde Claudinei estava abrigado, e era a casa onde tinha a cozinha para fazermos as refeições), havia muita mandioca plantada, fruto do trabalho que ele (Zé Carneiro) estava desenvolvendo no acampamento Maria Rosa já a alguns anos. Claudinei abraçou uma dessas ramas de mandioca, enquanto conversávamos, e começou a puxar para cima. Tirou da terra maravilhosas raízes, que nos serviu na janta, junto de arroz, feijão, e salada de serralha.

Fora o arroz, todos os outros itens dessa refeição foram colhidos ali mesmo, no Maria Rosa, mostrando novamente a importância e ação constante desses outros elementos (os não humanos) no processo de formação de grupos no interior do acampamento Maria Rosa. Claudinei foi a única pessoa que eu tive contato nesse primeiro dia, justamente porque cheguei lá já no fim da tarde.

Os processos e as trocas com Claudinei nesse primeiro dia foram muito importantes para conhecer alguns elementos do acampamento (começar a mapear atores e redes), mas mais ainda para criar um novo laço e uma nova amizade. Conversamos sobre diversos elementos sobre o acampamento em si: a história do acampamento; o perfil das pessoas e das famílias; os projetos atuais e futuros de moradia e produção; reforma agrária e a luta e acesso pela terra; as lideranças do acampamento e a atuação do MST em âmbito nacional e regional; o projeto agroecológico encampado pelo MST; além de histórias pessoais nossas, de nossas origens, cidades onde moramos, trabalhos que já realizamos, etc. Foram horas e mais horas de trocas não apenas sobre o acampamento em questão, mas em relação as diversas coisas de nossas vidas. Apesar de ter tido contato com diversas outras pessoas ao longo do trabalho de campo, foi com Claudinei que desenvolvi meus contatos mais pessoais e íntimos dessa primeira vez em campo. Era com ele que eu dividia o espaço cotidiano da cozinha, de preparar alimentos, lavar louça, etc. (outros tantos atores não humanos que passaram a compor minha estadia por lá, como o fogão, a geladeira, as louças, os alimentos em si, etc.).

As trocas foram riquíssimas, e os elementos acerca do acampamento foram diversos. Muitos nomes foram surgindo nessas conversas, e possíveis conexões entre os nomes citados e suas relações com outros nomes e lugares (atores e ações). Dentre os nomes que apareceram com frequência por Claudinei, foram os de dona Judite e do Celio (principal liderança do acampamento). Atores da agroecologia e que logo seriam seguidos por mim. O acampamento Maria Rosa e a agroecologia protagonizada por ele começaram enfim a se formar, mostrar seus primeiros indícios de movimentos de agregações e associações. Contudo, Claudinei estava no Maria Rosa a apenas 3 meses, sendo que o acampamento tinha 6 anos de história. Afins de pesquisa, foi se entendendo, já desde o primeiro contato com ele, a necessidade de contatos com pessoas mais antigas na comunidade, para conhecer melhor o acampamento em si e sondar as principais questões que dizem respeito aos propósitos e objetivos dessa pesquisa (como evidenciaremos mais adiante através do contato com outros atores do acampamento). Foi necessário me abrir para o campo, afim de descobrir as possibilidades.

Por fim, a noite foi se tornando cada vez mais escura, e o cansaço em meu corpo e no rosto de Claudinei já eram visíveis. Foi momento de me retirar em "minha casa". Me recolhi na

casa de Claudinei, onde eu estava sozinho, e busquei pensar e repensar todas as questões vividas durante o dia. Depois disso, me recolhi em meu colchão, colocado cuidadosamente em cima de dois sofás, apaguei a luz, peguei o celular para enviar uma mensagem para minha esposa, e assim dormi, esperando novo dia chegar e novas coisas acontecerem. A saudade da família nesse momento me pegou de forma muito forte. Desde o início da pandemia, estávamos convivendo juntos 24 horas por dia, e de repente, me vi longe delas (de minha esposa e minha filha). Meu coração apertava de saudades, e as lágrimas escorriam em meu rosto. Era necessário buscar forças e continuar o trabalho que eu havia me proposto realizar naqueles dias. Mas igualmente importante reconhecer a saudade e a distância enquanto elementos que também agiam naquele momento em campo.

Acordei eram 7:03 horas da manhã do dia 25/06/2021, sexta feira. Apesar dos galos terem se esforçado muito em me acordar antes, eu permaneci na cama até o celular despertar. Na noite anterior eu havia combinado com Claudinei que estaria na casa dele por volta de 7:30. Ele tinha me dito que acorda todo dia as 5:45, espera um pouco para levantar da cama, e já começa a preparar o café da manhã. As 8 horas ele costuma arrumar as coisas e sair para trabalhar. Por isso, combinei de estar na casa dele no máximo até as 7:30, para podermos tomar um café da manhã juntos. As 7:30 eu já havia chego lá, o café já estava pronto, e ele fritava mandioca (a mesma que colheu no dia anterior) na banha de porco. Foi diferente para mim comer mandioca no café da manhã, ainda mais frita na banha de porco. Esse processo foi muito importante para mim, não apenas para descobrir novos hábitos alimentares, como também para me situar melhor no que local onde eu estava e sua realidade. Tal como discorremos na seção metodológica da pesquisa, adentrarmos no campo de "corpo e alma" (WACQUANT, 2002) era a verdadeira intenção da pesquisa e dos processos de observação participante. Começar o dia comendo mandioca frita na banha de porco foi um pouco estranho para o paladar, mas ótimo para o corpo: fui me sentindo conectado ao lugar, reconhecendo o espaço em que eu estava, sentindo melhor os cheiros e sensações criadas e promovidas por aquele território em questão. O processo da pesquisa, e, portanto, da própria noção de produção do conhecimento, iam de fato percorrendo meu corpo todo. O corpo enquanto vetor do conhecimento, tal como Wacquant discorreu. Ora, nada melhor para um pesquisador urbano que quer conhecer melhor do campesinato brasileiro, do MST e da Agroecologia do que comer mandioca frita na banha de porco no café da manhã, sendo a mandioca colhida no dia anterior na própria terra onde foi plantada e cultivada. Vejam aí, a quantidade de imbricações de atores formando redes e grupos dos quais fui me aproximando e conhecendo um pouco melhor.

Novamente, conversamos sem parar no café da manhã. As histórias e anedotas contadas por Claudinei se misturavam em meu corpo através das sensações de ouvir, degustar, olhar e sentir. A mandioca me atravessava concomitantemente às suas histórias sobre sua vida e suas origens. As histórias de Claudinei e do acampamento Maria Rosa iam adentrando meu corpo percorrendo todos os meus sentidos, e naquele momento elas tinham gosto de mandioca frita na banha de porco acompanhada de café preto. Claudinei me contou bastante coisa sobre a relação entre as pessoas da comunidade, as relações entre as pessoas e as lideranças do acampamento, sobre as ações que o pessoal do Maria Rosa vinha desenvolvendo para fora do acampamento<sup>27</sup>, etc. Importantes elementos que, por sua vez, vão compor, mais adiante, as primeiras tentativas de compreensão e análise do universo pesquisado em questão, no interior do próprio movimento das ecologias emergentes naquele acampamento.

Ao chegar na casa de Claudinei as 7:30 da manhã, ele me informou que já havia conversado com o Celio, e de que ficou combinado de que ele e mais algumas pessoas iriam até a sede do acampamento (o barracão central) realizar a limpeza do local, para receber o pessoal do coletivo PLANTEAR que viria no dia seguinte (sábado, dia 26/06). Claudinei tinha organizado sua manhã para ir colher alguns feijões em outro local um pouco mais longe de seu lote, contudo, seus planos foram alterados de acordo com essa nova demanda. Além dessa novidade, Celio pediu para que o Claudinei me informasse que naquele mesmo dia (sexta feira), iria ter uma assembleia geral da comunidade, as 18 horas, e que era pra eu estar presente, para me apresentar para toda a comunidade. Após tomarmos café da manhã, fomos juntos andando até o barracão. Ainda no mesmo movimento de seguir os atores e mapear as redes, eu decidi ir junto até a sede para auxiliar nos processos de limpeza do local, sabendo que por lá eu teria contatos com outras pessoas, inclusive as lideranças do acampamento (nomes que já haviam aparecido nas falas de Claudinei). Para chegar até o barracão, é necessário uma caminhada de mais ou menos 20 minutos. Fomos juntos, eu e Claudinei, conversando mais e mais. Essa caminhada foi ótima para conhecer melhor o acampamento, observar a distribuição dos lotes, das casas de moradia, dos processos produtivos, etc. Além disso, no caminho íamos nos topando com diversas pessoas, que paravam, conversavam, davam bom dia, soltavam alguma anedota, e continuavam seus caminhos. Em 20 minutos de caminhada, pude ter contato com uma

---

<sup>27</sup> Claudinei me contou que é comum o MST estabelecer certas parcerias com prefeituras locais, próximas a onde estão situados os acampamentos/assentamentos. Essas parcerias são políticas, e visam garantir determinados benefícios para ambos os lados. No caso do Maria Rosa em particular, eventualmente a comunidade se organiza e vai até o município de Castro prestar alguns serviços para a prefeitura, como por exemplo ações de limpeza de escolas, de terrenos baldios, pinturas em ruas (faixas, meio fio), etc. De outro lado, a prefeitura garante para a comunidade alguns benefícios, tais como cestas básicas, atendimento médico, etc.

infinidade de cultivos e de alimentos diferentes. De cana de açúcar até brócolis, de mandioca à cebola de cabeça, de seu Ademir (gaúcho) até Vanderley, o Maria Rosa ia se apresentando para mim e sendo costurado em minha memória e, é claro, em meu estudo. O processo de formação de grupos começava a dar seus passos iniciais, e a descrição desse grupo (acampamento Maria Rosa) ia se tecendo junto de meus passos em seu interior.

Ao chegar no barracão, conheci uma figura importante para o Maria Rosa, que é o Antônio (Toninho, como conhecido por lá). Toninho é também uma das lideranças, e me recebeu com um singelo sorriso no rosto. Após algumas breves palavras, Toninho nos delegou para as atividades de limpeza do local. Claudinei foi para a cozinha ajudar dona Maria a limpar algumas panelas, enquanto que eu e mais dois rapazes (Adão e Leodil), íamos varrer o chão.

Varrer o chão naquela manhã na presença daqueles dois homens foi um ótimo exercício físico e intelectual ao mesmo tempo. As vassouras e o ato de varrer naquele momento nos uniram e foram ótimos mediadores (atores) que nos fizeram agir, trocar uns com os outros. Quando Latour (2012) discorre sobre o processo de formação de grupos, pensando nos "meios" e nas "ferramentas" utilizadas nesse processo, ele propõe que os encaremos enquanto mediadores, e não meros intermediários. Mediadores, pois, são eles que também podem induzir as ações de formação, e não só "decoram" o ambiente sem exercer nenhuma influência. Na sociologia clássica (sociologia do "social") era o ator (humano) a figura central (pensando na ação e na formação de grupos). Já na sociologia proposta por Latour (sociologia das associações), não há uma única centralidade de ação: humanos e não humanos (animais, plantas, copos, panelas, vassouras, gatos, etc.) podem ser todos ao mesmo tempo mediadores nos processos de formação de grupos, ou seja, podem agir e, claro, induzir a ação, influenciar outros atores. Enquanto varríamos, fomos nos apresentando, nos conhecendo, e eu ia – como de se esperar de um pesquisador sedento de informações – enchendo-os de perguntas. Varrer naquela manhã foi um ótimo exercício para seguir atores em seus cursos cotidianos.

Seu Adão havia chego a pouco tempo no Maria Rosa, estava lá a mais ou menos 10 meses. Adão veio de Castro, e chegou também esperando conseguir um pedaço de terra para voltar às origens e viver com sua esposa para o resto da vida, conforme ele diz. Leodil também estava no Maria Rosa a pouco tempo, em torno de 3 meses, contudo, sua esposa Santana, já havia chego por lá já tinha uns 2 anos. Santana veio para o Maria Rosa a dois anos enquanto que Leodil permaneceu em Castro por causa de seu trabalho. Seu plano era se aposentar, e assim que conseguisse, iria se mudar de vez para o Maria Rosa junto de Santana. A 3 meses atrás sua aposentadoria havia dado certo, e por fim se mudou para lá. Foi ótimo varrer o chão com esses dois rapazes.

Papo vai e papo vem, combinei de ir até a casa de Leodil naquele mesmo dia, no período da tarde, conversar mais com ele e sua esposa Santana. Como sua esposa já estava a dois anos no Maria Rosa, achei uma ótima oportunidade para conhecer experiências mais antigas que a de Claudinei. E sem perder de vista a metodologia de seguir os atores, era necessário continuar os meus caminhos da pesquisa. Ao fazer o convite, ele prontamente aceitou, e disse que por volta das 14:30 horas iria estar me esperando por lá. Fiquei de agendar com o Adão uma visita também, que fosse possível conciliar um bom horário em que sua esposa (Maria) estivesse junta. Acontece que fui embora do Maria Rosa e não sentei com mais calma conversar com seu Adão e a esposa. Ao terminar os trabalhos de limpeza do barracão, fomos para casa de Claudinei (casa de Zé Carneiro), para almoçarmos. Comemos arroz, feijão, porco e mais mandioca. Quem diria que um só pé de mandioca nos alimentaria por tanto tempo. Depois do almoço, deixei Claudinei descansar um pouco e fui eu também descansar em "minha casa". Por volta de 14:30, me arrumei e parti rumo à casa de Leodil e dona Santana.

Cheguei por volta de 14:40 na casa de Leodil e Santana, e permaneci lá até as 17:35, somente porque tínhamos assembleia geral as 18 horas para ir. Não fosse essa assembleia, creio que iria embora de lá somente quando fosse a hora de dormir. A casa deles fica bem perto da casa onde eu estava abrigado, cerca de 5 minutos a pé, talvez nem isso. Ao passar em frente (seguindo as coordenadas que Leodil havia me dado), eles já me avistaram lá de dentro, e me pediram para entrar, antes mesmo que eu batesse palma. A entrada da casa deles é pela cozinha, e foi lá mesmo que permanecemos juntos conversando até a hora de eu ir embora. Estava presente Leodil, Santana e dona Maria (vizinha deles e a mulher que estava no barracão limpando as panelas junto com Claudinei). Conhecer a casa de Leodil e Santana foi ótimo para mim. Além de ser um ambiente muito agradável, a casa deles tinha aquele ar de "casa de sítio", conforme Santana mesma diz. Ao chegar, me sentei automaticamente em uma banqueta que estava encostada na porta, e fiquei por lá até a hora de ir embora. Dona Maria estava sentada ao meu lado, Leodil do outro lado da mesa, e Santana de pé, em frente ao fogão, esquentando água para seu chimarrão. A água ferveu, Santana sentou na mesa, e se pôs a falar.

Enquanto movimento de pesquisador iniciante e ansioso, logo de cara eu já quis gravar as conversas, até mesmo por saber que é um recurso e uma técnica de pesquisa importante na intenção de atingir os objetivos propostos pela pesquisa. Contudo, Santana pediu que não gravasse por enquanto, para eu apenas ouvir o que ela tinha para me dizer. Parece que ela já havia previsto tudo que conversaríamos naquele momento em que estávamos juntos. Santana e Leodil me contaram de muitas coisas de suas vidas particulares, e da comunidade do Maria Rosa em específico. Começaram me contando de suas origens, de seus movimentos enquanto

família (Leodil e Santana tem três filhos, todos já casados e morando em cidades, como Castro por exemplo), de seus trabalhos ao longo da vida, e de vários elementos de suas vidas e histórias particulares. Me contaram muito também de seus processos de aproximação do MST, do acampamento Maria Rosa em questão, das relações com os companheiros e companheiras do acampamento, das relações com as lideranças, de seus processos produtivos enquanto agricultores, da agroecologia, etc. Assim como Claudinei, desenvolvi um forte laço comLeodil e Santana desde esse primeiro dia. Nesse primeiro dia, estabelecemos um contato que seria estendido por todos os meus dias pelo Maria Rosa. A partir daquela tarde, todos os outros dias fui visitá-los, ainda que de forma rápida e só para um "cafezinho". Tomar café com eles virou hábito nesses dias por lá, até mesmo porque junto do café vinham sempre diversas histórias e muitos elementos para se pensar nos atores do Maria Rosa e na agroecologia que o acampamento vem desenvolvendo. Essa tarde juntos nos rendeu ótimas conversas, e muitos outros elementos para reflexão em torno da pesquisa em questão. Igual com Claudinei, conversar comLeodil e Santana sempre me enriquecia de elementos para pensar a vida e o próprio desenvolvimento pesquisa.

Antes de ir embora,Leodil e Santana me levaram passear pelo seu lote (Figuras 13, 14 e 15), para conhecer suas plantações, seu trabalho na terra e seus animais que eles criam no próprio lote (Santana eLeodil criam galinhas e patos no próprio lote, e ainda tem mais 13 cabeças de porco, que ficam nos chiqueiros comunitários do Maria Rosa, a uns 5 minutos a pé da casa deles). Outros tantos elementos, tais como o lote de Claudinei e suas plantações, que são de fundamental importância para a vida e para o trabalho das pessoas no acampamento Maria Rosa. Elementos que, dessa maneira, vão compondo o quadro de atores importantes do processo de formação de grupos e de desenvolvimento da proposta agroecológica do acampamento. Fui embora de lá as 17:35, rumo ao barracão participar da assembleia geral. Gostaria de que essa tarde se estendesse e tivessem mais cafês e mais bolinhos de chuva para comermos juntos. Antes ainda de ir embora do Maria Rosa, na segunda feira (dia 28/06), registrei ainda uma bela imagem de Santana eLeodil em frente à casa deles (Figura 16).

FIGURAS 13, 14 E 15 – LOTE E PLANTAÇÕES DE SANTANA E LEODIL



FONTE: O autor (2021)

FIGURA 16 – SANTANA E LEODIL EM FRENTE À SUA CASA



FONTE: O autor (2021)

A assembleia foi um momento importante para mim no Maria Rosa, e uma nova oportunidade para permitir outras ações no interior do acampamento em prol do desenvolvimento da pesquisa. Ela havia sido convocada dias antes para tratar de duas coisas principais: a primeira delas sobre um processo judicial que está em curso, no qual o INCRA é o próprio réu, e que diz respeito à atual situação judicial do acampamento em questão, e a outra questão era para coordenar melhor com toda a comunidade os objetivos da atividade que seria desenvolvida no dia seguinte com a chegada do coletivo PLANTEAR. Como a atividade do dia seguinte necessitava do apoio e da participação de toda comunidade, a assembleia foi convocada, portanto, na intenção de articular melhor essas participações. De quebra, tivemos um momento da assembleia para que eu me apresentasse para toda comunidade, para dizer o que eu estava fazendo lá, qual era minha pesquisa, meus objetivos, etc. Ao falar, contei sobre a pesquisa de mestrado em questão, e deixei claro que minha presença junto do coletivo PLANTEAR era outra coisa, ainda que elas se misturassem e se tornassem quase que uma só em determinados momentos. Assim, toda comunidade pôde me conhecer melhor, e saber quais eram minhas intenções naquele espaço. Essa assembleia foi ótima, pois aquele sentimento de ser um "estranho" num lugar diferente, foi aos poucos indo embora. A assembleia enquanto mediadora, tal como proposto por Latour, permitiu novos movimentos e ações não só por minha parte, como da comunidade em si, no que diz respeito ao processo de seguir os atores e deixar que eles construam suas realidades por si próprios. Após uma apresentação formal para toda comunidade, eu já passei a sentir, naquela mesma noite (indo a pé de volta para casa), que

minha relação com a comunidade tinha dado passos importantes. As pessoas já me cumprimentavam e me chamavam pelo nome. Eu não era mais um simples "estranho".

Nesse dia não jantei. Não sentia fome quando estava a caminho de casa. Estava cansado e com muita coisa na cabeça para pensar. Conhecer um novo lugar, recheado de paisagens diferentes e pessoas heterogêneas, é realmente um exercício interessante para nos tirar do lugar em que estamos, ou melhor, nos colocar em outros lugares. Foram quase 3 horas de conversas com Leodil e Santana. Foram tantos elementos colocados em movimento que foi difícil e trabalhoso organizar as ideias depois. Está aí a falta que uma gravação pode fazer. Confesso que até hoje aquelas conversas ainda ressoam em mim, tentando achar algum lugar e significado. Se eu tivesse gravado nossa conversa, poderia retomar mais vezes e assim tomar notas mais objetivas. Acontece que nossas escolhas metodológicas nem sempre dependem só de nós. Às vezes, tem conversas que não podem mesmo ser gravadas, e devem permanecer apenas na memória e nas sensações. Leodil e Santana, muito mais que "informantes" do campo num cenário de construção metodológica da pesquisa, acabaram por ressoar em minha vida e meu cotidiano para além da pesquisa em questão.

Acordei novamente as 7:03 horas no dia seguinte, dia 26/06 (sábado, dia do coletivo PLANTEAR vir ao Maria Rosa realizar a primeira oficina). Como no dia anterior, os galos se reuniram para tentar me acordar mais cedo. Me lembro de ouvir galos cantarem ainda quando era de madrugada. Por volta de 2 horas da manhã já estava ouvindo galos cantantes. Eu tinha a ideia de que galos só cantavam de manhã, ao raiar do sol. No Maria Rosa, aprendi que se galo tem voz, é pra ser ouvida. Não é só no raiar do sol que galo canta. Galo gosta de cantar, não importa o horário. E no Maria Rosa, os galos estão presentes nos barulhos e ruídos dos dias, e também das noites e madrugadas.

No dia anterior tive um grande susto: um morcego entrou em "minha casa", e ficou voando boa parte da noite lá dentro. Sem saber o que fazer, eu sai pro lado de fora da casa, deixei a porta aberta para ele sair, e esperei. Por sorte, ele até que foi embora rápido, e eu consegui dormir tranquilo. Mais um ator se apresentou para mim. Era um morcego, um inusitado ator que tem formado o Maria Rosa enquanto grupo (seja direta ou indiretamente). Acordei novamente as 7:03 com despertador tocando. Eu estava animado para esse dia, pois era o dia da chegada do coletivo PLANTEAR. Havia muita expectativa em torno desse encontro, até mesmo para mim, que não conhecia nenhuma pessoa do coletivo presencialmente. Quando me aproximei do coletivo, foi através de reuniões virtuais, devido a pandemia, e até esse dia, eu não conhecia nenhum deles pessoalmente. A chegada do pessoal estava prevista para as 11 da manhã (pois só saíram de Curitiba por volta de 8:30 da manhã). Acordei, me

arrumei, e fui tomar café junto de Claudinei, como no dia anterior. Por volta de 8:30, Claudinei foi trabalhar (Claudinei iria colher o feijão que deveria ter colhido no dia anterior), e eu resolvi ir passear pelo acampamento, conhecer melhor a "vizinhança", e continuar, é claro, com meu propósito metodológico da pesquisa, isto é, seguir atores que foram aparecendo para mim na pesquisa de campo, principalmente pelos relatos e falas de Claudinei, Leodil e Santana.

Sai da casa de Claudinei e fui andar, descobrir o acampamento. No meio do caminho, me encontrei com Aniceto (quem abriu a porteira do Maria Rosa para mim). Trocamos algumas palavras, e ele seguiu rumo ao barracão central. Antes de ir, pedi para que indicasse como chegar no chiqueiro comunitário, onde os porcos eram criados. Tinha sido informado sobre a presença desse local, mas ainda não conhecia. Decidi ir lá conhecer, e Aniceto me ajudou a encontrar. Ao chegar no lugar, fiquei espantado, pois eu pensava que iria me topar com apenas algumas "cabeças" de porcos. No fim das contas, tinham mais porcos do que eu era capaz de contar. Havia cerca de 5 chiqueiros diferentes (do tamanho de verdadeiros galpões), onde cada um deles continham inúmeros porcos e leitões. Esses chiqueiros são coletivos para toda comunidade do Maria Rosa: quase todo mundo que tem porco, deixa seus animais nesses espaços. O cuidado com cada animal é de responsabilidade dos próprios donos, ou seja, os porcos de diferentes pessoas e famílias convivem juntos nos mesmos locais (chiqueiros), mas o cuidado com alimentação, por exemplo, é de responsabilidade de cada um. Nas fotos a seguir, os novos atores do Maria Rosa e da agroecologia que conheci e registrei. (Figuras 17, 18 e 19).

FIGURAS 17, 18 E 19 – ALGUNS PORCOS E DOIS DOS CHIQUEIROS COMUNITÁRIOS (EXISTEM AO MENOS 5 BARRACÕES COMO ESSE DE CHIQUEIROS COMUNITÁRIOS)





FONTE: O autor (2021)

Ao conhecer os chiqueiros, decidi continuar minha caminhada. Saindo de lá, me lembrei de uma plantação de repolho roxo, que me chamava muito atenção, que até então eu só avistava de "longe", e que eu havia ficado com enorme vontade de conhecer de perto. Lembrei que eu estava próximo dessa plantação, e decidi ir lá olhar mais de perto (Figura 20).

FIGURA 20 – HORTA DE REPOLHO ROXO



FONTE: O autor (2021)

Quando estava tirando fotos desses repolhos, ouvi alguns gritos vindo ali de perto. Parei de tirar fotos para olhar de onde estavam vindo aqueles gritos. Será que eram pra mim? Quando me dei conta, e pude ouvir com maior clareza os tais gritos, eram assim: "vem aqui tirar foto, tem uns repolhos bonitos aqui também para você tirar foto". Vi que eram comigo que estavam falando, e um pouco acima da plantação de repolho, estavam as pessoas que me gritavam. Na pesquisa de campo, um dos meus propósitos era seguir os atores, mas me parece que é também um movimento normal por eles eu também ser seguido. Quem proferia aquelas palavras e me oferecia um convite para tirar fotos, era dona Judite (um nome central que já havia aparecido diversas vezes nas conversas com Claudinei, Leodil e Santana). Em sua companhia, estava Elizabeth e seu marido, o "Zé". Judite havia me chamado para tirar foto de uma espécie de repolho que eu não conhecia até então. É o "famoso" repolho coração de boi (Figura 21), que se parece, para todos os efeitos, com um verdadeiro coração.

FIGURA 21 – REPOLHO CORAÇÃO DE BOI



FONTE: O autor (2021)

Esses repolhos coração de boi foram plantados por Zé e Elizabeth. Conforme história contada por eles, as mudas desses repolhos foram adquiridas por Zé como mudas de repolho comum, e no processo de cultivo, foi-se notando que eram na verdade outro tipo de repolho, o então famoso coração de boi. Judite, Zé e Elizabeth estabeleceram ótimas conversas comigo naquele instante, e me relataram um dos principais problemas enfrentados por aqueles repolhos e por toda comunidade do Maria Rosa de forma geral: a falta de oportunidades para escoamento da produção. Aquela passagem proferida por Latour (2012, p. 77), onde ele disse que "qualquer entrevista, narrativa ou comentário, por trivial que pareça, enriquecerá o analista com um conjunto assombroso de entidades para explicar o curso de uma ação", fez todo sentido nesse momento. Zé e Elizabeth estavam prontos para me dizer um dos principais atores que influenciam ações (ou não ações) no interior da proposta agroecológica do acampamento. Eles me relataram que estavam perdendo muitos produtos que estavam ali plantados, inclusive aqueles repolhos, porque não havia para onde vender. Esse problema foi também amplamente relatado por Claudinei, Leodil e Santana, qual seja: a falta e a distância do poder público e das políticas públicas no acampamento Maria Rosa.

Além dessas conversas em torno do escoamento da produção, os três também me contaram muito sobre o cultivo de alimentos agroecológicos e de como foi um duro desafio estabelecer essa prática agrícola naquele território. Durante a conversa, Elizabeth se agachou, e pegou com as mãos uma dessas lagartas verdes, costumeiras em hortas e lavouras. Todos os

três estão no Maria Rosa a 6 anos, desde a ocupação, e contam que no início, quando chegaram naquele território, a terra estava muito maltratada, e com isso o cultivo de alimentos era bem difícil no método ecológico. Com a lagarta na mão, Elizabeth claramente relatava que é normal isso acontecer em hortas orgânicas, mas que no início da ocupação, não só essas lagartas eram extremamente populosas, como outros bichos ("pragas") se proliferavam em números assustadoramente grandes, prejudicando os plantios e o trabalho agroecológico que eles desenvolvem. A lagarta, nesse caso, é um importante ator no processo de produção agroecológica no Maria Rosa: sua presença (ou ausência) é um ótimo indicativo da eficácia da agroecologia para o território e seu ecossistema. Após 6 anos, eles me contaram que o ecossistema por ali está em completa harmonia, devido as práticas ecológicas de agricultura que eles vêm praticando. Eles contam que basta andar pela horta e tirar as lagartas com a própria mão, ao invés de aplicar venenos para matá-las (tal como os modelos de agricultura moderna/industrial). Durante esse processo, Judite me contou que ela já inventou diversas receitas<sup>28</sup> de caldas ecológicas para amenizar o efeito dessas lagartas comedoras de verduras. No fim da conversa, Elizabeth e Zé foram se recolher em sua casa, e dona Judite, naturalmente, foi me conduzindo ao seu lado em caminhada até o seu lote. Ela me levou conhecer sua casa, seu lote e de seus filhos.

No caminho de seu lote, Judite me conta sua idade (77 anos), e um pouco de sua história. Está no Maria Rosa desde o começo do acampamento, e foi para lá com a família toda (filhos, filhas e netos). No ano de 2020, dona Judite sofreu um AVC, e desde então está com maiores dificuldades para andar. No caminho, ela relata que, apesar das dificuldades, ela gosta de caminhar todos os dias, e gosta também de trabalhar na roça, com a terra. Discorre que trabalhar cultivando alimentos é sua grande razão de viver, e que mesmo com dificuldades (devido ao AVC), ela insiste em continuar fazendo (até mesmo também por indicação médica, segunda ela). Desde que chegou por ali com sua família, Judite e os filhos já plantaram de tudo em seus lotes, de abacateiro à bananeira, de batata yacon a ervas medicinais. Com orgulho, Judite me levou conhecer suas plantações (Figuras 22, 23 e 24) e seu pé de abacate que ela mesma plantou logo no início do acampamento, que já está enorme (Figura 25). Além de todas suas plantações, Judite e sua família criam galinhas, patos e porcos (Figuras 26 e 27) em seus próprios lotes,

---

<sup>28</sup> Não me lembro bem de todos os ingredientes da receita, mas Judite utilizava diversas coisas que ela própria cultivava: alho (com casca e tudo), cebola, etc. Eram diversas receitas diferentes, com modos de preparo também diferentes. Em algumas receitas, ela batia todos os ingredientes com água no liquidificador, em outras, ela fervia em grandes panelas esses ingredientes até soltarem caldos bem grossos. De um modo ou de outro, o produto final é um líquido que Judite borrifa em suas hortas e lavouras. Segundo ela, são caldas perfeitas para evitar que essas lagartas e outros bichos se proliferem em suas plantações, como por exemplo os chamados de "pulgões" (comuns em folhosas, como a couve manteiga, por exemplo).

tudo para consumo próprio, conforme ela diz. As trocas com Judite foram muito ricas e importantes também. Pude conhecê-la um pouco, sua história e de sua família, e suas relações de moradia e produção no acampamento Maria Rosa. Mais uma integrante no rol dos atores que formam o Maria Rosa cotidianamente, trazendo constantemente novos elementos de reagregação e associações para os grupos em formação (acampamento Maria Rosa e a Agroecologia). No relógio, já eram 10:45 da manhã. O pessoal do PLANTEAR já devia ter chego no acampamento, ou já estariam bem perto. Como eu estava um pouco distante do local onde ocorreriam as atividades do dia (no barracão, a uns 25 minutos a pé de onde eu estava), era necessário encerrar naquele momento minhas conversas e trocas com dona Judite. Minha vontade era de permanecer ali, mas o dia estava apenas começando. Me despedi de Judite com muito carinho, e segui a pé até a sede do acampamento.

FIGURAS 22, 23 E 24 – UM PASSEIO PELO LOTE DE DONA JUDITE E SUAS PLANTAÇÕES





FONTE: O autor (2021)

FIGURA 25 - JUDITE E SEU ABACATEIRO PLANTADO A 6 ANOS ATRÁS



FONTE: O autor (2021)

FIGURAS 26 E 27 – ANIMAIS DE CRIAÇÃO DE JUDITE E SEUS FILHOS





FONTE: O autor (2021)

Chegando no barracão, vi uma grande movimentação de carros e de pessoas. Quase toda comunidade do Maria Rosa estava lá, e o pessoal do coletivo PLANTEAR também já tinha chegado. Celio reuniu toda comunidade, que silenciosamente se sentaram em suas cadeiras, e começamos o nosso dia juntos. Todos e todas do acampamento se apresentaram, dizendo os nomes e a quanto tempo estavam no acampamento (um ótimo momento para compreender o acampamento em seus aspectos mais gerais, perfil das famílias, organizações internas, etc.). Depois, todos nós do coletivo também nos apresentamos. Estabelecemos juntos um cronograma de atividade para o dia, e começamos com a primeira atividade: uma volta a pé por todo o acampamento, para o (re)conhecimento do local. Esse momento foi muito importante e de muitas trocas. Não só tivemos a oportunidade de andar por todo o acampamento, e assim conhecer ruas, casas e pessoas que eu ainda não havia conhecido, como também fomos estabelecendo diversas trocas pelo caminho enquanto andávamos. Andar pelo acampamento nesse dia foi igualmente importante ao ato de varrer no dia anterior. Como Latour (2012) mesmo discorre, ação pode induzir ação, atores e ações influenciam e/ou impedem ações de outros atores, e são essas ações (e suas influências, induções, permissões, limitações e impedimentos) que devemos ficar atentos enquanto ações (e atores) que formam grupos, que constroem os momentos/movimentos e o cotidiano. Muitas conversas importantes novamente sobre histórias individuais das pessoas e das famílias, da história do acampamento Maria Rosa, da atual situação do território e dos planos futuros, etc. Ao retornarmos para o barracão, já era hora de almoçarmos. Momento de descanso pós almoço, e continuação das atividades.

No período da tarde, enfim, a primeira oficina oferecida pelo coletivo PLANTEAR ao acampamento Maria Rosa do Contestado. Nos dividimos em três grupos, de acordo com divisão própria entre núcleos<sup>29</sup> que o Maria Rosa está organizado. Para essa oficina, foi elaborada uma atividade para um conhecimento mais de caráter exploratório da comunidade, abordando três principais questões: em primeiro lugar, questões que dizem respeito ao passado (história das pessoas e famílias; história do Maria Rosa, etc.), em segundo questões do presente (a atual situação das famílias e do acampamento em si, ou seja, como está hoje a realidade daquele território), e por terceiro questões de futuro (desejos e sonhos das pessoas e das famílias em relação ao Maria Rosa e seus projetos de Assentamento, tais como questões de moradia, produção, saúde, educação, etc.). Essa oficina foi muito rica para conhecermos melhor a comunidade do Maria Rosa, não apenas no tempo presente, mas também sua história (passado) e seus projetos para o futuro. Ficamos toda a tarde nessa atividade, e muita coisa em torno de processos de construção da comunidade foram debatidas e dialogadas pelas pessoas e famílias. Novamente, diversos atores e ações apareceram enquanto importantes entidades responsáveis por constituir a realidade objetiva do acampamento em questão. Seguir atores e mapear redes é mesmo uma tarefa interminável, tal como bem salientou Latour (2012) quando discorreu que o "social" nunca está acabado, mas sempre em processo formativo.

Foi ótimo ter a participação ativa das pessoas da comunidade, em contarem suas histórias e seus projetos futuros. Nessa oficina, muitos elementos importantes foram debatidos, como por exemplo a questão do acesso e permanência na terra (e com isso o acesso a melhores condições de vida e de trabalho para população do Maria Rosa); questões sobre conflitos internos e as dificuldades em coordenar um projeto de comunidade consistente e coeso; questões acerca dos processos de moradia; questões sobre os processos produtivos (agroecológicos); questões sobre o escoamento da produção; questões relacionadas a cooperativa agrícola do acampamento (COOFRAN); questões relacionadas as políticas públicas e o papel do Estado; e inúmeras outras questões importantes. No capítulo seguinte, daremos ênfase em analisar com maiores detalhes esses diversos – e principais - atores do Maria Rosa em prol do projeto ecológico (agroecológico) em desenvolvimento naquele acampamento, seus sentidos e suas práticas. Ficamos em torno de uma hora e meia nessa atividade. Encerramos

---

<sup>29</sup> No interior dos acampamentos e assentamentos, é comum o pessoal se dividir por núcleos. Esses núcleos compreendem uma quantidade determinada de pessoas/famílias, e existem na intenção de organizar as pautas internas no interior da comunidade. Cada núcleo possui um coordenador, que por sua vez dialoga com os outros núcleos e coordenadores, e alinham assim pautas em comum, projetos para a comunidade, etc. Hoje, no acampamento Maria Rosa, o pessoal está dividido em 10 núcleos diferentes, que compreendem, em média, 6 famílias em cada um.

essa atividade separada em grupos, e nos reunimos em um só "grupão" novamente, para fazer uma síntese rápida dos principais elementos que surgiram nas conversas anteriores.

O fechamento "oficial" da oficina e do dia foi de novo um momento de trocas e conversas de todos nós do coletivo com a comunidade. Houveram algumas falas sínteses sobre os processos do dia, a oficina e as trocas estabelecidas, e com isso um fechamento acerca dos processos futuros a serem realizados: as próximas oficinas, os próximos passos e os planos pensados para continuidade do projeto popular territorial no Maria Rosa. As pessoas e famílias do Maria Rosa também ficaram contentes com o dia, e esperançosas (e também um pouco ansiosas e aflitas) com os próximos passos e os possíveis desfechos desse planejamento territorial. A ação daquelas pessoas e do coletivo em si naquele dia foi muito importante para a história do acampamento Maria Rosa, e para essa pesquisa em questão, no que diz respeito ao processo de seguir atores e mapear redes da agroecologia no interior do acampamento. Eu ainda ficaria por mais dois dias no acampamento, agora sem a companhia de Claudinei, que havia ido resolver assuntos pessoais em sua terra natal.

Ainda antes de ir embora naquele dia, conversei com o Celio e ele me informou que iria no dia seguinte (domingo) para o acampamento Padre Roque, e ficamos combinados de que eu iria junto. No sábado, recebi uma mensagem de Ademir, amigo pessoal e assentado no Padre Roque, me convidando a ir conhecer aquele território em questão. No que diz respeito aos atores e redes da agroecologia no Maria Rosa, o acampamento Padre Roque havia aparecido para mim enquanto um local importante a ser conhecido, no sentido de que ele é fruto da própria ocupação e inauguração do acampamento Maria Rosa, e que, por sua vez, é responsável por influenciar o processo de produção agroecológica desse território em questão (Maria Rosa). Os dois acampamentos, até então, mantêm fortes ligações (até mesmo pela proximidade entre eles), o que permite pensar os atores e as redes do Maria Rosa que não estão necessariamente lá dentro do próprio território. Além disso, a ida ao acampamento Padre Roque no domingo me pareceu uma ótima oportunidade para conversar com maior profundidade com o Celio, uma das principais lideranças do acampamento e um dos atores centrais do Maria Rosa e da agroecologia naquele território. Até então, havíamos conversado somente de forma rápida e superficial.

O dia seguinte chegou. Outra vez me levantei às 7:03 horas da manhã. Novamente os galos me acompanharam madrugada adentro, mas isso já havia se tornado "rotina". Era gostoso ouvir os galos o tempo todo. Fora os galos, eu ouvia muitos barulhos na casa e ao redor dela, provavelmente gatos ou ratos. Nessa noite vi um gato entrar dentro de casa. Acordei assustado de madrugada com alguns barulhos, e quando olhei para o lado tinha um gato me olhando, parado, bem ao lado de meu colchão. Ao me ver acordado, ele se assustou e saiu correndo de

casa. Os dias no Maria Rosa foram agitados, nesse sentido. É um lugar cheio de vidas, das formas mais variadas de viver e experimentar o mundo. Um ótimo local para aprender na prática o que significa um ator não humano e sua capacidade de ação no mundo. O passeio noturno de gatos, morcegos e ratos, tornaram as noites no Maria Rosa bem interessantes (e intrigantes também).

Como falei anteriormente, eu havia recebido o convite para ir até o Padre Roque por uma amizade pessoal minha, o Ademir, que mora no acampamento em questão. Conheci Ademir em Curitiba, quando me aproximei do coletivo Produtos da Terra Paraná<sup>30</sup>, que realiza a comercialização de produtos agroecológicos da reforma agrária e da agricultura familiar aqui na região. No ano de 2019 eu me aproximei do projeto e passei a desenvolver diversas atividades, e desde a pandemia eu vinha desenvolvendo atividades remotas no âmbito da equipe de comunicação da rede. Ademir é um dos coordenadores do projeto, e atualmente (desde 2020), está morando no acampamento Padre Roque. Ao me fazer o convite para ir lá, aceitei prontamente. Por sorte, Celio me contou que iria ao Padre Roque no domingo resolver algumas coisas, e me disse que poderia me levar de carro até lá sem problema nenhum. Assim, embarcamos para o Padre Roque no domingo, dia 27/06, por volta das 9 horas da manhã.

O caminho até o Padre Roque foi muito importante para compreender um pouco melhor as relações existentes no âmbito de uma ocupação de terra, nas negociações com Estado, nos processos de construção da comunidade, etc. Até então, eu não havia conversado mais profundamente com o Celio, e nem com nenhuma outra liderança do acampamento. Isso foi muito importante porque Celio me trouxe uma visão um pouco diferente da que eu estava vendo até então. Por se tratar de um dos coordenadores do Maria Rosa, Celio trouxe diversos elementos sobre a atuação dele próprio e do MST em prol não apenas do Maria Rosa, mas

---

<sup>30</sup> A rede Produtos da Terra Paraná, conforme já discurremos um pouco na introdução deste trabalho, é um projeto que realiza a comercialização semanal de cestas agroecológicas na cidade de Curitiba-PR. O projeto conecta atores do mundo rural (cooperativas da reforma agrária e cooperativas de agricultores familiares), à atores e empreendimentos do urbano (como é o caso, por exemplo, de associações e empreendimentos ligados a Rede Mandala de economia solidária na cidade de Curitiba). A gestão da rede se dá efetivamente pela Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) junto do empreendimento Sinergia – Alimentos Saudáveis (que é um dos projetos abarcados pela Rede Mandala – Rede Paranaense Campo-Cidade de Economia Solidária). O projeto se caracteriza por uma rede colaborativa que tem a intenção de unir cooperativas agroecológicas e da reforma agrária à consumidores conscientes do apoio à agricultura familiar e camponesa na cidade de Curitiba e região. Nascida no ano de 2016, a rede vem realizando conquistas importantes no âmbito do setor de comercialização do MST, através de diversas parcerias e articulações em prol da circulação de produtos agroecológicos produzidos pelos acampamentos e assentamentos do MST de todo Brasil. Além da comercialização, a rede atualmente tem realizado inúmeras articulações em torno de campanhas de solidariedade e doação de alimentos na cidade de Curitiba e região metropolitana. Assim, ajudou a fundar a União Solidária no ano de 2020, que é um projeto articulado por inúmeros coletivos em prol de campanhas de solidariedade devido a atual situação do país no que diz respeito ao desmonte socioambiental do Governo federal e de pandemia em curso, problemas que vem agravando a situação de pessoas e famílias em situações de vulnerabilidade social e econômica.

também de outros processos de acampamentos e assentamentos no estado do Paraná. Através das trocas com Celio, fui entendendo melhor as dificuldades e articulações que o MST realiza em torno de um processo de ocupação de terra, mais ainda os processos em torno das burocracias e de negociação com o Estado. Celio me contou muitos elementos sobre o processo de ocupação do Maria Rosa, os processos judiciais em curso, as relações com o município de Castro (com a população, com o Prefeito, com os vereadores, com as cooperativas ao redor, como a Castrolanda, etc.), e principalmente a relação (ou falta dela) do poder público com a comunidade do Maria Rosa em questão, e como todas essas relações possuem impacto direto dentro da comunidade, e consequentemente na própria agroecologia que eles vem desenvolvendo por lá. De quebra, me contou também muitos detalhes sobre como foi o processo de planejamento popular territorial no Padre Roque, seus movimentos e saldos positivos no que diz respeito a atual organização do acampamento em torno dos processos de moradia e de produção e de infraestruturas. Ainda, conversamos muito sobre os processos de produção de alimentos do MST, os atuais planejamentos agroecológicos do Movimento, as campanhas de doação de alimentos, etc. Ao chegar no Padre Roque, Celio me disse para observar o mais atentamente possível à experiência desenvolvida naquele território, pois possivelmente irá servir futuramente de modelo para construção de outros projetos populares territoriais, tais como o do próprio Maria Rosa em andamento, que o MST buscará se basear em prol da construção e desenvolvimento de novos projetos de acampamentos e assentamentos espalhados pelo estado do Paraná, ou ainda pelo país (daí, novamente, a importância de conhecer esse acampamento).

Ao chegarmos na cada de Ademir, muitas conversas foram surgindo até que o almoço ficasse pronto. Na porta de entrada da casa tinha uma caixa cheia de pokans, onde cada um de nós (eu, Ademir e Celio) pegou diversas, e saímos passear pelo lote de Ademir, para que eu conhecesse. Nas conversas, muito se falou da atual situação do Padre Roque e de como tudo por lá se transformou após a conclusão do planejamento popular territorial desenvolvido junto do coletivo PLANTEAR no ano anterior. No meio das conversas, descasca pokan, cospe semente, e come os gomos. De novo e de novo, o corpo enquanto vetor do conhecimento.

Antes desse planejamento, o acampamento Padre Roque estava na mesma situação em que está o Maria Rosa hoje, ou seja, as famílias se sentindo inseguras com a atual situação do acampamento, sem saber ao certo onde vão morar e produzir, quais serão os desenhos possíveis do acampamento, quais as infraestruturas necessárias, etc. Ademir e Celio contam que o planejamento ocorrido no ano anterior foi uma revolução para o Padre Roque. Após ter ficado delimitado quais são os desenhos do acampamento, as estruturas e organizações de moradia e

de produção, os espaços comunitários e os lotes individuais, etc., tudo mudou, para melhor, conforme relatam. Dizem eles que o sentimento de instabilidade foi embora, e as famílias enfim passaram a ter maiores sentimentos de segurança em seus processos de produção e reprodução da vida e do trabalho no acampamento Padre Roque. Ao ficar delimitado que o Padre Roque poderia ser um novo modelo de Assentamento Rural, tal como chamado de "agrovila"<sup>31</sup> por Ademir e Celio (e pelo MST de forma geral), as famílias passaram a desenvolver seus projetos individuais/coletivos instantaneamente. Nesse desenho de agrovila do Padre Roque, cada família possui um lote particular, de 10 x 50 metros para construir suas casas e criarem seus animais de pequeno porte e suas hortas/lavouras. Nesse atual desenho, as casas das famílias ficam bem próximas umas das outras, ao mesmo tempo que também permite um ótimo espaço para se trabalhar na terra, cultivar alimentos para sustento próprio e também para comercialização.

Além desses espaços de moradia, ficou estabelecida uma parte do acampamento especificamente destinada para produção agrícola, tendo como base a produção agroecológica. Esse espaço é um espaço do coletivo, da comunidade toda do Padre Roque, onde cada família possui seu lote individualmente. Contudo, apesar de ser um local de produção agrícola individual de cada família, cada família possui autonomia para decidir se quer trabalhar nesse lote de produção naquele ano/safra ou não. Em caso de a família decidir não utilizar esse pedaço de terra para produção em determinados períodos, o espaço fica a disposição para a comunidade cultivar alimentos no local, em benefício do acampamento todo (por isso é um espaço de produção caracterizado por ser coletivo, e individual/de cada família ao mesmo tempo). Conforme discorrem Ademir e Celio, esses espaços de produção comunitária são importantes estratégias no sentido de garantir uma produtividade para a terra em questão, como também de renda e subsistência para as famílias do acampamento. Com a venda dos produtos cultivados nesses espaços comunitários, algumas melhorias em infraestruturas no acampamento são possíveis, assim como a compra e manutenção de máquinas agrícolas, como por exemplo um trator recentemente adquirido pela comunidade. Ademir e Celio contam, por fim, que esse modelo de acampamento tem gerado inúmeros saldos positivos, no que diz respeito a satisfação de necessidades e desejos individuais de cada família, e de outro lado desejos e necessidades do próprio coletivo e comunidade em questão. Conforme eles apontam, esse modelo tem

---

<sup>31</sup> Importante salientar que a ideia de "agrovila" não é nova dentro do MST. Inclusive, são diversas as experiências de acampamentos e assentamentos espalhados pelo Brasil que se basearam/baseiam na ideia de agrovila para organização interna dos territórios. O que é novo, nesse caso, é o modelo de agrovila que está sendo construído em particular no acampamento Padre Roque em questão.

agradado muito o pessoal do Padre Roque, e consequentemente muitas famílias do Maria Rosa também estão interessadas nesse modelo para a fazenda Capão do Cipó em questão (daí, de novo, a importância de conhecermos rapidamente a experiência do Padre Roque no sentido de dar luz ao próprio processo de ações de atores distintos no interior da formação de grupos no acampamento Maria Rosa).

É, novamente, o processo de formação de grupos em andamento. São atores, ações e redes construindo o acampamento Maria Rosa e seus projetos agroecológicos de produção e reprodução da vida e do trabalho. Maria Rosa e agroecologia ainda em processo de formação, e muito longe de estar "acabado". Na verdade, estando de acordo com a sociologia das associações de Latour (2012), o Maria Rosa e a agroecologia naquele espaço estarão sendo sempre (re)agregados e (re)associados constantemente a diversos outros fenômenos e domínios. O acampamento Padre Roque, por sua vez, é um deles no tempo presente.

Nos despedimos de Ademir e de sua família, assim como de toda comunidade do Padre Roque, e voltamos ao Maria Rosa. Saímos do Padre Roque por volta de 16:30 horas, e chegamos ao Maria Rosa em torno de 17 horas. No caminho de volta, mais e mais conversas com o Celio sobre diversos elementos vividos no Padre Roque e no Maria Rosa em particular.

Antes de dormir naquele dia, planejei o dia seguinte e como eu faria para ir embora. Gostaria de sair do Maria Rosa ainda antes do almoço, para não chegar tarde em Curitiba. Eu precisaria deixar tudo pronto nessa noite anterior, para no dia seguinte não me preocupar com esses processos de arrumar as coisas e organizar tudo para viagem. Antes ainda de voltar, eu gostaria muito de passar novamente na casa de Leodil e Santana, me despedir deles e, quem sabe, tomar um último cafezinho. A sensação de ver minha família novamente encheu meu coração de alegria e não pude conter a ansiedade em voltar para Curitiba. Eu já contava os minutos para abraçar minha esposa e minha filha e ficar horas ao lado delas novamente. De novo, a saudade e distância da família enquanto ótimos ingredientes para se pensar em ação e/ou não ação, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa e seus processos objetivos de aplicação, além de serem ótimos ingredientes para se pensar no corpo enquanto vetor do conhecimento.

Nesse último dia, segunda-feira (28/06), acordei antes do horário previsto no despertador. Eram ainda por volta de 6:40 e eu já estava de pé. Estava um pouco ansioso com a volta, e com os processos de arrumar tudo para viagem. Levantei, e já de imediato comecei a arrumar todas as coisas. Consegui organizar tudo na casa de Claudinei, e fechei sua casa. Na sequência, subi para a casa de Zé Carneiro, tomar um café da manhã. Enquanto tomava café da manhã, aproveitei para organizar as últimas coisas da viagem. No sábado, antes de ir embora

do Maria Rosa para ir resolver seus assuntos pessoais, Claudinei havia me dito que antes de eu ir embora, era pra eu colher mandioca a um cacho de banana para mim, de presente. E assim eu fiz. Logo após tomar café da manhã, eu colhi um pé de mandioca e um cacho de banana para levar embora para casa. Foi mandioca e banana que durou por muito tempo, e alimentou por dias e mais dias a mim e minha família. Foram atores da agroecologia que me acompanharam do acampamento Maria Rosa até Curitiba, e posteriormente provocaram ações e sentimentos/sensações por parte de pessoas que ainda não haviam vivido os processos "diretamente", como por exemplo minha esposa e minha filha, que se nutriram desses alimentos. Daí percebemos como que a lista de atores e redes pode ultrapassar fronteiras e estender limites de rastreabilidade, tal como propôs Latour.

Conforme diz Latour (2012), a ANT procura demonstrar que as questões em torno das conexões entre atores heterogêneos (ação humana e não humana) nunca estão acabadas. Isso porque o social (ou melhor, o coletivo), tem como principal característica seu processo enquanto um movimento formativo; está em constante formação e movimento, e por isso supõe sempre uma ação e conexão entre atores distintos e heterogêneos. O social não tem fim, tal como podemos pensar através da mandioca e da banana que saíram do Maria Rosa para nutrir minha esposa e minha filha em Curitiba. É evidente que os pesquisadores possuem prazos e burocracias a cumprir em suas pesquisas que fazem com que determinada pesquisa tenha sim um "fim", mas isso não quer dizer que o produto dela (o texto; monografia; dissertação; tese) – enquanto representante deste "fim" – deva anunciar que os fenômenos estudados estão finalizados. O estudo (a pesquisa) pode sim ter uma pausa, mas não um fim, e essa pausa é delimitada por prazos, financiamentos de pesquisa, etc. Desde que o pesquisador continue a se alimentar de controvérsias, tal como propôs Latour, a pesquisa sempre pode continuar. Já quando pensamos no processo de formação de grupos, é praticamente impossível seguir todos os atores e redes que existem nesse processo, por isso basta, para o pesquisador (de acordo com Latour), escolher quais atores e quais redes seguir (e depois descrever) no curso de uma pesquisa. É o que estamos fazendo, evidentemente, no interior dessa pesquisa em questão, e que ficará mais evidente no capítulo seguinte, quanto procuraremos discorrer sobre determinadas análises a respeito de alguns aspectos centrais da ecologia emergente e seus sentidos no acampamento Maria Rosa.

Depois do café da manhã e das colheitas de mandioca e banana, fui dar um pulo na casa de Leodil e Santana. Tudo já estava pronto, era só entrar no carro e ir embora. Contudo, quis ainda me despedir de meus amigos uma última vez. Quando cheguei no lote de Santana e Leodil, Santana estava trabalhando em sua horta, com a enxada. Quando me viu, parou de

trabalhar, e automaticamente me convidou para um café em sua casa. Leodil estava ausente, dando de alimentar aos porcos. Conversamos diversas coisas nesse dia, e Santana me mostrou um lado seu que eu ainda não conhecia, que diz respeito a sua produção caseira de remédios. Assim como outras pessoas do Maria Rosa e de outros acampamentos (como a própria dona Judite no Maria Rosa), Santana é muito boa em inventar e reproduzir receitas de remédios caseiros. Utilizando de ervas medicinais, e até abelhas, Santana faz remédios para diabetes, e para um monte de outras enfermidades. Ela me contou muito sobre isso nesse dia, sobre a produção de remédios caseiros e o cuidado com a saúde que ela e os companheiros e companheiras do Maria Rosa tem um com outro. Na ausência de posto de saúde perto, a saúde é algo delicado, que encontra soluções nos cuidados de cada um com o outro dentro do próprio acampamento. Um novo elemento para se pensar a agroecologia dentro daquele espaço, mas que, por hora, não foi aprofundado por essa pesquisa.

Leodil chegou, e continuamos a conversar. Entre cafés e bolo de banana, fomos percebendo que conversar juntos era coisa fácil. Parecia que já nos conhecíamos a muito tempo. Isso é uma característica do Maria Rosa: o acolhimento. Fui muito bem recebido por todos e todas, em especial por Santana e Leodil, que se tornaram, junto com Claudinei, as pessoas com quem tive mais contato nesses dias por lá. O carinho que desenvolvemos juntos não fica restrito à pesquisa em questão. As conversas estavam ótimas, mas eu tinha que vir embora. Apesar de terem me convidado para almoçar na casa deles, eu queria ir embora antes do almoço, para chegar em Curitiba e almoçar com minha família. A saudade estava enorme, e eu queria muito vir para casa logo. Leodil e Santana ficaram chateados por eu não almoçar com eles, mas compreenderam perfeitamente (sabem bem o que é sentir saudades da família). Antes de eu ir embora, fizeram questão de ir comigo em sua horta, para que eu levasse verduras para casa. Me deram de tudo um pouco: repolho, agrião, berinjela, cenoura, beterraba, almeirão, brócolis. Todos atores que também continuaram ampliando a lista de rastreabilidade possível para além dos limites e fronteiras do acampamento em questão. Depois da colheita dos alimentos, foi momento de me despedir. Antes ainda de entrar no carro, me encontrei com Roque no meio do caminho. Roque já devia ter previsto que eu iria embora, pois já havia separado para mim algumas coisas para eu levar para casa. Com muito carinho, me deu um saco de batata doce e outro de amendoim crioulo. Me desejou boa sorte e ficamos também na promessa de nos encontrarmos novamente. Me despedi do Maria Rosa transformado. De quebra, ainda estava levando boa parte do Maria Rosa comigo, não só pelas conversas e pelas memórias desses dias, como também pelos alimentos que ganhei do pessoal (os atores da agroecologia no Maria Rosa também passaram a me seguir). A parte de trás do carro veio cheia de alimentos, e na parte da

frente, junto comigo, veio cheia também as memórias e o afeto pela comunidade do Maria Rosa e as pessoas que lá vivem. Sai de lá torcendo muito para que a vida daquelas pessoas melhore. Que seus trabalhos e suas vidas ganhem novas dimensões e que encontrem paz e sossego em meio as dificuldades cotidianas.

Ao finalizar essa primeira etapa de pesquisa em campo, foi momento de retornar para Curitiba e procurar atribuir alguma ordem ou sentido para tudo aquilo que eu havia vivido. Além de ser um procedimento comum para quem está em busca de construir uma pesquisa que envolva um trabalho de campo (tal como realizei), o período de qualificação no Mestrado estava cada vez mais próximo e, por isso, precisava também produzir algo passível de ser qualificável. Assim, remonte memórias e caminhos, procurei peças e as encaixei em determinados lugares, e refleti incansavelmente em busca de respostas e de esclarecimentos acerca da agroecologia que está hoje em emergência e desenvolvimento no acampamento Maria Rosa. Depois de muitos diálogos com minha esposa, com meu orientador, e, claro, comigo mesmo, alguns elementos passaram a ficar mais claros para mim, e enfim uma pesquisa se solidificou. Diversos foram os elementos que, aos poucos, construíram uma ideia de acampamento Maria Rosa e de agroecologia no interior dessa pesquisa, e assim foram registrados. Contudo, é evidente que a pesquisa ainda não estava concluída, e outros tantos elementos ficaram por ser ainda melhor investigados/aprofundados posteriormente. Tal encaminhamento ficou ainda mais evidente no dia da qualificação desta dissertação (fins de outubro) que, ao ser concluída, ajudou a me orientar a quais eram as questões que ainda precisavam ser melhor elaboradas no intuito de concluir essa pesquisa. Sendo assim, novas idas a campo passaram a ser estudadas e planejadas, e dois novos momentos ainda viriam a acontecer para que enfim conseguíssemos sintetizar alguns principais elementos e concluir (ainda que não definitivamente) essa pesquisa em questão.

O segundo momento em campo ocorreu no dia 20 de novembro de 2021, um sábado, e foi um tanto quanto diferente da primeira vez. Enquanto que na primeira aproximação eu estava sozinho e fiquei no acampamento por 5 dias, nessa segunda vez eu fui acompanhado, e fiquei apenas um dia no local. As pessoas que me acompanharam ao acampamento foram minha esposa (Ingrid) e minha filha (Maria), por duas principais razões: a primeira delas porque são minha família, e, se pudermos, vamos juntos onde quer que seja; a segunda razão é que, por serem minha família, são também praticamente coautoras dessa pesquisa (principalmente no que diz respeito aos intensos e longos diálogos com minha esposa sobre o acampamento em questão e o fenômeno da agroecologia que está sendo desenvolvido por lá). Já os motivos de ficarmos apenas um dia no acampamento e não mais cinco como da primeira vez, se deu

principalmente por que, em primeiro lugar, eu já conhecia o território em questão e algumas pessoas que vivem lá (por isso não havia mais a necessidade de ficar mais tempo para conhecer todo o acampamento), e em segundo porque agora (depois da imersão realizada na primeira aproximação) havia ficado mais evidente quais eram, objetivamente falando, as principais questões que eu precisava investigar para concluir a pesquisa. Por isso, ficou decidido que eu iria mais duas vezes ao acampamento, em uma espécie de "bate e volta" no mesmo dia, para investigar/aprofundar algumas questões pontuais e objetivas. Caso essas duas vezes não fossem suficientes, poderíamos pensar ainda numa terceira (ou quem sabe uma quarta vez). Porém, mais duas idas ao acampamento foram suficientes, e assim seguimos na construção da pesquisa.

A segunda ida ao acampamento ocorreu, como já informado, num sábado (dia 20/11/2021). Por volta de 7 horas da manhã, eu, minha esposa e minha filha partimos para Castro, e chegamos ao acampamento entre 9:30 e 10 horas da manhã. Novamente, o portão estava trancado, e tivemos que entrar andando a pé. Foi um momento importante que me fez refletir sobre minha primeira ida: enquanto que na primeira vez eu entrei sozinho com certo receio (e até um pouco de medo) do que poderia acontecer, nessa segunda vez entrei no acampamento como uma espécie de guia turístico, contando tudo que eu já conhecia e experienciei para minha esposa e filha. Ansioso, é claro, do que iria acontecer naquele dia, entrei no acampamento Maria Rosa com certa familiaridade, e isso me deu calma e me encheu de alegria. Entramos no acampamento e andamos até a casa de Leodil e Santana, a casa que era mais próxima das pessoas que eu conhecia lá dentro, e também porque eles já estavam nos esperando<sup>32</sup>. Ao chegarmos, fomos amplamente recebidos pelo casal, que nos cumprimentaram e abriram, mais uma vez, a porta de suas casas para mim (e agora para nós). Ao contar que havíamos entrado andando, Leodil se prontificou a ir comigo até a entrada do acampamento, para abrir o portão para que eu pudesse entrar com o carro. No caminho, as conversas iam acontecendo como se fossemos dois velhos amigos, que já se conheciam a muito tempo.

Ao chegar novamente na casa de Leodil e Santana, já fomos avisados de todos os movimentos planejados por eles no dia anterior: tomaríamos café da manhã com eles (café preto e um bolo de chocolate com café preparado com carinho por Santana), e também almoçaríamos com eles (arroz, feijão, salada de alface e frango caipira na panela de pressão). Chegamos por

---

<sup>32</sup> Como já havia ido ao Maria Rosa e feito amizade com algumas pessoas, foi para essas pessoas que eu avisei que iria nesse dia 20 de novembro passar mais um dia lá. Ao contar para Claudinei, para o Celio e para Leodil e Santana que eu iria nesse dia, fomos recebidos super bem, tal como da primeira vez em que fui sozinho. Ao questionar se eu poderia ir mais uma vez para o acampamento, foi (novamente) me dito, por todas as pessoas com que falei, que as portas do acampamento estarão sempre abertas para mim e para minha família. E, de fato, estavam (e continuam a estar).

volta de 10 horas da manhã na casa de Leodil e Santana, e ficamos por lá até cerca de 14 horas. Logo que chegamos, nos pusemos a falar e nos atualizar sem parar, e dezenas de assuntos foram nos atravessando incessantemente. Fomos para lá, entre diversas coisas, para conversar e construir essa pesquisa, e foi o que fizemos, todos e todas nós juntos(as).

Dentre inúmeras conversas que tivemos nesse dia, as principais ocorreram em concordância com as questões centrais que ficaram de ser aprofundadas por mim nessa pesquisa, e seguiram um roteiro norteador elaborado dias antes da ida a campo, apesar de que esse roteiro foi também percorrido e modificado pelas outras pessoas que estavam ali comigo naquele momento. Em toda nossa conversa, por não estar mais sozinho, eu era constantemente atravessado também por questões familiares, como por exemplo os pedidos e requerimentos feitos pela minha filha (comidas, idas ao banheiro, etc.). Me lembro de como foi super prazeroso discutir agroecologia dentro de um acampamento rural ouvindo, junto, as vozes de minha própria família dentro do diálogo. Para também fazer um pouco diferente do que da primeira vez, resolvi gravar toda nossa conversa, agora com o aceite de Leodil e Santana. Tal procedimento foi muito importante para a organização das ideias e desenvolvimento dessa pesquisa em particular. De forma geral, Leodil e Santana tocaram em muitos pontos que antes eles já haviam relatado para mim, nas primeiras visitas que eu fiz para eles na primeira aproximação empírica. Porém, nessa segunda ida ao acampamento, muitos detalhes acerca de suas vidas (trajetórias, origens, etc.) foram melhor explicados por eles, e com isso o entendimento da própria proposta agroecológica no acampamento Maria Rosa foi sendo melhor entendida por mim.

Após horas de conversas, terminamos nosso encontro indo passear pelo acampamento: em primeiro percorremos novamente o lote deles, ouvindo histórias, conhecendo novas plantas e alimentos, etc.; depois, fomos até o chiqueiro comunitário, visitar os porcos deles e enfim mostrar esses animais para minha filha (que estava super ansiosa para vê-los). Pude ver em primeira mão, conforme as imagens a seguir (Figuras 28 e 29), como a horta e as lavouras de Leodil e Santana se modificaram em relação a primeira vez que as vi, agora com muita coisa nova plantada, inclusive o milho, o alimento de roça "da vez"<sup>33</sup>. Além da lavoura e horta, pude ver também como a família de porcos de Santana e Leodil aumentou (Figura 30). Ao fazermos

---

<sup>33</sup> Nessa época do ano (setembro, outubro e novembro), é momento de plantar milho. É o alimento da vez (da época). Quando fui para lá na segunda vez (20/11), quase todo lote dentro do acampamento tinha uma lavoura de milho plantada. Ou seja, o milho enquanto alimento predominante plantado nas roças no acampamento Maria Rosa. Contudo, mesmo sendo o alimento predominante nas roças do acampamento, não acaba caracterizado como uma espécie de monocultivo, pois nas próprias roças ainda se cultiva também feijão, mandioca e abóbora (junto do milho), e nas hortas e lavouras há uma diversidade gigantesca de cultivos diferentes, que no próximo capítulo tentaremos abordar com um pouco mais de detalhe.

esses passeios, voltamos para casa deles para pegarmos nosso carro e irmos até a casa de Claudinei. Nos despedimos com o aceno de que, antes de ir embora, passaríamos novamente para um abraço.

FIGURAS 28 E 29 – HORTA E LAVOURA DE LEODIL E SANTANA: MILHO ENQUANTO ALIMENTO PREDOMINANTE DA ÉPOCA (NA PRIMEIRA FOTO, O MILHO ESTÁ EM SEGUNDO PLANO)



FONTE: O autor (2021)

FIGURA 30 – PORCOS RECÉM NASCIDOS DE LEODIL E SANTANA



FONTE: O autor (2021)

Claudinei, infelizmente, não estava em sua casa, pois havia saído trabalhar (tinha ido plantar feijão em um espaço um pouco longe de sua casa, segundo sua vizinha Otália). Assim, decidimos ir visitar Judite e seu filho Toninho, pessoas que eu já conhecia e também gostaria de aprofundar questões e detalhes que antes eu não havia conseguido. Fomos um pouco tímidos para casa de Toninho e Judite, pois estávamos com receio de incomodá-los num sábado de tarde (um dia possível para se descansar e não querer, eventualmente, receber visitas). Passamos em frente a casa deles, e estava tudo fechado, como se não tivesse ninguém em casa. Resolvemos, então, ir em direção a sede do acampamento para apresentar para minha esposa e filha, e também para conversar com o Celio, caso ele estivesse em casa (Celio mora perto da sede). Ao manobrar o carro, avistamos Toninho e Judite na porta da casa deles, já para o lado de fora, com um sorriso gigante no rosto. De longe eles já me reconheceram e, imediatamente, saíram da casa prontos para nos receber. Quando saímos do carro, fomos recebidos por eles tão calorosamente quanto Leodil e Santana, e de imediato fomos convidados a entrar. Tal como todas as pessoas que conheci naquele acampamento, Toninho e Judite estavam felizes e animados em conversar e contar de suas vidas. O papo começou tão naturalmente como a luz do sol que entrava pela porta da sala da casa de Judite e Toninho naquele sábado quente.

Judite tem três filhos que moram no Maria Rosa, e um deles (Toninho) mora com ela em sua própria casa. As outras duas filhas (Patrícia e Silvana), moram em suas casas em seus próprios lotes (que são vizinhos do lote de Judite). Tanto Toninho como Judite eu já conhecia,

mas também fiquei de voltar para o acampamento conversar com mais calma com eles. E para alegrar o dia, dessa vez voltei com a família. A presença de minha esposa e minha filha no acampamento foi muito rica para mim e para a própria pesquisa em questão, e assim como eu, elas foram muito bem recebidas e cuidadas pelas pessoas que vimos e visitamos. É impressionante como a dinâmica das conversas e dos assuntos tomam outra característica quando tem outras pessoas envolvidas, especialmente quando há uma criança de 4 anos no meio da conversa gritando, brincando, sorrindo e se divertindo (e claro, as vezes chorando também). Judite e Toninho nos receberam com muito carinho, e também com eles nos pusemos a falar. Maria, enquanto isso, corria pela casa sem parar atrás de dois filhotes de cachorros. Toninho e Judite entraram na brincadeira, e inclusive disseram para minha filha levar os cachorrinhos para ela, caso ela quisesse. Mas já com três cachorros para cuidar em Curitiba, o pai e a mãe dela tiveram que intervir e mudar de assunto, se não já seriam 5 cachorros para cuidar.

Com muitas conversas aprofundadas e muitos detalhes esclarecidos, fomos também passear pelos lotes da família de dona Judite (o seu e de seu filho, e os outros dois de suas filhas). Havia muitas novidades que eles nos contaram e que, agora no passeio, conseguimos ver na prática. Nesse tempo que não fui ao acampamento, Toninho elaborou um projeto de construção de estufa, para cultivar tomate, e acabou construindo não apenas uma, mas duas estufas: uma feita em seu lote, para ele cultivar tomate (Figuras 31, 32 e 33), e a outra feita no lote de sua irmã Patrícia (Figuras 34, 35 e 36), em que ela está cultivando tomate, alface, pimentão e morango. Além dessa grande novidade que é uma estufa no meio de um projeto agroecológico em desenvolvimento, Toninho e Judite também nos levaram para conhecer as mais novas integrantes de suas famílias: três vaquinhas ainda filhotes (Figuras 37 e 38).

FIGURAS 31, 32 E 33 – ESTUFA CONSTRUÍDA POR TONINHO, EM SEU PRÓPRIO LOTE, PARA CULTIVO DE TOMATE





FONTE: O autor (2021)

FIGURAS 34, 35 E 36 – ESTUFA CONSTRUÍDA POR TONINHO, NO LOTE DE SUA IRMÃ (PATRÍCIA), PARA CULTIVO DE TOMATE, ALFACE, PIMENTÃO E MORANGO





FONTE: O autor (2021)

FIGURAS 37 E 38 – VACAS AINDA FILHOTES DE TONINHO E SUA FAMÍLIA





FONTE: O autor (2021)

Depois desse passeio e dessas verdadeiras chuvas de novidades, chegou a nossa hora de irmos embora de volta para Curitiba. O dia já estava acabando, com o sol nos dizendo que gostaria de ir se retirar, e nós também íamos sentindo o mesmo. O dia foi muito rico e muito prazeroso. Além de passarmos o dia em ótimas companhias, paisagens, cheiros e vidas diversas, também foi alcançada a objetividade em determinadas questões que a pesquisa em si necessitava, segundo os detalhes e questões aprofundadas tanto com Leodil e Santana, como com Judite e Toninho. Apesar de termos recebido diversas vezes o convite para ficarmos e dormirmos no acampamento naquele dia, resolvemos voltar para descansar em nossa casa em Curitiba. Nos despedimos de Judite e Toninho, passamos dar um abraço em Santana e Leodil, e saímos do acampamento Maria Rosa já quase escurecendo.

A terceira ida ao acampamento Maria Rosa ocorreu já no fim do ano, no dia 11 de dezembro de 2021. Dessa vez, também não fui sozinho, mas agora no lugar de minha família, foi comigo meu orientador (Alfio). Juntos, fomos uma última vez seguir atores e mapear as redes da agroecologia no acampamento Maria Rosa. Dessa vez, fomos atrás de conversar com Dimarães e Natalino, dois nomes que apareceram muito durante as conversas com o pessoal do Maria Rosa, justamente porque são pessoas que vem desenvolvendo um belo trabalho dentro da agroecologia no acampamento. Assim, entrei em contato com o Celio, para saber mais sobre esses dois rapazes, e se eu poderia ir visitá-los no dia 11 de dezembro. Celio não estaria no acampamento nesse dia, assim como muitas outras pessoas também não (nesse dia aconteceu uma festa no acampamento Emiliano Zapata, em Ponta Grossa, e muitas pessoas do Maria Rosa

foram para lá). Porém, fui informado pelo Celio que Dimarães e Natalino estariam por lá, e não apenas estariam, como já se preparavam para nos receber no dia 11.

Fomos eu e Alfio, no dia 11/12/2021 ao acampamento Maria Rosa. Era também um sábado. Saímos de Curitiba por volta de 8 horas, e chegamos no acampamento entre 10 e 10:30. Novamente, o portão estava trancado, e tivemos que entrar a pé. Como não sabíamos ainda qual era a casa de Natalino e Dimarães, fomos andando até a casa de Leodil e Santana, pois era a casa mais próxima que eu conhecia. Batemos palmas, e eles não estavam em casa. Resolvemos ir andando até a casa de Claudinei, que dá em torno de 5 minutos de caminhada. Chegando no Claudinei, também não havia ninguém em casa. Contudo, seu vizinho apareceu e disse que ele estava trabalhando em uma lavoura de feijão ali pertinho, a menos de 1 minuto de caminhada. De longe mesmo já avistei meu amigo Claudinei, que também já havia me reconhecido e deixado de lado sua enxada para me receber para um abraço. Claudinei estava trabalhando na lavoura de feijão de um vizinho, que havia perdido muitos pés de feijão, e agora estava com projeto de replantar tudo novamente (por isso, pediu ajuda para Claudinei que, por um valor x, estava realizando o trabalho). Claudinei resolveu parar um pouco de trabalhar para nos receber. Desligou a música que estava tocando em seus fones de ouvido, pegou seu instrumento de trabalho, e nos conduziu até sua casa para um café.

Foi realmente muito bom estar de volta naquela casa de Claudinei. Olhando ao redor, fui lembrando os dias em que passei naquela casa. Sua casa foi a minha morada por 5 dias, me acolheu e me protegeu. Há, na casa de Claudinei (e em sua pessoa, evidentemente), um carinho comigo e minha família sem igual. Claudinei pegou o café que já estava pronto dentro da garrafa térmica, já agilizou também um suco, trouxe queijo, manteiga e frutas, e foi na vizinha buscar um pão caseiro (que ela própria faz) para tomarmos um café da manhã juntos. Nos serviu rapidamente um verdadeiro banquete, e nos pusemos a falar uns com os outros. Os assuntos naquela manhã com Claudinei foram diversos: similar as conversas que tive com Leodil e Santana e Toninho e Judite da última vez em que fui ao Maria Rosa, Claudinei relembrou conversas que já havíamos tido, tocou em assuntos novos, aprofundou e detalhou questões de sua vida, sua trajetória, suas origens, seu trabalho com a terra, etc. Além dessas inúmeras conversas, Claudinei nos contou muito nesse dia sobre os sentidos da Agroecologia, sobre os sentidos de seu próprio trabalho na terra, sobre as práticas que realiza, sobre as definições que ele elabora acerca de sua vida e trabalho, sobre seus planos presentes e futuros, seus anseios e ambições, seus medos, etc. Além disso, Claudinei também nos ensinou muito sobre solidariedade, um tema que não parou de surgir para mim em todas as vezes que fui ao acampamento. Parece que dentro de cada pessoa que conheci no Maria Rosa há um espaço

reservado para um espírito que se pretende (e se constrói) solidário, que pensa no outro, que quer ajudar e que não aceita pensar em sua vida sem pensar, concomitantemente, na vida e no bem estar dos outros. Não atoa vemos, no interior do próprio MST, inúmeras campanhas de doação de alimentos nesse período difícil de pandemia que hoje o mundo (e em especial o Brasil) enfrenta.

Ficamos na casa de Claudinei por volta de 1 hora e meia. Depois de muito conversarmos, ele nos levou passear pelo seu lote, e nos mostrou partes da casa recentemente construída por ele, mostrou seus animais (porcos e galinhas) que havia adquirido recentemente, etc. Depois, entramos novamente em sua casa, para pegar a chave do portão e ir buscar o carro, que estava na entrada no acampamento. Além disso, Claudinei também nos indicou onde moravam Natalino e Dimarães, os dois rapazes que eu e Alfio gostaríamos de encontrar naquele dia. Fomos até o portão, pegamos o carro, e entramos agora dirigindo pelo acampamento, rumo a casa de Natalino. Chegando lá, haviam dois homens e uma mulher na parte da frente da casa de Natalino, que eu não sabia quem eram (não conhecia ainda Natalino e Dimarães de vista). Ao descer do carro perguntei se algum deles era o Natalino, e descobri que era o próprio Natalino e o próprio Dimarães que nos aguardavam, acompanhados da esposa de Natalino, dona Irani. Ao serem informados pelo Celio que eu iria naquele dia conversar com eles, eles dois já se reuniram quando nos viram entrar pelo acampamento, somente aguardando para que fôssemos até eles. Como depois descobrimos, eles já haviam reservado suas tardes de sábado para ficarem conosco e conversarem por horas a fio.

Natalino e Dimarães eram duas pessoas que eu ainda não conhecia, mas que já tinha ouvido falar muito sobre eles. Seus nomes apareceram para mim diversas vezes nas conversas com o pessoal do Maria Rosa, e eu havia ficado curioso para conhecê-los. Uma das principais razões de seus nomes aparecerem tanto, é que eles fazem um belo trabalho agroecológico no acampamento, e com alguns diferenciais. Eles são um dos poucos membros do acampamento que possuem trator e tobata (um pequeno tratorzinho de mão), conforme podemos ver nas Figuras 39 e 40, e além disso, ambos criam vacas para produção de leite e queijo (coisa que não é tão comum assim dentro do acampamento Maria Rosa), conforme vemos nas Figuras 41, 42, 43 e 44. São poucas famílias que possuem produção de leite dentro do acampamento, principalmente uma produção tão considerável como a que eles realizam.

FIGURAS 39 E 40 – TRATOR E TOBATA DE NATALINO



FONTE: foto tirada por Natalino e cedida para esta pesquisa

FIGURAS 41, 42, 43 E 44 – CRIAÇÃO DE VACAS DE NATALINO E QUEIJOS PRODUZIDOS POR ELE E SUA ESPOSA IRANI





FONTE: foto tirada por Natalino e cedida para esta pesquisa

Foi ótimo conhecê-los. Apesar de termos nos conhecido a pouquíssimo tempo, as conversas foram fluindo tal como se já nos conhecêssemos a muito. Similar a todas as pessoas que havia conhecido até agora, Natalino e Dimarães foram muito solícitos em nos contar sobre suas vidas, suas histórias, trajetórias, origens, trabalhos, etc. Tal como outros relatos colhidos até então, os dois são também nascidos na roça e no rural brasileiro, e tinham inúmeras histórias para nos contar. Foi um dia recheado de campesinidade, de resgate de memórias, de (re)construção de trajetórias, de agroecologia, de MST e de ligação e conectividade com a terra. Os dois nos contaram diversas coisas, e dentre todas elas contribuíram assertivamente na construção "final" dos sentidos da agroecologia emergente naquele território em questão. Foram trocas muito importantes e que ajudaram, enfim, a encaminhar a pesquisa em sua reta final.

Permanecemos juntos até umas 17 horas. Foi ótimo o Dimarães já estar na casa de Natalino, pois assim conversamos com os dois ao mesmo tempo, o que tornou a conversa ainda mais dinâmica e produtiva. Dona Irani, esposa de Natalino, não quis se juntar conosco no começo da conversa, mesmo sendo convidada, pois ficou, nos bastidores, muito preocupada em preparar um café da tarde para nós. Entre papos e histórias, Irani apareceu anunciando que estava pronto o café: bolinho de chuva feito na hora, ainda quentinho, e café preto com leite. Detalhe que o leite servido na mesa era produzido por eles próprios e suas vacas, o que tornou aquele café da tarde ainda mais especial. Depois do café, Irani também se juntou a nós, e mais conversas foram sendo desenvolvidas e elaboradas naquela tarde. Depois de muito conversar e conhecer melhor essas três pessoas incríveis, era hora de retornar novamente para Curitiba. Nos despedimos do pessoal, passamos no Claudinei devolver sua chave do portão, e pegamos a estrada. Mais e mais conversas sendo elaboradas, agora entre mim e meu orientador. Outro elemento muito rico nesse dia foi justamente a presença de meu orientador comigo. Até então, fomos construindo a pesquisa em que ele, no caso, ia recebendo dados de segunda mão, através dos meus relatos e escritos. A presença dele naquele dia foi importante para construção da pesquisa em si, e também porque os diálogos que estabelecemos acerca das experiências vividas naquele dia (e também dos outros dias, que eu havia relatado para ele), foram fundamentais para chegarmos, enfim, nas sínteses e análises dessa pesquisa em questão. Tais sínteses, portanto, se encontram no próximo capítulo, onde pensaremos, dentre diversas questões, os sentidos, as práticas e as principais controvérsias da agroecologia no interior do acampamento Maria Rosa do Contestado.

Por último, importante ainda ressaltar questões a respeito dos atores humanos e não humanos que seguimos a partir do Acampamento Maria Rosa. Como tentamos deixar evidente nesse capítulo, existe uma quantidade de atores (humanos e não humanos) no interior (e no

exterior) do acampamento em questão, e não daríamos conta, no âmbito dessa dissertação, de seguir todos os atores que iam aparecendo para nós durante os trabalhos de campo. Como tentamos explicitar, o fenômeno da agroecologia no acampamento Maria Rosa é formado por atores diversos, o que foi tornando o fenômeno cada vez mais complexo. No que diz respeito a essa pesquisa em particular, fomos elegendo aqueles atores que nós considerávamos pertinentes de serem seguidos, e por isso mesmo é importante deixar claro, mais uma vez, que não seguimos todos os atores possíveis naquele acampamento em questão, e sim uma pequena (mas representativa) amostra. Tal amostra foi estabelecida na medida em que íamos tendo contato com alguns atores humanos chave em todo o processo, como tentamos deixar claro através desse capítulo.

Começando os contatos no Maria Rosa a partir de Claudinei, fomos colhendo histórias e relatos, conectando nomes e trajetórias, e conhecendo aos poucos outros atores humanos importantes em todo processo da agroecologia no acampamento. Passando por Leodil e Santana, e chegando em Judite, Toninho, Natalino, Irani e Dimarães, a pesquisa foi se construindo e entendendo pontos e pontes comuns entre todos esses atores humanos. Tais fatores comuns estão ancorados em seus perfis, que serão brevemente apresentados a seguir. Em primeiro temos Claudinei, nosso ator chave em todo processo, que nos abriu as portas ao Maria Rosa pela primeira vez. Um homem de cinquenta e poucos anos, nascido no meio rural brasileiro (no interior do Paraná), e que aprendeu desde cedo a trabalhar na roça. Após crescer, se viu afastado do rural, e desempenhou inúmeras atividades de trabalho em toda sua vida no meio urbano. Volta ao rural (ao Maria Rosa, em meados de março de 2021) sozinho, para reconstruir sua identidade de "agricultor de roçado", conforme ele próprio diz. Em segundo temos Leodil e Santana, os dois com idade acima dos 60 anos, e também ambos nascidos no rural brasileiro, na "roça", como dizem. Também se mudam para o urbano no decorrer de suas vidas, e desempenham também inúmeras atividades nas cidades onde moraram. Santana, por exemplo, trabalhou muito anos de cozinheira em um restaurante, desenvolvendo cada vez mais suas habilidades na cozinha e nos manejos dos alimentos. Também retornam ao rural (ao Maria Rosa, a cerca de 2 anos e meio), somente os dois (os filhos já crescidos e casados ficaram em cidades), para reconstruir suas identidades camponesas de vida e de trabalho. Em terceiro temos Toninho e Judite. Judite com 77 anos e Toninho (seu filho) na casa dos 50 anos. Ambos também nascidos no rural brasileiro, e retornam ao rural (ao Maria Rosa, desde setembro de 2015, quase junto da ocupação) na mesma intenção dos outros citados até agora, isto é, reconstruir uma vida e um trabalho presente e futuro no rural brasileiro. Ao se mudarem para cidades, Toninho, por exemplo, trabalhou por muitos anos de pedreiro, o que legou a ele grande habilidade de

construção, tal como vimos através de suas estufas construídas por suas próprias mãos. Além de Toninho, outras duas filhas de Judite também retornam ao rural, e moram hoje no Maria Rosa junto com eles (cada uma em seu próprio lote). Por último, Natalino, Irani e Dimarães. Natalino com 58 anos, Irani também na casa dos 50 e Dimarães com 49. Todos também vieram da "roça", nasceram no rural brasileiro. Natalino se afastou do rural e também foi morar em cidades. Morou em Curitiba por mais de 30 anos, e lá trabalhou principalmente como operador de máquinas em fábricas que produziam plástico. Dimarães, por sua vez, é o único (entre todos e todas citados até aqui) que não trabalhou no meio urbano. Apesar de ter sido também afastado do rural e morar em um bairro na cidade de Castro, ele sempre trabalhou em fazendas e chácaras da região, como caseiro, por exemplo. Tanto Natalino como Dimarães também retornam ao rural (com suas respectivas esposas, Irani e Rosana), ao Maria Rosa (também em setembro de 2015, quase junto da ocupação), na intenção de construir projetos presentes e futuros de vida e de trabalho. Ambos também com filhos adultos já casados e que moram hoje em outros locais pelo Paraná e pelo Brasil.

Apesar de termos tido contato com diversos outros importantes atores humanos em todo o processo da pesquisa, e que em certa medida também nos ajudaram a construir nossas análises, esses nomes citados acima foram os principais seguidos por nós, e por meio dos quais essa pesquisa se apoiou integralmente para construção de suas principais ideias e análises. Assim, temos ciência que tal amostra pode a qualquer momento se modificar na medida em que decidirmos seguir mais e mais atores em todo processo da agroecologia no acampamento Maria Rosa. Contudo, por hora, é com base nesses principais atores humanos (e não humanos) apresentados nesse capítulo que esboçaremos nossas análises a respeito do fenômeno da agroecologia naquele acampamento. Tais atores constituem eixos comuns e de suma importância no desenvolvimento da agroecologia no Maria Rosa, e por isso mesmo será com base neles que essa pesquisa seguirá seu curso de desenvolvimento, para pensar, dentre diversas questões, quais são os principais sentidos, práticas e controvérsias da agroecologia naquele acampamento em questão.

#### **4 HUMANOS E NÃO HUMANOS MEDIANDO O SOCIAL: OS SENTIDOS, AS PRÁTICAS E AS CONTROVÉRSIAS DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO**

À luz das elaborações teóricas e metodológicas da pesquisa, procuramos dar ênfase, no capítulo anterior, na história e no contexto territorial e jurídico do acampamento Maria Rosa do Contestado, e ainda também de como se estabeleceu o contato de trabalho de campo e da experiência empírica desenvolvida naquele acampamento. Além disso, procurou-se demonstrar como foi, até agora, o processo de seguir os atores e mapear as redes da agroecologia no Maria Rosa, dando ênfase no processo de formação de grupos (Maria Rosa e Agroecologia) e, portanto, formação do "social" (reagregações e reassociações), tal como bem salientou Bruno Latour através da perspectiva da ANT.

No atual estágio da pesquisa, algumas análises a respeito da ecologia (agroecologia) que se constrói no acampamento foram, então, possíveis de serem desenvolvidas e solidificadas. Diversos elementos comuns foram identificados enquanto fenômenos de suma importância para o desenvolvimento da proposta agroecológica do acampamento, tal como nos dispomos a investigar enquanto objetivos dessa pesquisa. Por essa razão, nesse capítulo pretende-se realizar tais análises, na mesma intenção e direcionamento teórico e metodológico que até agora estivemos seguindo. Assim, adentramos então em pensar qual ecologia tem emergido naquele acampamento, e também quais controvérsias, práticas e sentidos que os atores atribuem à suas ações e práticas no interior da proposta agroecológica de produção e reprodução da vida e do trabalho.

Retomando rapidamente, então, nossa orientação teórico-metodológica, temos, segundo Bruno Latour (2012), que as Ciências Sociais (em sua tradição), ao procurarem demasiadamente pelos fenômenos exclusivamente "sociais" do mundo, ficaram "excessivamente tímidas" a perceber e/ou revelar a quantidade e complexidade de associações com as quais se deparavam em seus estudos. Ora, me parece um movimento interessante a seguir nessa pesquisa em questão, qual seja, o de "quebrar" com determinada timidez em relação as possíveis associações que podemos encontrar ao pensar uma ecologização da agricultura não apenas enquanto fenômeno da ordem do "social" e de seus atores (humanos/sociais) enquadrados em esquemas referenciais, mas, primeiro, ampliar a própria noção de ator e de ação à outras entidades (não humanas e, portanto, não "sociais") e, segundo, levar em consideração o que os próprios atores tem a dizer sobre tal ecologização. A ecologização enquanto não de domínio exclusivo do "social" e do humano, mas enquanto um movimento, conforme diz Latour, de constantes associações. Queremos um objeto de estudo mais

privilegiado do que o campesinato (e a Agroecologia) para se pensar as constantes associações possíveis entre humanos e não humanos? De que forma, portanto, é possível ignorar a ação da terra, do solo, das plantas, da enxada, ou ainda das memórias e tradições, do Estado e das políticas públicas nesse processo de ecologização da agricultura e do rural brasileiro? Como relegar esse papel de ação da ecologização enquanto elemento exclusivamente sob responsabilidade e "consciência" do humano e do "social"? São essas inquietações, portanto, que procuraremos dar ênfase nesse capítulo e que nos moveram a campo de pesquisa e nos abriram para a possibilidade de nos depararmos com inúmeros atores e ações que emergiram na construção do acampamento Maria Rosa e do projeto agroecológico em questão.

#### 4.1 A mediação do solo e a oportunidade oferecida pela terra: um retorno ao rural, recampanização, identidade e condição camponesa enquanto formas de lutar por Reforma Agrária

##### 4.1.1 Um retorno à terra e às origens e a recampanização do rural brasileiro

De acordo com a direção teórica-metodológica da ANT proposta por Bruno Latour, que aqui estamos procurando seguir, o autor vai nos propor pensar nos "meios" utilizados no processo de formação de grupos enquanto mediadores, e não intermediários. Mediadores, pois são capazes de induzir, permitir, bloquear e impedir ações de outros atores e mediadores no processo de formação de grupos. Humanos e não humanos, nesse caso, podem ser todos ao mesmo tempo mediadores nos processos de formação e desenvolvimento de grupos distintos. Contudo, importante salientar que Latour não pretende tornar simétricos os processos de ação de humanos e não humanos, mas sim tornar possível reconhecer ação além dos limites do "social" e, portanto, do humano. Não é desconsiderar o humano e muito menos criar determinada hierarquia entre ações distintas, mas sim reconhecer diversos tipos de ações (de diversos atores humanos e/ou não humanos) e suas confluências/contradições/controvérsias recíprocas.

Dessa maneira, mediador, na sociologia clássica, era exclusivamente o ser humano: a humanidade age, e o resto do mundo é passivo à sua ação. Já em Bruno Latour podemos encontrar outra proposta: não humanos também agem, e não só agem como, juntamente aos humanos, formam os grupos, se agregam e se associam ao ponto de formarem, por si próprios, pontes quase imperceptíveis a nós (humanos). Essa, portanto, é a grande novidade que ANT traz para nossas reflexões em torno da nossa pesquisa que se empenha em compreender os

sentidos das ações de ecologização da agricultura e do rural brasileiro (no acampamento Maria Rosa em particular), qual seja, a ideia de que outros atores (para além do humano) também agem e ecologizam a agricultura, ou ainda impedem e dificultam para que ela se ecologize.

Assim, entrando e nos conduzindo propriamente à ideia de ação, Latour irá defender a ideia de que a ação não deve, primeiro, ser relegada somente ao humano (como discurremos acima), e segundo, ainda que falando de ação humana, que essa ação não deve também ser encarada enquanto fenômeno que ocorre sob pleno controle da consciência individual ou coletiva. Isso porque, como já dissemos, ao conceber a ação de outras entidades (não humanas) e suas influências recíprocas na ação "convencional" (humana), o ator nunca está sozinho sob a égide exclusiva de sua consciência em agir: sua consciência existe, mas é constantemente influenciada-induzida-permitida-bloqueada a agir devido a ação de outras entidades até então "adormecidas" pela teoria "social". Na versão clássica de sociologia, essas outras entidades até apareciam (tal como quando apareciam os elementos da "natureza"), mas sempre enquanto intermediárias, sem ação suficientemente importante para os fenômenos estudados em questão. Ao inverter a lógica, e colocá-las na posição de mediadoras, Latour nos auxilia a não apenas ampliar certa concepção científica sobre os fenômenos, como permite também retirar seu caráter predominantemente antropocêntrico. A ação, para Latour, deve então ser assumida: humanos agem, não humanos também; suas ações se misturam, se confluem, se induzem. Não estamos, portanto, "sós no mundo", e, por isso mesmo, devemos nos atentar a todo e qualquer tipo de ação que influencia a proposta agroecológica no acampamento em questão. Por isso mesmo direcionamos, em primeiro lugar, nossa atenção à terra (enquanto espaço de vida e de trabalho).

Como vimos anteriormente, o acampamento Maria Rosa fica localizado no município de Castro – PR. Esse município em questão assume contornos historicamente delineados no que diz respeito a sua estrutura agrária/fundiária: forte concentração de terras nas mãos de poucos, predomínio do agronegócio na região, etc. Com a imigração holandesa em meados do século passado, Castro foi um dos municípios pioneiros em políticas de assentamentos rurais, assentando essas famílias imigrantes e subsidiando recursos principalmente para atividade pecuária (atividade fortemente desenvolvida e trazida pelos imigrantes holandeses). Com esses movimentos, Castro é palco da criação de diversas iniciativas e cooperativas (como a Castrolanda, por exemplo), que levam o município a atingir históricas marcas de produção de leite no Brasil, sendo um dos municípios que mais produzem leite em território brasileiro. Se de um lado Castro assume essa marca de maior produtor de leite no Brasil, por outro, é palco também de conflitos no que diz respeito ao acesso e permanência na terra, como estamos vendo

explicitados pela questão do acampamento Maria Rosa do Contestado em questão. Nesse sentido, se temos de um lado um município que é "campeão" de produção de leite no Brasil, por outro tem-se um lado não tão vitorioso assim, que é o dos conflitos por terra e as reivindicações por políticas de reforma agrária. Se de um lado há forte concentração de terras nas mãos desses premiados produtores de leite, por outro há movimentos de pessoas e coletivos em prol da redistribuição de terras, da reforma agrária e de melhores condições de vida e de trabalho para população camponesa da região.

Importante lembrar, tal como discutimos no capítulo 2 (especificamente no subitem 2.2), que com o advento da modernização capitalista no rural brasileiro (meados do século passado e, também, contexto de imigração holandesa para Castro), a população rural no Brasil (em especial a população camponesa), foi deixada de lado para viver na precariedade e em condições insalubres de vida. Nesse contexto de modernização, a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil foi relegada a condições subalternas e precárias de vida, enquanto que de outro lado alguns poucos se beneficiaram de tais políticas, o que ocasionou, na época, um forte movimento de êxodo rural. Caso exemplar desse contexto é o município de Castro com, de um lado, uma população rural vivendo em condições difíceis e reivindicando melhorias em condições de vida e de trabalho, e de outro algumas poucas famílias proprietárias da maioria das terras da região e campeãs de produção de leite no Brasil.

Nessa direção, então, Castro é palco de contornos "clássicos" no que diz respeito a histórica estrutura agrária/fundiária no Brasil e dos conflitos e controvérsias em torno do acesso e permanência na terra. Nesse teatro no qual o município de Castro é posto ao centro do espetáculo, o acampamento Maria Rosa emerge no intuito de proclamar mudanças significativas no roteiro da peça teatral em questão. No mesmo instante que Castro é cenário de alta concentração de terras nas mãos de poucos, por outro tem presenciado o movimento de pessoas que querem voltar à "suas" terras, para viver e trabalhar, e para nelas constituírem seus planos presentes e futuros de vida.

No sentido dessa situação "clássica" vivida em Castro (que diz respeito a situação de conflitos por acesso e permanência na terra), foi verificado, na totalidade das pessoas que conversei no trabalho de campo no acampamento, que as pessoas/famílias que estão acampadas no Maria Rosa foram para lá com um objetivo muito claro e comum: garantir um pedaço de terra para viver e trabalhar, e construir planos presentes e futuros de produção e reprodução da vida e do trabalho familiar. Além desse movimento e objetivo comum das pessoas/famílias em acessar e permanecer na terra, outro movimento comum encontrado no Maria Rosa é do retorno para a terra, ou seja, a volta para o meio rural após terem sido afastados dele. Isto é, constatou-

se, com todas as pessoas que conversei no acampamento, que as pessoas que estão hoje no Maria Rosa estavam antes residindo em cidades, mas, conforme dizem, elas querem voltar ao rural porque elas nasceram no campo, na "roça", e trazem isso consigo como uma herança, algo incrustado em suas identidades e memórias de vida: "nasci na ribeira ... eu sou nascido lá no sítio, também meu pai, avô, tudo era da lavoura né ... minhas primeira lavoura era roça de toco ... eu aprendi a trabaia na roça de toco" (Entrevista Dimarães); ou: "eu nasci em Peabiru, na lavoura ... na roça ... toda família inteira [...] nois com 7 anos já tava puxano enxada .. nois mexia com lavoura de café" (Entrevista Natalino); e ainda conforme Judite coloca: "com 7 anos eu já trabaia carpindo lavoura ... chegava da escola e ia carpi" (Entrevista Judite).

Contudo, por diversas razões, se mudaram para cidades para tentar "ganhar a vida", e a vida no campo, na "roça", ficou em segundo plano. A grande maioria das pessoas que estão hoje no Maria Rosa estavam morando antes em cidades da região, como por exemplo o município de Castro (a grande maioria das pessoas vieram de lá), Curitiba, Ponta Grossa, Carambeí, etc. O depoimento de Natalino expressa bem essa questão, principalmente no que diz respeito ao movimento de tentar viver a vida de forma diferente em relação a precariedade que havia se instalado no rural brasileiro no século passado:

eu vivi até os 26 anos na roça ... depois eu fui pra Curitiba ... fomos pra Curitiba sem nada ... nois foi pra Curitiba nois não tinha uma frigideira pra frita um ovo ... dai começemo la na firma, os dois trabaiano, conseguimos compra uma casinha e tal, fiquemo, parece que 34 ano em Curitiba ... la eu era operador de maquinas de produção, de linha de produção ... tudo que se ve de plástico, tudo que é plástico eu já injetei, já fabriquei ... me tornei um profissional mesmo, passei até a ser encarregado de empresa ... só que pra mim não tava bão, num era o que eu queria né ... a gente foi pra cidade porque a lavoura obrigou a gente i porque não tinha nada né (Entrevista Natalino)

Porém, esse segundo plano é algo que nunca morreu no interior dessas pessoas, e é o avivamento desse plano a principal razão dessas pessoas estarem hoje no Maria Rosa, ou seja, elas voltam para o rural, voltam para as "origens", na intenção de permanecer nesse rural enquanto produzem e reproduzem seus processos de vida e de trabalho. Dona Santana, por exemplo, deixa claro o que representa para ela voltar para o rural e estar hoje no Maria Rosa: "Viver no campo ... e esperando viver até a morte no campo" (Entrevista Santana).

Claudinei, por exemplo, estava no Maria Rosa a menos de 3 meses quando o conheci, e conforme todas as outras pessoas que conversei, ele chegou lá em busca de terra para viver e trabalhar. Nascido na "roça", como diz, viveu em muitos lugares e cidades diferentes. Circulou boa parte do rural e do urbano no estado do Paraná, inclusive alguns acampamentos e assentamentos da reforma agrária. Antes de ir ao Maria Rosa, estava residindo em Curitiba.

Contudo, decidiu ir ao Maria Rosa alimentar um sonho de vida: conquistar um pedaço de terra, viver e trabalhar pelo resto da vida. Encontrou no Maria Rosa essa possibilidade, mas também acompanhada de muita instabilidade e incerteza quanto ao futuro. Assim como todas as pessoas que pude ter o privilégio de conversar, Claudinei teme o futuro e o que pode acontecer com o Maria Rosa. Teme ter que sair de lá, e reconstruir projetos de vida que se distanciam deste que ele está procurando construir no Maria Rosa: viver e trabalhar na terra, ter dignidade e viver bem, ser agricultor e cultivar alimentos saudáveis.

Igualmente a Claudinei, Natalino e Dimarães também foram morar no Maria Rosa em busca de um pedaço de terra para viver e para trabalhar para o resto de suas vidas. Os dois chegaram no acampamento ainda em seu início, no ano de 2015. Ambos souberam da existência do Maria Rosa através de alguns amigos, e ao conhecer a proposta do acampamento, não pensaram duas vezes em ir para lá. Natalino também nasceu na roça, como diz, e antes de ir pro Maria Rosa estava residindo em Curitiba. Dimarães também é da roça, da lavoura, como ele fala, e quando foi ao acampamento, estava residindo em Tronco (um bairro de Castro). Tanto um quanto o outro retornou ao rural, e veio buscando resgatar suas origens camponesas de vida e de trabalho. A vida na terra é parte constituinte da realidade dos dois rapazes, e retomar essa vida é o grande sonho e também, hoje em dia, a grande realização de suas vidas. Conquistar um pedaço de terra para chamar de "seu" tem também os seus desafios, e diariamente eles os enfrentam com suor no rosto em cima de muita terra trabalhada. Viver e trabalhar na terra é o que garante sentido à existência deles, e estar hoje no Maria Rosa representa não só um projeto de vida possível no presente, mas também uma vida desejada para um futuro.

Vemos, assim, a terra enquanto mediadora nos processos de construção do acampamento Maria Rosa e da agroecologia em particular, começando a mostrar sua importância nos processos de permissão ou bloqueio de produção e reprodução das pessoas e famílias que lá residem. Evidente que a terra, assim como o ator e a ação proposta por Latour, não está aqui agindo sozinha. Dentre tantos outros, ela começa a se mostrar como um importante mediador que abarca não somente atores, mas também ações diversas e distintas. Seguir os atores e descrever as conexões (associações) a partir da terra, portanto, é um importante movimento para começarmos a delinear (e analisar) quais são as características da agroecologia no Maria Rosa e quais os seus sentidos. Não a toa, a luta camponesa encampada pelo MST não se resume apenas na conquista da terra, mas sim uma luta que também se constrói diariamente nessa própria terra conquistada. Contudo, de uma forma ou de outra, a luta camponesa do MST, desde sua origem histórica (remontando, aqui, a realidade contextual e histórica do Brasil), tem um marco inicial muito bem delimitado: a conquista de uma terra. A

terra, portanto, como elemento basal, o pilar elementar de construção possível de uma vida e de um trabalho no rural brasileiro.

Esse movimento de retorno ao rural, de populações que vieram do rural (ou possuem descendência genealógica de famílias que vieram do rural) e se mudaram para cidades, e agora retornam ao rural novamente na intenção de permanecerem para o resto de suas vidas, foi visto anteriormente sob o nome de recampenização. Conforme vimos com Brandenburg (2018), a recampenização é fenômeno que passa a emergir com maior força a partir da redemocratização do Brasil (década de 80), e se caracteriza por ser um movimento que permite às populações retornarem ao rural reclamando para si uma identidade camponesa de vida e de trabalho. Essa "nova" identidade reclamada se torna elemento fundamental que irá reconfigurar o rural brasileiro e trazer novas dinâmicas sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais. Contudo, tal identidade não é necessariamente nova (por isso essa palavra foi posta anteriormente entre aspas). Isso porque todas as pessoas que pude conhecer e conversar, evidenciaram claramente que, apesar de terem saído do rural e ido morar em cidades, a identidade camponesa nunca deixou de existir em suas vidas, porque tal identidade se resume, entre diversas coisas, enquanto uma forma específica de viver, isto é, um jeito particular de encarar a produção e a reprodução da vida e do trabalho no interior do núcleo familiar. Assim, mesmo residindo em cidades, a memória camponesa de vida sempre esteve lado a lado com essas pessoas, e retornar para o rural nos dias de hoje é não só uma grande conquista como também um reavivamento e uma reafirmação dessa memória e identidade nas ações e práticas cotidianas de vida e de trabalho no rural brasileiro.

Assim, esse movimento da recampenização se torna um fenômeno fundamental para a realidade do Brasil de hoje, pois deixa claro que o caminho de reconstrução do movimento camponês que passa a emergir na década de 80 ainda continua em pleno processo de desenvolvimento nos dias atuais, evidenciando que a categoria social do campesinato está ainda muito presente na realidade do país, trazendo consigo toda bagagem histórica das lutas que camponeses e camponesas enfrentaram ao longo de todo processo de formação e desenvolvimento do Brasil. E ainda, para além de evidenciar que o campesinato continua a existir no Brasil, tal fenômeno (recampenização) expressa também a resistência de tal categoria social, que apesar de todas as dificuldades históricas, continua a se (re)produzir e construir realidades possíveis de produção e reprodução da vida e do trabalho no meio rural brasileiro.

Além do mais, essa reconfiguração do rural é marcada fundamentalmente pela dimensão política, ao retornar com força o debate em torno da Reforma Agrária, tal como vimos pela atuação do MST e do acampamento Maria Rosa em particular. Nessa direção, esse padrão de

ruralidade (da recampenização), conforme já vimos anteriormente (capítulo 2, seção 2.4), é um movimento importante que irá procurar combater fatores elementares na estrutura histórica do Brasil, tal como a desigualdade social, a concentração de terras nas mãos de poucos, etc. Recentemente, se somam à essas críticas fatores ligados ao paradigma de produção agrícola, ancorado pelo agronegócio, configurando novas estratégias, tal como vimos pelos projetos de produção agroecológica que o MST, e o Maria Rosa em particular, vem desenvolvendo no interior de seus processos de formação e reformulação de grupos.

#### 4.1.2 Voltando ao rural e (re)construindo a identidade e a condição camponesa de vida e de trabalho

Na mesma direção dos outros, Leodil e Santana também nasceram no rural brasileiro, vem da "roça". Dona Santana me contou que aos 45 dias de vida já ia para a roça com a mãe. Enquanto a mãe trabalhava nas plantações de café no interior do Paraná, ela já estava ao seu lado, sendo colocada para descansar nas sombras dos cafezais, enquanto sua mãe trabalhava. Trabalhadora da roça, ou ainda lavradora, conforme a própria Santana diz, trabalhou por muitos anos no rural brasileiro, principalmente como boia-fria: "Até no meu documento está como lavradora. Na identidade, na certidão de casamento [...] a gente é da terra, tem que ser lavrador mesmo [...] e eu fiquei até 29 anos só na roça, de boia fria" (Entrevista Santana).

Essa fala de Santana nos remete à algumas questões discutidas no capítulo 2, que dizem respeito as categorias sociais e as formas de identidade das populações rurais no Brasil, discussão essa sempre atual e nem sempre pacífica e de fácil resolução. Mesmo não sendo objeto de análise e nem constituir parte dos objetivos dessa pesquisa em questão, vale a pena discorrer brevemente sobre tal debate e abrir aqui rapidamente um parêntese<sup>34</sup>. Conforme vimos pela fala de Santana, e depois pela fala de todas as outras pessoas que fui conhecendo e conversando dentro do acampamento, há uma diversidade de formas de identificação nas quais as pessoas dentro do acampamento atribuem para si enquanto forma de se situarem no mundo e construírem sentidos para suas vidas e suas existências. Ouvimos que as pessoas do acampamento são lavradoras, agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, e até mesmo trabalhadores de "roçado", conforme

---

<sup>34</sup> Conforme dito, esse debate acerca das identidades das populações rurais no rural brasileiro não faz parte do objeto de análise e nem dos objetivos propostos por essa pesquisa. Tal debate, por si só, poderia facilmente constituir agendas de pesquisa extensas e complexas em âmbito de pesquisa sociológica. Pretendemos, aqui, apenas fazer um gancho com as discussões revisadas por nós no capítulo 2, e contribuir, na medida do possível, com o debate em questão.

Claudinei disse, ou ainda "ribeiriano", conforme Dimarães discorre quando disse ser "ribeiriano puro". Tal debate, acerca das categorias sociais e das identidades das populações rurais, foi amplamente discutido por diversos autores e agendas de pesquisas, conforme tentamos sintetizar no capítulo 2, e nos parece ainda muito relevante de ser retomado nos dias de hoje.

Para todos os efeitos, estamos de acordo com Maria Wanderley (1996) quando essa disse que o campesinato (ou a agricultura camponesa), é uma das formas de identificação das populações rurais, e que representa, por sua vez, formas específicas e particulares de representação da vida e do trabalho (mas não formas unificadas e homogêneas). No âmbito das identidades possíveis no rural brasileiro, o campesinato acaba se constituindo, então, como uma forma específica de vida e de trabalho nesse rural, ainda que inúmeras identificações diferentes possam surgir no interior desse universo. Pois, conforme vimos ao longo do trabalho de campo, apesar de existirem diversas formas de identificação dentro do acampamento Maria Rosa, todas elas se referem a uma vida nascida na "roça", isto é, a roça representando o rural brasileiro, que por sua vez representa formas específicas e singulares de se viver uma vida, que contempla, entre inúmeras coisas, a criação e manejo de hortas-roças-lavouras, a criação de animais (porcos, galinhas, cavalos, vacas, etc.), o fogão a lenha, a enxada, e por aí em diante. Por isso, não é qualquer rural, e sim um rural ainda não solapado nem homogeneizado pelos processos de modernização em curso (ainda que em correlação com o mundo moderno em questão), um rural que resgata memórias de um passado, um rural que se apoia em tradições, e um rural, para todos os efeitos, amplamente camponês.

Tal identidade e condição camponesa foi também amplamente discutida e melhor compreendida a partir do clássico autor Alexander Chayanov, ainda no início do século XX. Tal autor (nas décadas iniciais do século passado), foi muito importante para os estudos sobre o campesinato pelo mundo, elaborando um escopo teórico de análise acerca de tal categoria social que iria se propagar e se expandir ao longo dos anos, reverberando em análises e agendas de pesquisa ainda nos dias de hoje. Chayanov (1974) revolucionou os estudos agrários e sobre o campesinato em questão, ao abordar, logo de cara, que essa categoria social (campesinato), embora esteja condicionada e em relação com o mundo capitalista em questão, não é necessariamente e nem diretamente governada por ele, o que faz dessa categoria social, portanto, uma categoria que representa, tal como Maria Wanderley (1996) também afirmou – e tal como vimos observando no acampamento Maria Rosa em questão –, formas específicas e particulares de viver e trabalhar no meio rural. De acordo com o Chayanov, então, a condição camponesa de vida e de trabalho não é regulada por fatores externos à unidade familiar camponesa (embora, como já dissemos, esses fatores externos estejam presentes e

influenciarem também essa unidade familiar), e por isso mesmo não há a possibilidade de compreensão dessa categoria social a não ser pelos movimentos desenvolvidos no próprio seio de cada unidade familiar camponesa. Isso quer dizer que tais unidades familiares camponesas, mesmo não sendo homogêneas e unificadas, constroem seus processos cotidianos de vida e de trabalho em prol da produção e reprodução familiar, diferentemente, por exemplo, de uma agricultura capitalista que visa exclusivamente o lucro e o acúmulo de capital. Assim, segundo Chayanov, na produção e reprodução familiar camponesa, exceto algumas exceções, não há, por exemplo, a categoria de trabalho assalariado, e por isso mesmo não há como analisar tal unidade familiar à luz das contribuições clássicas (marxistas) a respeito dessa forma de trabalho, do lucro, da mais-valia, e por aí em diante. Isso quer dizer que tal unidade familiar não é governada pela relação direta entre capital-trabalho e, novamente, que tal unidade familiar (camponesa) não produz e se reproduz cotidianamente tal como uma empresa capitalista, mas sim constrói seus processos diários à luz da própria produção e reprodução da família camponesa. Por isso mesmo é – novamente –, uma categoria social que representa formas particulares de desenvolver a vida e o trabalho no meio rural, ainda que sob o signo simbólico construído por formas variadas de identificação, tal como fomos observando no acampamento Maria Rosa em questão. Tal realidade explicitada teoricamente por Chayanov, que diz respeito a essa configuração da unidade familiar camponesa (produção e reprodução familiar), foi amplamente constatada no acampamento Maria Rosa, e lá tivemos o privilégio de verificar que as famílias de fato não se coordenam em prol do acúmulo ou do lucro advindo de seus trabalhos, mas sim é um processo de reprodução da vida e do trabalho cotidiano no interior dos próprios núcleos familiares.

Ao abordar os principais equilíbrios internos da unidade familiar camponesa (de um lado o trabalho e o consumo, e de outro a penosidade e a utilidade), Chayanov (1974) - juntamente às famílias acampadas no Maria Rosa - consegue nos fazer compreender como, em sua essência mais profunda, a unidade familiar camponesa é de fato representante de formas de viver e trabalhar singulares no seio das sociedades capitalistas atuais (ainda que, novamente, não sejam representantes de formas homogêneas e unificadas de vida). Já ampliando tal discussão, Ploeg (2016) também se soma atualmente a esses debates e acrescenta outros equilíbrios que estão completamente imbricados na produção e reprodução da unidade familiar camponesa nos dias de hoje, pensando, por exemplo, as relações dessa categoria social com os mercados alimentares regionais e globais, as relações com a natureza, e etc. Tais equilíbrios (internos e externos) resumem a realidade cotidiana da categoria social do campesinato em prol, especificamente, de sua produção e reprodução familiar interna, tal como viemos observando

na realidade do acampamento Maria Rosa em questão. Conforme pudemos ir conhecendo as pessoas, seus interesses e razões principais de estarem hoje de volta ao rural brasileiro e em específico no acampamento Maria Rosa, vemos que essas pessoas querem apenas garantir a produção e reprodução familiar no tempo presente em vista para o futuro, e não constituir uma empresa na qual o lucro e o acúmulo se fazem como atividades essenciais. Evidente que tais pessoas também querem viver uma vida melhor e sem precariedades, e por isso mesmo existem também formas particulares de acumular capitais em prol da reprodução familiar. Mas tais capitais, mais uma vez, não são os motores principais que movem essas famílias e pessoas em seus cursos de vida, mas sim mecanismos possíveis que consigam melhorar condições de vida que hoje estão sendo reproduzidas em um contexto de precariedade e de difíceis condições. Por isso mesmo, são pessoas que vivem em prol, essencialmente, da produção e reprodução familiar no rural brasileiro (no presente em vista para o futuro), desenvolvendo, assim, formas particulares de viver a vida e o trabalho nesse rural, caracterizados então por uma condição camponesa de vida e de identidade capaz de assegurar tais movimentos no interior das unidades familiares camponesas. É, por isso mesmo, a constituição de um capital familiar (PLOEG, 2016) que essas unidades camponesas desenvolvem em prol de sua produção e reprodução. Ou seja, e agora para fechar o breve parêntese a respeito das identidades e categorias sociais no rural brasileiro, essa identidade e condição camponesa enquanto movimento necessário para produção e reprodução da vida e do trabalho no rural brasileiro, e enquanto mecanismos de luta e resistência perante um mundo moderno capitalista em questão.

Após diversos movimentos do "destino", ela (Santana) e seu esposo (Leodil) se mudaram para a cidade, na intenção de ganhar a vida. Contudo, mesmo morando em cidades, Santana conta que nunca deixou o rural de dentro dela morrer. Ela sempre tinha uma pequena horta em casa, e sempre quando dava arrumava trabalhos no meio rural aos arredores de onde morava, principalmente como boia-fria. Ela conta que o que ela sabia mesmo fazer era trabalhar na roça, ainda que ao longo de sua vida tenha desempenhado outras funções de trabalho nas cidades em que morou. Foi parar de trabalhar na roça quando engravidou pela primeira vez, e mesmo assim teimava em continuar trabalhando. Santana eLeodil tiveram três filhos, hoje já adultos/casados e residindo em cidades aos arredores de Castro.

Fazer agricultura e cultivar alimentos, portanto, está no "sangue" deles, é o que sabem fazer da forma mais "natural" possível, conforme dizem. Eles são e vieram da "cultura", como dona Judite bem salientou. Estão hoje no Maria Rosa vivendo e produzindo muito alimento<sup>35</sup>,

---

<sup>35</sup> Quando o MST ocupa um novo território, dando início a um novo acampamento, uma das primeiras estratégias é em torno da produção de alimentos. Concomitantemente aos processos de construção das casas para moradia, as

alimento agroecológico e de boa qualidade. As pessoas no Maria Rosa constroem seus cotidianos reproduzindo saberes carregados pela história, pelas gerações de parentes e familiares que vem do rural - que vem da roça -, e trazem suas práticas de agricultura e de agroecologia "de berço", já desde quando nasceram. É, conforme vimos naquele acampamento em questão, uma Agroecologia de resgate, ou seja, um movimento que resgata tradições, que reconstitui memórias e trajetórias, e que reformula práticas e experiências. Uma agroecologia de tradição e tradução ao mesmo tempo (tal ideia será retomada e melhor desenvolvida na próxima seção). Eles poderiam estar fora do Maria Rosa, conforme muitos disseram, mas escolheram estar ali, escolheram viver e trabalhar na terra, cultivar e produzir alimentos, trabalhar "agroecologicamente", serem "agricultores da natureza". E isso só é possível porque estão em cima de um pedaço de chão, de terra. A enxada e a terra como um dos principais aliados (mediadores) que permitem, portanto, uma condição camponesa de vida e de trabalho. Daí, portanto, a importância da defesa ao seu acesso e permanência, e também, é claro, de sua ação e influência naquela realidade particular (acampamento Maria Rosa).

#### 4.1.3 Recampanização e condição camponesa de vida enquanto formas de lutar por Reforma Agrária e combater injustiças sociais e ambientais no Brasil

Na mesma direção de Claudinei, a atual situação do acampamento tem deixado Leodil e Santana instáveis, um pouco aflitos e receosos quanto ao futuro (outros atores, ações e associações começam a se apresentar no interior do fenômeno estudado em questão, e que, nas seções seguintes, serão melhor desenvolvidas). Por não terem quase que nenhuma garantia se vão conseguir permanecer no Maria Rosa, o cotidiano deles é balizado por esses sentimentos de medo e receio, e conduzem suas vidas num ritmo cauteloso no que diz respeito a seus processos de produção e reprodução da vida e do trabalho. Medo e receio, no caso, enquanto sentimentos provocados por outros atores e ações (que vamos costurando ao longo do capítulo). Conforme conta Santana, há inúmeras mudas de árvores frutíferas em vasos na casa dela, que não são plantadas em seu lote por medo de ter que sair de lá. Como Santana diz, essas mudas de árvores frutíferas são muito valiosas para ela, e ela só vai plantar na terra quando tiver a

---

peças e famílias já começam a se mobilizar em torno da produção de alimentos. Em primeiro lugar, essa estratégia gira em torno da própria sobrevivência e subsistência das famílias no local, mas também se constitui enquanto estratégia política, na intenção de garantir o uso social da terra, tal como bem evidenciado pela Constituição Federal de 1988. Dessa maneira, ocupar um novo território e produzir passa a ser a prática do Movimento no que diz respeito às lutas por acesso e permanência na terra no Brasil. Produzir alimentos é também, nesse caso, garantir com que as famílias que ocuparam determinado território não sejam despejadas e consigam garantir para si aquele pedaço de terra em que estão acampadas para viver e trabalhar.

certeza de que permanecerá no Maria Rosa ou em seu lote em particular.<sup>36</sup> Conforme eles dizem, de agora em diante querem permanecer no rural e em específico no Maria Rosa. Os dois são aposentados, com filhos já adultos e fora de casa, e o que querem é construir seus projetos presentes e futuros estando assentados em um pedaço de terra. Encontraram no Maria Rosa uma boa oportunidade para isso, e passaram a articular seus projetos às lutas por acesso e permanência na terra, reivindicando reforma agrária e construindo pautas junto ao MST no que diz respeito às lutas por terra no Brasil, em especial no estado do Paraná.

Santana e Leodil, por exemplo, querem apenas uma coisa: viver e trabalhar na roça/horta/lavoura todo dia; querem acordar todo dia bem cedo, cuidar de suas crias (porcos, galinhas, patos), cuidar de suas plantações, e viverem confortáveis e felizes; querem se sentir seguros, livres desses sentimentos de medo e de instabilidade; querem, enfim, permanecer no rural e no Maria Rosa para o resto de suas vidas. Trabalhar na terra é o grande prazer da vida deles, e a conquista da terra é também um presente divino:

é a história ... isso aqui foi um sonho, e eu orei muito pra isso acontecer ... sempre dizia pra ele, ó, duas coisa deus vai dá pra mim ... ou ele vai dá condições de uma casa deus memo fazê, um negócio pra nois, ou então nem que seja alugada, alguma coisa deus vai fazê ... mais eu quero tê uma horta, uma horta grande pra eu entra lá e fica a vontade lá dentro trabaiaando .. e ó o tamanho da horta que deus deu (Entrevista Santana)

A terra, nesse caso, como um importante instrumento que possa garantir essa estabilidade para eles. Contudo, como já evidenciado, o acesso e a permanência na terra não dependem só dela (terra), nem só das pessoas e famílias acampadas no local. A teia de relações (associações) passa a ficar um pouco mais complexa. É necessário, como propõe o próprio Latour, ir seguindo-as e descrevendo-as.

Na mesma direção de Claudinei, Leodil e Santana, Natalino e Dimarães, a oficina realizada por nós do PLANTEAR no sábado em que eu estava pela primeira vez no acampamento, revelou exatamente essas mesmas questões com praticamente todas as pessoas

---

<sup>36</sup> Quando fui ao acampamento Padre Roque, que recentemente teve seu projeto popular territorial finalizado, as famílias estavam aos poucos começando a estruturar suas vidas e seus trabalhos de forma mais definitiva. Estando definidos os lotes de moradia e produção, no Padre Roque as famílias tem demonstrado certa estabilidade quanto aos seus processos de reprodução da vida e de trabalho. Ao caminhar pelo Padre Roque, pude observar casas de alvenaria recentemente construídas, hortas/lavouras/roças recentemente plantadas, e inúmeras mudas de árvores frutíferas também recentemente plantadas na terra, o que me fez lembrar de Santana e Leodil. Me parece que plantar mudas de árvores frutíferas está diretamente relacionado com estabilidade e garantia de permanência na terra, tudo que Santana e Leodil almejam conseguir para, enfim, plantarem suas mudas frutíferas. As mudas de árvores frutíferas, então, enquanto atores interessantes para se pensar no processo de acesso e permanência na terra, e consequentemente nos processos de produção e reprodução da vida e do trabalho no interior das famílias camponesas.

presentes nessa oficina. No decorrer das oficinas, o que se pôde constatar pelas pessoas/famílias é exatamente esses dois pontos em comum: o retorno para o rural e a intenção de conseguir permanecer na terra para o resto de suas vidas. Conforme fomos vendo, o acampamento Maria Rosa possui uma heterogeneidade no que diz respeito ao tempo em que cada pessoa/família está por lá. Conforme já discurremos, encontramos casos como de Claudinei, que estava a 3 meses no acampamento, casos de Santana e Leodil, que estavam a dois anos, e casos como por exemplo o de Roque, dona Iracy, dona Judite, Toninho, Vanderley, seu Zé e Elizabeth, Natalino e Irani, Dimarães e Rosana, que estão no Maria Rosa desde o começo, alguns desde a ocupação, ocorrida a um pouco mais de 6 anos atrás. Contudo, conforme já dissemos, mesmo sendo heterogêneo em relação ao tempo no acampamento, os fatores em comum que ligam essas pessoas é a necessidade de voltar ao rural e permanência nele enquanto espaço que permite a construção de projetos presentes e futuros de vida e de trabalho.

Conforme Roque bem salientou nesse dia de oficina, ele prefere estar no rural, ainda que sob sentimentos de instabilidade e receio quanto ao futuro, do que estar na cidade morando em periferias e passando muita dificuldade. Conforme ele próprio discorre, se não estivesse no Maria Rosa, com certeza estaria em alguma cidade, em situações difíceis de desemprego, fome, frio, etc. Na mesma direção, Natalino comenta: "a cidade na verdade a gente se obrigô a viver lá, não é que a gente gostava ... porque o tormento que a gente tem na cidade eu não guento mais" (Entrevista Natalino), e Dimarães acrescenta: "cidade pra mim não dá, e nunca deu no caso" (Entrevista Dimarães). E já na sequência Natalino comenta o que poderia ser uma solução para população rural, principalmente aqueles que ele se refere serem os "pobres" e que hoje vivem em cidades pelo Brasil:

na verdade né, eu sempre comento né ... se as pessoa da cidade ... a gente tem que fala dos pobre ... os pobre que tão na cidade e que já foi da lavoura, se eles tivesse um conhecimento do que é um acampamento que nem esse aqui principalmente, aaa, não tinha espaço pra fazê barraco mais ... mas as pessoa não tem conhecimento ainda (Entrevista Natalino).

Na mesma linha de Roque, Natalino e Dimarães, Toninho também discorre sobre algumas contradições das cidades, em contraste com a vida no rural (e no Maria Rosa) que hoje eles estão vivendo:

na cidade não vai mais né cara ... e hoje o Brasil ele tá assim, tipo assim, se você tem 18 anos, que nem meus sobrinho agora vão completá, ele vai entrar numa empresa eles pedem 2 anos de experiência, né ... daí se a pessoa tem 50 anos já é velha demais, tem experiencia mais já ... entendeu? [...] eu por exemplo, quando cheguei numa primeira vez dentro dum canteiro de obra, eu não conhecia nem medida de prego, e

os cara já "entra ai e vamo trabaiá", e eu aprendi la dentro, peguei experiência la dentro ... mais depois que a gente entrou no MST aqui na luta, sei lá, a liberdade é outra né? A gente tem preconceito? Tem, isso não tem dúvida, mais a realidade é outra ... eu fui na cidade agora pouco com a Tica, nois veio escutando a música do Rick e Renner lá, bem a nossa cara mesmo sabe? Que no final da música diz pra fechar a porteira (risos), que separa o nosso mundo do mundo dos lá de fora, então essa música é nossa (Entrevista Toninho).

A terra no Maria Rosa, portanto, como importante combatente à problemas como à fome e pobreza de pessoas e populações socioeconomicamente vulneráveis. Um ator muito importante na construção da comunidade do Maria Rosa e da agroecologia propriamente dita.

Já no Maria Rosa, Roque, por exemplo, diz viver muito bem, está longe de situações críticas como a de passar fome por exemplo, e acima de tudo está contente porque está de volta às suas origens, isto é, está no lugar de onde veio, a terra e o trabalho nela. Assim como Roque, Natalino, Dimarães e Toninho, diversas outras falas vieram nesse sentido, de que mesmo nessa situação instável, viver no Maria Rosa tem sido muito gratificante para as pessoas, não só por estarem de volta a suas origens, como também por estarem desenvolvendo projetos de produção de alimentos agroecológicos, garantindo alimentos saudáveis não apenas para eles próprios da comunidade como também para as cidades e as populações urbanas. Estar e viver no Maria Rosa é uma grande satisfação e conquista para essas pessoas, representa liberdade e, também, é claro, libertação<sup>37</sup>, e permanecer por lá representa uma verdadeira vitória e conquista. Apesar da atual situação, já existe um forte sentimento de pertença nas pessoas em relação ao acampamento Maria Rosa, isto é, já se reconhecem naquele território enquanto "seu" espaço de vida e de trabalho em particular, reforçando, portanto, os laços que estão sendo construídos por esse movimento de retorno ao rural e pelas lutas em prol do acesso e permanência na terra.

Conforme vimos com Wanderley (2011), as lutas e disputas em torno da terra no Brasil são elementos históricos da realidade do país, desde o período colonial. Conforme afirma a autora, na história fundiária do país, a crescente acumulação de capital acompanha diretamente uma crescente concentração de terras, e por sua vez crescentes índices de desigualdade social, exemplo claro do município de Castro que, ao mesmo tempo que é "campeão" em produção de leites no Brasil, acumula saldos nada gloriosos no que diz respeito aos índices de desigualdade social e de concentração de terras em sua região. Nessa direção, as lutas por reforma agrária no

---

<sup>37</sup> Dimarães discorre que nas cidades as pessoas se tornam "escravos" de seus patrões. Para ele, viver no Maria Rosa significa, dentre diversas coisas, essa libertação do cativeiro do trabalho nas cidades. Como exemplo, ele fala que se estivesse na cidade, trabalhando de empregado em alguma empresa, não poderia facilmente ter sido liberado para passar uma tarde de sábado inteira conversando comigo e me ajudando na construção dessa pesquisa. No Maria Rosa, portanto, ele pôde ter a liberdade de escolher isso, e decidir ele próprio o que fazer naquele dia (e em todos os outros de sua vida).

Brasil, principalmente após a redemocratização do país (década de 80), são lutas igualmente contra a desigualdade social, como vimos através de Carter (2010). Conforme esse autor afirmou, quanto mais políticas de Reforma Agrária existirem, mais veremos diminuir a desigualdade social em nosso país. Nesse sentido, as lutas promovidas pelo acampamento do Maria Rosa são movimentos diretamente conectados ao combate à desigualdade social no Brasil, promovendo pautas em torno da reforma agrária e da redistribuição de terras no município de Castro. Além do mais, tais lutas se conectam também diretamente às temáticas da justiça social e ambiental, principalmente nesse contexto atual de pandemia e de crise social e econômica em que se encontra o Brasil, provocando, por exemplo, ações de solidariedade e doação de alimentos para populações socioeconomicamente vulneráveis que o acampamento Maria Rosa e todo o MST em âmbito nacional vem realizando atualmente.

Conforme apontou Carter (2010), as lutas por reforma agrária não se resumem apenas em lutas por acesso e permanência na terra - ainda que são elementos elementares nesse processo -, isto é, a reforma agrária enquanto movimento que combate os níveis negativos de qualidade de vida da população brasileira, da participação democrática da população, da redução da pobreza e da miséria (e consequentemente de problemas como a fome, por exemplo). Além disso, também destaca o autor que essas lutas por Reforma Agrária se constituem enquanto movimentos que promovem o combate contra a desconfiança da população em relação ao Estado e suas políticas, fortalecendo, mais uma vez, o estado democrático de direito de nosso país. Na mesma direção dessas afirmações de Carter, Sergio Schneider (2016, p. XIX) complementa e reforça também aquilo que está constantemente sendo afirmado pelo MST através da sua proposta de Reforma Agrária Popular:

[...] a reforma agrária deve cumprir tanto com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do campesinato assim como produzir alimentos e organizar as relações com a natureza, gerando riqueza para o conjunto da economia e da sociedade. Portanto, o objetivo da reforma agrária é contribuir para o desenvolvimento social mais amplo e não se restringir a mero ajuste nas desigualdades da distribuição da posse ou propriedade da terra. A reforma agrária deve fortalecer tanto as famílias de agricultores como o conjunto da sociedade.

Como vimos e vemos, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, e isso está refletido, por exemplo, nos altos índices de concentração de terras, tal como viemos percorrendo através do exemplo do município de Castro. Nessa direção, conforme estamos vendo à exemplo do acampamento Maria Rosa, políticas de reforma agrária tendem a reduzir tais índices, através do combate às desigualdades sociais e a concentração de terras no Brasil. Estar hoje no Maria Rosa representa não só um movimento de recampanização do rural brasileiro por parte das

peças lá presentes, como também representa uma luta constante e ainda muito viva em nosso país no que diz respeito ao acesso e permanência na terra, e com isso o acesso a formas legítimas de vida e de trabalho das populações rurais, em especial as populações que reivindicam uma identidade camponesa de vida e de trabalho. Construir um projeto legítimo e consistente na comunidade do Maria Rosa é não apenas obrigação do Estado, tal como posto pela Constituição Federal, como também um movimento importante que consiga garantir dignidade para as famílias envolvidas, e consequentemente garantir melhores ferramentas de combate à desigualdade social em nosso país. Voltar ao rural hoje representa, para a comunidade do Maria Rosa em particular, um reforço da necessidade de retomarmos com urgência o debate em torno da Reforma Agrária em nosso país.

Ainda que o acampamento em questão tenha conseguido desenvolver relativos projetos autônomos que garantam a possibilidade de vida e de trabalho das pessoas e famílias envolvidas, é de fundamental importância reafirmarmos a necessidade de o Estado estar presente nessa comunidade em específico, assim como em todas as outras que passam pelas mesmas questões e situações. Apesar do Movimento construir um firme projeto de Reforma Agrária Popular, a aposta continua a ser que esse projeto se consolide e se legitime através de um Estado democrático de direito forte o suficiente para garantir tais políticas. A luta por acesso e permanência na terra no Brasil continua mais viva do que nunca, e o acampamento Maria Rosa do Contestado está aqui para nos mostrar as dificuldades, mas também os projetos possíveis de serem construídos em meio a tais conflitos, contradições e controvérsias. Que sua experiência possa se reverter em boas condições de vida e de trabalho e dignidade para as pessoas do acampamento, e que suas lutas e movimentos sejam importantes mecanismos para pensarmos as disputas no interior do rural brasileiro, e especial as disputas por terras, e as estratégias e possibilidades encontradas pelas populações e movimentos sociais no que diz respeito aos processos de existência, resistência e legitimidade de suas vidas e lutas cotidianas.

A terra, portanto, como um ótimo ingrediente aglutinador de atores e ações contribuindo na elaboração de estratégias e associações no interior das disputas e conflitos por acesso e permanência no rural no Brasil, em particular em Castro (no Maria Rosa). Conforme viemos discutindo com Latour sobre a ideia de ator e ação, o autor vai discorrer que, na expressão Ator-Rede, ator não significa, portanto, uma fonte de um ato, mas sim representa "um alvo móvel de um amplo conjunto de entidades" (LATOUR, 2012, p. 75) capazes, assim, de agir, de criar ação. Dessa forma, conforme estamos salientando em diversos momentos ao longo do trabalho, a ação, em Latour, não é mais, portanto, uma ação "social"; não é mais limitada ao humano nem mesmo relegada a um "ser" isolado (individual ou coletivo), mas sim está em/no movimento. A

ação é fluida, e se há ação, é porque existem, concomitantemente, outras ações que por vezes são inimagináveis e inconcebíveis pelo "olhar clássico". A terra, portanto, enquanto entidade capaz de agir e permitir - ou ainda bloquear - ação. Viver e trabalhar no rural e no acampamento Maria Rosa em particular perpassa uma miríade de atores e ações que, a começar pela própria terra, vão se costurando e delineando quais os seus contornos e sentidos. A terra no Maria Rosa enquanto entidade que é resgatada por memórias e tradições; a terra enquanto significadora de mundos e existências possíveis; a terra enquanto definidora de identidades e caminhos; a terra enquanto existência elementar. Por consequência, o projeto agroecológico começa a ser melhor compreendido no que diz respeito aos seus sentidos e características principais. É, por isso, pauta e assunto principal da próxima seção.

#### 4.2 Memórias em ação resgatando tradições: os principais sentidos e práticas da ecologia emergente no acampamento Maria Rosa do Contestado

Conforme discorremos, historicamente o município de Castro enfrenta determinados problemas no que diz respeito a sua estrutura fundiária e agrária, com forte predomínio do agronegócio na região, grandes concentrações de terras, etc. Além dessas questões já debatidas nas seções anteriores, temos atualmente em Castro diversas outras questões de caráter socioambiental. Historicamente, Castro também enfrenta, por exemplo, fortes problemas de contaminação da água por agrotóxicos. Desde o ano de 2013 vem sendo divulgados pela Secretaria de Vigilância em Saúde, através de seus boletins epidemiológicos, que o município vem apresentando taxas acima do limite para determinadas substâncias advindas da utilização de agrotóxicos. Recentemente, análises realizadas entre 2014 e 2016 que foram publicadas pelo Controle do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA), constatou-se a presença de 27 agrotóxicos diferentes na água no município de Castro, conforme divulgados pelo site "por trás do alimento".<sup>38</sup>

Além desses dados alarmantes sobre a contaminação da água por agrotóxicos, diversos foram os relatos que pude colher com o pessoal do Maria Rosa sobre a situação da terra quando ocuparam no ano de 2015. Conforme disseram Judite, Toninho, Roque, Celio, Elizabeth e seu Zé, que estão no Maria desde a ocupação, o cultivo de alimentos era muito difícil no começo. Toninho, por exemplo, comenta: "quando nós chegamos aqui não produzia abóbora ... não tinha abelha ... sê prantava um pé de girassol ali ele ficava do jeito que se prantou, não produzia"

---

<sup>38</sup> Para maiores detalhes acerca dos agrotóxicos presentes na água, em todos os municípios do Brasil, conferir o site: <https://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua>

(Entrevista Toninho), e Judite complementa: "não produzia beterraba ... o beterraba, ela crescia e partia no meio, era bem duro assim ... e o veneno era tanto que o beterraba partia ... nois não colhia beterraba, não vingava" (Entrevista Judite). Eles contam que os alimentos plantados eram automaticamente dominados pelas pragas, ou ainda eram impossibilitados de serem cultivados devido a enorme quantidade de veneno que existia na terra, pois o ecossistema estava completamente desequilibrado (debates um pouco disso no capítulo anterior, e a importância do trabalho agroecológico no território como forma de combater tais desequilíbrios). O pessoal comenta que quando chegaram no acampamento, eles iam para roça trabalhar, e a cada enxadada na terra, o cheiro de veneno subia para o ar, fazendo com que passassem mal, de tão forte que era o cheiro. Para chegarem onde estão hoje, com plantações férteis e bem equilibradas, eles contam que foi necessário muito trabalho em cima da terra. Toninho deixa bem claro a importância da Agroecologia no acampamento Maria Rosa: "o que segura ... o que segurou esse acampamento aqui até hoje foi a agroecologia" (Entrevista Toninho).

Celio também me contou que as primeiras plantações de milho e feijão foram um desastre, pois se perdeu praticamente tudo devido à essas pragas. De acordo com o pessoal, o sucesso da produção de alimentos no Maria Rosa hoje está completamente atrelado às práticas agroecológicas que eles vêm desenvolvendo desde a ocupação, como por exemplo as práticas de preservação de determinadas sementes crioulas de feijão, milho e amendoim. Não fossem as práticas agroecológicas, dificilmente iria se reverter o desequilíbrio no ecossistema que foi sendo desenvolvido ao longo de diversos anos com atividades pecuárias e de agricultura irregulares que a Fundação ABC vinha desenvolvendo na região, conforme vimos (capítulo 3) na história e no contexto territorial e jurídico da Fazenda Capão do Cipó. Além das dificuldades encontradas na produção agrícola, a agroecologia também foi e é responsável por trazer outros ganhos positivos ao acampamento, conforme relatos: "quando chegemo aqui não tinha passarinho não tinha nada ... não tinha um bicho sequer ... hoje os passarinho dorme nas árvore nas bananeira aqui pra acorda a gente de madrugada ... tudo essas árvore que se vê aqui é tudo prantado ... não tinha nada" (Entrevista Judite). Natalino fala também que na terra não havia uma minhoca sequer, e hoje é só ir em qualquer parte do acampamento que você encontra uma quantidade boa delas na terra. Depois, ainda complementa, na mesma direção de Judite: "os passarinho ... se não via passarinho aqui ... ó agora nessas arvore aí, tem ninho de passarinho pra tudo lado ai ó ...então os bichinho ta só aumentando" (Entrevista Natalino). Toninho também discorre sobre:

foi uns 2 anos, 2 a 3 anos assim, pra terra começar, pra daí começar a voltá abelha, ... hoje se você sai no mato aqui se encontra veado, até onça tem por ai ... o que você imagina agora, dentro dessa área nossa você encontra ... isso faz tudo parte desse ciclo que a gente vive que é a agroecologia (Entrevista Toninho).

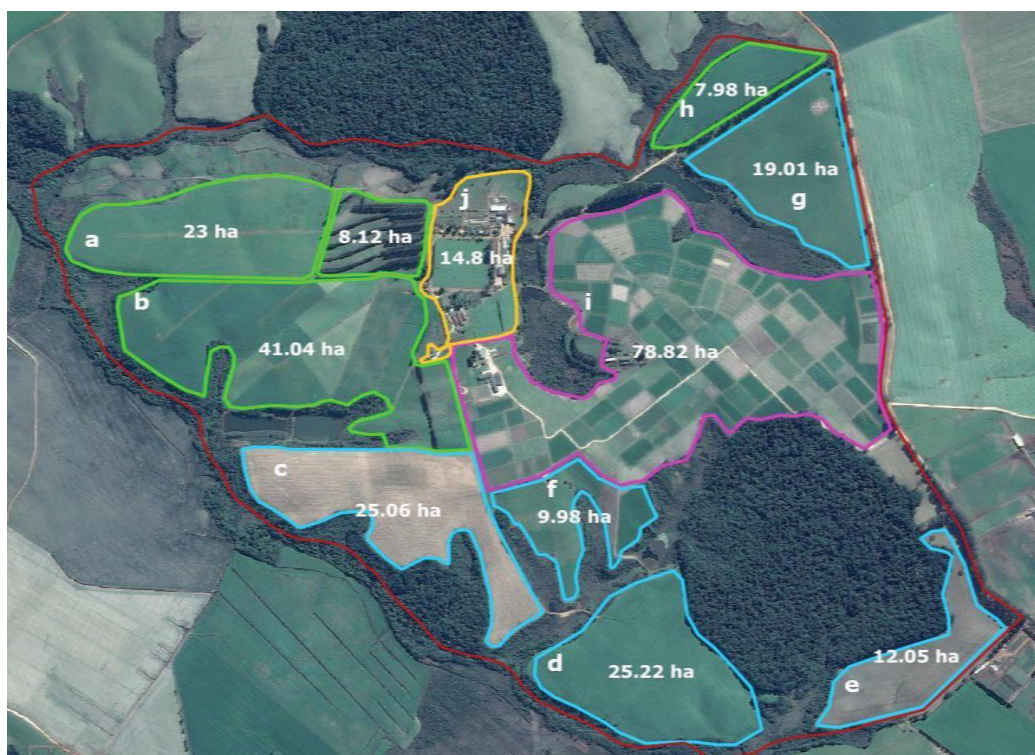
Assim, o cenário negativo em relação as questões ambientais tem se revertido naquele território em questão. Desde a ocupação, em 2015, o projeto (sempre) foi o de desenvolver um acampamento agroecológico (conforme já discorremos anteriormente sobre ser um plano e diretriz pautado e organizado pelo MST já desde o ano 2000 em todo Brasil, e mais especificamente no estado do Paraná com maior proeminência na última década). Inclusive, desde 2015 há um regimento interno do acampamento, que continua em vigor, e que, dentre as regras de convivência elaboradas, está explícito que as práticas agrícolas naquele território devem respeitar os princípios agroecológicos. Esse regimento interno é um ótimo instrumento para pensarmos nas questões que dizem respeito às ações permitidas e proibidas no interior do território. Conforme discorre Latour (2012, p. 120), "os objetos vivem uma vida claramente múltipla e complexa por intermédio de reuniões, projetos, esboços, regulamentos e provas", o que quer dizer que, por meio do regimento interno, inúmeros são os atores humanos e não humanos que se mobilizam em prol da construção do acampamento e do próprio projeto agroecológico. Ele é um importante mediador que, em primeiro lugar, garante a possibilidade da produção de alimentos de forma agroecológica como pré-condição do acampamento, e em segundo, impede que outras práticas agroalimentares sejam desenvolvidas no interior do Maria Rosa. O regimento enquanto facilitador, ou ainda bloqueador, de ações e associações no interior do acampamento. Qualquer pessoa que não concorde em produzir alimentos de forma agroecológica, não permanece no acampamento. É uma regra, muito bem estabelecida naquele local (inclusive, quem vai para o Maria Rosa, já vai sabendo dessa condição). Atualmente, o acampamento conta a presença de 65 famílias, todas vivendo e produzindo de forma ecológica, com respeito ao meio ambiente e a preservação ambiental. Além disso, desde 2019, o acampamento, através da criação de sua cooperativa (COOFRAN), recebeu certificação de 100% Orgânico pela Certificação Participativa realizada pela Rede Ecovida de Agroecologia<sup>39</sup>.

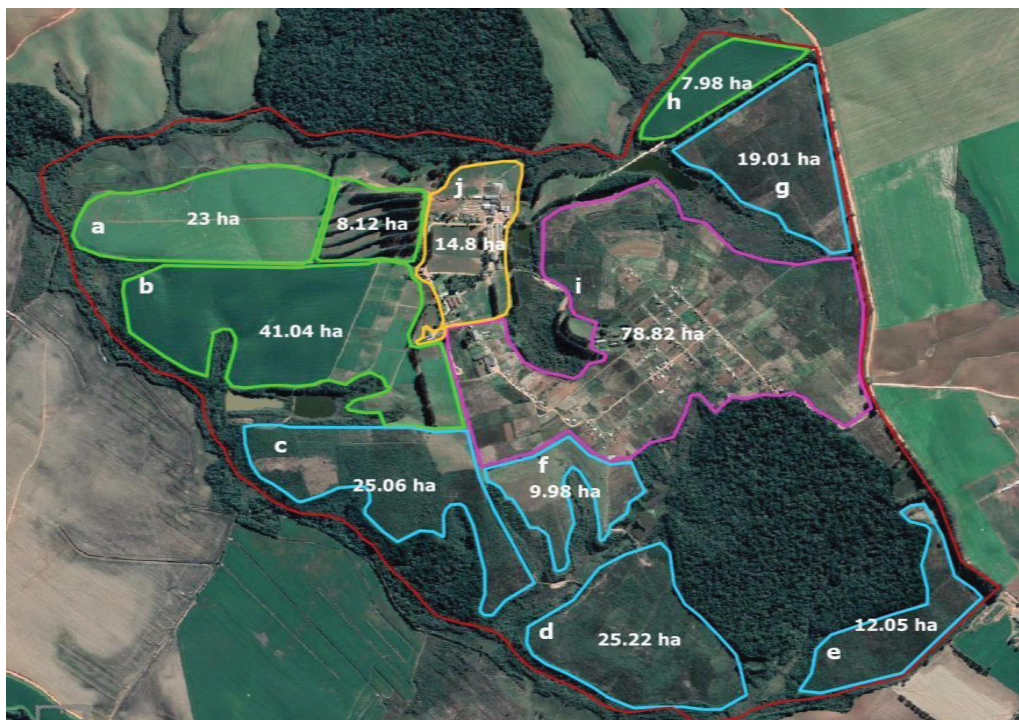
---

<sup>39</sup> A Rede Ecovida se caracteriza pela organização de famílias produtoras rurais em grupos informais, associações ou cooperativas. Essas organizações se articulam com outras – ou ONGs – de consumidores, e dessa forma nasce o que se denomina "núcleo regional". Cada núcleo tem uma organização específica e forma de atuação, e a soma de todos os núcleos regionais, formam a Rede Ecovida. Atualmente, a rede possui diversos núcleos em três estados brasileiros (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). O trabalho da rede congrega inúmeros grupos de agricultores e camponeses, abrangendo mais de 4 mil famílias, e tem contribuído de forma significativa para a consolidação e desenvolvimento da agroecologia no Sul do Brasil (ECOVIDA, 2020). Para maiores detalhes sobre a Rede Ecovida, Julian Perez-Cassarino (2012) realizou um belo trabalho seguindo atores e redes a partir desses grupos ligados à Ecovida, o que permitiu a ele desenvolver uma ótima tese de doutorado acerca do desenvolvimento das redes agroalimentares alternativas no Sul do Brasil.

Conforme dados levantados pelo coletivo PLANTEAR através da plataforma do MAPBiomas (2021) e de fotos aéreas obtidas pela plataforma do Google Earth, tem-se evidenciado que a ocupação das famílias e a criação da comunidade do Maria Rosa tem favorecido o território em questão, não só na questão do combate à desigualdade social (através do incentivo à políticas de reforma agrária e da redistribuição de terras, por exemplo) - conforme discorremos nas seções anteriores -, como também nas questões ambientais (uso e preservação dos recursos naturais). Do ponto de vista quantitativo, os dados levantados pelo coletivo através do MAPBiomas e das fotos do Google Earth (Figuras 45 e 46), comparando os anos de 2014 (antes da ocupação) e 2019 (4 anos de ocupação), demonstram que já houveram aumentos nas formações florestais do território; a diminuição de pastagem (e, portanto, a não exposição do solo e sua posterior degradação); a redução de monocultivos (trazendo maior biodiversidade para a região), etc. (MAPBIOMAS, 2021). Assim, reforça-se que o número de famílias ocupadas no território não afeta negativamente o meio ambiente, mas pelo contrário, tem mostrado tendência positiva no que diz respeito a sustentabilidade, a preservação do solo, da água, e dos demais recursos naturais (fauna e flora).

FIGURAS 45 E 46 – FOTOS AÉREAS DO ACAMPAMENTO MARIA ROSA EM 2014 (PRIMEIRA FOTO) E 2019 (SEGUNDA FOTO)





FONTE: Google Earth

Além disso, destaca-se que o uso da terra no Maria Rosa de forma agroecológica é totalmente condizente ao Plano Diretor Municipal de Castro (CASTRO, 2021), que na teoria deve ser aplicado em todo território do município (inclusive, é claro, a zona rural). Conforme o plano diretor diz em diversos artigos (em especial o artigo 58), o uso do solo está colocado como prerrogativa ao desenvolvimento sustentável do município, sendo a atividade agrícola um movimento que não deve comprometer a qualidade do solo/água e que ainda consiga suprir as demandas atuais, sem comprometer as futuras (diretrizes elementares, por exemplo, contidas nas bases estruturantes das agriculturas ecológicas, conforme vimos no capítulo 2, ao tratar da ecologização da agricultura). Estando de acordo com as diretrizes do plano diretor e do planejamento territorial do município de Castro, o imóvel rural em questão apresenta atualmente ocupação e uso totalmente condizentes com o que está previsto em tais documentos, ao contrário do que estava sendo desenvolvido no território antes da ocupação (com as atividades irregulares das cooperativas da Fundação ABC e suas atividades agrícolas contrapostas as diretrizes do atual plano diretor). Dessa forma, o projeto agroecológico desenvolvido no Maria Rosa ganha uma nova dimensão, qual seja, não apenas de garantir uma qualidade de vida melhor para as famílias ocupadas e para quem possa se beneficiar dos alimentos cultivados por elas, como também para proteger as famílias e garantir suas permanências no local tendo em vista que suas vidas e trabalhos lá desenvolvidos trazem ganhos benéficos para a região, não apenas em questões sociais, como também ambientais e

econômicas. Mas afinal, de qual projeto ecológico estamos falando? Quais são essas ecologias emergentes no Maria Rosa e quais os seus sentidos e práticas?

A Agroecologia no Maria Rosa, conforme fomos vendo ao longo dos trabalhos de campo, não possui uma definição muito bem estabelecida e unificada no interior do acampamento. Apesar de que muitos elementos ditos sobre a agroecologia são comuns em diversas falas diferentes, fomos observando que o termo "agroecologia" é significado - e também significador - por experiências particulares de cada pessoa e família que hoje está no acampamento. Apesar de ser uma diretriz do próprio MST que a agroecologia se torne a base elementar de construção e desenvolvimento de acampamentos e assentamentos rurais espalhados pelo Brasil, a ideia de uma agroecologia tem se construído de forma heterogênea e não tão simples de ser definida (pelo menos é o que constatamos no Maria Rosa). Quando perguntávamos para as pessoas que tipo de trabalho elas vinham desenvolvendo dentro do Maria Rosa, era extremamente comum esse trabalho na terra ser definido pura e simplesmente enquanto "agricultura". Alguns dizem que é um tipo de agricultura de roçado (Como Claudinei e Dimarães, por exemplo), outros que é um tipo de agricultura de "origem" ou de "começo" (como Leodil e Santana). De uma forma ou de outra, as formas com que as pessoas foram definindo agroecologia se conectam diretamente àquilo que discutimos na seção anterior, isto é, é um estilo de vida e de trabalho que está totalmente ancorado por raízes camponesas familiares das pessoas em questão. A agroecologia enquanto um trabalho de agricultura que é feito hoje praticamente da mesma forma com que os pais ou avós das pessoas faziam "antigamente". Ou seja, a agroecologia enquanto um processo repassado de geração em geração em prol da produção e reprodução da vida e do trabalho no rural brasileiro.

Além do mais, ao abordamos a temática da significação do termo agroecologia, era comum algumas respostas amplamente abrangentes, como por exemplo a de Judite: "agroecologia é tudo pra nós" (Entrevista Judite), ou de Santana: "tudo ... principalmente na vida minha vida é tudo" (Entrevista Santana). Contudo, ambas se referem a não somente um trabalho agrícola específico, mas sim a um estilo singular de vida e de trabalho que, mais uma vez, está conectado com suas raízes camponesas da "roça". E essas raízes da roça são justamente os elementos fundamentais que atribuem significado para suas vidas e existências, não somente enquanto pessoas que são, para todos os efeitos, trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas também pessoas que vivem uma vida conectada diretamente com outros tantos elementos e fenômenos de nosso mundo, como por exemplo, os próprios animais e passarinhos que voltam a aparecer no Maria Rosa depois de um tempo de vida e de trabalho ecológico desenvolvido por lá. Ao questionar o que significa "tudo" nessa afirmação sobre a agroecologia, Judite

novamente relembra dos pássaros e dos animais que convivem hoje com ela no acampamento: "por isso que eu disse pra você que é tudo né ... porque os bichos chegam aonde a gente tá né" (Entrevista Judite).

Outro grande fator comum que apareceu em quase todas as falas sobre os significados possíveis do termo "agroecologia", é a questão da saúde. De imediato, quase todos e todas conectaram a agroecologia com aspectos relacionados à saúde e ao bem estar: "acho que a primeira coisa é saúde né" (Entrevista Natalino); "a saúde na verdade vem em primeiro lugar, porque sem saúde ..." (Entrevista Dimarães); "tudo é saúde é tudo" (Entrevista Judite); "pra mim é tipo assim, saúde" (Entrevista Toninho); "e a saúde é outra ... a saúde é outra" (Entrevista Santana). E ao perguntar para Santana o porquê que a saúde é outra, ela explica:

sê não tem ideia do tanto que vivia com os braço inchado, tudo arreventado lá na cidade ... eu acho que era o serviço ... que era geladeira e fogão, geladeira e fogão, e a câmara fria [...] e toda hora tava em volta dos fogão, entrava lá ... então, se eu continuasse lá minha fia, eu não sei se eu não tava morta, que ia complicá tudo" (Entrevista Santana).

Já quando perguntei para ela se os braços continuavam inchados agora que ela vive no Maria Rosa, ela responde que hoje estão ótimos e que não doem mais nada, mesmo realizando serviços braçais com a enxada "todo santo dia".

Toninho e Judite, ao discorrerem que a agroecologia para eles representa saúde e bem estar, nos contam histórias que justificam, também, os motivos pelos quais eles trabalham e vivem de forma agroecológica hoje: "a agroecologia ... é mais pela saúde né, porque eu já perdi tio, já perdi muitos amigos, que se criaram e cresceram comigo ... eu aprendi com eles né, a trabalhá em lavoura, e hoje eles já foram tudo" (Entrevista Toninho). Ao questioná-los sobre os motivos desses amigos e parentes terem morrido, Judite esclarece:

veneno ... muito veneno ... é de passar veneno na lavoura aí o veneno prejudicou ... eu tenho um irmão meu que de prantá arroz na fazenda que nois morava, e passar o tal de andrin, que agora já não existe mais, ele perdeu a fala, e eles tiveram que fazer um buraco aqui nele assim pra operar ele ... tudo veneno" (Entrevista Judite).

Judite e Toninho contam que nasceram no rural, na roça, e que por uma parte de suas vidas, a utilização de agrotóxicos passou a compor suas realidades devido a orientação do dono da fazenda na qual eles trabalhavam. Eles contam que trabalhavam em uma fazenda bem grande - contando com eles, tinha cerca de 50 funcionários -, que plantava arroz e soja, e depois de certo tempo, o dono da fazenda optou por utilizar cada vez mais agrotóxicos em suas plantações. Apesar de que a agricultura que Toninho e Judite aprenderam quando crianças (herdada por

Judite de seus familiares mais antigos) ser uma prática distante dos mecanismos modernos de cultivo de alimentos (tal como a utilização de agrotóxicos, por exemplo), eles infelizmente entraram em contato com os agrotóxicos trabalhando nessa fazenda. Esse foi o principal motivo, por exemplo, de fazer com que eles saíssem dessa fazenda e procurassem outras formas de viver a vida, o que os levou a se aproximar do MST e a morar, por 9 anos, no assentamento Emiliano Zapata, localizado em Ponta Grossa – PR. O Emiliano Zapata é um dos acampamentos/assentamentos pioneiros no trabalho com a agroecologia no estado do Paraná, e desde que se mudaram para lá, Toninho e Judite passaram a aprender muita coisa nova:

foi isso que a gente entrou no ramo da agroecologia né ... é um dos motivo né ... e outro porque a produção que sai daqui, que nois doamo, a maior parte a gente doa bastante né, se sabe disso, as doações que a gente faz, a gente sabe que a gente tá mandando um alimento de qualidade pras pessoa ... porque se a gente não quer pra gente, o que não serve pra mim, eu não quero que sirva pra ninguém (Entrevista Toninho).

Claudinei, por exemplo, me contou bastante sobre suas atividades na terra, enquanto agricultor. Me contou suas origens da "roça", seus modos de aprender a trabalhar na terra ensinados pelos seus antepassados (avós, pais e tios). Ao interpelar ele sobre o trabalho ecológico que vem desenvolvendo por lá, ele diz que é a forma com que ele aprendeu a trabalhar na terra a muitos anos atrás. Resumiu o trabalho ecológico que vem realizando enquanto uma agricultura que não utiliza venenos, que se utiliza o máximo possível de recursos próprios de sua propriedade, e fundamentalmente de seu próprio trabalho. Isto é, junto dos fatores naturais (sol, chuva, etc.), a ecologia que desenvolve depende fundamentalmente de seu trabalho e suas práticas (o cultivo sem agrotóxicos, com uso de cobertura seca de solos, utilização de esterco enquanto adubo, etc.). Importantes elementos para compreendermos alguns condicionantes do trabalho agroecológico desenvolvido no Maria Rosa, em especial os desenvolvidos por Claudinei. Apesar de já ter ouvido o termo agroecologia e ter se deparado com essa temática em vários momentos de sua vida recente, Claudinei nunca "aprendeu" a fazer agroecologia através de cursos e/ou manuais e cartilhas práticas. Claudinei aprendeu agroecologia fazendo agricultura, cultivando alimentos, desde quando era ainda uma criança. Ele aprendeu agricultura enquanto processo de construção de identidade e enquanto processo de formação de seu "eu", de um "eu" que vem da roça e carrega consigo um apanhado de memórias e tradições familiares. Conforme ele próprio diz, ele é da roça e viver nela é o que ele "sabe" fazer. Ele veio da roça e nela quer permanecer, apesar de forças do "destino" terem distanciado ele desse local em muitos casos. A agroecologia que ele pratica, é a agricultura que torna ele um ser no mundo.

Ser da roça, para ele, é ser agroecológico. Daí a importância, novamente, de pensarmos na terra (ou ainda a "roça") enquanto importante mediadora no processo de desenvolvimento da agroecologia no Maria Rosa, que está dialeticamente relacionada ao trabalho de agricultor que pessoas como Claudinei desempenham cotidianamente. A terra, o resgate de tradições, o cultivo de memórias nos processos de construção de identidades e o trabalho como agricultores, costurando atores, ações e associações (redes) da agroecologia no interior do acampamento Maria Rosa.

Claudinei – e, também, as outras pessoas que tive contato - foi me conduzindo a enxergar a agricultura e a agroecologia no Maria Rosa enquanto prática particular de cada pessoa/família lá residente. Apesar de existirem as ajudas mútuas e o companheirismo em torno das práticas agroecológicas (conforme fui constatando ao longo dos trabalhos de campo)<sup>40</sup>, Claudinei discorre claramente que o trabalho que cada pessoa/família vai desenvolver depende muito de sua própria autonomia, recursos e disposição para tal trabalho. As práticas ecológicas, segundo ele, acompanham as famílias no interior de seus processos de produção e reprodução na terra, e ainda que aprendam constantemente novas práticas à luz de novos conhecimentos e interações com outros agricultores e agricultoras, as famílias dependem sempre de sua disposição, recursos e autonomia para trabalhar na terra. Conforme Claudinei diz, "ninguém pegará na enxada por você". Não fosse o trabalho e vontade de cada família em seu próprio lote/roça/lavoura/horta, o trabalho na terra e, conseqüentemente, a agroecologia, não se desenvolveria no Maria Rosa, que por sua vez constitui um dos principais sentidos da agroecologia que vimos emergir no acampamento em questão.

Nesse sentido, viver e trabalhar no Maria Rosa, segundo as pessoas que conversei, é automaticamente regulado pela lógica das necessidades/capacidades de cada família em específico, configurando, assim, o principal equilíbrio que há muito já foi dito desde Alexander Chayanov. Chayanov (1974), sobre isso, discorre sobre o conceito de "auto exploração", isto é, o grau de força de trabalho utilizado pela família na agricultura é diretamente relacionado ao nível das necessidades dessa família e da capacidade (financeira, de equipamentos, etc.) que ela possui para tal trabalho. Dito de outra forma, e segundo o que foi dito pelo pessoal, no Maria Rosa o trabalho ecológico desenvolvido depende muito dos recursos financeiros e

---

<sup>40</sup> Essa ajudas mútuas e o companheirismo a que me referi, dizem respeito a diversas parcerias que as pessoas/famílias me relataram acontecer no interior do processo agroecológico de produção de alimentos, como por exemplo o empréstimo de ferramentas e máquinas para se trabalhar; o empréstimo e a doação de mudas e sementes; horas de trabalho trocadas e/ou vendidas; etc. Tais ajudas se estabelecem, também, em meio a conflitos e contradições no que diz respeito a disponibilidade e vontade das pessoas em querer ajudar os outros. Segundo relatos, não é todo mundo que possui tal disponibilidade, apesar de que a grande maioria das pessoas o fazem.

equipamentos que cada família possui para aplicar em seu lote, ainda que existam determinadas parcerias e ajudas mútuas em prol desses processos. Nesse sentido, Claudinei (que estava no Maria Rosa a apenas 3 meses, vale lembrar) me contou que não tinha de onde tirar recursos financeiros para começar seus trabalhos na terra, recursos esses, por sua vez, responsáveis por permitir e/ou impedir o desenvolvimento da agroecologia no interior do Maria Rosa. Ele conta que normalmente as famílias já compram mudas em viveiros da região e que já estão prontas para serem plantadas na terra, o que precisa de um menor esforço e menos tempo em todo processo de cultivo do alimento. Contudo, as mudas não são muito baratas, para quem não tem recursos financeiros próprios para isso (como foi o caso de Claudinei ao chegar no acampamento). Nessa direção, ele teve que realizar um esforço para comprar sementes (que são muito mais baratas do que mudas), e realizar todo um processo de germinação delas, e depois o preparo da terra e o plantio. Claudinei me conta que esse processo de germinar as sementes para começar seu trabalho na roça foi todo realizado utilizando apenas recursos de sua própria propriedade. Fora as sementes, que teve que comprar fora do acampamento, toda estrutura utilizada no processo de germinação foi feita por ele, com suas próprias mãos.

Aqui está, portanto, um exemplo claro – e também uma boa controvérsia - daquilo que Claudinei havia dito antes sobre o trabalho na terra depender muito dos recursos e capacidade/equipamentos que cada família é capaz de gerar ou adquirir por conta própria (não fossem, é claro, possíveis ajudas oferecidas pelo Estado e pelas políticas públicas, mas que até agora encontram-se distantes do acampamento em questão). Uma família com melhores condições, pode comprar mudas e talvez equipamentos melhores, e com isso o processo de cultivo de alimentos é mais rápido e eficaz, garantindo, por sua vez, uma possibilidade de retorno financeiro mais rápido com a venda de tais alimentos cultivados. Agricultura agroecológica, de acordo com a realidade e exemplos dados por Claudinei, é não apenas uma prática herdada por seus antepassados, como também uma prática diretamente conectada à disposição e capacidade de cada pessoa e/ou família mobilizar recursos e equipamentos em prol de tal atividade na terra. É, por isso mesmo, uma prática de agricultura completamente versátil e heterogênea, pensando na quantidade de atores e ações distintas no interior desse processo.

Muito similar a Claudinei, Leodil e Santana me trouxeram praticamente os mesmos elementos quando os interpelei sobre o trabalho ecológico que eles vêm desenvolvendo em seus lotes. Conforme já discutiremos na seção anterior, Leodil e Santana vieram da roça: nasceram no rural brasileiro, e para lá eles voltaram e querem permanecer. Da mesma forma que Claudinei, suas formas de trabalhar no rural e suas práticas de agricultura foram repassadas a eles de geração em geração, ou seja, aprenderam a mexer com a terra e a cultivar alimentos

observando seus pais e familiares, e aprendendo com eles práticas, dicas, sugestões e melhores/piores formas de realizar determinadas atividades. Tudo pode vir a agir e ter influência sobre outras ações, tal como estamos vendo através do resgate de memórias e a construção de identidades enquanto um dos processos (atores/ações) responsáveis pelo desenvolvimento da agroecologia no Maria Rosa. Conforme Santana mesma diz, mexer com a enxada e trabalhar na terra é uma atividade que ela e seu corpo fazem da forma mais "natural" possível. Indo de encontro conforme o que diz o próprio Latour (2012, p. 109), "o projeto da ANT cifra-se em ampliar a lista e modificar as formas e figuras dos participantes reunidos, esboçando uma maneira de fazê-los agir como um todo durável". Um todo durável, no caso, tal como Santana e sua enxada em prol do desenvolvimento da agricultura e da agroecologia no Maria Rosa.

Já no que diz respeito ao termo "agroecologia", quando perguntei disso para eles, automaticamente me disseram que não possuem uma compreensão teórica sobre esse termo em específico (o que reforça, mais uma vez, a necessidade de seguir os atores e compreender através deles do que a realidade deles é constituída). Ao perguntar para eles sobre a agroecologia que eles desenvolvem, dentre outras questões já relatadas, eles também diretamente definiram agroecologia realizando uma diferenciação dessa prática com a prática do agronegócio. Para eles, agroecologia é o oposto do agronegócio, que por sua vez é uma prática que se utiliza de venenos, agrotóxicos, adubos químicos, etc. Para Leodil e Santana, a agroecologia é na verdade a própria prática de agricultura que eles fazem e aprenderam a fazer "desde sempre". É a única forma de trabalhar com a terra, pois é a forma que sabem herdada de geração em geração: memória e construção de identidade camponesa agindo e costurando os fios agroecológicos do acampamento Maria Rosa.

Igualmente a Claudinei, em toda vida vivendo na roça (e mesmo "distante" dela), eles aprenderam e cultivaram o modo de fazer agricultura através de práticas que hoje concebemos enquanto ecológicas ou agroecológicas, que são as atividades de agricultura que se resumem em práticas que, por exemplo – e conforme fomos vendo no trabalho de campo –, não utilizam nenhum tipo de agrotóxicos ou produtos químicos; que usam esterco como adubo; que usa cobertura de solo como forma de protegê-lo e preservá-lo; que usa práticas de compostagem; que utiliza apenas de recursos internos a propriedade, ou o máximo possível que conseguirem; que utiliza irrigação manual, etc. Assim, no que diz respeito às práticas agroecológicas do acampamento, podemos constatar, logo de cara, que são práticas que remetem aquilo que é o principal sentido constatado e que já estamos discutindo ao longo do texto, isto é, as origens camponesas e as descendências da "roça". Conforme fomos vendo, há inúmeras práticas

agroecológicas e utilização de diferentes instrumentos de trabalho no cultivo de alimentos dentro do acampamento<sup>41</sup>, mas a principal prática e instrumento é a utilização da enxada. Toninho deixa bem claro essa questão: "a enxada e o facão é a marca do sem terra [...] você não faz agroecologia sem uma enxada na mão" (Entrevista Toninho). Evidentemente que a enxada não é o único instrumento de trabalho dentro do acampamento, pois também são usados o facão, a foice, a roçadeira, o rastelo, assim como maquinários mais modernos, como por exemplo a tobata (ou tobatinha, como falam) e o trator, mas a enxada é o instrumento mais comum utilizado pelas pessoas no Maria Rosa, e também o instrumento de trabalho mais importante, conforme Toninho deixou bem claro em sua fala. Não são todas as pessoas que possuem todos esses instrumentos listados acima (principalmente a tobata e o trator, que são poucas pessoas que possuem), mas a enxada é companheira comum de todo e toda trabalhador e trabalhadora dentro do acampamento Maria Rosa. Sua importância é tão grande dentro do acampamento e no interior do trabalho agroecológico desenvolvido, que as pessoas realmente se orgulham das enxadas que possuem. Leodil mesmo fez questão, em toda caminhada que demos pelo seu lote, de me mostrar o tamanho da sua enxada e do poder que ela tinha no trabalho com a terra (era realmente grande e poderosa).

Assim sendo, as práticas agroecológicas no Maria Rosa começam a ser percebidas através do "simples" uso e manejo de instrumentos de trabalho básicos dentro de uma roça e horta/lavoura, que é o uso de uma enxada. Com a enxada e uma foice (ou facão), por exemplo, as pessoas conseguem fazer praticamente tudo que precisa ser feito no trabalho com a terra: capinar (carpi), roçar terreno, preparar a terra, fazer canteiros, plantar, manejar o cultivo, limpar hortas e lavouras depois de plantadas (tirar os "matos" que crescem no meio das plantações), etc. Ou seja, com esses instrumentos básicos, todo o processo que envolve o cultivo de alimentos pode ser feito.

E já no que diz respeito aos alimentos cultivados no Maria Rosa, tentamos fazer uma espécie de levantamento de quais alimentos existem hoje em processo de cultivo dentro do acampamento, e foi uma tarefa um pouco complexa de ser feita. Tal complexidade se deu justamente pela quantidade e variedade de alimentos cultivados no acampamento, difícil até de ser mensurada<sup>42</sup>. De uma forma geral, os alimentos que são produzidos em roça são,

---

<sup>41</sup> Destaca-se algumas infraestruturas "novas" dentro do acampamento enquanto elementos que vem contribuindo no desenvolvimento das práticas agroecológicas no Maria Rosa, como por exemplo as estufas construídas por Toninho, ou ainda a recém inaugurada agroindústria, para processamento dos macarrões orgânicos, que são produzidos pelo coletivo de mulheres dentro do acampamento.

<sup>42</sup> Como ainda não existem fortes projetos de escoamento (venda) da produção de alimentos dentro do acampamento, ainda não há um controle mais objetivo acerca dos alimentos cultivados e suas quantidades. Tal procedimento costuma ser feito, por exemplo, em acampamentos/assentamentos que vendem alimentos para

majoritariamente, o milho, a mandioca, a abóbora, arroz e o feijão (só de feijão, por exemplo, Toninho conta que hoje existem 28 variedades diferentes de feijão crioulo dentro do acampamento). Fora esses alimentos que são produzidos em maior escala (na roça), há ainda uma variedade muito grande de outros produzidos em hortas/lavouras, como por exemplo, alguns "básicos" encontrados em praticamente todo lote que visitei no acampamento: abobrinha, tomate, brócolis, couve flor, berinjela, cenoura, beterraba, repolho (verde e roxo), alface (de várias espécies), almeirão, chuchu, inhame, cará da terra, cana de açúcar, quiabo, pepino, melão, pimenta (de várias espécies), morango, agrião, cebolinha, alho, cebola, salsinha, melancia, couve, batata doce, batata yacon, batata inglesa, abacate, amora, banana, pêssego, figo, vagem, amendoim, etc. Fora todos esses alimentos, ainda são cultivados inúmeras ervas medicinais e temperos, como por exemplo: manjerona, orégano, camomila, peixinho da horta, erva cidreira, hortelã, capim limão, açafrão, gengibre, e em alguns lotes específicos, há também um projeto de cultivo de pomar em expansão, com o cultivo, por exemplo, de goiaba, manga, limão, pêra, maçã, maracujá, uva, laranja, caqui, etc. Como dito, a maioria desses alimentos listados (lembrando que ainda existem mais cultivos que não conseguimos catalogar, até porque também não era objetivo central dessa pesquisa), estão presentes em todos os lotes que tive o privilégio de visitar no acampamento. Evidente que todos esses cultivos não estavam, necessariamente, presentes no momento que visitei, justamente porque alguns alimentos possuem época certa de plantio, mas aqueles que são produzidos o ano todo, esses sim estavam em abundância dentro do acampamento. Além ainda da produção de todos esses alimentos, destaca-se um forte movimento no interior do acampamento de produção de sementes crioulas. Muitas das variedades cultivadas dentro do acampamento já são reproduzidas pelas próprias sementes dos acampados e acampadas, fazendo com que todo o processo se torne ainda mais sustentável. Tais práticas (de produção de sementes) tem sido tão valiosa e vantajosa que toda comunidade tem estudado em, mais pra frente (quando der), montar um banco de sementes para todo o acampamento. É um projeto futuro, mas muito promissor.

Algumas técnicas e práticas agroecológicas também foram aparecendo para nós enquanto movimentos fruto da imaginação e criatividade das pessoas, principalmente porque possuem, como já dito inúmeras vezes, uma memória e uma trajetória que vem da roça e, portanto, já traz consigo um repertório de conhecimentos e experiências. Uma dessas práticas desenvolvidas é a de dona Judite e seu filho Toninho, que diz respeito àquilo que Toninho chamou de "controle de pragas": "tem o controle de praga que a gente tem ... uma planta ela

---

editais públicos ou outras redes alimentares de maior alcance. Como no acampamento Maria Rosa tais redes ainda são incipientes, ficou difícil levantar tais informações.

pode proteger a outra ... sê viu que tem girassol aqui? Então, com o girassol aqui, a vaquinha não vai na planta, entendeu? [...] ai tem manjerição, que é repelente, arruda, você faz uma calda de arruda com alho" (Entrevista Toninho). Essa "vaquinha" mencionada é um pequeno bicho, que quando estaciona em alguma horta, acaba com ela. Para evitar tais problemas, há também as práticas e técnicas desenvolvidas por Judite, e repassada aos seus filhos e descendentes, que são as suas famosas caldas "mágicas": "tava ali atacando os tomate ali um mosquitinho preto, ai foi passado um produto que a gente memo faz ne ... a gente faz aquele produto ne ... foi passado alho com mentruz, que é repelente né, um tipo de repelente ne" (Entrevista Judite), e depois ela ainda complementa:

eu tenho uma calda ali que ta com 4 ano ... dai tinha uns mandruvá grande assim atacando essas pranta de flor ne, lírio essas coisas, dai eu peguei e passei neles, e desapareceram [...] eu que invento, com casca de alho, arruda, mais cada coisa é pra uma coisa, não pode ser tudo misturado ... porque, essa mesmo com mamona e alho que eu fiz ai, essa se planta no tomate mucha a foia, porque ela é muito forte ne ... então tem que sabe pra que que vai fazer, e pra que que vai passar (Entrevista Judite).

E já logo na sequência, Toninho emendou explicando a exata função de tais caldas e o seu verdadeiro sentido em seus trabalhos com a terra, e a importância também, é claro, dos próprios bichos e insetos que aparecem em suas hortas e lavouras: "porque a ideia da gente é só afastar ele da lavoura, não é eliminar ... na realidade, cada inseto que tem ali, ele tem uma função ... e ele precisa se alimentar também ... a abelha por exemplo ... a abelha dentro da agroecologia é importantíssima" (Entrevista Toninho). Além de Judite e Toninho, Dimarães também é um grande criador de caldas e de inventos para combater determinadas pragas em suas plantações, e nos conta um de seus experimentos:

eu uso pro milho né ... que é uma coisa que eu sei que é orgânico, não tem química nenhuma né, nada nada, a urina de vaca ... urina de vaca com açúcar mascavo ... a urina de vaca se faiz a coleta e coloca num litro, só que não pode pegar nem claridade ne, não pode deixar pegar claridade de sol nenhuma, tem que deixar o litro de preferência num galão escuro, deixa ele escondido no escuro ... e daí pega uma medida de açúcar mascavo, que ele também não contem nada de químico, e mistura, e a parte de tarde você vai e passa na lavoura (Entrevista Dimarães).

Contudo, com a utilização de outros e novos instrumentos de trabalho, algumas técnicas começam também a ser desenvolvidas, e até mesmo outros alimentos passam também a ser cultivados. Fora algumas técnicas que não necessitam de grandes instrumentos de trabalho (como por exemplo a utilização de adubos orgânicos ou esterco como compostagem, ou ainda a cobertura do solo com matéria orgânica), o trabalho com o cultivo de alimentos também é

aprimorado à luz de novos conhecimentos e novos instrumentos de trabalho. Ao conhecer Natalino, Dimarães e Toninho, por exemplo, uns dos poucos que possuem e trabalham com trator e tobata dentro do acampamento, tivemos o privilégio de entender como o trabalho na terra se modifica ao utilizar tais instrumentos. Ao perguntar para Santana, por exemplo, se usando trator e tobata o trabalho na terra se modifica, ela responde:

o rapaiz, misericórdia ... eu já digo, eu com o leodil com uma tobata e um trator nois fazia 2 alqueire de roça sossegado ... dá pra dobrar ... porque você prepara bem a terra né ... o problema da carpina é que demanda muito na preparação da terra ... preparou bem a terra, que não fica coisrada ... que nem o milho, dois dia ai se passa muita roça na tobata, ai se só vai com a enxada tirando o mato ... ai se faz muita lavoura, muita coisa (Entrevista Santana).

Dimarães, que também utiliza esses maquinários em seu trabalho na terra, nos conta uma prática agrícola desenvolvida pelo seu trabalho agroecológico:

eu pranto lavoura de milho, eu faço a primeira limpa, ai quando eu vô fazê a segunda limpa, eu jogo aveia, no meio do milho ... daí eu jogo no meio da lavoura aquela semente de aveia, e daí passo a carpideira, carpo, limpo a lavoura de novo, ai ele vai enterra aquela semente, e pro inverno ela vai nasce ... ela vai nasce no inverno, a aveia ... daí quando tá chegando o inverno eu vou coiê minha roça, ai eu cuí minha roça eu passo a niveladora pra deita a cana, a aveia nasce, daí vai passa o inverno, cruza o inverno, vai chega o verão, a aveia seca, porque ela é do inverno, ela vai secá, ai carpo o trator em cima, serve como cobertura [...] que daí a aveia ela não vai deixa dá erosão na terra ne ... ela vai fica o inverno inteirinho com umidade e cobertura na tua área inteira (Entrevista Dimarães).

Toninho também utiliza essa mesma prática de Dimarães, e em suas próprias palavras, nos conta:

a gente vai passar, agora em abril já começa ... a gente passa o bardan, daí semeia aveia daí passa a grade niveladora por cima, só pra cobrir a aveia ... daí a aveia vai nascer, a gente vai passar um rolo faca, so pra derrubar ela, e planta em cima dela daí ... porque daí sê vai evitar de carpi, vai evitar de erosão, e sê vai criar mais vida no solo (Entrevista Toninho).

Assim, vamos observando que as práticas agroecológicas dentro do acampamento são múltiplas e heterogêneas, que resgatam tradições, mas também estão abertas às mudanças e modificações que se estabelecem à luz de novos conhecimentos e/ou instrumentos de trabalho, como por exemplo o trator e a tobata. Já um outro fator de muita importância dentro do acampamento, é o conhecimento gerado (e acumulado) com a experiência do trabalho na terra, e também na observação da terra e das plantas enquanto um verdadeiro experimento científico. Dimarães, por exemplo, nos esclarece melhor essa questão:

toda pessoa que trabalha na lavoura, por mais que ele tenha conhecimento de anos na lavoura, todo dia, ele tá aprendendo ... e busca aprende mais, porque a própria lavoura incentiva você [...] é a própria pranta, a própria terra e a natureza que nos ensina ... quem trabalha na lavoura é assim ... principalmente nós no caso que não usa nada químico né [...] o primeiro ponto é você aprende a olha a semente, a terra ... você tem que aprende a trabalhar ... e ela te ensina a trabalhar (Entrevista Dimarães).

E depois ainda complementa:

hoje mesmo passei aqui na minha lavoura de milho ... então eu conheço que tem a broca de pendão do sol né, se tiver de muito sol, muito sol demais, ela dá a broca de pendão no milho ... se tiver de muita chuva, muita chuva, ela dá a broca de muita chuva ... então, uma combate a outra ... e é uma coisa que a gente precisa procurar né, é uma coisa que a gente tem que procurar técnica né, com quem? Com as pessoas lá da universidade, do laboratório lá, tudo pra que a gente possa no caso combatê aqui, sem necessidade de nenhuma, que é uma coisa que a gente não pode, colocar química (Entrevista Dimarães).

Essa última fala de Dimarães, enfim, expressa muito bem o verdadeiro sentido e movimento da agroecologia que vemos emergir no Maria Rosa enquanto elemento fundamental que caracteriza a ecologia emergente naquele acampamento. Tal elemento se estabelece, conforme já discurremos, pelo fato de que a agroecologia que emerge no Maria Rosa é um movimento que, em primeiro lugar, se solidifica na medida em que memórias e tradições são resgatadas, e se modifica na mesma medida em que tais memórias e tradições são colocadas em movimento no tempo presente, isto é, são memórias e tradições resgatadas e reformuladas à luz de novos conhecimentos e experiências estabelecidas num mundo atual (presente). Isso está evidenciado muito bem, por exemplo, pela utilização de novos maquinários modernos no trabalho na terra que o pessoal vem desenvolvendo no Maria Rosa. Assim, não só a terra, a planta ou o clima continua constantemente ensinando e renovando práticas e técnicas de cultivo, mas também fazem isso novos instrumentos ou ainda novos conhecimentos técnicos gerados pela ciência e por universidades, tal como Dimarães deixou bem claro em sua fala. Exemplo claro disso também é de Natalino (e também de outras pessoas), que vão, constantemente, buscar novos conhecimentos em outros lugares, tal como Natalino fez quando se deslocou até a ELAA<sup>43</sup> para aprender mais sobre agroecologia, mesmo já sabendo, por sua tradição e

---

<sup>43</sup> A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), fica localizada no Assentamento Contestado, no município de Lapa, Paraná. A escola surgiu em 2005, e é fruto da mobilização da Via Campesina com parcerias com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o IFPR (Instituto Federal do Paraná), e oferece cursos de Tecnólogos em Agroecologia e Licenciatura em Educação do Campo, em Ciências da Natureza e em Agroecologia. A ELAA recebe alunos de diversas partes do mundo (principalmente da América Latina), e em todos esses anos de existência, tem promovido de forma bem significativa a agroecologia não só pra dentro do MST de uma forma geral, mas para toda sociedade brasileira (em especial no estado do Paraná).

genealogia, a trabalhar com a terra de forma "ecológica". Por isso mesmo, a agroecologia que vemos emergir no Maria Rosa é uma agroecologia em resgate (tradição) que simultaneamente também se modifica e se reformula (se reconstitui) no tempo presente. Isto é, é uma agroecologia que não se constrói no passado (apesar do resgate das memórias e tradições), mas sim se desenvolve no presente, em pleno contexto atual (de mundo moderno globalizado). Contudo, mesmo sendo desenvolvida no presente, também não se caracteriza, por sua vez, enquanto uma forma de agricultura "moderna", tal como expressa e arregimentada, por exemplo, pelo modelo do agronegócio, e que vem sendo promovida desde a Revolução Verde. É uma agroecologia singular, específica, e por isso mesmo muito valiosa. Uma agroecologia com fortes raízes camponesas, mas não representando um mundo passado ou "ultrapassado" pela modernidade. Maria Wanderley (2003) já havia esclarecido essa questão a um tempo, (re)afirmando que a categoria social do campesinato representa agentes do tempo presente, do mundo moderno, e não do passado, e que esse campesinato representa também uma categoria social que não é estanque, mas sim que perpassa constantemente processos de rupturas e continuidades em sua trajetória histórica. Por isso mesmo, uma categoria social em constante mudança, não apenas em práticas agrícolas (como discutimos anteriormente), mas na vida de uma forma geral.

Vemos, portanto, que essas práticas agroecológicas representam, por sua vez, a própria ideia de mediação a qual Latour nos conduziu para pensar em ações e influências recíprocas. Essas práticas agrícolas (que remetem às tradições camponesas e se reconstituem e se reformulam ao mesmo tempo), portanto, como importantes mediadoras no processo de construção da ecologia emergente no Maria Rosa, e, por consequência, responsável por atribuir os seus sentidos e, também, suas controvérsias e contradições.

Retomando as contribuições de Latour, a própria ideia de redefinir o social que ele propôs está acompanhada de redefinir também, evidentemente, as próprias noções de ator e de ação. Para ele, o martelo também prega o prego, e não é só um instrumento que o humano utiliza (apesar de também ser). Assim como uma enxada e a chuva também podem contribuir no processo de ecologização da agricultura, ou ainda as práticas agrícolas as quais nos referimos nos parágrafos anteriores. Esse movimento vai em oposição com certa limitação da ideia de ação que é relegada ao humano e sua "intenção" de agir. Em contrapartida, vai dizer o autor que:

Se insistirmos na decisão de partir das controvérsias sobre atores e atos, qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator [...] portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente essas: ela faz diferença no curso

da ação de outro agente ou não? Haverá alguma prova mediante a qual possamos detectar essa diferença?" (LATOUR, 2012, p. 108, grifos do autor).

Isso é crucial, pois é importante que as conexões entre as ações sejam um movimento elucidado pelos próprios atores, através de suas narrativas e histórias, e não por suposições *a priori* do pesquisador (o que estamos tentando fazer ao compreender os sentidos da agroecologia no Maria Rosa através dos relatos e experiências cotidianas produzidas pelas pessoas que lá estão acampadas).

Porém, ainda é muito importante reforçar que Latour não pretende dizer que os objetos e os não humanos são na verdade os que "provocam" a ação humana, pois isso colocaria o humano na própria condição de intermediário que tanto Latour procura se ver livre. Também não pretende dizer que a ação de não humanos e humanos são simétricas, como diz limpo e claro: "a ANT não é – repito: não é – a criação de uma absurda simetria entre humanos e não humanos" (LATOUR, 2012, p. 114). A ANT para Bruno Latour (2012, p. 109), não vai alegar que os objetos e não humanos fazem coisas no lugar dos humanos, mas sim vai dizer que "nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o que e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada". Não é, por assim dizer, colocar a ideia da ação humana em xeque, ou seja, "pensar contra parede" o ator e a ação humana em prol da ecologização da agricultura no Maria Rosa que vai contra determinados paradigmas agroalimentares estabelecidos (agronegócio/agricultura industrial), mas sim é uma proposta de ampliar essas ideias e noções, atribuindo uma real importância à ação de outras entidades e objetos, até então não inseridos em cena também enquanto atores (tal como a própria enxada, a terra e o solo, as plantas e os alimentos, o clima e as estações do ano, as práticas agrícolas de cobertura de solo e utilização de esterco enquanto adubo, as memórias e as tradições camponesas, o Estado e as políticas públicas, etc.).

Para Leodil e Santana, portanto, o termo "agroecologia" é novo e recente em suas vidas, mas as práticas agrícolas que esse termo procura exprimir, não. Agroecologia, portanto, não enquanto um projeto novo, ou ainda "alternativo", mas sim construído pela memória e pelo resgate de tradições familiares. Dessa forma, agroecologia para Santana e Leodil significa o próprio fazer da agricultura, a própria ação de trabalhar com/na terra. Com isso, esses processos (agricultura/agroecologia) não são processos que se distinguem ou se distanciam. Portanto, o projeto de agricultura ecológica que eles desenvolvem não é, por si só, um método ou modelo novo em suas vidas, e sim uma prática "antiga" herdada de seus antepassados. É uma prática que no momento presente é resgatada e reinterpretada reflexivamente (GIDDENS, 1991) e cotidianamente por eles. Apesar de reconhecerem as mudanças ocasionadas nas formas de

agricultura advindas dos processos de modernização, para Leodil e Santana a agricultura sempre foi a mesma. Independente dos processos de transformação, tais como os da Revolução Verde em meados do século XX, a agricultura para os dois em particular (e para toda sua família), não passou por um processo de mudança: é herdada e ensinada de geração em geração, através das mesmas práticas, dos mesmos manejos, etc., ainda que por vezes atravessadas pelas práticas e modelos da modernização (a possibilidade de implementação de outros maquinários no trabalho na terra, como a tobata recentemente adquirida por eles, por exemplo). Atravessamentos, por sua vez, responsáveis por um processo de diálogos de saberes (LEFF, 2015) ou ainda uma ecologia de saberes, tal como proposta por Santos (2020).

Tal movimento de unir diversas formas de conhecimento, ou seja, práticas agrícolas tradicionais com práticas "modernas", no interior de famílias camponesas e/ou populações tradicionais, Boaventura de Sousa Santos chamou de "ecologia de saberes", isto é, "o reconhecimento da copresença de diferentes saberes e a necessidade de estudar as afinidades, as divergências, as complementaridades e as contradições que existem entre eles, a fim de maximizar a eficácia das lutas de resistência contra a opressão" (SANTOS, 2020, p. 26). Essa ecologia de saberes, isto é, os atravessamentos dos quais nos referimos no trabalho agrícola de Leodil e Santana, diz respeito a um processo de reflexividade no interior do processo de resgate de tradições e memórias dialeticamente confrontados à luz de novos conhecimentos e práticas advindos dos processos de modernização, que conseqüentemente influenciam os novos contornos do projeto agroecológico que eles vêm desenvolvendo no acampamento Maria Rosa. Tais atravessamentos são então, conforme o próprio Santos (2020) discorreu, formas eficazes de somar forças no intuito de superar situações precárias e de opressão que tais populações (camponesas) enfrentam historicamente no Brasil.

Para realidade própria de Santana e Leodil, não houve uma transição de modelos de agricultura, tal como vemos ao estudarmos os processos da Revolução Verde e a "instauração" da agricultura moderna que passou a ser caracterizada enquanto convencional/hegemônica, ainda que há, em momentos específicos, determinados atravessamentos entre os diferentes modelos agroalimentares (tal como expressamos a cima). Leodil e Santana nem sequer fazem ideia de como usar agrotóxicos e adubos químicos, nunca chegaram nem perto desse tipo de coisa, no que diz respeito aos seus trabalhos agrícolas particulares. Nesse sentido, a agricultura ecológica que eles desenvolvem não passou por um processo de transição, tal como vemos na literatura acerca da ecologização do rural brasileiro, justamente porque sempre foi praticamente a mesma, desde os seus antepassados até agora. Disso, tem-se, igualmente a Claudinei, a Natalino e Dimarães, a Judite e a Toninho, que agroecologia para Leodil e Santana representa

a própria prática de agricultura, a própria ação de trabalhar com e na terra. Desde quando nasceram na roça e começaram a trabalhar na terra, eles sempre praticaram agroecologia, mesmo sem chamar suas práticas de agricultura dessa forma. Eles sempre foram ecológicos em seus próprios trabalhos na terra, e por isso nunca passaram por um processo de "transição" de modelos.

Eles até concebem e compreendem a agricultura que fazem enquanto uma prática promotora de uma vida mais saudável, através de alimentos cultivados de forma mais "pura" e "natural", em contraposição aos alimentos cultivados pelo então agronegócio, contudo, fazem agroecologia porque fazem agricultura. Isto é, antes de fazerem agroecologia porque esse processo promove alimentos para uma vida mais saudável, eles fazem porque é o próprio sentido de existência deles, é o que está incrustado em suas identidades de vida e de trabalho no rural e na terra, é o que dá sentido ao fazer da agricultura que praticam "desde que se conhecem por gente". Ou seja, "vir da roça" para eles é vir, portanto, da própria prática agroecológica. Ser da roça, então, significa ser e estar no mundo de forma agroecológica. Agroecologia enquanto um processo que atribui sentido à existência, das formas mais amplas que podemos imaginar: desde as formas particulares de organizar internamente os núcleos familiares (pensando nos processos de vida e de trabalho na terra enquanto agricultores), até as formas variadas de se colocar no mundo e circular por diferentes canais e domínios cotidianos (construção de identidades e de ações e práticas sociais).

Conforme a própria Santana discorre, aos 45 dias de vida já estava na roça com sua mãe, e isso, segundo ela, a torna automaticamente uma agricultora de "nascença", ainda que tenha ido para algumas cidades e desempenhado outras funções de trabalho que não essa da agricultura. Agricultura para Leodil e Santana é o que dá sentido à suas vidas e existências, mas também é o trabalho que desempenham e que garante a eles a sobrevivência, ou seja, agricultura - e consequentemente a agroecologia -, enquanto uma prática para garantir a sobrevivência deles, a sobrevivência humana. Praticar agroecologia é não apenas um processo que atribui identidade a eles de forma abstrata e simbólica, mas também é o trabalho objetivo deles, de onde eles tiram sustento e de onde eles buscam dignidade para viver bem e tranquilos.

Da mesma forma que Claudinei, Leodil e Santana me relataram que as práticas agroecológicas no Maria Rosa se relacionam diretamente aos processos de capacidades de mobilização de recursos e instrumentos que cada pessoa/família consegue mobilizar em prol de suas atividades (tais mediadores que já discutimos anteriormente quando trouxemos os exemplos dados por Claudinei). Do ponto de vista econômico, cabe a cada família arcar com os custos de produção (compra de mudas/sementes, construção de sistemas de irrigação,

construção de estufas, etc.). Isso faz com que muitas famílias passem por diversas necessidades no acampamento Maria Rosa. Isso porque, conforme Claudinei relata, e também Leodil e Santana, esse processo de sobrevivência e, portanto, da prática agroecológica, está completamente sendo dificultada não só pela falta de recursos das famílias que lá residem, mas também devido à falta de políticas públicas e de incentivos do Governo no que diz respeito, por exemplo, ao escoamento de suas produções.

Conforme discorre Claudinei, as famílias no Maria Rosa passam por diversos "apuros", tendo que muitas vezes "contar as moedas", porque não possuem nenhum tipo de incentivo do Governo, e são deixadas à suas próprias sortes para viver (novamente, as principais controvérsias no interior do acampamento Maria Rosa e da proposta agroecológica se mostrando para nós). Nesse sentido, apesar de existirem diversas redes de ajudas mútuas no interior do acampamento (doação de alimentos e/ou sementes, por exemplo), cada família tem desenvolvido seus processos de produção agroecológica de acordo com os próprios recursos e capacidades, o que faz com que tenha diversas dificuldades no meio do caminho, como por exemplo a situação de Claudinei que não tinha recursos para comprar mudas para plantar, e por isso teve que "começar do zero" comprando sementes, cultivando, etc., fazendo com que seu processo de cultivo e de possível venda seja retardado pela falta de recursos que enfrenta. Ao contrário, Leodil e Santana enfrentam uma situação um pouco mais confortável que Claudinei, pois os dois possuem suas rendas principais vindas de suas aposentadorias. É uma renda, por exemplo, que garante a eles a possibilidade de comprar mudas ao invés de sementes, contudo não é uma renda suficiente que garante aos dois uma vida completamente digna e sem preocupações. As dificuldades (controvérsias) também existem no interior da vida de Leodil e Santana. Nessa direção, temos novamente um reforço da agroecologia desenvolvida no Maria Rosa também enquanto um processo fundamentalmente que existe em prol da sobrevivência humana e dignidade do povo sem-terra que vive naquele território. Antes mesmo de se apoiarem na ideia de produzir alimento agroecológico porque é saudável (ou porque é "ecologicamente correto"), está incrustada a ideia de que produzir de forma agroecológica é na verdade um processo único que concebem ao fazer a própria agricultura, e que essa agricultura é, portanto, o que permite a eles assumirem determinadas identidades, e através dela garantir a vida e a sobrevivência humana (produção e reprodução da vida e do trabalho).

Sobre esse processo de lutas e movimentos ecologistas/ambientalistas em prol da sobrevivência humana, Joan Martinez-Alier (2018) bem sistematizou através da ideia de um movimento de "ecologismo dos pobres". Segundo Martinez-Alier, a ação de camponeses, indígenas, quilombolas e populações tradicionais, representa um ganho significativo em termos

ecológicos e, como ele vai dizer, são essas ecologias do "Sul" (dessas populações tradicionais) as mais eficazes no combate aos conflitos socioambientais. Ainda que não necessariamente determinadas camadas populares (os pobres) se reconheçam enquanto movimentos ecologistas ou ambientalistas, são suas ações e projetos de produção e reprodução da vida que permitirão à Martinez-Alier chegar às análises dessas populações enquanto movimentos ecologistas populares/dos pobres responsáveis pela preservação, disputas por acesso e manejo de recursos ambientais e sociais globalmente mal distribuídos. Por conta da acumulação capitalista, e sua consequente expansão econômica, esse autor vai afirmar que a utilização de recursos naturais se torna, gradativamente, uma questão de conflitos globais e/ou locais no que diz respeito ao acesso e manejo de tais recursos, sendo que os mais afetados por tais direcionamentos são as camadas populares e os mais pobres. Por isso mesmo que, ainda que sem a intenção de se reivindicarem enquanto movimento ecologistas e/ou ambientalistas, as ações de Claudinei, Leodil e Santana, Toninho e Judite, Natalino e Dimarães, demonstram com clareza determinado movimento popular (ou dos pobres, como Martinez-Alier discorreu) de lutas ambientalistas/ecologistas em prol da melhoria em torno dos processos de acesso e manejo de recursos ambientais e naturais (tal como expressa pela prática agroalimentar agroecológica que o pessoal do Maria Rosa vem desenvolvendo).

Dona Judite, seus filhos e netos, também vem da roça, vem da "cultura", como ela diz, e seus trabalhos na terra também sempre foram dessa forma que fazem hoje, dessa forma ecológica. Ela me conta que sua bagagem da "cultura" é algo de herança, herdada de geração e geração. Seus pais e familiares ensinaram ela a trabalhar na roça, e hoje com 77 anos, é ela quem ensina os seus sucessores (filhos e netos). Nas conversas e nas voltas que demos juntos pelo seu lote, Judite não apenas nos mostrou tudo que plantou, mas também me contou muita coisa que sabe fazer em prol de suas práticas de cultivar alimentos de forma agroecológica. Conforme já mencionado, dona Judite é muito habilidosa em criar receitas para utilização como adubo em suas plantações, ou ainda como "remédio" para suas plantas doentes ou com pragas. Dessa forma, se utiliza desde esterco de animais (vacas, cavalos e porcos), como também diversas plantas de seu próprio lote e quintal. Dona Judite é "famosa" na comunidade por essas receitas, que fazem um grande sucesso por lá, conforme a própria Santana discorreu em diversos momentos durante nossas conversas. Assim como Santana, dona Judite elabora também diversas receitas de remédios (humanos) caseiros, sendo uma das figuras principais na questão da saúde dentro do acampamento. Essa prática de fazer receitas de remédios ou ainda de caldas e adubos para suas plantações, é uma prática antiga, herdada de seus antepassados, somado a criatividade e experiência da própria dona Judite no tempo presente. Aos 77 anos, ela diz que

continua experimentando receitas novas, fazendo novos movimentos em prol de descobrir remédios mais eficazes, caldas mais consistentes e adubos melhores para suas plantas (uma prática agroecológica verdadeiramente sofisticada).

A conexão de Judite com suas plantações e seus animais é realmente de se espantar. Não apenas conhece cada planta que cresce em seu lote e de seus filhos, como também tem fortes vínculos com seus animais. Quando chegamos perto do galinheiro, dona Judite soltou um grito de "oi" para todos os animais que estavam lá dentro, e como um coro uníssono, todos responderam ela de volta. Ao vê-la, as galinhas/patos/gansos ficaram super agitados, e ao que me parecia, muito felizes em estar em sua companhia. A ação não humana e sua influência em nossas próprias ações (humanas), tal como propôs Latour, ficou muito evidente nesse momento através da conexão que pude constatar entre Judite e seus animais. A mesma coisa aconteceu com seus porcos, que Judite e sua família cria em seus próprios lotes (e não no chiqueiro coletivo do Maria Rosa, como outras famílias fazem).

Judite me ensinou muito sobre o trabalho agroecológico desenvolvido no Maria Rosa enquanto uma prática diretamente relacionada à práticas agrícolas de forma geral, e que é herdada de geração em geração, que eles carregam consigo a décadas. Ao me levar passear pelo seu lote e me mostrar suas relações com suas plantações e animais, me revelou que praticar agroecologia é também, para ela, um processo de viver. Esses passeios pelo lote de Judite enquanto um ótimo movimento de mediação para pensarmos o processo de construção da agroecologia no Maria Rosa e seus sentidos (os principais atores e redes da agroecologia no Maria Rosa). Ela vive na terra, porque ela vem da terra, e a terra é quem fornece os meios para vida dela acontecer. Portanto, a agroecologia para ela é também um processo que se mistura em sua própria identidade enquanto camponesa, enquanto pessoa que vem da "cultura". Agroecologia e agricultura é o mesmo processo, não se distinguem enquanto projetos de práticas específicas que se diferenciam por ser ou "convencional" ou "alternativo". Agroecologia para Judite é, na verdade, o tradicional, ou se quisermos ainda, "convencional". Desde que se entende por Judite, uma camponesa do rural brasileiro que vive um processo de recampanização já a alguns anos, a agroecologia já existe dentro dela. E hoje, em sua vida cotidiana, no cuidado de suas plantações e bichos, nas receitas de remédios e caldas caseiras, ela conseguiu me mostrar que agroecologia é o cotidiano do Maria Rosa, e não necessariamente um "projeto alternativo" de vida, ou algo vindo "de fora". Da mesma forma que sabemos que no dia seguinte o sol retornará a nascer por cima de nossas cabeças, ser da terra e, portanto, ser agroecológico, está na essência das pessoas/famílias que moram no Maria Rosa. É o jeito que

levam a vida cotidianamente. Memórias em ação resgatando tradições: associações, identidades e condição camponesa ecologizando a agricultura no acampamento Maria Rosa do Contestado.

Além de dona Judite e Toninho, Santana, Leodil, Claudinei, Natalino e Dimarães, vários outros relatos vindos da oficina realizada pelo coletivo PLANTEAR confirmaram essas mesmas questões em torno da prática agroecológica, como por exemplo, elementos fornecidos por Roque, Aniceto, Iracy, Vanderley, Ademir (gaúcho), todos presentes no grupo da oficina no qual eu próprio fiz parte. Todas essas pessoas mencionadas até agora compõem um quadro comum no Maria Rosa, no que diz respeito a idade das pessoas e composição das famílias que lá residem. De forma geral, as famílias que compõem o Maria Rosa são, em sua grande maioria, compostas por pessoas de mais idade, já acima dos 50 anos<sup>44</sup>. Muitos possuem filhos, que já são adultos e casados, e, portanto, já foram morar em outras regiões do Paraná e do Brasil. Assim, um grande número de famílias é composto apenas por um homem e uma mulher. Claro, existem diversas exceções, e esses dados trazidos não dizem respeito a totalidade do acampamento, mas, de forma geral, conforme pude ir colhendo com o pessoal da própria comunidade, são pessoas de mais idade que já nasceram no rural, ou tem descendência genealógica no rural, e agora estão retornando para ele (recampenização).

Conforme conversa mais detalhada com Celio, uma das lideranças do acampamento, o trabalho na terra e a agroecologia, no Maria Rosa, realmente não é um projeto "novo". No que diz respeito a conjuntura em âmbito de MST Nacional e Estadual/Regional, a agroecologia de fato vem se tornando um movimento emergente a partir dos anos 2000, assumindo, em especial no estado do Paraná, maior representatividade em diversos acampamentos/assentamentos no decorrer desse século XXI, mais especificamente na segunda década desse século (conforme vimos no capítulo dois). De acordo com essa linha de raciocínio, o acampamento Maria Rosa se tornou de fato uma novidade e referência no que diz respeito a esse modelo agroecológico, em especial no estado do Paraná. Contudo, as famílias que lá vivem não praticam agroecologia enquanto um movimento "novo" ou aprendido recentemente (apesar de também modificarem suas práticas cotidianamente). O que nos faz refletir sobre as possíveis conexões entre

---

<sup>44</sup> Esse é um tema/assunto de bastante importância dentro do acampamento. Apesar de não constar em nosso trabalho enquanto temática central de análise, vale a pena refletirmos a respeito do fenômeno do "envelhecimento do rural" que muitos estudiosos tem se reparado em seus estudos sobre o rural brasileiro. De forma geral, existem jovens dentro do acampamento Maria Rosa, mas de fato há muitas pessoas já acima dos 50 anos, conforme constatamos. Isso nos leva a questionamentos a respeito do futuro do acampamento, ou ainda do futuro do próprio universo rural brasileiro. Como estará o rural brasileiro (e o acampamento Maria Rosa em específico) daqui a 20 anos? Qual será a faixa etária das pessoas/famílias residentes nesse rural? Vai existir juventude ativa no meio rural brasileiro daqui 20 anos? Todos esses questionamentos não possuem agora uma resposta imediata, mas são importantes elementos para levarmos adiante em nossas pesquisas e discussões. Pode servir, inclusive, como uma ótima oportunidade de desenvolvimento de diferentes agendas de pesquisa no interior da Sociologia Rural.

fenômenos ora concebidos como "micro" ora como "macro", ou ainda a questão da ecologização para "dentro" e/ou para "fora" do acampamento Maria Rosa. Nesse sentido, uma nova ponte com Latour e a ANT é importante de ser destacada, e aqui abrimos um breve parêntese para tal discussão.

Retomando, então, as contribuições de Latour (2012), o autor vai discorrer que os atores (na condição de mediadores) nesse movimento do social (associações), podem se conectar (ou se traduzirem, como diz o próprio Latour), gerando associações capazes de serem rastreáveis pelo pesquisador. E são essas associações rastreáveis, portanto, que dão significado a palavra "rede" em Ator-Rede. Se ator não corresponde necessariamente a um ato em específico, mas sim a capacidade de ação (e influência) de um ator sobre outro, a "rede" representará o conjunto de associações (as influências que tanto falamos) que os atores realizam entre si, e só será uma rede na medida em que consiga ser rastreada. Assim, a "rede" não deve ser tratada como algo "acima", um agregado pronto e acabado (tal como o "social" enquanto um material e/ou domínio próprio), mas sim é ela própria um movimento de associações. É isso, portanto, que o produto de nossas pesquisas acadêmicas deve procurar evidenciar, ou seja, o texto (dissertação, tese, monografia, etc.) como uma forma de transmitir o social enquanto um movimento contínuo de associações (movimento que procuramos fazer principalmente a partir do capítulo 3, onde começamos a costurar os diversos movimentos de associações e reagregações de elementos e domínios em prol da construção da agroecologia no acampamento Maria Rosa, e que agora, no capítulo 4, continuamos a realizar e analisar). Ora, se o social é então um movimento de associações, o texto também deve ser. Deve ele (o texto) então ter a capacidade de descrever as associações rastreáveis, ou melhor, evidenciar e descrever tais "redes" (é evidente que um texto em particular não conseguirá esgotar todas as associações de um determinado fenômeno, e, portanto, caberá ao pesquisador escolher quais associações ele vai investigar e quais constarão em seu produto final de pesquisa).

Rede, como vai falar Latour (2012, p. 192), é, assim, um conceito, não uma coisa, "é uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito". A rede não como uma coisa, mas enquanto um conceito, uma ideia, um traço deixado por atores no curso da ação, que seja capaz de nos auxiliar a rastrear associações no universo da pesquisa (em nosso caso, na ecologização no acampamento Maria Rosa). Discussão muito importante nesse estágio de análise da pesquisa e de seus principais objetivos.

Assim, nesse sentido das redes, tal como rede em Ator-Rede, Latour também vai discorrer sobre a importância de tornarmos o social não só enquanto uma coisa em movimento, mas também enquanto um fenômeno "plano", "achatado". Isso porque, na sociologia clássica

(do "social"), existe, de acordo com o autor, uma forte tendência de conceber separadamente os universos locais e globais, ou o micro e o macro, ainda que todo sociólogo do "social" tente, a todo custo, estabelecer conexões entre tais esferas, concluindo, por fim, que uma tem automaticamente respaldo na outra. Esse movimento faz os pesquisadores - na grande maioria das vezes - estabelecer conexões nada rastreáveis ou nem sequer empiricamente demonstráveis. Nessa direção, Latour vai tencionar tais ideias de local/global, micro/macro, ou ainda as ideias de "contexto social", "estrutura social", propondo não pôr fim aos contextos ou as estruturas (como se não existissem), mas sim uma ideia de achatar o social: localizar o global e redistribuir o local.

Conforme Latour, tanto o local como o global, tanto o micro como o macro, fazem parte do "social" tal como ele vem propondo, ou seja, são "locais" ou "globais" eles próprios inseridos num movimento de constantes reagregações e associações. Local e global, assim, também não estão acabados e fechados em si mesmos: ainda estão em formação, no sentido de que ainda contam com a ação de diversos atores em "rede". Nessa direção, acaba por findar, portanto, certa hierarquia posta entre local/global, ou micro/macro. Sem hierarquia (social achatado ou plano), tanto local como global são vistos ainda enquanto fenômenos em formação, capazes de reagregar novos elementos a todo momento, sem, no entanto, serem pertencentes a um ou a outro em separado. Contudo, importante frisar novamente que Latour não nega a existência de contextos ou estruturas, mas sim propõe um movimento de descobrir do que eles são feitos: quais associações existem nesses contextos e estruturas sociais? Quem são atores e quais ações podemos evidenciar e descrever? Movimento importante que estamos tentando elucidar com maior clareza principalmente através desse capítulo, com maior evidência a partir de agora ao pensar a relação conjuntural entre o fenômeno da ecologização da agricultura e a ação do MST em âmbito Nacional/Regional/Estadual.

Dessa forma (se esforçar em não hierarquizar fenômenos globais e locais), Latour propõe considerar ao mesmo tempo o ator e a rede na qual ele está imbricado – o que explica o hífen no Ator-Rede (ANT). Ou seja, considerar ao mesmo tempo a ação (e o ator) enquanto representante de um conjunto de ações concomitantes que se induzem e se influenciam constantemente, e as redes (associações rastreáveis) que se tornam possíveis a partir de tais ações. Assim, não se busca nem um local nem um global; nem um micro nem um macro, mas sim um conjunto de atores e redes capazes de serem descritos por observações empiricamente produzidas. Uma agroecologia e um acampamento Maria Rosa construídos, assim, através da observação empiricamente produzida (seguir os atores e as redes). Traduzindo melhor, não tem se tratado de fazer um trabalho de campo no Maria Rosa afins de elucidar determinado

fenômeno do movimento "maior" ou "total" da ecologização da agricultura, mas sim compreender, a partir da experiência cotidiana desse acampamento em particular (e das experiências de atores particulares, vale lembrar), como a ecologização (a Agroecologia) vem se construindo naquele espaço (território), por quais atores e quais associações, ainda que essas nos levem a crer que tais análises se localizam mais no plano "micro" ou ainda que possam nos levar a qualquer fenômeno tido enquanto "global" em questão. Ainda que partamos de determinada literatura sobre a ecologização da agricultura ou ainda sobre a Agroecologia propriamente dita, que no caso já foi agregada (estudada anteriormente por certos pesquisadores que sistematizaram suas ideias na literatura que busquei), o movimento que tem se feito necessário nessa pesquisa é colocá-la (ecologização/Agroecologia) num movimento passível de novas associações e, portanto, de novas descobertas. O fenômeno da ecologização não como um "macro", ou um fenômeno maior que explica outros, mas sim enquanto um fenômeno que ele próprio necessita ser explicado em suas especificidades (por isso, mais uma vez, o movimento de seguir os atores e compreender a construção da agroecologia no Maria Rosa através dos próprios atores e redes e associações que se formam a partir daí).

Esse movimento (de quebra de hierarquia e achamento do social) permite ao pesquisador ter a constante possibilidade de passar para outros locais e outros domínios, na mesma medida em que esses outros locais sejam, evidentemente, empiricamente rastreáveis e associados ao local presente que se encontra o pesquisador. Por isso, novamente, não se trata aqui de afirmar uma negação dos "locais" e dos "globais", mas sim uma proposta de um fim de sua dicotomia nunca tão bem estável e durável ao longo do tempo, tal como, por exemplo, a dicotomia entre natureza/cultura que a modernidade provocou, mas que não se operacionaliza de fato (LATOUR, 2013). Em referência a essa outra obra do autor, poderíamos afirmar que não teríamos local e global enquanto domínios separados por uma dicotomia ou diferenciação, mas sim um espaço híbrido, de "locais" e "globais" que, constantemente, estão se associando à novos elementos. Local e global num mesmo plano, ou ainda, conforme coloca Stuart Hall (2020), local e global enquanto espaços simultâneos que representam uma variedade diversificada de "híbridos culturais".

Para fechar, portanto, o breve parêntese dessa discussão, localizar o global, na afirmação que Latour proferiu de "localizar o global e redistribuir o local", significa rastrear associações entre diferentes locais que antes (sociologia do "social") era muito custoso de ser feito. Para Latour, era custoso porque os sociólogos não possuíam um veículo e instrumentos adequados para percorrer de um local a outro, e isso explica tais associações infundadas que diversos pesquisadores estabeleciam entre um micro e outro macro, entre um local e um global. Localizar

o global, portanto, é encontrar empiricamente tais associações, que só são possíveis através da utilização de novos veículos e instrumentos (ANT). O global, assim, não representante de um "todo maior", que fornece sustentação para explicar os demais fenômenos, mas sim um outro lugar "igualmente local, igualmente micro, *conectado* a muitos outros por algum meio que transporta tipos de traços específicos" (LATOUR, 2012, p. 255, grifos do autor). Assim, não há mais um lugar que esteja "acima" ou "abaixo": para Latour, os lugares estão lado a lado - fim da hierarquia e dicotomia. Na verdade, não um fim absoluto de determinadas hierarquias: Latour ainda assume que elas existem, independentemente dos exercícios teóricos do pesquisador. Contudo, vai afirmar ele que se queremos ir de um lugar a outro que seja considerado "macro" ou "micro", será necessário arcar com todos os custos de tal translação, isto é, será necessário mostrar empiricamente as associações (caminhos) que permitem tal traslado. Dessa forma, não se trata de evidenciarmos lugares separados em nossos estudos, mas sim evidenciar "redes" (Atores-Redes). Por fim, redistribuir o local – na mesma afirmação anterior –, vai significar esparramá-lo no movimento, ou seja, se perguntar como ele é produzido e de que forma ele se espalha e se conecta a outros locais. Como diz Latour (2012, p. 311), "cada mediador ao longo da cadeia da ação é um acontecimento individualizado porque se prende a vários outros da mesma natureza". Assim, ao achatar o social (localizar o global e redistribuir o local), e repensar toda questão de formação do "social", podemos nos distanciar das próprias noções de "sociedade" e "natureza", conforme o próprio Latour vai discorrer mais tarde com maiores detalhes em *Diante de Gaia* (2020), e assim encararmos o fenômeno da ecologização no Maria Rosa à luz dessa interface entre um e outro. Por isso, considera Latour que a ANT não é uma ferramenta que deve dizer com clareza qual desenho deve constar em determinada pesquisa, mas antes é uma ferramenta que auxilia no processo de pensar em como descobrir/descrever (ou ainda em como não descobrir e como não descrever) tal desenho.

Portanto, uma coisa é falarmos de conjuntura em relação ao Movimento (MST) de forma geral, e assim pensarmos em modelos agroalimentares em escalas globais/nacionais/regionais (e daí suas conexões e associações entre elementos "locais" e "globais" desse fenômeno, tal como propôs Latour), outra é compreendermos como a agroecologia se estabelece na prática, na realidade cotidiana das famílias do acampamento em questão (Maria Rosa), ainda que essas práticas circulem por diferentes caminhos tidos como lugares "macro" ou "micro". Tal como propôs Latour, estamos procurando realizar o movimento de achatar o social e torná-lo plano, afins de rastrear e descrever atores e redes da agroecologia que emergem a partir do acampamento Maria Rosa. O que estamos fazendo aqui, portanto, é darmos ênfase nessas práticas cotidianas, que, conforme fomos observando, se estabelecem de outras formas que não

de um "projeto alternativo" ou ainda um "projeto novo" na vida das pessoas. Sem perdermos de vista o MST e sua atuação em âmbito nacional/estadual, estamos vendo qual é a ecologia que emerge no acampamento Maria Rosa em particular, e quais os sentidos dessa ecologia na vida das pessoas que vivem por lá.

Apesar do acampamento Maria Rosa ter surgido já com a proposta inicial de produção agroecológica, a agroecologia que lá tem se desenvolvido, conforme já batemos na tecla inúmeras vezes, tem sido trazida e movimentada por gerações de pessoas e famílias que construíram/constroem suas vidas no rural brasileiro, já de décadas – ou quem sabe de séculos – de existência. A ecologia emergente por parte do Maria Rosa tem se mostrado um projeto de tradição, e mais do que uma tradição agrícola, é uma tradição de vida, e também, é claro, de trabalho. É uma ecologia que tem se mostrado diretamente atrelada aos movimentos cotidianos de produção e reprodução da vida e do trabalho. Viver e trabalhar na terra está no sangue das pessoas do Maria Rosa, e elas voltam para o rural justamente para resgatar em suas vidas aquilo que corre por dentro de suas veias desde sempre. Estar na terra, portanto, é voltar para um movimento de origem (tradição) que não apenas (re)conecta essas pessoas com algum território em específico, como atribui legitimidade para suas identidades e projetos de vida e de trabalho.

Trabalhar e viver na/da terra é, por isso mesmo, um projeto de continuidade desenvolvido por gerações e gerações de famílias camponesas brasileiras. De diversas regiões e com influências variadas, as famílias no Maria Rosa vêm desenvolvendo agroecologias plurais, múltiplas e heterogêneas (levando em consideração a ação, as reagregações e reassociações elaboradas a partir das memórias e dos resgates de tradições camponesas). E levando em consideração o atual contexto do território em questão, o viver e trabalhar na terra de forma agroecológica tem sido um processo não apenas de "mistura" com identidades e formas legítimas de ser e estar no mundo, mas também um projeto existente em prol da sobrevivência e da dignidade humana. Isto é, o fazer agroecológico é motivado pela própria vontade/necessidade de estar na terra e nela viver e trabalhar. Contudo, não apenas estar na terra, como viver bem nela, confortável, felizes e seguros. As pessoas querem se sentir bem, sem preocupações, sem ter que "contar as moedas" para sobreviver. Elas não almejam serem ricas e esbanjarem dinheiro, como o próprio Roque nos disse no dia da oficina, mas querem sim uma boa condição de vida, uma vida digna sem dificuldades, fruto de seus próprios trabalhos na terra. Querem, como Aniceto relatou, ter a liberdade de controlar o destino de suas próprias vidas, controlar o próprio manejo do tempo de acordo com suas próprias necessidades e demandas (aqui novamente os equilíbrios internos da unidade familiar camponesa proposto por

Chayanov). Querem ser livres e ativos o máximo que puderem, e construtores de seus próprios mundos e realidades.

Os atores humanos e não humanos da agroecologia no Maria Rosa são diversos, e suas ações tem (re)produzido saberes carregados pela história, pelas gerações de pessoas que vem do rural, e trazem uma agroecologia de "berço". Os atores agem tendo em suas próprias identidades e histórias de vida em torno da agricultura e da agroecologia, e são influenciados pela própria condição camponesa de se viver. É, por isso – e mais uma vez – uma agroecologia que resgata tradições, ao mesmo tempo que modifica, reestrutura e reconstitui práticas de vida e de trabalho. Por isso mesmo, e fazendo uma ponte com Hall (2020), é uma agroecologia simultaneamente de tradição e tradução, protagonizada por um campesinato - tal como colocou Wanderley (2003) e conforme já discutimos inúmeras vezes ao longo do texto -, fruto de processos históricos de rupturas e continuidades.

Sobre isso, Stuart Hall (2020) vai colocar que, em contexto de pós-modernidade (ou, como ele também diz, modernidade tardia), as identidades culturais estão emergindo como formas que não são fixas, mas sim que estão suspensas, ou ainda em transição, entre diferentes posições (tal como propôs Latour ao discorrer sobre os diferentes "locais" e "globais"). Tais identidades (identidades descentradas, como ele diz) são fruto e produto de complexos cruzamentos e misturas culturais, que se tornam cada vez mais comuns num mundo globalizado como o nosso. Por isso mesmo, Hall coloca que é um falso dilema acreditarmos que as identidades, em determinados contextos, estão destinadas a retornar a suas "raízes" e assim "desaparecer" presas num passado remoto, pensando aqui exclusivamente na ideia de uma "tradição" (tal como viemos discutindo sobre os sentidos da agroecologia no Maria Rosa). Por essa razão, Hall vai propor o conceito de "tradução", junto com o de "tradição", para pensar nessas novas identidades culturais (aqui, em nosso caso, no campesinato brasileiro) enquanto identidades que estão descentradas e não mais fixas, nem em um passado distante, nem em um futuro imaginário. Hall explica a utilização do conceito de "tradução" com o de "tradição", e que casa muito bem com o que estamos discutindo aqui acerca da proposta agroecológica desenvolvida no acampamento Maria Rosa:

Pois há uma outra possibilidade: a da *tradução*. Esse conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é

que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias "casas" (e não a uma "casa" particular) (HALL, 2020, p. 52, grifos do autor).

Tal passagem de Hall está estritamente conectada aos escritos de Maria Wanderley quando essa dissertou acerca da categoria social do campesinato brasileiro, e que tentamos evidenciar principalmente no capítulo 2, mas também em outros diversos momentos pelo texto. Tal como Wanderley, Hall coloca que essas identidades culturais que estão conectadas a tradições, nesse contexto de mundo globalizado, não estão, necessariamente, fixadas e "presas" em um passado remoto. Conforme afirma diversas vezes Maria Wanderley (2003), o campesinato não é uma categoria social do passado, mas sim do presente. Não é uma categoria estanque, mas sim em constante movimento, modificação e adaptação, ou ainda, passando por constantes processos de rupturas e continuidades. Até por isso mesmo se torna muito complicado e difícil uma definição e/ou conceituação precisa de "campesinato", justamente porque, segundo Stuart Hall, as identidades atualmente andam descentradas, não fixadas e muito menos unificadas. E é nessa direção, portanto, que temos afirmado, insistentemente, que a agroecologia que tem se desenvolvido no Maria Rosa é uma agroecologia de tradição/tradição: é uma agroecologia que resgata memórias e tradições, ao mesmo tempo que traduz e modifica ações e práticas sociais. Uma agroecologia fruto de processos de rupturas e continuidades, ancorada no resgate de tradições camponesas, ao mesmo tempo que retrabalhada cotidianamente e reflexivamente à luz de novos saberes e conhecimentos de um mundo presente (moderno) em questão.

Por fim, ainda importante destacar que o movimento ecológico emergente no Maria Rosa não nasce por estímulo de políticas públicas, tal como bem discorreu Brandenburg (2017) ao dissertar sobre o fenômeno da ecologização da agricultura no Brasil. Também é um movimento que não emerge necessariamente enquanto algo "novo", mas sim um resgate de ações e práticas que populações tradicionais vêm realizando contrárias as políticas de modernização. São populações historicamente esquecidas pelas políticas de desenvolvimento social no Brasil, tal como vimos em seções anteriores (principalmente no capítulo 2), e que procuram restaurar certa autonomia no que diz respeito a seus processos individuais e coletivos de produção e reprodução da vida e do trabalho no rural brasileiro. São sujeitos e movimentos que não apenas "clamam" por mudanças estruturais na realidade brasileira, como constroem desde já novos paradigmas e projetos de desenvolvimento social, avessos as políticas de modernização que, historicamente, os excluiu desses processos participativos.

Conforme vimos, a ocupação das famílias no território em questão, e seus projetos de moradia e produção, tem evidenciado ganhos positivos em termos qualitativos e quantitativos no que diz respeito a conservação e preservação ambiental, assim como o combate a determinadas injustiças sociais, tal como a desigualdade social e a fome, por exemplo (exemplo claro disso são as fortes campanhas de doação de alimentos que o MST vem realizando em todo Brasil, em especial desde o começo da pandemia do Covid-19 no ano de 2020). É, por isso mesmo, um movimento de justiça social e justiça ambiental ao mesmo tempo, como bem exemplificados por Acselrad (2010), Acselrad, Mello e Bezerra (2009) e o próprio Martinez-Alier (2018), quando pensaram os movimentos de justiça ambiental emergentes e o movimento chamado por Martinez-Alier de "ecologismo dos pobres". Além disso, destaca-se que a ecologia emergente no Maria Rosa é uma ecologia popular/dos pobres porque emerge não enquanto um processo de "veneração" da natureza - tal como outros movimentos ecologistas pelo mundo, bem explicitados por Martinez-Alier (2018) através dos movimentos que chamou de "culto ao silvestre" e "evangelho da ecoeficiência" -, muito menos porque se limita a uma ideia de "desenvolvimento sustentável" através da substituição de recursos no processo produtivo, mas sim porque é um movimento que é pensado através da lógica da sobrevivência e dignidade humana. É um movimento que se desenvolve através da busca de justiça social e ambiental, um processo que possa garantir sobrevivência e boas condições de vida e de trabalho para as famílias acampadas. É, por isso mesmo, o desenvolvimento de outras propostas paradigmáticas de desenvolvimento social que se distanciam, por sua vez, das propostas e projetos pautados pela modernidade (exemplo claro é o próprio conflito pela terra que o acampamento Maria Rosa enfrenta atualmente com o Estado e as empresas do agronegócio da região de Castro).

Nessa direção, no Maria Rosa emerge uma agroecologia de "novos" saberes e racionalidades, o saber e a racionalidade ambiental (LEFF, 2015). São saberes e racionalidades contrapostas as racionalidades instrumentalizadas da modernidade, e vão emergir e serem desenvolvidas numa lógica de "carência" e não de "abundância", ou ainda numa lógica de resgates de tradições. Diferentemente dos movimentos ecologistas do "Norte", os do "Sul", tal como discorre Leff (2015) e também Santos (2020), são movimentos que surgem em prol da sobrevivência humana, e por isso mesmo emergem de um lugar de dificuldade de acesso a recursos (sociais, políticos, econômicos, ambientais, culturais, etc.), tal como estamos vendo na realidade do acampamento Maria Rosa. Tal como discorreu Santos (2020), são epistemologias do Sul, onde o "Sul" não é necessariamente geográfico, mas sim um sul epistemológico, que emerge a partir de saberes e práticas tradicionais, tal como estamos vendo ser a ecologia no interior do acampamento Maria Rosa. Esses saberes e racionalidades emergentes no Maria

Rosa, esses "suis" epistemológicos, permitem determinadas "alianças" entre pessoas humanas e os recursos naturais (água, solo, etc.), em prol de lutas contra as injustiças sociais e ambientais (humanos e não humanos induzindo ações recíprocas). Tais alianças ficam mais visíveis no acampamento, por exemplo, quando discutimos as questões das práticas ecológicas que eles desenvolvem.

Conforme dissemos anteriormente, a agroecologia desenvolvida no Maria Rosa, tal como vimos até aqui, não passou por um processo de transição de modelos, de um "convencional" para um "alternativo", pois é fruto de práticas tradicionais resgatadas por tradições camponesas herdadas de gerações em gerações. Por sua vez, se não é uma agroecologia fruto de uma transição, também não diz respeito somente a um processo de reapropriação da natureza, mas também um processo de "reaproximação", ou ainda melhor, de resgate, levando em consideração que essas pessoas em questão vieram do rural, se distanciaram dele por um momento, e agora retornam a ele (mas sem nunca terem esquecido esse rural, suas formas de vida e de trabalho na terra, etc.). É, assim, uma natureza que está interna aos processos de lutas e conflitos em torno do acesso e permanência na terra, de desenvolvimento de práticas agrícolas ecológicas e de construção e reprodução de vida e moradia. São, na direção teórica-metodológica da ANT que estamos propondo analisar, atores humanos e não humanos juntos construindo a realidade do acampamento.

No interior do processo de voltar às raízes e origens e, portanto, voltar para a terra (rural), a natureza, conseqüentemente, se encontra hibridizada no interior de tais processos. É ela própria um ator importante em todo processo. Se fazer agricultura e viver e trabalhar na terra é o que eles fazem de mais "natural" possível e também o que oferece sentido à existência das pessoas e o que estrutura suas identidades, então podemos pensar que os elementos não humanos e da natureza (sol, chuva, clima, etc.) estão imbricados no meio desses processos. Ser e estar no mundo e, portanto, ser um morador e trabalhador da terra no acampamento Maria Rosa é estar, conseqüentemente, acompanhado dos ciclos naturais, das estações do ano, das chuvas e do sol, dos ciclos dos alimentos, do tempo de cultivo de um repolho, de um milho, de uma mandioca, e por aí em diante. Ainda que determinada pessoa se distancie do rural e da atividade agrícola (lembrando que estamos discutindo uma atividade agrícola tradicional e não moderna e/ou convencional), ela (atividade agrícola) continua a ser dependente de tais ciclos e movimentos, independentemente dessa pessoa em questão. Já quando tal pessoa retorna para essa atividade agrícola, esses mesmos ciclos e movimentos ("naturais" ou da "natureza") já se encontram na lógica de funcionamento de tais atividades e, por isso, são aqui resgatadas e reafirmadas.

Conforme vimos pelos relatos de diversas pessoas no Maria Rosa, trabalhar na terra de forma agroecológica, cultivar feijões e batatas, é um processo tão "natural" como a própria existência dessa natureza que estamos falando (sol, chuva, etc.). Elementos eles próprios mediadores no curso de ações, tal como propôs Latour. É o que estamos tentando fazer aqui pensando alguns processos (não somente os "sociais" e/ou "naturais"), enquanto fatores fundamentais que agem (ou não agem) e com isso influenciam, determinam, permitem, impedem e induzem determinadas outras ações. É o caso, por exemplo, da terra (solo) que discutimos anteriormente; das memórias e da construção de identidades através do resgate de tradições camponesas; das ações judiciais em torno do acampamento Maria Rosa; das ações da Fundação ABC e de suas cooperativas; das ações de viver e trabalhar na terra que as pessoas vêm desenvolvendo; das ações das chuvas e do sol; das ações (ou não ações) governamentais; das ações dos recursos financeiros de cada pessoa/família; e por aí em diante. Todos, portanto, Atores-Redes da agroecologia no Maria Rosa do Contestado atribuindo diversos e diferentes sentidos e controvérsias para o fenômeno em questão.

Conforme fomos vendo por diferentes – mas também semelhantes - relatos em torno da emergência da agroecologia no Maria Rosa, os processos de construção dessa agroecologia estão completamente atrelados aos processos em torno da sobrevivência e dignidade das pessoas acampadas em questão. Fazer agroecologia é fazer uma agricultura ecológica porque se está sob um pedaço de terra com necessidades e demandas específicas. Como então não pensarmos na importância que tal terra possui em prol desse projeto agroecológico? Como deixarmos de lado a importância da enxada, do rastelo, do arado, da foice, das sementes, das mudas, das moedas que Claudinei contou, das caldas e remédios de Judite, dos porcos e galinhas de Leodil e Santana, e da (ausência) das políticas públicas em torno do processo de construção e desenvolvimento da agroecologia e da própria comunidade do Maria Rosa? Por isso mesmo, é importante salientarmos e darmos reconhecimento para todos esses atores e as redes que formam no intuito de compreendermos, ainda que inicialmente, a complexa relação e construção em torno do acampamento Maria Rosa do Contestado, e com isso a emergência e o desenvolvimento da agroecologia naquele território em questão.

Se estamos entendendo a agroecologia emergente no Maria Rosa enquanto um processo existente em prol da garantia de existência e sobrevivência das famílias naquele território, então importante reconhecermos também a complexidade de atores que lutam em prol (ou contra) esse processo (no caso, as principais controvérsias). Dos autos judiciais em curso até as mudas de alface que foram plantadas recentemente no lote de Santana e Leodil, estão sendo constantemente colocados e realocados os elementos em torno do processo agroecológico em

construção e o próprio desenvolvimento e legitimação da comunidade do Maria Rosa. O que tem se entendido até agora dos sentidos desse processo agroecológico em emergência, é a necessidade de compreender em que medida os diferentes atores e redes podem determinar/influenciar/permitir/negar as condições legítimas de vida e de trabalho das famílias que hoje estão lá acampadas. Assim, descrever essas ações (atores) e redes (associações) é, portanto, um esforço que estamos tentando fazer e um movimento necessário no que diz respeito a uma melhor compreensão em torno das lutas e conflitos no interior dos processos de construção da vida e do trabalho das pessoas e famílias do acampamento em questão. Descrever redes e atores (ações) da agroecologia no Maria Rosa é, portanto, o processo em curso em que ele próprio (o processo e, depois, o texto enquanto "produto final") pode ser também um possível ator, e reconhecer os papéis dos atores e a construção das redes é o que torna possível compreendermos, ainda que inicialmente, qual ecologia, enfim, tem emergido no Maria Rosa e, por consequência, quais os seus sentidos, práticas e principais controvérsias. Movimento que seguirá em curso para posteriormente "finalizarmos" essa pesquisa em questão (ainda que tendo a consciência de que nunca estará definitivamente finalizado, mas sim em constante formação, conforme o próprio Latour bem salientou).

#### 4.3 Agir e não agir podem ambos induzir ação: principais controvérsias da agroecologia e o processo de construção da comunidade no Maria Rosa

Conforme fomos conhecendo o acampamento Maria Rosa e entendendo melhor os sentidos da agroecologia dentro daquele território, foi sendo observado que, em primeiro lugar, tem sido necessário, de acordo com as pessoas que conversei, se livrar do sentimento de insegurança e instabilidade que a atual situação do acampamento está colocando sobre eles. A falta de certeza e perspectiva se vão ou não permanecer na terra onde estão, é hoje a principal problemática do acampamento e, portanto, a questão elementar que afeta todo seu desenvolvimento agroecológico. A agroecologia, no Maria Rosa, é fundamentalmente um projeto em prol da sobrevivência das pessoas que lá estão acampadas, e um dos principais limitadores para o seu desenvolvimento está justamente na condição instável do acampamento no que diz respeito, primeiro, à sua situação jurídica (de ser um acampamento rural e não um assentamento), e segundo, a falta de presença do poder público. Junto ainda desses fatores externos que afetam a proposta agroecológica do acampamento, destaca-se a simultânea presença de práticas e ações ecológicas de cultivo de alimentos com práticas modernizadas e industrializadas, conforme difundido pela Revolução Verde. Isso quer dizer que, ainda que o

pessoal se esforce em produzir alimentos de forma agroecológica, ainda acabam tendo a necessidade de consumir produtos e alimentos vindos de fora do acampamento, e, portanto, que são produzidos de forma não agroecológica. Por essa razão, há nesse caso um atravessamento de práticas agrícolas que afeta o acampamento, e por isso mesmo traz inúmeras contradições e controvérsias para o desenvolvimento da proposta agroecológica em questão. Santana diz bem sobre isso, ao discorrer que não consegue se livrar 100% dos venenos e de práticas agrícolas que ela não tem o controle no que diz respeito ao consumo de determinados produtos que vem de fora do acampamento:

no mercado ... no açúcar tem ... essa banha de pacote tem ... o soja, os óleo que é feito de soja ... o milho é ... tudo tem ... então não tem como você se livrá de tudo tudo e fala "ó eu to livre" ... não existe ... não existe porque não tem como ... porque você pode coíê o arroz, o feijão, as verdura, o porco né, a galinha, aqui ... mas a ração não tem ... que é feito do produto lá do veneno ... então não tem pra onde sê escapá .. de tudo tudo não tem (Entrevista Santana).

Além ainda desses fatores externos (dessas controvérsias e contradições) que dificultam a vida e o trabalho agroecológico das pessoas no acampamento, há ainda alguns internos que também afetam diretamente a realidade daquele território em questão, tal como, por exemplo: a heterogeneidade de pessoas e famílias dentro do acampamento e, com isso, uma diversidade de situações sociais, culturais e econômicas; as divergências pessoais entre alguns membros do acampamento; as dificuldades em construir um projeto coeso de comunidade, tendo em vista interesses e necessidades diversas; etc.

Conforme discutimos anteriormente sobre a atual situação do imóvel rural Fazenda Capão do Cipó (atual acampamento Maria Rosa), o território em questão encontra-se sob situações de conflitos no que diz respeito ao uso do espaço e do acesso e permanência na terra. O coletivo PLANTEAR, ao se deparar com a situação atual da União ter cedido a área total da fazenda para o Instituto Federal do Paraná (IFPR), no ano de 2020 realizou estudos e levantou dados sobre a possibilidade de utilização conjunta da área, por parte de seus três principais atores e instituições: o Centro de Treinamento Pecuário (CTP), o acampamento Maria Rosa e o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Esse estudo teve a intenção de trazer elementos e evidenciar os possíveis usos conjuntos da área, sem a necessidade de que algum desses atores e/ou instituições necessitem sair do local em questão.

Para isso, em primeiro lugar, o coletivo realizou uma análise de outros Campi do IFPR implantados no estado do Paraná, afins de entender melhor a necessidade que tal instituição possui para implementação de um novo campus. Com isso, ao analisar alguns IFPR no Paraná,

de 20 municípios diferentes (Assis, Astorga, Barracão, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Paranaguá, Paranaíba, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória), constatou-se, por meio de fotos áreas de satélites no Google Earth e por dados oferecidos pelos próprios Institutos Federais (IF's), que a média de ocupação desses institutos é de 53,2 hectares, sendo que o menor é o campus de Coronel Vivida, com 13 hectares de utilização, e o maior o de Ivaiporã, com 107 hectares de utilização. Vale lembrar que esses números nem sequer chegam perto da quantidade de hectares da Fazenda Capão do Cipó que está sendo requerida para implementação do novo campus de Castro, que é de 440 hectares. Além desses dados, destaca-se que, desses 20 IF's analisados, somente dois não se encontram no perímetro urbano dos municípios em questão (Ivaiporã e Coronel Vivida), contudo possuem estrutura adequada para acesso (rodovia pavimentada e iluminada, etc.). Assim, todos os outros IF's, estão localizados na malha urbana dos municípios em questão, representando maior facilidade de acesso à estruturação necessária para abertura e manutenção de um IFPR, e mesmo ainda os 2 que não se encontram no perímetro urbano, possuem também, por sua vez, as estruturas adequadas para seu funcionamento. Ainda se destaca que, mesmo o IFPR de Ivaiporã, que não está no limite urbano do município, encontra-se apenas a 1,8 km de distância da cidade. Em Castro, vale lembrar, a Fazenda Capão do Cipó, como já dissemos anteriormente, está a cerca de 10 km do limite urbano do município, com acesso de mais de 9 km de estrada de chão.

Com esses dados em questão, isso significa que, ao implementar um IFPR em Castro, tal como a União autorizou, seria necessária uma revisão do planejamento territorial do município em questão em virtude da alocação de infraestruturas, equipamentos e serviços hoje não existentes em função da área e sua estruturação estar voltada ao meio rural. Assim, os estudos em questão apontam para uma verdadeira necessidade, caso seja de interesse implantar o IFPR no local, de realocar recursos públicos de um município já debilitado no que diz respeito à recursos para políticas públicas. O que nos leva ao questionamento: seria mesmo de interesse da União e do município de Castro implementar um IFPR no local, ou tal direcionamento é mais um esforço político em barrar políticas de reforma agrária na região?

O próprio IFPR se pronunciou juridicamente dizendo que a área supera em muito, do ponto de vista do tamanho, as suas verdadeiras necessidades. Uma vez estabelecido só o IFPR no local (sem a CTP e sem o acampamento Maria Rosa), haveria perda considerável dos benefícios da forma de produção desenvolvidos no Maria Rosa (produção agroecológica e os benefícios para o meio ambiente), e conseqüentemente o abastecimento alimentar que o município de Castro poderia contar (com o apoio de políticas públicas), sem contar ainda os

efeitos sociais negativos que seriam causados para as famílias em questão, sendo despejadas e realocadas, provavelmente, em periferias urbanas (um dos medos do pessoal do Maria Rosa, conforme vimos emergir a partir, principalmente, das oficinas e das conversas realizadas). Por outro lado, existe uma grande possibilidade de uma pluralidade de aproveitamentos por parte da comunidade do Maria Rosa em relação ao IFPR e seus cursos ofertados. A população da comunidade pode vir a se beneficiar de projetos de pesquisa e extensão oferecidos pelo campus.

Assim, realizadas as análises e debates, se tem como consideração que, mesmo que seja decidido implementar o IFPR no local, não há a menor necessidade de despejar qualquer pessoa ou família daquele território em questão, e ainda com a implementação do IFPR conjuntamente ao CTP e ao Maria Rosa, fica evidente que isso pode trazer benefícios positivos e qualidade de aproveitamento das políticas educacionais públicas nacionais que podem, por sua vez, vir a fortalecer o meio rural e em especial as próprias políticas de reforma agrária. Com isso, importante salientar que, com esse entrave jurídico imposto naquele território, muitos sentimentos de dúvidas, medos e instabilidades pairam sobre as pessoas da comunidade em questão, e essa situação atual impacta diretamente, por sua vez, nos próprios processos de produção e reprodução de vida e de trabalho das pessoas que lá estão acampadas, gerando efeitos diretos na construção, como um todo, do projeto de comunidade do acampamento Maria Rosa do Contestado (por isso mesmo também um dos principais atores e controvérsias da agroecologia no acampamento Maria Rosa).

Para Claudinei, por exemplo, assim como também para outras diversas pessoas, a questão financeira é a que mais pesa em torno de seu cotidiano. Ele discorre que é somente através da venda da produção que grande parte das pessoas sobrevivem no Maria Rosa, e que isso inclusive é um dos principais problemas que eles enfrentam hoje: na falta de alternativas de escoamento da produção, muitos chegam a desistir de permanecer no acampamento e voltam para cidades. Ele relata que, com a exceção de alguns que são aposentados e possuem alguma renda "extra", a produção e a venda dos alimentos são a principal fonte de renda das famílias agricultoras que vivem no Maria Rosa. E isso tem sido uma grande questão enfrentada por eles atualmente, pois existem poucas alternativas de venda e de escoamento da produção. Devido a situação instável do acampamento, no que diz respeito a sua situação jurídica, muitos agricultores e agricultoras não possuem os tramites burocráticos legais que permitam a eles venderem suas produções, tais como notas fiscais de produtores, o DAP<sup>45</sup>, e outros documentos legais.

---

<sup>45</sup> DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) é um documento utilizado para categorizar e identificar agricultores e agricultoras familiares no Brasil. A DAP é um documento muito importante para produtores e produtoras rurais

Sobre isso, tive o privilégio de conversar com Celio, uma das lideranças do acampamento, que nos informou com bastante detalhe como é trabalhoso correr atrás desses papéis e dessas burocracias (por isso mesmo um grande entrave para produção agroecológica de alimentos). Celio conta que as dificuldades em lidar com esses trâmites burocráticos é outro empecilho de enorme importância que faz com que muitos agricultores e agricultoras desistam de permanecer no rural e no acampamento Maria Rosa em questão. Dessa forma, ele e outras lideranças fazem esse papel de ir atrás das burocracias para todo o pessoal, o que torna o processo um pouco menos dificultoso para aqueles que não fazem ideia de como fazê-lo. Celio conta também que recentemente o Ministério Público (MP), junto da prefeitura de Castro, reconheceram o acampamento Maria Rosa enquanto local legítimo de produção de alimentos, e com isso estão em trâmites burocracias para realizar o cadastramento de todas as famílias no Cadastro de Produtores Rurais (CAD/PRO) e posteriormente a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP.

Em última atualização, Claudinei, Celio e Toninho me contaram pessoalmente que algumas famílias, cerca de 17, já receberam o DAP e, portanto, já estão aptas a concorrerem a editais públicos do PAA<sup>46</sup> e do PNAE<sup>47</sup>, por exemplo. E não só estão aptas a concorrerem a esses editais públicos, como já conseguiram dois editais para entrega na merenda escolar de Castro e região nesse ano de 2022, através do PNAE. Segundo Toninho, eles já conseguiram dois editais do PNAE, e ainda estão concorrendo a mais dois (dos municípios de Piraí do Sul e de Carambeí) para entregar alimentos para as escolas via PNAE nesse ano de 2022. Esse movimento tem sido uma grande conquista no interior da comunidade, e foi recebida com

---

em todo território nacional, pois é um documento que é porta de entrada dos agricultores familiares para o acesso a determinadas políticas e editais públicos, tais como o PAA e o PNAE, por exemplo. Através do DAP, os agricultores familiares possuem maiores chances e alternativas de incentivo à suas produções e, consequentemente, a geração de renda para suas produção e reprodução familiar. Sendo uma espécie de documento de identidade, a DAP traz dados pessoais dos agricultores e agricultoras, dados do território em que estão, etc.

<sup>46</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), constituído sob a Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2021), é caracterizado por uma política pública com dois principais objetivos: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. A atuação principal do programa é a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, com dispensa de licitação, e em seguida destina esses alimentos a populações em situações de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional. Destaca-se que tal política pública foi levada praticamente à extinção, desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência da república.

<sup>47</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado no ano de 1955, integrando o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entidade federal responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC), e tem como principal objetivo fornecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública brasileira. Dentre as atuações do programa, destaca-se a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2021), que institui que 30% do valor repassado pelo PNAE ao Governo Federal, deve ser destinado a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, estimulando, dessa maneira, diretamente o desenvolvimento econômico e sustentável dessas comunidades. São atendidos por essa medida todos os alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio, e educação de jovens e adultos – EJA) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e/ou em entidades comunitárias conveniadas ao poder público.

grande felicidade e entusiasmo por parte das famílias do Maria Rosa. Tal encaminhamento promete mudar drasticamente a realidade do acampamento em questão, e mudar para melhor, é claro. Isso porque toda comunidade irá se beneficiar de tais políticas, e não apenas as 17 famílias que conseguiram a DAP. Conforme conta Toninho, legalmente serão essas 17 famílias que irão vender (com nota fiscal) os alimentos produzidos para o Estado, contudo, a produção desses alimentos contará com o apoio de toda comunidade do Maria Rosa, através de planejamentos conjuntos de produção de determinados alimentos. Mesmo aquelas famílias que não possuem o cadastro, irão entrar no planejamento e produzir (e depois vender) alimentos para essas pessoas e famílias que foram contempladas no edital público, fazendo com que toda produção que precisa ser entregue semanalmente seja cumprida com exatidão, contando com o apoio e esforço de toda comunidade, e não apenas de algumas famílias. Esse movimento trará renda e novas oportunidades para todo o acampamento, mudando por completo a realidade daquele território em questão. Ao longo desse ano de 2022 poderemos ver os reais efeitos que essas Redes Agroalimentares Alternativas, via editais públicos, podem ocasionar em determinados territórios (tal movimento está sendo desenvolvido enquanto projeto de doutorado que pretendo levar adiante a partir desse ano). Além do mais, no DAP que essas 17 famílias receberam, o acampamento Maria Rosa consta enquanto um Assentamento, o que deixou o pessoal feliz e com esperanças de que o território em questão, para todos os efeitos, de fato se torne um Assentamento Rural.

Devido a impossibilidade em emitir esses documentos mencionados, ou ainda a enorme dificuldade burocrática que encontram no meio do caminho para fazê-lo, muitas pessoas/famílias ficam impossibilitadas de venderem suas produções de alimentos institucionalmente e ou através de editais públicos. Apesar de existir atualmente dois projetos<sup>48</sup> - até onde consegui mapear -, que comprem alimentos da comunidade, as compras são em poucas quantidades, e não chegam perto da possibilidade de escoar toda produção do acampamento. Inclusive, quando estive lá, pude constatar a "perda" de muito alimento em hortas e lavouras devido à falta de locais para escoamento. Apesar dos esforços realizados pelas lideranças do acampamento, que estão constantemente em busca de alternativas que possam ajudar as famílias a venderem suas produções, a principal barreira hoje tem sido questões burocráticas impostas pelo Estado e que dificultam e/ou impossibilitam que os agricultores e

---

<sup>48</sup> Um dos projetos é encabeçado pela Cooperativa Central da Reforma Agrária no Paraná (CCA-PR), que comercializa cestas agroecológicas na cidade de Curitiba toda semana, e compra do Maria Rosa alguns produtos, e o outro é o projeto da IESOL, que é a incubadora de economia solidária da Universidade Federal de Ponta Grossa – UEPG, que compra alimentos do Maria Rosa quinzenalmente.

agricultoras vendam suas produções. Conforme Celio diz, o Estado faz de tudo para complicar a produção de alimentos agroecológicos (até mesmo quando não faz nada), enquanto que para setores do agronegócio, o acesso a créditos e políticas públicas é quase que automaticamente concebido. A alternativa, conforme discorre Claudinei e conforme pude eu próprio constatar com outras pessoas no local, é cada pessoa/família realizar seus contatos pessoais e tentar vender seus alimentos para familiares, amigos, etc. Contudo, não são todos que tem a possibilidade de ir até a cidade vender, ou ainda de arcar com os custos dessa ida (carro, gasolina, etc.), o que, por sua vez, traz outros diversos problemas para a questão do escoamento da produção em si.

Leodil e Santana relatam as mesmas dificuldades que Claudinei discorreu, e que podemos constatar em grande parte das famílias no acampamento Maria Rosa, quais sejam, a falta de apoio do Governo, o sentimento de instabilidade quanto as questões de moradia/produção, e a falta de lugar para vender os produtos, são para eles os maiores problemas e limites enfrentados no Maria Rosa no que diz respeito ao desenvolvimento do projeto agroecológico em construção. Santana e Leodil até vão para Castro de vez em quando e vendem alguns alimentos que cultivaram para familiares e amigos da região, contudo nem chega perto de escoar toda produção que eles desenvolvem no Maria Rosa. Diferente de Claudinei, Leodil e Santana são aposentados, o que garante a eles certa segurança quanto a questões financeiras. Contudo, são aposentadorias que, conforme eles relatam, são suficientes para manter a vida deles do jeito que está, e possíveis aumentos de ganhos financeiros (e com isso certas melhorias em infraestruturas de moradia, por exemplo) só seriam possíveis se relacionados com o aumento de suas produções de alimentos. Contudo, a falta de alternativas para escoarem suas produções é também, da mesma forma que Claudinei relatou, uma das principais questões limitadoras (controvérsias) no que diz respeito ao projeto agroecológico que eles vêm construindo de moradia e produção no acampamento em questão. Ou seja, a ausência do Estado brasileiro dentro do acampamento Maria Rosa tem sido um dos principais atores que tem influenciado o projeto agroecológico naquele território, só que num sentido "contrário" do movimento. Essa instabilidade ocasionada pela ausência de políticas públicas, faz com que Leodil e Santana fiquem impedidos de fazer uma melhor (e maior) organização e planejamento de produção de alimentos. Conforme a própria Santana diz, se houvessem políticas públicas que favorecessem a comunidade a vender suas produções, ela plantaria muito mais do que planta hoje, ou seja, seu trabalho agroecológico na terra poderia ser potencializado se houvessem políticas públicas a favor de tais projetos. A sorte deles é que eles possuem porcos e galinhas, e acabam não perdendo muitos alimentos que plantaram porque servem de alimento

para esses animais. Mas não é o caso de todas as pessoas por lá, como é o caso de dona Maria, que me relatou que tem perdido tanto alimento que tem até parado de plantar determinados produtos porque não há para onde vender.

Em conversa direta com Celio, quando estávamos juntos a caminho do acampamento Padre Roque, ele me relatou que a agroecologia desenvolvida no Maria Rosa possui um potencial enorme, justamente porque as pessoas e as famílias possuem forte capacidade de produção de alimentos agroecológicos por lá. Segundo ele, produzir alimentos agroecológicos em grande escala no Maria Rosa, o suficiente para abastecer parte do município de Castro, não é nenhum problema e nenhum empecilho para as famílias que hoje estão lá. Contudo, ele relata também que a maior barreira e limite em torno desse projeto agroecológico é justamente aquilo já relatado por Claudinei, Santana e Leodil, dona Judite e Toninho, Elizabeth e Zé, Natalino e Dimarães, e diversas outras pessoas, que é a falta de apoio do Governo e a ausência de políticas públicas em prol do acampamento em questão. Segundo Celio, as principais ausências de políticas públicas em torno do projeto agroecológico são políticas direcionadas para o escoamento da produção de alimentos do acampamento, porém relata também outras ausências de políticas igualmente importantes e que afetam diretamente o cotidiano de vida e trabalho das famílias, como por exemplo políticas de educação, de saúde, de infraestruturas, etc.

Nesse sentido, destaca-se, novamente, a necessidade de políticas de Reforma Agrária no território em questão, e uma maior participação do Estado no que diz respeito a diversas outras políticas públicas em prol das famílias acampadas naquele espaço. De acordo com dados levantados pelo coletivo PLANTEAR, em Castro há em torno de 7 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social (CRAS, 2021), que poderiam automaticamente serem bem atendidas, no que diz respeito a políticas de segurança alimentar, pela política do PAA. Além disso, dados da Secretaria da Educação – SEED demonstram que em Castro há 9.071 alunos matriculados na rede estadual de ensino, 7.982 na rede municipal, 2.169 crianças nos CMEI e ainda 384 alunos nas escolas do Campo, todos podendo ser diretamente beneficiados pela política do PNAE. De acordo com o que estamos vendo dos relatos das pessoas no Maria Rosa, o acampamento pode atender as demandas de programas como o PAA e o PNAE, no que diz respeito a capacidade de produção de alimentos, e ainda porque já possuem certificação orgânica, através de sua cooperativa (COOFRAN), desde 2016. Além disso, as famílias vêm se movimentando e mobilizando redes institucionais que podem favorecer seus processos de produção, a exemplo das parcerias desenvolvidas com a UEPG e a UFPR. Também, como forma de fortalecer seus processos produtivos e suas parcerias, o acampamento Maria Rosa já sediou duas feiras regionais de sementes crioulas, que só não continuaram a acontecer por causa da pandemia do

Covid-19. Já a certificação total da área do Maria Rosa se deu em março de 2020, através da Certificação Participativa pela Rede Ecovida de Agroecologia. Todos esses elementos vêm para corroborar com a ideia da necessidade de políticas públicas no acampamento do Maria Rosa, não apenas políticas de reforma agrária que possam melhorar a vida e o trabalho das famílias que hoje estão lá acampadas, como também políticas, tais como PAA e PNAE, que consigam beneficiar também pessoas que vivem no urbano (em Castro e região). Como o próprio pessoal disse inúmeras vezes, o sucesso e o potencial da produção de alimentos agroecológicos no Maria Rosa está diretamente atrelado a capacidade e/ou presença de políticas públicas em prol de tal projeto. Cabe ao Estado e ao poder público fazer movimentos e fortalecer esse projeto ou não. Ação e não ação podem ambos induzir outras ações.

E para além de políticas em torno da produção agroecológica, muito tem se debatido, no interior da comunidade, da necessidade de políticas que atendam outras demandas, principalmente no que diz respeito a educação e saúde. Apesar de não serem temas e políticas por mim exploradas mais profundamente nessa pesquisa em questão, tais demandas surgiram em diversos momentos em minha estadia por lá. No que diz respeito a educação, as famílias que possuem crianças têm encontrado grandes dificuldades em levar seus filhos para a escola, em primeiro lugar por causa da pandemia, e em segundo porque o ônibus que passava no acampamento para levar as crianças para Castro, parou de passar. No que diz respeito a saúde, é a mesma questão. O posto de saúde mais perto para atendimento das pessoas no Maria Rosa é também em Castro, o que é difícil para algumas pessoas irem até lá. Até acontecem algumas caronas coletivas para irem ao médico em Castro, como é o caso de articulações das famílias para irem tomar a vacina do Covid-19 no município, mas, de forma geral, não são todos que conseguem ir constantemente ao médico na cidade. Nesse sentido, diversas estratégias são elaboradas no interior do acampamento, que deem conta, principalmente, dos cuidados em torno da saúde das pessoas.

Pessoas como Santana e Judite, por exemplo, são ótimos exemplos de práticas alternativas no cuidado com a saúde, através da elaboração e desenvolvimento de remédios caseiros para determinadas enfermidades, o que garante certo cuidado para algumas pessoas do acampamento. Conforme Santana também discorre, há um forte vínculo no interior do acampamento no que diz respeito ao cuidado com a saúde dos companheiros e companheiras. Quando alguém fica doente, muitas pessoas se mobilizam para cuidar dela, levar comida e ajudar com os cuidados com a casa e os trabalhos cotidianos. Não fossem esses cuidados cotidianos e coletivos, a questão em torno da saúde no acampamento Maria Rosa estaria muito mais comprometida. Porém, assim como a questão da educação, a saúde é elemento

fundamental de um bem estar e um bem viver no interior da comunidade, que muito tem surgido enquanto demanda no interior do planejamento popular territorial que está sendo desenvolvido neste momento (também outros importantes atores do Maria Rosa e de seu projeto agroecológico de produção e reprodução da vida e do trabalho). Da mesma forma que as políticas de escoamento de produção, políticas de infraestrutura, de saúde e educação, e diversas outras, tem sido elementos importantes e fortemente debatidos pelas famílias em prol da construção de um projeto de Assentamento Rural para o território em questão. Consequentemente, as ausências de tais políticas públicas têm constituído, dentre outras, as principais controvérsias da agroecologia no acampamento Maria Rosa.

Por fim, importante ainda destacar algumas impressões finais que pude observar no Maria Rosa, acerca dos processos em torno da construção do projeto de comunidade. Devido a essas questões que foram colocadas nos parágrafos anteriores, principalmente no que toca a questão do escoamento da produção, existe no Maria Rosa um caminho em desenvolvimento e nada simples de construção da comunidade, processo esse muitas vezes atravessado por divergências de opinião, pelos projetos idealizados de assentamento e por opiniões diversas acerca do que é e representa uma comunidade na cabeça de cada pessoa/família em particular. Conforme pude observar nos trabalhos de campo, de forma geral o acampamento tem muita solidariedade e muito companheirismo entre as pessoas acampadas, mas construir um projeto coeso de comunidade tem sido um dos maiores desafios, levando em consideração essa situação instável que vivem algumas famílias no acampamento hoje, de não saberem se permanecerão na terra no dia de amanhã, e principalmente pela falta de consenso que é perpassada por uma diversidade de interesses e necessidades distintas de cada pessoa/família que está hoje acampada (levando em consideração, por exemplo, a heterogeneidade de origens e tradições diversas das pessoas que estão no Maria Rosa, e que vieram de diversos lugares diferentes e possuem histórias e trajetórias distintas). Isso faz com que os ânimos e a vontade de construir um projeto de comunidade fiquem, por vezes, em segundo plano no cotidiano das pessoas, não porque não querem construir tal projeto, mas porque possuem medo ou receio de fazê-lo. O medo, no caso, emerge justamente da situação instável que eles se encontram no momento. Possuem medo e receio, e por isso ficam reticentes em construir tal projeto.

Contudo, esse cenário parece estar se alterando, ao menos recebendo outros olhares sobre o projeto de comunidade, que tem sido através da atuação do coletivo PLANTEAR que, como já discorremos, está nesse momento desenvolvendo um planejamento popular territorial junto da comunidade. As reuniões e oficinas em curso estão abrindo a possibilidade das famílias se envolverem mais diretamente na construção do projeto de construção da comunidade, e

novos horizontes tem se aberto para questões de moradia, produção, infraestruturas, etc. Apesar de existirem divergências de pensamentos/opiniões, tais divergências tem assumido, no planejamento popular territorial em questão, novos contornos positivos no que diz respeito ao potencial em desenvolver um projeto de comunidade onde as diferenças tem se tornado elementos agregadores, e não o contrário. A diferença, nesse caso em específico, tem tido a possibilidade de garantir maior equidade em torno do planejamento popular territorial do Maria Rosa.

Assim, dados os levantamentos e análises aqui explicitados, tem-se como consideração uma decisão positiva em relação às políticas de Reforma Agrária para Fazenda Capão do Cipó, dadas as características do imóvel e todos os fatores relacionados a própria titularidade do bem e a obrigação do Estado de realizar a política pública referida, tal como colocado na Constituição Federal de 1988. De forma resumida, ao realizar políticas de reforma agrária naquele território, todos podem se beneficiar diretamente: as famílias, a região, o município de Castro, o meio ambiente, o abastecimento alimentar, e também, é claro, a própria proposta agroecológica do acampamento.

A desigualdade socioeconômica no Brasil é fenômeno histórico e, portanto, rever os procedimentos estabelecidos é condição necessária para mudança do perfil concentrador de terra (e de riquezas de forma geral) e a crescente produção de desigualdade social no país. A reforma agrária, por sua vez, se mostra (ainda) uma importantíssima política pública que consegue ao menos amenizar os impactos negativos produzidos pela forte desigualdade social em nosso país. Se coloca hoje o acampamento Maria Rosa enquanto um dos protagonistas que se lançam na ponta dos processos de defesa da reforma agrária e da agroecologia, enquanto combate a injustiças sociais e ambientais através da promoção de propostas de novos programas e projetos de desenvolvimento nacional.

Conforme vimos até agora, são inúmeros os atores e as redes que se formam na direção de construção do cotidiano do acampamento Maria Rosa do Contestado, no que diz respeito a seus processos diários de produção e reprodução da vida, de construção de moradias, de planejamentos de produção alimentar agroecológica, dos projetos de comunidade, etc. No que diz respeito aos interesses particulares dessa pesquisa, a ecologia emergente no Maria Rosa tem assumido contornos complexos e heterogêneos, através da atuação de diferentes atores humanos e não humanos, como bem tentamos explicitar até aqui. Falar em agroecologia no Maria Rosa, portanto, é, para além dos processos propriamente agrícolas de produção de alimentos ecológicos, falar também de inúmeras outras questões que afetam diretamente tal projeto ecológico em construção (tais como os processos de construção da comunidade, as

políticas públicas, o papel do Estado, etc.). Termos em mente que a agroecologia no Maria Rosa está condicionada a esses diversos atores e ações, e também as redes que se formam a partir de tais ações, corrobora com a ideia de Latour de que um estudo não tem um "fim" último. Desde que o pesquisador continue a se alimentar de controvérsias, e assim procure seguir os atores e redes em determinados fenômenos, o estudo pode sempre continuar sendo produzido. O Maria Rosa e a agroecologia lá desenvolvida, por sua vez, continuam em formação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrar nas temáticas de estudos da Sociologia Rural, especificamente aquelas em torno das noções de recampanização e da ecologização, nos deparamos com um rural heterogêneo representado - e também representante - por categorias sociais múltiplas, das formas mais variadas de se viver a vida e o trabalho cotidiano. Desde as revisões bibliográficas sobre os temas até os passeios e visitas ao meio rural brasileiro, fomos observando uma miríade de atores e de situações que formam, por sua vez, toda beleza e complexidade de tal universo (rural brasileiro). Entrar de cabeça nesses estudos e realidades nos faz não apenas conhecer formas variadas de se viver uma vida como também vislumbrar outros mundos possíveis de serem vividos e experimentados na contemporaneidade. Além do mais, trabalhar junto do MST e do Acampamento Maria Rosa do Contestado em específico foi também um exercício de sensibilidade quanto a realidade histórica de nosso país, e estar perto de tais pessoas e movimentos trouxeram inúmeros aprendizados sobre as lutas históricas em torno do acesso e permanência na terra no Brasil, em especial as lutas em torno das políticas de Reforma Agrária.

Tal rural, marcado pela atuação do MST e da Agroecologia, tal como vimos através da experiência particular do Acampamento Maria Rosa, se configura por histórias e trajetórias das mais variadas possíveis. Dentre tais histórias e trajetórias, damos destaque as memórias e aos resgates de tradições que o pessoal do Maria Rosa vem desenvolvendo em seus processos cotidianos de vida e de trabalho, em especial aquelas que remontam genealogias de pessoas que nasceram e se criaram no rural, que vieram da "roça" e que possuem, portanto, um vínculo elementar com a terra. Tais experiências ficaram evidentes na realidade do acampamento Maria Rosa, e nos fizeram compreender a importância que a terra possui em processos de criação de identidades e significados de mundo. A terra, nesse sentido, enquanto elemento fundamental que atribui sentido à existência de determinadas pessoas, e enquanto fenômeno de suma importância para a produção e a reprodução da vida e do trabalho no rural brasileiro. Sem essa protagonista fundamental (a terra), e todas as conexões e oportunidades que ela possibilita, toda proposta agroecológica do acampamento Maria Rosa não teria sentido algum. É por causa de sua conquista e das oportunidades de vida e de trabalho que ela possibilita, que hoje podemos vislumbrar um movimento de recampanização do rural brasileiro. É em busca de retomar o vínculo e a conexão com a terra que as pessoas do Maria Rosa vêm desenvolvendo seus processos de resgate de tradições e memórias, através da reconstituição de trajetórias de vida e de trabalho, e também, é claro, através de movimentos de adaptação a um mundo moderno globalizado em questão. A conexão com a terra, no caso, sendo atravessada constantemente por

processos de rupturas e continuidades no que diz respeito a produção e reprodução das famílias camponesas naquele acampamento. E a agroecologia, portanto, sendo fruto e se constituindo através desses processos de rupturas e continuidades, ou seja, uma agroecologia que resgata tradições e se modifica e se adapta constantemente à luz de novos e outros conhecimentos e experiências cotidianas. Uma agroecologia - como estamos propondo chamar - de resgate, mas também de tradição e tradução simultaneamente.

A começar pela terra, conforme dissemos, as principais práticas, sentidos e controvérsias da agroecologia no acampamento Maria Rosa começaram a ser compreendidas por nós em suas minúcias e especificidades. Voltar a ter o vínculo carnal com a terra, e viver e trabalhar nela cotidianamente, é o movimento central que encontramos no interior do acampamento em questão. Tal movimento representa a reconstrução de uma identidade camponesa e uma condição específica e particular de se viver uma vida, e é por meio dessa identidade e condição camponesa que toda proposta agroecológica do acampamento passa a ser estruturada. Com isso, compreendemos que o principal sentido da agroecologia no Maria Rosa se caracteriza justamente por ser um movimento que assenta essas pessoas e famílias nos seus locais de origem, ou seja, em suas verdadeiras raízes (o mundo rural), e por isso mesmo é um movimento que está completamente ancorado na sobrevivência humana, na produção e na reprodução familiar cotidiana.

Estar de volta ao meio rural e em contato com a terra (enquanto espaço de vida e de trabalho) é não apenas o reavivamento e reafirmação da existência e resistência da categoria social do campesinato no Brasil, como também a principal razão de existência dessas pessoas, aquilo que atribui o sentido maior de suas vidas. Voltar para a terra e para o rural representa, assim, o verdadeiro sentido daquelas pessoas continuarem a viver suas vidas e acordar cedo todos os dias para trabalhar, mas não qualquer vida e trabalho, e sim formas de viver e trabalhar que possibilitam uma vida feliz, digna, saudável, realizada, plena e com propósitos muito bem definidos e estruturados. Tais propósitos, portanto, estão estreitamente conectados com a própria identidade e condição camponesa de vida e trabalho, que se caracteriza por formas específicas e particulares de se viver uma vida cotidianamente, e que está, dessa maneira, completamente representada por todas as pessoas e famílias que conheci, por todas as hortas e lavouras que percorremos, por todos os porcos e galinhas visitados, por todos os cafés e bolos, por todo arroz e feijão compartilhado, por todo cheiro e aroma sentido, e também, é claro, por toda fauna e flora que rodeia o acampamento Maria Rosa em questão.

A partir desse movimento central observado no acampamento Maria Rosa (que está ancorado nesse retorno ao rural e na construção cotidiana de uma identidade e condição

camponesa de vida e de trabalho), passamos a compreender melhor qual é, portanto, a ecologia (agroecologia) que emerge em tal acampamento. Conforme já discutimos, tal proposta agroecológica se mostrou para nós enquanto um projeto de vida e de trabalho, de reconstrução e resgate de memórias e tradições familiares camponesas, e por essa razão, não deve ser encarado enquanto um movimento "novo" ou "alternativo" na vida dessas pessoas. Ao pensar a agroecologia enquanto paradigma alimentar de produção, distribuição e consumo de alimentos, podemos ser levados a pensar que tal paradigma é construído apenas em contraposição direta a um modelo tido enquanto "hegemônico", que está presente em praticamente todo canto do mundo. É evidente que a agroecologia, conforme vimos na prática e também através das revisões bibliográficas, propõe alternativas e formas diferentes e renovadas de se pensar os modelos agroalimentares, mas não necessariamente tais propostas ecológicas se constroem cotidianamente enquanto um "modelo alternativo" ou em "transição", e o acampamento Maria Rosa está lá para nos ensinar isso na prática. Ou seja, conforme vimos e aprendemos com as pessoas e famílias no interior do acampamento, a agroecologia que emerge naquele território é uma agroecologia resgatada de tradições e genealogias camponesas, e por isso mesmo uma agroecologia com profundas raízes, em direta e completa relação com trajetórias e memórias das mais diversas e heterogêneas possíveis. Tal agroecologia, conforme vimos no acampamento, não se constrói na realidade cotidiana, em primeiro lugar, através de manuais e cartilhas práticas, mas sim passa a ser desenvolvida na relação direta do contato e do retorno dessas pessoas e famílias com o meio rural. Ao retornarem para o rural, toda identidade e condição camponesa é resgatada e reafirmada por essas pessoas e famílias, e o trabalho na e com a terra passa a ser desenvolvido espontaneamente, isto é, as pessoas já sabem manejar o solo e a enxada, já sabem ciclos de plantio, já conhecem, portanto, a própria proposta agroecológica que desenvolvem (por isso de não ser, como afirmamos, uma projeto novo ou alternativo na vida dessas pessoas).

Contudo, importante salientar que tal proposta agroecológica, mesmo não sendo "nova", não está, por outro lado, estacionada em um passado remoto. Conforme explicitamos, a agroecologia está, enquanto movimento central e elementar, ancorada no resgate de memórias e tradições camponesas de famílias que nasceram e se criaram no rural, mas isso não quer dizer que é uma agroecologia "atrasada" ou ainda de um passado "ultrapassado". Tais evidências ficaram nítidas ao conhecermos a proposta agroecológica do Maria Rosa, ao percebermos que tais resgates de tradições estão sendo construídos no tempo presente, nos dias atuais, em pleno mundo globalizado em questão. Isso quer dizer que esses resgates de tradições são também, por sua vez, constantemente confrontados com as controvérsias e contradições da vida e do mundo

moderno em questão, e por isso mesmo é também uma agroecologia que reinventa, se adapta e modifica constantemente ações e práticas de vida e de trabalho. Conforme tentamos explicitar diversas vezes ao longo do trabalho, o campesinato não representa atores do passado, mas sim atores do próprio tempo presente (em vistas para o futuro). São atores que constroem sim seus mundos a partir do resgate de tradições, mas não por isso ficam "presos" nesse mundo que já não existe mais, ou seja, são atores do tempo presente vivendo e se reinventando constantemente. Por isso mesmo, e conforme já dissemos diversas vezes, é uma agroecologia fruto de processos de continuidades, mas também de rupturas; fruto do resgate de tradições e de traduções simultaneamente. Uma agroecologia que resgata práticas tradicionais, mas se modifica e se adapta cotidianamente à luz de novos conhecimentos e práticas de vida e de trabalho. Por essa razão é que temos afirmado que a agroecologia que vimos emergir no acampamento Maria Rosa é uma agroecologia de tradição e tradução, uma agroecologia de resgate de tradições que se adapta reflexivamente todos os dias, e por isso mesmo não uma agroecologia que representa um processo "alternativo" ou "novo", mas uma agroecologia que representa o próprio viver e trabalhar que as populações camponesas construíram (e continuam a construir) na realidade histórica de nosso país.

Tal movimento de tradição e tradução, ou ainda de rupturas e continuidades, ficou ainda mais evidente quando nos propomos a entender e a discutir as práticas agroecológicas que as pessoas e famílias vem desenvolvendo no Maria Rosa. Ao voltarem para o rural (e mais especificamente para o acampamento Maria Rosa), as pessoas e famílias já trazem consigo todo um repertório carregado de histórias, memórias e trajetórias genealógicas de seus antepassados, e por isso mesmo já chegam nesse meio rural sabendo "naturalmente" viver e trabalhar. Conforme discorremos ao longo do trabalho, todas as pessoas que conhecemos no acampamento nasceram no rural, nasceram na "roça", e mesmo indo para cidades ao longo da vida e vivendo boa parte de suas vidas nesses meios urbanos, elas retornam ao rural já com a plena consciência de quem são (e de como são), e do que foram fazer lá. E o que elas são – novamente – está ancorado naquilo que discutimos acerca da identidade e condição camponesa de vida e trabalho, e retornar ao rural é resgatar e reafirmar tal condição. Por isso, quando retornam ao rural (chegam no Maria Rosa), as pessoas e as famílias já começam automaticamente a desenvolver seus processos de produção e reprodução familiar, e um desses processos está justamente conectado às práticas agroecológicas. Tais movimentos evidenciam, portanto, que retornar ao rural nos dias de hoje é continuar a desenvolver um projeto de vida que já havia se iniciado a muitos anos, ainda na infância dessas pessoas e famílias. É, por isso mesmo, um projeto agroecológico que vai emergindo "naturalmente", ou seja, as pessoas já

chegam no acampamento sabendo viver e trabalhar em relação à essa identidade e condição camponesa resgatada. Assim sendo, as práticas agroecológicas, em seu processo de desenvolvimento, vão se construindo a partir da relação direta com a terra e também, é claro, com a enxada e os instrumentos de trabalho. Conforme um dos entrevistados nos disseram, não se faz agroecologia sem uma enxada na mão, e trabalhar com a enxada na terra é movimento de resgate e de reafirmação da própria identidade camponesa. E esse trabalhar com a enxada na terra, por exemplo, é uma das principais tradições que são resgatadas em prol da reconstrução da identidade e condição camponesa de vida.

Contudo, não apenas a enxada é o único instrumento de trabalho como também não a caracterização de apenas uma forma (prática) de se trabalhar agroecologicamente, e é nesse ponto que ficam mais claros os processos de rupturas, ou ainda os processos de tradução no interior de tal proposta (agroecológica). Conforme vimos ao longo dos trabalhos de campo, o trabalho agroecológico que está ancorado nas tradições camponesas é também, por inúmeras vezes, atravessado por novos conhecimentos, novos instrumentos de trabalho, novas ideias, e etc. Tais novidades trazem também a reflexividade para as práticas agroecológicas, fazendo com que tal projeto (agroecológico) também se modifique e se adapte constantemente. Ao conhecermos, por exemplo, o trabalho agroecológico desenvolvido por aqueles que possuem trator ou tobata, fica evidente como tais instrumentos – modernos - modificam (e muito) o trabalho desenvolvido no acampamento. E não apenas essas novidades trazidas pelos instrumentos modificam a realidade do acampamento e do trabalho agroecológico desenvolvido, como também o próprio conhecimento acerca dos trabalhos e da vida cotidiana. Isso porque, conforme colhemos pelos relatos, a própria terra, a própria planta e a própria natureza também são participantes e atores importantíssimos em todo processo de vida e trabalho no acampamento, modificando, por sua vez, o trabalho diário à luz de novas observações, de novas variações climáticas, e etc. Além disso, novos e outros conhecimentos técnicos e científicos também chegam ao acampamento Maria Rosa (principalmente pelas articulações que o MST desenvolve com universidades e órgãos públicos), tornando, novamente, todo projeto agroecológico cada vez mais rico, dinâmico e complexo. Por isso, é um projeto de tradição, de resgate de trajetórias e memórias camponesas, mas é também um projeto que está sendo desenvolvido no tempo presente, e por isso mesmo um projeto em constante mudança, em constante adaptação, se renovando a cada dia à luz de novos conhecimentos e práticas sociais, políticas, ambientais, econômicas, e etc.

Ainda importante salientar a importância de algumas principais controvérsias encontradas no interior da proposta agroecológica no acampamento Maria Rosa. Tais

controvérsias foram de fundamental importância para compreendermos os próprios sentidos da agroecologia naquele território, pensando nas influências recíprocas que diferentes atores e ações podem desempenhar em determinados cenários. Conseguimos, assim, entender que são de duas naturezas as controvérsias no Maria Rosa em relação à proposta agroecológica do acampamento, ou seja, as controvérsias que são externas e as internas.

Das externas, a principal controvérsia diz respeito a ação do Estado dentro do acampamento, ou melhor, a ausência desse Estado. Sendo um acampamento rural (e não um assentamento), o Maria Rosa encontra-se hoje num estágio de total abandono do Estado brasileiro e de políticas públicas em prol do desenvolvimento da comunidade, o que acaba se tornando uma das principais barreiras que dificultam que a própria agroecologia se desenvolva lá dentro. Tal ausência do Estado e de políticas públicas impacta diretamente a vida e o trabalho cotidiano das pessoas e famílias, tornando todo o desenvolvimento da comunidade do Maria Rosa (e da própria agroecologia) um processo muito penoso e de difícil realização. Apesar das conquistas e das articulações no interior do acampamento, a ausência do Estado e de políticas públicas tem deixado muitos sentimentos de insegurança e instabilidade nas pessoas que vivem lá dentro, e por isso mesmo uma das grandes barreiras e limites de desenvolvimento da agroecologia naquele território.

Além dessa controvérsia externa, há também, como dito, as internas. Dentre algumas, destacamos enquanto principal controvérsia interna as divergências e diferenças de opinião e interesses, advindas justamente da própria heterogeneidade de pessoas e famílias, que chegam ao acampamento Maria Rosa trazendo consigo inúmeras histórias diferentes, opiniões e ideologias de vida, e por aí em diante. Tal heterogeneidade, apesar de garantir também equidade nas decisões coletivas, por vezes acaba se tornando uma grande questão dentro do acampamento, no que diz respeito a construção e desenvolvimento coletivo da comunidade (do acampamento Maria Rosa como um todo). Assim, algumas decisões e orientações acabam entrando em contradição por parte das pessoas e famílias, e esse movimento controverso – advindo da heterogeneidade das famílias – acaba por vezes se tornando também um grande limitador (ou dificultador) da proposta agroecológica dentro do acampamento. Tais movimentos, por vezes, condicionam o trabalho agroecológico desenvolvido por pessoas e famílias em particular, o que torna, assim, o próprio projeto agroecológico do acampamento um verdadeiro universo recheado de meandros e contradições, não tão simples de serem resolvidos e direcionados coletivamente.

Por fim, importante ainda destacar que a utilização das contribuições teóricas e metodológicas da Teoria Ator-Rede, em especial pelas contribuições de Bruno Latour, nos

permitiram conhecer atores e redes elementares para a emergência e desenvolvimento da proposta agroecológica do acampamento Maria Rosa, e assim a compreensão dos principais sentidos, práticas e controvérsias do fenômeno em questão foi sendo possível de ser esboçada. Ao adentrarmos na realidade específica do Maria Rosa através da proposta e do movimento de seguir os atores e mapear as redes da agroecologia naquele acampamento, nos foi possível conhecer caminhos, explorar entradas, percorrer as vias mais internas e externas do acampamento em questão, e vislumbrar um projeto de agroecologia muito singular e valioso, mas também cheio de dificuldades e controvérsias. Tais metodologias de trabalho possibilitaram, para todos os efeitos, que os objetivos e intenções dessa pesquisa fossem contemplados e alcançados.

Estamos cientes que uma pesquisa em âmbito sociológico é um fenômeno vivo e de constantes movimentos, e tal como Bruno Latour tanto discorreu, o "social" nunca está acabado, mas sim em constante formação. Evidente, portanto, que temos reconhecimento que os resultados e análises apresentadas nessa pesquisa não dizem respeito a um "fim" último do fenômeno da agroecologia no acampamento Maria Rosa, justamente porque, ao levar em consideração as contribuições da ANT, carregamos a ideia que tal fenômeno está em pleno processo formativo, e quem fornece os principais elementos dessa formação são propriamente todos aqueles atores humanos e não humanos que viemos discutindo ao longo do trabalho (e outros tantos que não tivemos o privilégio de conhecer ou ter contato). Além do mais, o que trouxemos nessa pesquisa é um recorte de algumas agregações e associações que observamos no desenvolvimento do fenômeno em questão, e não a sua "realidade total e última". Ainda acrescentamos que seria praticamente impossível contemplar, no âmbito dessa dissertação, todos os atores e todas as redes da agroecologia que se formam a partir do acampamento Maria Rosa, justamente porque, em primeiro lugar, os atores e as redes não estão acabados, mas sim em pleno processo formativo, e em segundo porque somos também acometidos por prazos e limites que pedem, com objetividade, que uma pesquisa seja construída de acordo com determinados parâmetros e burocracias. Assim, importante ressaltar, mais uma vez, que não temos a pretensão de reclamar um fim absoluto para essa pesquisa e para os fenômenos estudados em questão, mas sim trazer elementos e análises para pensarmos, dentre diversas questões, os rumos e caminhos que tais fenômenos podem sugerir.

Esperamos, com isso, continuar mapeando, na medida do possível, de que forma a agroecologia e o acampamento Maria Rosa continuam a se formar, e quais agregações e associações novas surgem durante esse caminho. Claro que agora temos o privilégio de continuar a fazer isso também para além dos limites de uma pesquisa acadêmica, mas ainda

sempre com a possibilidade de também assim ser feito. Contudo, por enquanto nos restringiremos às análises esboçadas até aqui, mas com a intenção de torná-las fluidas e colocá-las, quando conseguirmos, no próprio movimento de formação de grupos e de novas associações e agregações que a agroecologia pode percorrer no acampamento em questão. Dito isso, esperamos que essa pesquisa possa se tornar, para todos os efeitos, também um ator que consiga influenciar o fenômeno da agroecologia em questão, em especial no acampamento Maria Rosa. Que suas linhas e análises consigam, sempre que puder, continuar a construir caminhos, agir e influenciar ações, e percorrer com fluidez as vias epistemológicas de construção de nosso mundo.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. De camponeses a agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1990.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estud. av., São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão popular, 3. Ed., AS-PTA, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). In: WELCH, Clifford Andrew [et al.]. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

BEUD, S. e WEBER, F. Preparar e negociar uma entrevista etnográfica. In: \_\_\_\_\_. Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. São Paulo: Vozes, 2014. pp. 118-152.

BORSATTO, Ricardo Serra. Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário no litoral paranaense. 2007. 150f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BRANDENBURG, Alfio. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In Delgado, G. COSTA e BERGAMASCO, S. M. Pereira. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, pg 150 -166, 2017.

BRANDENBURG, Alfio. Mundo Rural e Ruralidades. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28/08/2021.

BRASIL. Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003. PAA. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm). Acesso em: 28/08/2021.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. PNAE. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em: 28/08/2021.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)>. Acesso em: 28/08/2021.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Lei da Reforma Agrária**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm)> Acesso em: 28/08/2021.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade (1964). In: WELCH, Clifford Andrew [et al.]. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro, José Olympio, Coleção Documentos Brasileiros, 118, 1964.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CARNEIRO, Maria José. O rural como categoria de pensamento. Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais IFCH – Unicamp, vol.2, p. 9-39, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CASTRO. Lei Complementar nº 61/2017. Plano Diretor do Município de Castro/PR. Disponível em: <https://castro.pr.leg.br/comunicacao-social/plano-diretor/lei-complementar-61-2017-plano-diretor.pdf>. Acesso em: 28/08/2021.

CASTRO. Lei Complementar nº 63/2017. Lei de Perímetro Urbano do Município de Castro/PR. Disponível em: <https://castro.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1602198581355&file=E0561F8CE0003574C0A2CF6AD98F4DB0F6698121&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 28/08/2021.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). A questão Agrária. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.

CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires, Argentina. 1974.

CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2021. Página inicial. Disponível em: <[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br)>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

CPT. Conflitos no campo: Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

CRAS. Assistência Social. Castro, Paraná. Página inicial. Disponível em: <https://www.assistenciasocial.org/cras-castro-pr-endereco-e-atendimento/>. Acesso em: 28/08/2021.

DAROLT, Moacir Roberto (et al.). Redes Alimentares Alternativas e Novas Relações Produção-Consumo na França e no Brasil. Ambiente e Sociedade. São Paulo v. XIX, n.2, p. 1-22, abr-jun. 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org). Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

ECOVIDA. Sobre. Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 17/03/2021.

ENA. IV Encontro Nacional de Agroecologia. Carta Política do IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petropolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Luta pela Terra: história e mobilização do MST. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FUNDAÇÃO ABC. Página Inicial. Disponível em: <https://fundacaoabc.org/>. Acesso em: 28/08/2021.

G1. Paraná RPC – Caminhos do Campo. Capital nacional do leite, Castro investe em tecnologia para aprimorar produção. G1 Paraná, 25/04/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/caminhos-do-campo/noticia/2021/04/25/capital-nacional-do-leite-castro-investe-em-tecnologia-para-aprimorar-producao.ghtml>. Acesso em: 28/08/2021.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GONÇALVES, Sérgio. Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná. 2008. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

GOODMAN, David. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: GAZOLLA, Marcio e SCHNEIDER, Sergio. Cadeia curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

HEREDIA, Beatriz M. A. A morada da vida – Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IANNI, Octávio. A utopia camponesa (1986). In: WELCH, Clifford Andrew [et al.]. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil, Paraná, Castro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/castro/panorama>. Acesso em: 28/08/2021.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia: A educação da atenção como propósito da antropologia. Educação: Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set/dez, 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 28/08/2021.

JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? (1962). In: WELCH, Clifford Andrew (et al.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

KAGEYAMA, Ângela A. "Modernização, produtividade e emprego na agricultura – Uma análise regional". Tese de doutorado. Campinas, Instituto de Economia – Unicamp, 1985.

KAUTSKY, Karl. A questão Agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista. Vol. I, Portucalense Editora, Porto, 1972a.

KAUTSKY, Karl. A questão Agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista. Vol. II, Portucalense Editora, Porto, 1972b.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Ateliê de Humanidades editorial, 2020.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2013.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social. Salvador: Edufba, 2012. Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2015.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomias – Coleção 4.1 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. Disponível em: <https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1>. Acesso em: 28/08/2021.

MARTINEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Contexto, 2020.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo da produção do capital; tradução Rubens Enderle – 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. O Capital: crítica da econômica política: Livro III: o processo global da produção capitalista; tradução Rubens Enderle; edição de Friedrich Engels. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Editora Martin Claret, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. São Paulo: Vozes, 2005, cap II (relações difíceis, a interação entre pesquisadores e atores sociais), pp. 43-66 e cap XI (descrever o social, a arte de escrever e pesquisa empírica), pp. 265-288.

MST. Programa Agrário do MST: Lutar, Construir a Reforma Agrária Popular. Secretaria Nacional do MST. São Paulo - SP, 2013.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2021. Página inicial. Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

NEGRI, Paulo Sérgio. A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: o caso do assentamento Dorcelina Folador – Arapongas, Paraná. 2005. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

NERI, Marcelo. Chegamos ao topo da desigualdade? Posfácio da Pesquisa A Escalada da Desigualdade, com dados até Setembro de 2019. FGV Social. 2019.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar – Questões metodológicas. Reforma Agrária. Revista da Abra, vol. 25, nº 2-3, p. 21-36, Campinas, 1995.

PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho – Nota sobre as relações sociais na plantation tradicional”, Contraponto, vol. 2, n.2. Rio de Janeiro, p. 103-14, 1977.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, nº 42, páginas 377-391, Julho/Dezembro, 2014.

PEREZ-CASSARINO, Julian. A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. Tese (doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2012.

PLOEG, Jean Douwe van der. Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, Jean Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre. UFRGS. 2008.

PICOLOTTO, Everton L; BRANDENBURG, A. Sindicalismo da agricultura familiar, modelos de desenvolvimento e o tema ambiental. In: NIERDELE, P.; ALMEIDA, L., VEZZANI, F.M. Agroecologia: Práticas Mercados e Políticas para uma nova agricultura. Curitiba Kairós, 2013.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

POR TRÁS DO ALIMENTO. Você bebe agrotóxicos? Descubra se a água de sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua. Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/>. Acesso em: 28/08/2021.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: Poupart J. et al (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. São Paulo: Vozes, 2008. pp. 215-253.

QUADROS, Vasconcelo. EXAME. Quem é Nabhan Garcia, o todo-poderoso secretário fundiário de Bolsonaro. Publicado em 10/11/2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/quem-e-nabhan-garcia-o-todo-poderoso-secretario-fundiario-de-bolsonaro/>. Acesso em: 28/08/2021.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, Clifford Andrew [et al.]. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ROSA, Marcelo Carvalho. Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim o império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SCHNEIDER, Sergio. Prefácio à edição brasileira. In: PLOEG, Jean Douwe van der. Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

SELLTIZ, C. et al. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. S.Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1967, caps. 6 e 7, pp. 223-312.

SEVILLA-GUZMANN, E. Perspectivas agroecológicas. Córdoba: Universidad de Cordoba, 2006.

SIGAUD, Lygia Maria. Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SIGAUD, Lygia Maria. Os clandestinos e os direitos – Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo, Duas Cidades. Coleção História e Sociedade. 1979.

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). A questão Agrária. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. “A morte ronda os canaviais paulistas”, Reforma Agrária, Revista da Abra, vol. 33, nº 2, p. 111-41. Campinas, 2006.

VALADÃO, Adriano da Costa. Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2012.

VANZO, Pedro Henrique. Questão agrária e campesinato: teoria e paradigma no contexto da corrente marxista clássica. Sociologias Plurais – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. Campus Reitoria, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 170-193, jul. 2021.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo, Autores Associados, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, Clifford Andrew [et al.]. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WACQUANT, L. Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura Familiar e Campesinato: Rupturas e Continuidades. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, p. 42-61. 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. P. 87-145. 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. *En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales da América Latina y el Caribe de CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. RESR. Piracicaba-SP, vol. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX encontro anual da Anpocs. GT 17: processos sociais agrários. Caxambu, MG. 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

WOORTMANN, Klaas. Cum parentes não se negueia – O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, 87. Brasília, Editora da UnB, p. 11-73, 1990.

ZANONI, M.; FERMENT, G. (Org). Transgênicos para quem? Agricultura Ciência Sociedade. Brasília: MDA, 2011.